

REVISTA
DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO
FUNDADO EM 12 DE JUNHO DE 1916

Reconhecido de utilidade pública pelo governo Federal e pelo Estadual

Numero 7 == Março de 1934



*O' jovens Brasileiros,
Descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
Pois a raça de heróis não degenera;*

.....
*Imitai-os para que eles, do sepulcro,
Vos chamem, com prazer, seus caros filhos!*

NATIVIDADE SALDANHA.

VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OFICINAS DA «VIDA CAPICHABA»

BANDEIRAS E BANDEIRANTES NO ESPIRITO SANTO

No governo de Thomé de Souza, Martim Carvalho, vindo do Norte, chegou até ás proximidades da Serra dos Aymorés, e, em 1550 ou 1551, desceu pelo rio Cricaré.

Em 1553 Thomé de Souza autorizou a ida de Manoel Ramalho, morador no Espirito Santo, ao sul desta Capitania. Morreu em lucta com os indios, segundo José Marcellino.

Poucos annos depois, em 1559, o Padre Manoel da Nobrega escrevia a Thomé de Souza, affirmando que no Brasil não havia ouro nem prata. («Cartas», pag. 198/9).

Depois de uma tentativa, sem grande exito, Sebastião Fernandes Tourinho, em 1573, subiu pelo rio Doce. Quando voltou, trouxe pedras julgadas esmeraldas e saphiras, bem como a noticia de haver ouro no sertão. Mello Moraes affirma que Tourinho era natural da Capitania do Espirito Santo.

Pelo mesmo itinerario, Antonio Dias Adorno, poucos annos depois, poudé approximar-se de uma serra descripta como a lendária serra das Esmeraldas.

Braz Rubim não considera essa expedição no territorio espirito-santense ; é preciso julgá-la, porém, attendendo ao seculo em que foi effectuada. Segundo Braz Rubim, Antonio Dias Adorno era filho de Paulo Dias Adorno, um genovez casado

com Felippa Alvares, filha natural de Diogo Alvares, o *Caramuru*.

Rocha Pombo allude ás expedições de Tourinho e Adorno, salientando que ambas permittiram conhecer jazidas de esmeraldas, saphiras e turquezas, nas bacias de Mucury, Jequitinhonha e Doce.

O Rio Doce foi o caminho preferido para as primeiras explorações partidas da costa espirito-santense. Entre as mais antigas deve ser citada a de 1596, emprehendida por Diogo Martins Cão ou Cam, cognominado o *Magnata* e tambem o *Matante Negro*. Foi acompanhado por Francisco de Proença, a quem Taunay denominou — «o bandeirante do sul espirito-santense, filho de Antonio de Proença». Hostilizada pelo gentio, essa expedição nada descobriu.

Ainda em 1596, subiu tambem o mesmo rio Marcos de Azevedo Coutinho, que, segundo Balthazar Lisboa, logrou descobrir importantes minas de ouro e ferro, no sertão do gentio Maxapós. Parece que, por isso, recebeu o titulo de Capitão-mór da jornada das esmeraldas do Espirito Santo. Chegou mesmo a ir a Madrid e expôz ao rei, assevera frei Vicente do Salvador, diversas pedras, consideradas esmeraldas.

Incumbido, depois, de acompanhar os officiaes régios designados para explorar a região das pedras que exhibira á Côrte, e julgando-se ludibriado porque não recebêra, como lhe haviam promettido, o habito de Christo e a mercê de 2.000 cruzados, «preferiu Azevedo o sequestro de seus bens e morrer numa prisão (no Rio de Janeiro), a declarar o sitio onde havia encontrado as pedras».

Pedro Taques, citado pelo historiador Rocha Pombo (Historia do Brasil, vol. III, 729) descreveu, entretanto, a morte de Azevedo Coutinho, com

toda a tropa, depois de haver descoberto as esmeraldas, victimados de peste, na dilatada alagôa de Vapabuçu, no reino de Maxapó.

O alvará de 10 de Junho de 1617, reproduzido á pag. 43 do vol. XV dos «Documentos Historicos», faz presumir que o feito attribuido a Marcos de Azevedo, pelos chronistas, seja lendario. Entre as despesas da Fazenda Real no Espirito Santo, o alvará enumera a seguinte: «E assim se pagarão a Marcos de Azevedo quarenta mil réis que tem de tença por Escrivão minha com o Habito de Christo, com certidão de como é vivo.»

Ha ainda referencias a uma exploração, tentada no mesmo seculo, por Diogo Gonçalves Laço, que teria seguido o roteiro de Diogo Cão.

No começo do seculo XVII, o Governador Geral D. Francisco de Souza achava-se no Espirito Santo e mandou explorar a região, onde está situado o mestre Alvaro.

Braz Rubim allude a uma *bandeira* organizada e chefiada pelo governador Miguel de Azevedo, com o intuito de rechaçar os goytacazes: anterior a 1620, nella figuraram Antonio Jorge e João Soares.

Taunay, no trabalho citado, refere-se a outro celebre sertanista espirito-santense—Frederico de Mello Coutinho, que, em 1624, estava residindo na villa de São Paulo.

Os jesuitas, segundo consta, autorizados pelo alvará regio de 29 de Junho de 1633, organizaram no anno seguinte uma expedição dirigida pelo Padre Ignacio de Siqueira.

Durante a primeira metade do seculo XVII, as mais importantes explorações no territorio do Espirito Santo, foram devidas a dois filhos de Marcos de Azevedo Coutinho, em torno dos quaes Rocha Pombo estabelece grande confusão.

Assevera á pag. 182 do vol. VI:—«Logo depois de Marcos de Azevedo, saem para as florestas as expedições dos dois Azevedos (Antonio e Domingos), que tinham sido companheiros do pae». A' pag. 318, allude a uma entrada que teriam effectuado em 1646, e accrescenta que «não se apurou, até hoje, nada de positivo, quanto á sorte da expedição, que levaram, por meados do anno seguinte, ao interior». Refere-se, ainda, entretanto, a esses dois sertanistas espirito-santenses, quando, louvando o animo de Salvador Corrêa, que, como administrador das minas, empenhado em descobril-as, não desanimava deante de obstaculos ou insuccessos, accrescenta e explica, em uma nota: «Deu-se, por aquelle tempo, no sertão do alto rio Doce, o desastre da expedição dos Azevedos (Antonio e Domingos, filhos de Marcos de Azevedo), e a cuja frente havia marchado o proprio filho de Benevides, João Corrêa de Sá»

Esse filho do celebre Governador, como é sabido, assumiu, depois, interinamente, o governo do Rio, em 1661.

A 7 de dezembro de 1644, affirma Balthazar Lisboa, Francisco Souto Maior, Governador do Rio de Janeiro, recebeu, de Portugal, recommendações especiaes sobre o descobrimento das esmeraldas—«que havia feito hum Antonio de Azevedo, no sertão da Capitania do Espirito Santo, com alguns diamantes, que alguns lapidarios da Côte haviam reconhecido por finos e verdadeiros.»

Nos «Documentos Historicos», publicação do Archivo e da Bibliotheca Nacional, encontram-se referencias a esses dois sertanistas. De Victoria, haviam escripto ao Rei, em 16 de Maio de 1646. Pretendiam partir, para o sertão, em abril ou maio de 1652, a época mais propicia para taes expedições. Para isso, esforçavam-se por obter. de

São Paulo, um interprete ou *lingua* (III, pag. 7).

O Conde de Castelmelhor, Governador Geral, escreveu em 1651, ao Capitão-mór do Espírito Santo, Manuel da Rocha de Almeyda, sobre uma proposta que este lhe encaminhára do Ouvidor João de Pina, para o descobrimento das esmeraldas. Afirmou o seguinte:— «Nam se pôde por hora tirar esta jornada aos capitaens Domingos e Antonio de Azevedo, a quem S. Majestade a tem encarregado.»

Accrescentou, porém: «Se elles se nam deliberarem a emprendêlla o anno q'vem, em tal caso mandarey entam as ordens necessarias para Joam de Pina.» (vol. III 7 «Documentos Historicos.»).

* * *

Na segunda metade do seculo XVII, o descobrimento de esmeraldas já não mais despertava a mesma antiga confiança. Comtudo, em 17 de Outubro de 1651, o Conde de Castelmelhor ainda escrevia ao Capitão-mór do Espirito Santo, Manoel da Rocha de Almeyda, animando-o nos seguintes termos:— «Da jornada das esmeraldas trate V. M. com grande cuidado para maio, e todas as ordens que forem necessarias enviarei com aviso de V.M. a quem Deus guarde.» (Documentos Historicos», (vol. V. 37).

Em 1659, Duarte Corrêa, que nenhum resultado obtivera em S. Paulo, segundo asseverou Balthazar Lisboa, tentava explorar o interior dessa Capitania. Achava-se ahi tambem, segundo affirma Taunay, Salvador Corrêa, ainda preocupado em descobrir as lendarias esmeraldas.

Alguns annos depois, por patente de 19 de Maio de 1664, D. Affonso nomeou Agostinho Barbalho Bezerra (o mesmo que, durante o motim de 1659 fô.a aclamado governador do Rio) admi-

nistrador das minas, com a incumbencia especial de descobrir a lendaria serra das Esmeraldas. A patente vem reproduzida á pag. 211 do vol. II dos «Annaes do Rio de Janeiro».

O Governador Geral escreveu, em dezembro de 1665, a Agostinho Barbalho, asseverando, com relação ás minas e ás esmeraldas, que estimava— «para a diligencia de V. M. guardasse a fortuna vêr desmentida a incredulidade dos que sempre as duvidaram». Recommendou que, no Espirito Santo, fosse prestado o necessario concurso á expedição. Elle mesmo, porém, nenhuma confiança tinha nos desejados descobrimentos. Em uma carta de fevereiro de 1666, reproduzida á pag. 65 do vol. VI dos «Documentos Historicos», não teve duvida em manifestar-se nos seguintes termos, dirigindo-se a Pedro Mello, que então governava o Rio de Janeiro: «Tudo isto de Agostinho Barbalho é um embeleco, e vãs quantas promessas ha feito das Minas, por cuja causa é certo, não deve ser a tenção de sua Magestade que se lhe pague soldos. Elle entra com pés de lã a pedir o que consta do rol que V. S. me enviou: pouco a pouco se ha de querer ir introduzindo nos soldos, que de nenhuma maneira convem se lhe pague». Alludia ainda ao insucesso de Salvador Corrêa, e mandava suspender novos fornecimentos a Barbalho, que havia promettido fazer o descobrimento á sua custa. Esse governador estava convencido de «não haver no Brasil mais minas.»— como escreveu em outra carta de 1665. As novas provisões reaes de Barbalho haviam chegado á Bahia em Abril de 1665 o Conde recommendou, na verdade, fosse prestado todo o auxilio necessario ao explorador; nesse sentido, escreveu ao Governador do Rio e aos Capitães-móres do Espirito Santo, Cabo Frio, S. Vicente e Párnahyba.

Em 11 de dezembro de 1666, Agostinho Barbalho escrevia, porém, dessa Capitania, á Camara de S. Paulo, rogando enviassem mantimentos para a sua arrojada empreza — «pelos não haver na Capitania do Espirito Santo». E Balthazar Lisbôa assim dramatizou o final da empreza ingloria de Barbalho :—«Foram mal succedidos os trabalhos daquelle digno administrador das Minas ; pois fazendo todos os sacrificios a bém da causa publica e desempenho da commissão que recebêra, seguindo por entre brenhas paludosas e torrentes de agua, que regavam as vastas mattarias e onde lhe faltaram todas as commodidades para conservar sua preciosa vida, tão util ao Real Serviço, a ao bém dos povos, falleceu naquelle sertão das Esmeraldas com a maior parte do corpo das tropas, que o acompanhavam, a fazer importantes descobertas e ao mesmo tempo que já as avistára e tocára a Serra das Esmeraldas, consumindo a sua fazenda em tão laboriosa e espinhosa diligencia.»

Por escriptura de 1669 existente no Cartorio do 1º Officio do Rio de Janeiro e lida em 1931 para o Archivo do Districto Federal, D. Brites de Lemos, a viuva de Agostinho Barbalho, dispôz de — «huma morada de casas de dois sobrados na rua que chamam do Gadelha», e entre outras dividas pagou — «os mantimentos que se remeterão a dito seu marido para a jornada das esmeraldas na capitania do Espirito Santo.»

A noticia do insucesso da expedição de Barbalho, longe de abater os animos, foi inflamar os brios dos paulistas ; e ricos sertanistas emprehenderam arrojadas explorações, á propria custa.

Segundo uma noticia transmittida á Bahia em 1671, o Capitão Antonio Luiz Espinha havia descoberto algumas minas, no Espirito Santo: os «Documentos Historicos» reproduzem uma car-

ta do Governador Geral a Espinha; em Outubro seguinte, escreveu também ao Capitão-mór Les-caro, desejando que a viagem tivesse sido breve, e recommendou especial diligencia para que fossem descobertas as esmeraldas...

Depois que Francisco Gil de Araujo comprou esta Capitania, resurgiu a preocupação das minas. Nomeado D. Rodrigo de Castello Branco administrador geral das minas, por alvará de 29 de novembro de 1677, mandou logo o cabo da tropa João de Mattos fazer uma entrada no sertão do Espírito Santo—«não se seguindo outro effeito que augmentar as despesas da Fazenda Real», commenta Balthazar Lisboa.

«A avidez de descobrir minas de ouro tinha substituído a das primeiras explorações para a achada das esmeraldas e outras pedras preciosas», refere Braz Rubim, quando allude ás novas explorações do sertão, no fim do século XVII.

Entre essas, José Marcellino e o referido autor, seguidos de perto por Misael Penna e Dæmon, citam todos, o descobrimento de ouro no Espírito Santo, pelo bandeirante paulista Antonio Rodrigues Arzão, quando, em 1692 ou em 1693, a Capitania era governada pelo Capitão mór João de Velasco Molina.

O facto está referido por Monsenhor Pizarro, nas «Memorias Historicas», vol. VI, pag. 68.

Dizem aquelles escriptores que Arzão apresentou ao Capitão mór Molina tres oitavas de ouro, o primeiro ouro *denunciado* no Brasil (R. Pombo, 21 VI e pag. 129) ou, como salientou Dæmon, «tirado e descoberto nas minas do Brasil».

Seria do Espírito Santo?

Naquella época, vinham de Cataguazes, no territorio de Minas Geraes, noticias positivas de felizes descobrimentos.

Celeres, as noticias tentadoras atravessaram o Atlantico, attrahindo, para o Brasil, novos aventureiros. O Rei, como refere Taunay (Historia Seiscentista, vol. III 55), não teve duvida em, apressadamente, promulgar a Carta Régia de 18 de Março de 1664: concedeu o fôro de fidalgo e o habito de qualquer das tres ordens militares a quem descobrisse jazidas de ouro ou prata, no Brasil.

Instituida, em 1709, a Capitania de S. Paulo e Minas Geraes, o Espirito Santo, estreita faixa litoranea, raramente administrado com elevado interesse e acerto, não teve ouro, em quantidade sufficiente, para tentar grandes explorações. Não mais attrahiu, para o seu territorio, importantes emprezas exploradoras e assim atravessou o seculo XVIII pobre, arruinado, mal dirigido, sem esperança de proximo progresso.

Na «Historia do Brasil», Rocha Pombo ainda assevera á pag. 280 do vol. VI:—«Na antiga Capitania do Espirito Santo tambem ainda hoje se encontram vestigios de que se fez algum trabalho, que não foi inteiramente improfiquo.» Refere-se, sem duvida, á exploração das minas do Castello, impedida pelos botocudos, conforme se lê na Carta Régia de 4 de dezembro de 1816, pela qual foram baixadas recommendações especiaes, para que essa exploração pudesse proseguir. O Governador Rubim, entretanto, nenhum interesse ligou a essa determinação, segundo accentuou o filho, na memoria que publicou.

Quanto a pedras preciosas, refere ainda Rocha Pombo, á pag. 319 do mesmo volume, o mestre de campo João da Silva Guimarães encontrou, depois, no alto S. Matheus, perto da Serra de Marcos de Azevedo, algumas suppostas esmeraldas.

MARIO A. FREIRE.

INDIOS DO RIO DÔCE

Ha doze anos passados, quando era Chefe do Serviço de Indios neste Estado, o competente, esforçado e patriótico engenheiro, official do exercito, dr. Antonio Estigarribia, nosso colaborador, professor Elpidio Pimentel — a quem coube a coordenação e publicidade deste numero — entreteve com ele proveitosa correspondencia acerca dos indios, que ainda vivem hoje, reduzidissimos, nas matas do Rio Dôce. Essa correspondencia e os documentos, que a valorizam, são hoje, pela primeira vez, publicados.

Cid. Professor Elpidio Pimentel:

Peço-vos desculpas de responder, ás carreiras, vossa carta de 1º de abril p. p. Estando em viagem e com mil cousas a fazer para saldar minha comissão neste Estado, o tempo me falta quase por completo. E' lastimavel, porque embora os meus apontamentos não sejam de valor, seriam pelo menos mais numerosos.

Vosso 1º ponto: «De que grande Familia ou Nação provieram os nossos poucos indios, ainda existentes no rio Doce? Qual o seu tipo fisico?»

Resp. — No baixo rio Doce e junto ao litoral, já completamente acabocladados, existe numerosa descendencia de indios Tupis, que já perderam a lingua e organização, e apenas de indios tem o fisico inconfundivel, certos habites e uma ou outra palavra tupi-guarani. A mestiçagem

se tem largamente produzido entre eles e as outras raças formadoras do nosso povo. Têm o tipo conhecido do tupi-guarani, moreno, baixo, cabe-los pretos, não sendo as maçãs salientes um caracterisco geral.

A mesopotamia florestal Dôce—S. Mateus é habitada pelos remanescentes de indios (de lingua diversa e tipo algum tanto diferente dos tupis-guaranis) a que aqui damos diversos nomes: Pancas, Munhangirens (agua branca), Nac-héréhé (terra boa), Nac-na-nuc (habitante das serras), Inkut-crac, Crenac, etc., todos eles provindos de mistura, em grãos differentes, de tribus Aimorés e Goitacases, pertencentes, portanto, na classificação de Von Martius, á Familia Gê ou Crâns (não confundir com os Crens ou Guerengs, o 4º dos 8 grupos da sua classificação, na qual os tupis-guaranis são os primeiros e os Gês ou Crân os segundos, etc.) e na dos primitivos habitantes nossos, á raça tapuia, que correspondia a indios mais atrasados, mais claros, mais altos e habitando geralmente o interior do país.

2º ponto: «Quantas tribus existem, qual o numero aproximado de suas figuras, onde estão localizadas, como se chamam, sob a chefia de quem vivem?»

Resp. — Os Póstos de atração, que o governo mantem nas matas entre o S. Mateus e o rio Dôce, neste Estado, é o ponto de convergencia dos indios, que a habitam. Existem, nesse Posto, representantes de todos as tribus já referidas, uns morando definitivamente e outros que entram e saem livremente, porque o estado de sua evolução não lhes permite ainda o sedentarismo completo ou agricola. Essas tribus são agrupamentos pouco superiores a Familia, sob a chefia de um indio, que se impõe por qualidades apre-

ciaveis entre eles. O prestigio desse chefe vai decrescendo com a civilização dos índios, espontaneamente, embora a ação dos funcionarios federais do serviço de proteção seja sempre no sentido de fortalecê-la, orientando-a, pelo conselho e pelo exemplo, convenientemente. Os índios permanentemente localizados como agricultores no Posto do Pancas, segundo os registros existentes na Inspetoria, regulam por cerca de 50 individuos. Os restantes, embora habitem a mesma floresta, estão em territorio mineiro.

3º ponto: «Tem sua linguagem pontos de contacto com a linguagem geral dos tupis-guaranis?

Resp. — Parece-me que não.»

4º ponto: «Poderei conseguir a organização de um pequeno vocabulario de suas expressões?»

Resp. — Incluso vos envio um vocabulario muito incompleto, e si me sobrar tempo, fóra daqui, organizarei um mais extenso e mais sistematico, que farei chegar ás vossas mãos.

5º ponto: «Têm alguma crença religiosa?»

Resp. — São fetichistas. Acreditam que o que lhes acontece de mau é devido á vontade dos corpos, que os rodeiam. Quem tropeça em um tóco, castiga-o, muitas vezes, pacientemente e sem arrancal-o. Acreditam que existe no mato uma entidade de extraordinaria subtileza, chamada Natchon, que aliás afugentam com tiros e com pinturas no branco dos paus, que circundam os quigemes (ranchos de moradia). Os Crenacs e Gutcracs acreditam que existe um homem gordo e forte, chamado Moret-maquinhame (*Moret*—o velho) que os estima, e que é casado com uma mulher do mesmo porte. Isso, porém, não importa em nenhum culto e tenho percebido que não influe em nada na regra de sua vida, a não ser em o não sairem á noite, o que fazem tambem pelo

receio á «onça magra», outra superstição de que são vitimas. A fetichocracia catolica da massa do nosso povo tem, direta ou indiretamente, reagido sobre eles. Alguns falam em Deus, que os padres com quem tem convivido acharam dever lhes dar a conhecer com o nome de Tupã. Outros, como o capitão Muim, dos Crenacs, dizem que isso é bobagem dos padres, porque si Deus fôsse poderoso não deixaria crucificar o seu filho! Outra reação dos nossos caboclos sobre eles é a crença da alma do outro mundo. Percebendo o receio que os primeiros têm do morto e da sua ulterior aparição, concluíram logicamente que quem morre *vira* «Natchon». Mas primitivamente, conforme percebi ao pôr-me em contacto com eles, «Natchon» era um caboclinho sutil e perverso, que se divertia em pregar-lhe «peças», na mata, sobretudo á noite. Uma especie de «Saci».

6º ponto: «Não haverá mais nenhuma tribu verdadeiramente selvagem no Espirito Santo?»

Resp. — Não.

7º ponto: «Acha que essa raça ainda poderá manter-se por muito tempo, com os seus caracteristicos principais, no nosso meio?»

Resp. — Não, no que se refere aos costumes, porque a ação civilizadora que estamos exercendo, com resultado, tende a incorpora-la á nossa sociedade, onde se confundirão na heterogeneidade do nosso meio. As qualidades fisicas e morais, essas resistirão mais á ação niveladora do meio e reagirão sobre ele, modificando-o proporcionalmente á força com que atuarem.

8º ponto: «São industriosos os nossos indios? Gostam da lavoura?»

Resp. — São muito industriais e inteligentes. Alguns dentre eles gostam muito de lavoura, não tendo, porém, ainda, na maior parte, adque-

rido o habito de trabalho continuo, durante todo o dia, como fazem os nossos trabalhadores do campo, verdadeiras maquinas do trabalho, apesar do juizo que muitos escrevedores da cidade fazem deles. — O capitão Nazaré, do Pancas, possuidor de boas roças e algum gado, não tem outra conversa que não seja plantação, colheitas e mais assunto referente á agricultura.

9º ponto: «Quais os seus usos e costumes particulares sobre folguedos, casamentos, morte, guerra, etc.?»

Resp.: Na copia de um trecho do relatorio que fiz em 1912, encontrareis alguma coisa a esse respeito. A morte é, muitas vezes, lamentada com veemencia, havendo até suicidio do sobrevivente, ao que dizem; outras vezes, porém, é recebida pelos outros e quase sempre pelo que dela é vitima, com indiferença. As mais lamentadas são as dos filhos pelos Pais, que os enterram, pondo alimento ao lado ou por cima da cova, que é coberta com um ranchinho. Durante alguns dias acendem alguns tições ao lado para que o cadaver não sinta frio. Já vi, entre os Crenacs, descobrirem a cova dias depois do enterramento para, ainda uma vez, verem o cadáver.

10º ponto: «São amigas as Familias existentes? Falam a mesma lingua?»

Resp. — Os pequenos agrupamentos existentes não são amigos. Embora haja alguma diferença na linguagem, todos se entendem perfeitamente na lingua que falam.

11º ponto: «Quais suas lendas e tradições mais curiosas?»

Resp. — A esse respeito os atuais botocudos são muito pobres, naturalmente por haverem-nas perdido.

Quanto ás perguntas de carater geral, que

me fizestes, a primeira: «Quais os resultados louvaveis das catequeses religiosas, desde a época do descobrimento até hoje», está brilhantemente respondida por Alipio Bandeira, no livro que vos dei a lêr, sobre antiquidade e atualidade de questões indigenas.

12º ponto: «Quantos indios existem hoje, aproximadamente, no Brasil?»

Resp. — Penso que os indios de todo Brasil, não incorporados ainda á semi-civilização do nosso interior, não atingirão, talvez, a 100.000 individuos.

13º ponto: «Quais as tribus que ainda não estão domesticadas no país e onde estão localizadas?»

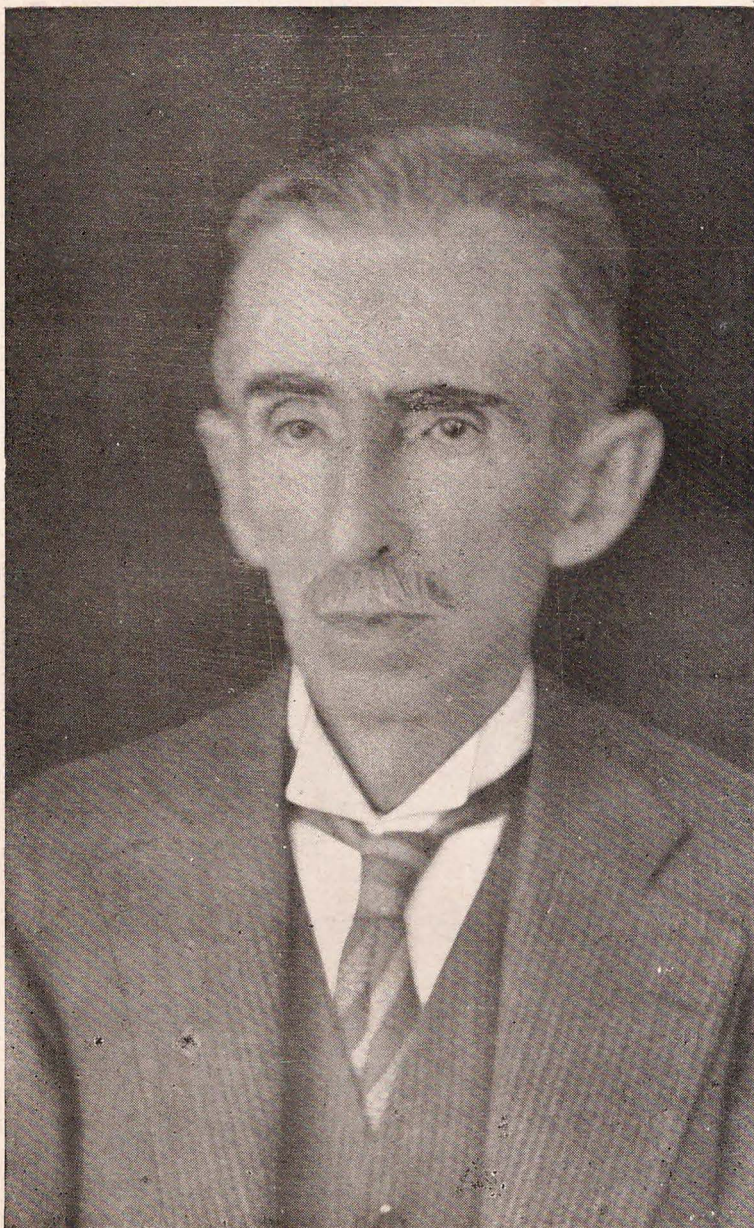
Resp. — Os indios Parentintins no Amazonas, os Urubús, no Maranhão e parte dos Caingangs, no Paraná. Os Caingangs falam lingua diferente do tupi-guarani.

Os Urubús não se sabe ao certo que lingua falam, porque não se conhece nenhum representante da tribu. O capitão de engenharia Pedro Dantas levou, em uma corajosa investida que fez para pacifica-los, como interpretes, indios da tribu Tembê, que falam a lingua geral (tupi) e indios Timbiras, que falam lingua propria. Em um ataque, que suportou por mais de meia hora, sem responder, cumprindo assim o nosso programa, mandou que os *Tembés* gritassem aos Urubús atacantes a sua missão pacifica. Estes responderam com mais flexadas e gritos, vociferações que os Tembés não entendiam, mas que os Timbiras entenderam. De modo que temos os Urubús entendendo a lingua *tembé* (tupi) e falando uma lingua, que os Timbiras entendem! Quanto aos Parentintins, a lingua deve ser a tupi, porque tal é a sua origem.

Quando o Governo da Republica, na presi-

dência Nilo Peçanha, e pela iniciativa do Ministro Rodolpho Miranda, resolveu tornar oficial e estender a todo o Brasil os processos que o general Rondon empregava em Mato Grosso, em suas constantes relações com os índios, criando o Serviço de Proteção aos Índios e entregando a direção ao inextinguível patriota e sertanista, todos nós, um pugilo bem reduzido, que até então lidávamos com índios ou pregávamos sua proteção fraterna e aproveitamento, sem nenhuma obrigação ou retribuição oficial, fomos chamados a cooperar com ele na solução do simpático problema. Foi assim que me coube fundar aqui em 1910 a Inspetoria, que novamente voltei a dirigir em 1919, depois de 6 anos de ausência, e que deixarei dentro de poucos dias, para ir cuidar da pacificação dos índios Urubús, por cujas terras terei que passar com o reconhecimento da estrada de ferro Maranhão—Pará. Naquela época, ao nos despedirmos do nosso chefe e amigo para nos espalharmos pelas matas do imenso Brasil, levávamos a resolução firme de pacificar todos os índios e não nos passava pela cabeça fôsse possível chegar ao centenario da Independencia deixando ainda três tribus em attitude guerreira. O índio, que estava apenas em guerra de defesa, logo que se convencesse que não seria atacado, faria as pazes. Os resultados obtidos foram surpreendentes e com mais um ano só, de ação, teríamos pacificado todos os índios do Brasil. Mas veio a mudança de governo e a retirada dos inspetores, que eram officiaes do exercito, e a diminuição dos recursos. O serviço foi se arrastando, e com muito esforço, mantendo apenas num ponto e noutro as conquistas adquiridas. Agora, com a aproximação do centenario, o governo acordou e ás pressas pede ao Congresso

Galeria do Instituto



DR. ANTONIO FRANCISCO DE ATHAYDE,
presidente da Casa do Espírito Santo.

capitais para a pacificação das ultimas três tribus, ainda em luta. Antes tarde do que nunca!

A organização dos mapas etnicos, a que vos referis, para o Estado do Espírito Santo, não oferece dificuldades no presente, tão restrita é a zona ocupada e percorrida pelos poucos indios, que nos restam. Quanto ao passado, a dificuldade é maior e muita cousa terá que ficar em hipotese e probalidades. E' sabido que os tupis-guaranis habitavam as costas e a margem dos grandes rios. Sabe-se tambem que, pelo menos, dois grupos dessa raça pisavam territorios espirito-santenses. Mais um pouco ao sul surgiam os goitacases, que não eram tupis, e que, no entanto, chegaram até a costa, estendendo-se tambem pelo interior.

Sei hoje que os tupis habitavam as margens do rio Doce, pelo menos até Colatina, onde o sr. Laudelino Ribeiro, ali residente, encontrou talhas, que lhes serviam para enterrar os mortos. Posteriormente foram ahi substituidos pelos Botocudos (Aimorés), que figuram em todas as narrações como senhores do nosso grande rio—Vatú, na sua lingua.

Vitoria, 24 de maio de 1921.

A. ESTIGARRIBIA

Trecho de um relatório apresentado pelo inspetor, Antonio Esti-
garribia, á Directoria do Serviço de Proteção aos Indios,
no ano de 1912, relativamente aos indios do Rio Doce.

Raça, lingua e costumes gerais dos Indios

Todos os indios, com que tenho estado em contacto, falam a mesma lingua, com variantes de entonação e, ao que posso agora perceber, com muita pequena differença no nome dos objetos, ou, direi melhor, todos se entendem na lingua que falam. Penso, pois, serem da mesma raça, embora os tipos sejam no fisico e nos modos bastante diferentes. Ha entre os Gutcracs até o caso curioso de indios de cabelos crespos, embora na côr sejam semelhantes aos dos outros.

Quanto ao moral, a differença notada é a que diz respeito ao pudor; mas essa differença talvez não exista na realidade.

Pode ser que todos procedam do mesmo modo, dependendo apenas das situações. A antropofagia é uma questão também sobre que não tenho ainda uma opinião assentada. Si eu o quisesse fazer pelas informações de umas tribus relativamente ás outras, então só teria que afirmar ser a antropofagia, entre eles, uma horrivel realidade.

Mas tais informações são suspeitas, porque as tribus não se estimam. Os indios do sul do Rio Doce (mansos) afirmam que os Munhang-

rens comem gente: estes afirmam que os Gute-racs a comem e eles não; os Gutcracs, por sua vez, dizem que os Crenacs comem os «carais» (estrangeiros), que encontram no meio da floresta, não comendo, porém, o inimigo indio, que matam e deixam ficar para os urubús comerem!

Tenho tambem, além de outras, algumas afirmações de Tetchuc ao Sr. Francisco Alipio, encarregado do Posto, a esse respeito. Segundo elas, esse indio gostaria especialmente de perna de creança e de algumas cousas mais. Mas o indio manso José dos Reis, gutcrac, afirma que isso é troça de Tetchuc, porquanto nunca ouviu falar em semelhante cousa.

No Resplendor ha um pedreiro mestiço de Prajicha, creado em Itambacori, que diz ter ouvido de seu Pai narrações de antropofagia, porém como uma cousa antiga, que se não usava mais. Talvez seja esta a hipotese mais aceitavel para toda a raça, atualmente selvagem.

Quanto á alimentação, pode-se dizer que comem tudo que possa ser comido, com exceção de cabrito, cuja carne dizem produzir excitação raivosa. Os Munhangirens e outros têm tendencia ao uso de bebidas alcoolicas e viciam-se facilmente. Os Gutcracs não as suportam.

Gostam do fumo, não o dispensando nos Postos. No mato, informa o indio José dos Reis, fumam uma especie de samambaia, de sabor amargo. Os Giporocas não comiam sal, quando vieram. Os Gutcracs não o estimam; mas os Crenacs pediram-no logo ao sair. As carnes são sempre assadas, assim como assadas são tambem muitas frutas: mamão, banana, mandiôca, ananás, etc. todas elas verdes, porque a sua fome, sempre insaciada, nunca lhes deu tempo de esperar a maturação.

Apenas agora, nos Postos, as frutas já conseguem chegar a esse estado. As danças e os cantos são parecidos em todos os grupos, referindo-se a caçadas, ao céu, às estrelas, etc. Os Crenacs têm uma dança guerreira, que lhes é própria e a que denominam «apelo a Crenac», cuja virtude, dizem eles, é fazer com que o Chefe os acuda no dia seguinte, embora esteja a distancia de muitos dias de viagem.

Em Colatina, quando me vieram visitar, quiseram por força dançar-a para mim. E como eu troçasse o insucesso provavel de sua dança, porquanto Crenac, do Resplendor, não viria no dia seguinte a Colatina, responderam, também troçando, que ele não viria por estar doente. A dança representa visivelmente um combate com os gritos da ocasião e gestos de arremesso das flechas. Essa visita, a que me referi, foi uma prova de afeto profundo, que tomam por quem os favorece.

Como, devido aos meus serviços no Pancas, me demorasse em voltar ao Resplendor, onde estivera com eles, inaginaram que eu estaria doente e forçaram, sob ameaça de se retirarem zangados, o auxiliar Candido Chaves a vir com alguns dêles á minha procura. E quanta festa, quanto carinho, quanta alegria ao me encontrarem ! Os indios, sobretudo as mulheres cantam muito e isso vai ao ponto de a conversa, ás vezes, prosseguir em canto, quando o conversador se anima um pouco. Outra cousa não era de esperar, dado o espontaneo predominio de sentimento sobre a intelligencia nesse povo, no estado fetichico, ou mais atrasado, cuja organização social não foi além da Família. Quando um indio quer, de longe, prevenir aos seus irmãos de uma cousa qualquer, canta-a.

rens comem gente: estes afirmam que os Gute-cracs a comem e eles não; os Gutcracs, por sua vez, dizem que os Crenacs comem os «carais» (estrangeiros), que encontram no meio da floresta, não comendo, porém, o inimigo indio, que matam e deixam ficar para os urubús comerem!

Tenho tambem, além de outras, algumas afirmações de Tetchuc ao Sr. Francisco Alipio, encarregado do Posto, a esse respeito. Segundo elas, esse indio gostaria especialmente de perna de creança e de algumas cousas mais. Mas o indio manso José dos Reis, gutcrac, afirma que isso é troça de Tetchuc, porquanto nunca ouviu falar em semelhante cousa.

No Resplendor ha um pedreiro mestiço de Prajicha, creado em Itambacori, que diz ter ouvido de seu Pai narrações de antropofagia, porém como uma cousa antiga, que se não usava mais. Talvez seja esta a hipotese mais aceitavel para toda a raça, atualmente selvagem.

Quanto á alimentação, pode-se dizer que comem tudo que possa ser comido, com exceção de cabrito, cuja carne dizem produzir excitação raivosa. Os Munhangirens e outros têm tendencia ao uso de bebidas alcoolicas e viciam-se facilmente. Os Gutcracs não as suportam.

Gostam do fumo, não o dispensando nos Postos. No mato, informa o indio José dos Reis, fumam uma especie de samambaia, de sabor amargo. Os Giporocas não comiam sal, quando vieram. Os Gutcracs não o estimam; mas os Crenacs pediram-no logo ao sair. As carnes são sempre assadas, assim como assadas são tambem muitas frutas: mamão, banana, mandiôca, ananás, etc. todas elas verdes, porque a sua fome, sempre insaciada, nunca lhes deu tempo de esperar a maturação.

Apenas agora, nos Postos, as frutas já conseguem chegar a esse estado. As danças e os cantos são parecidos em todos os grupos, referindo-se a caçadas, ao céu, às estrelas, etc. Os Crenacs têm uma dança guerreira, que lhes é própria e a que denominam «apelo a Crenac», cuja virtude, dizem eles, é fazer com que o Chefe os acuda no dia seguinte, embora esteja a distancia de muitos dias de viagem.

Em Colatina, quando me vieram visitar, quiseram por força dançar-a para mim. E como eu troçasse o insucesso provavel de sua dança, porquanto Crenac, do Resplendor, não viria no dia seguinte a Colatina, responderam, também troçando, que ele não viria por estar doente. A dança representa visivelmente um combate com os gritos da ocasião e gestos de arremesso das flechas. Essa visita, a que me referi, foi uma prova de afeto profundo, que tomam por quem os favorece.

Como, devido aos meus serviços no Pancas, me demorasse em voltar ao Resplendor, onde estivera com eles, inaginaram que eu estaria doente e forçaram, sob ameaça de se retirarem zangados, o auxiliar Candido Chaves a vir com alguns dêles á minha procura. E quanta festa, quanto carinho, quanta alegria ao me encontrarem ! Os indios, sobretudo as mulheres cantam muito e isso vai ao ponto de a conversa, ás vezes, prosseguir em canto, quando o conversador se anima um pouco. Outra cousa não era de esperar, dado o espontaneo predominio de sentimento sobre a intelligencia nesse povo, no estado fetichico, ou mais atrasado, cuja organização social não foi além da Família. Quando um indio quer, de longe, prevenir aos seus irmãos de uma couza qualquer, canta-a.

Quando quer contar um acontecimento, que o apaixonado, canta-o também. No posto dos Aimorés, os nossos pobres Gíporocas, dezimados pela molestia subita a que immediatamente havíamos acudido com remedios, atribuiram as mortes aos medicamentos e resolveram vingar-se, assentando, desde logo, a morte do nosso pessoal.

Uma indiazinha, a quem o encarregado do Posto, Silvio Cardoso, tratara com todo o carinho, em ocasião de molestia, quis prevenil-o. E da margem do rio São Mateus, onde os indios moravam, começou a cantar, em ocasião que seus irmãos estavam afastados, todo o plano sinistro, até que o Silvio a ouviu. Esse canto nos salvou a todos de tremendo desastre. — Sua lingua é, e não poderia deixar de ser, rica só em substantivos representando objetos e em verbos; mas já tem muitos adjetivos qualificativos e substantivos, representando sentimentos e uma ou outra idéa abstrata.

Em todos os casos, como é natural, recorrem á linguagem mimica para se fazerem entender melhor. Querendo se referir a mais de quatro objetos, contam pelos dedos, mas se atrapalham logo.

Além de certa quantidade, nem desse modo conseguem exprimir o grupo numerico com precisão. O numero cinco é a sua mão. De certo ponto em diante, os grupos já começam a confundir-se para eles, que os designam, a todos, pela palavra «nhauite», que quer dizer—pluralidade, muito. Abstratamente contam até quatro, grupo a que dão o nome de «jocano uruhu», cuja tradução é «dois maridos». É claríssima aqui a figura. Para eles o marido é o representante do casal, a ponto de, ás vezes, a mulher só ter o seu nome.

Desde então «dois maridos» querem dizer dois casais!

Precisam melhor o grupo 10 e o grupo 20, do que os intermediarios, pela sua ligação com os dedos das duas mãos e dos pés reunidos.

Ao numero um denominam «potique» e com esse mesmo nome designam o avô. «potique» significará, pois, o 1º, aquele que deu origem á Família. Por extensão «potique» é sinonimo de pouco.

Ao numero 2 chamam «uruhu» e, mais frequentemente, hrimpó. Aliás, dão a «uruhu» emprego que traduzimos por «muito.» Assim, quando têm muita fome, dizem «chincorane uruhu», que ao pé da letra quer dizer — «tenho duas fomes».

Ao numero 3 chamam «crotó-hipe», expressão cuja outra significação ainda não apanhei. O seu verbo, penso eu, ter uma unica forma, parecendo que não varia nem com o tempo, nem com a pessoa.

Quanto a crenças, eles têm o fetichismo mais elementar. Os do rio Doce falam em Tupan, que dizem, apontando o céu, morar lá em cima. Mas isso é claro: é uma idéa mal adquirida no seu contacto com tôlos catequizadores. Porquanto, disseram os proprios jesuitas, Tupan foi uma inteligente transformação feita por eles para darem ao indio Tupi (muitissimo mais adiantado que o Aimoré) uma ideia de Deus, assim transformado em vibrador do raio.

E' palavra da língua tupi, e compreende-se e admira-se o seu emprego genial. Os pobres padres, que mais tarde surgiram, ignorantes e tôlos, achando que essa palavra tinha, por si só, o poder de fazer o indio acreditar na existencia, que ela passara a representar, foram-na impingindo ao pobre Aimoré, de preferencia a qualquer outra. Se estes indios tivessem, por si, semelhan-

te crença, o que era cientificamente impossível, teriam também uma palavra sua para designal-a. A não ser os do rio Doce, nenhum outro, dos que estão conosco, falam ou sabem o que é Tupan.

Quanto á Família, já disse haver a poligamia para os Chefes, sendo os demais monogamos. As cerimonias, que presidem ao casamento são além do pedido aos Pais, elementarissimas e em muitos casos, inexistentes. Aliás, a minha observação a esse, como a muitos respeitos, só pode ser incompletissimas, porquanto não consigo nunca observa-los tal qual são naturalmente. Posso até dizer que a minha simples presença, dado os poderes de que a minha função me investe na sua ingenua imaginação, já transforma tudo. Si morre um, se nasce uma creança, e, em casos identicos, é a mim que incumbe providenciar, segundo eles. Entregues a si mesmos, as cousas se passarão, fatalmente, de modo diferente. Como era de esperar, as mulheres fazem todos os serviços mais pesados do casal e, no caso mais comum, não são bem tratadas.

Algumas, porém, geralmente idosas, adquirem ascendencia e dominam, a tribu, através dos Chefes, que só fazem o que elas acham bom; entre os Crenacs, a mãe de Muhin parece dominar; entre os Gutcracs a india Gipocane é o verdadeiro chefe, assim como a Benedita, entre os mansos do rio Doce. Os laços conjugais são respeitados geralmente e o adulterio cruelmente castigado. Parece que respeitam a consanguinidade até o segundo gráo.

Os mais selvagens dormem despidos, sobre o chão, em torno do fogo.

E' comum dormirem muitos juntos, verdadeiramente embolados e nas posições, que para nós seriam as mais incomodas e insuportaveis.

Aos doentes poucos cuidados dão e remedios quase nenhum. A sua medicina reduz-se ao fogo, onde aquecem as partes doloridas e ao uso de algumas resinas de que aspiram a fumaça, quando sofrem de dores de cabeça, a que são muito sujeitos. Ao doente, em estado muito grave, abandonam, salvo casos especiais de dedicação que os ha, ou tratam tão pouco, que a nossa impressão é aquella. Aliás, os proprios doentes estão inteiramente conformados com o abandono em que ficam e chegam a pedir que os enterrem. E' convicção tambem, quando a pessoa está para morrer de doença, que é ela mesma que quer morrer! Talvez venha daí o relativo abandono em que as deixam.

Qualquer molestia os abate e transforma. Trazidos cá para fóra são geralmente taciturnos. Mas, na mata e entre pessoas em que confiêm, são alegres e comunicativos, havendo tipos muito engraçados e até mesmo fazedores de espirito fino.

Indios do Etuête

Com a reorganização sofrida pelo serviço no corrente ano, ficaram sujeitos á jurisdição desta Inspeção todos os aldeamentos do rio Dôce, os de Minas inclusive. Acabo de visitar os indios estabelecidos no vale do Etuête, afluente do rio Doce, pela margem sul. De centenas que já foram, acham-se hoje reduzidos a 56, dezimados que têm sido pelas molestias e, sobretudo, pelo alcool.

Estes infelizes indios gosam do peor conceito, entre os civilizados e mesmo entre os seus irmãos de raça. Afirmam os outros indios que os do Etuête se servem das garruchas, que possuem

para assassina-los. E' corrente o assassinio entre eles, devido, sobretudo, ao inveterado vicio da embriaguez. São possuidores de terras excellentes, onde além deles moram algumas pessoas de outra raça, com consentimento seu.

Estive com alguns desses moradores não indios, e todos reconhecem as terras como sendo dos indios, de cujo consentimento confessam necessitar para permanecerem. E não deixam de pagar por isso um tributo um pouco pesado, mas a que a terra, graças á sua grande fertilidade, compensa. Quando os indios necessitam de uma galinha, de um porco, vão sem nenhuma comunicação ao campo do inquilino, e muito naturalmente a conduzem. Dizem os indios «que os pés das plantas são dos portuguezes, que as plantaram, mas que as frutas são deles, que possuem a terra.» Mas, é claro, que se alguma cousa tiram, deixam o bastante para que a permanencia seja vantajosa ao «português», como continuam a chamar indistintamente a todas as pessoas não indias.

Si bem que as terras sejam aí de primeira qualidade, melhores mesmo que as do Pancas, a permanencia deles no Etuête será o prosseguimento dos males que os vêm aniquilando, pela vizinhança de fabricas de aguardente. Além disso, quasi não se poderá auxilia-los ali. Uma ferramenta que se lhes dê, um objeto qualquer por mais necessario, é por eles logo vendido por qualquer ninharia para comprar aguardente. Entre outros muitos objetos forneci-lhes, a pedido insistente de seu Chefe, um tacho de cobre para fabrico de rapaduras. Com surpresa soube depois que tudo havia sido vendido, por infimo preço, a negociantes da região. Como se tratava de uma exploração, dei ordem ao meu auxiliar Chaves para apreender todos esses objetos, o que foi feito,

ficando assim bem prevenidos os costumeiros exploradores, de que, sob pena de se prejudicarem, como agora, não poderão comprar os objetos, que esta Inspetoria distribue aos indios. Mas nem sempre se poderá saber o destino dos objetos extraviados. Ao passo que no Pancas, onde não ha bebidas, onde a fiscalização pode ser facilmente feita, eles, com a sua pratica, embora rudimentar de agricultura, farão muito e se corrigirão talvez dos vicios que os aniquilam. Com o intento de lhes dar a conhecer o nosso Posto, e induzi-los a se transferirem para lá, levei comigo o seu Capitão e mais dois indios. Infelizmente o nosso trajeto de Colatina para o Pancas foi feito todo sob uma chuva torrencial, que nos perseguiu tambem durante toda a estadia.

O Capitão, já velho, desanimou com a distancia, os moços porém gostaram muito e querem ir. Dessa viagem resultou tambem o reatamento de relações entre os antigos moradores da Lage e os do Etuête, inimigos desde alguns anos, e que se matavam sempre que podiam.

Na sua volta, o nosso Capitão Nazaré e mais 3 indios quiseram acompanha-los para vêr antigos conhecidos e mesmo parentes, que tinham no Etuête e tambem chama-los por inspiração propria, para morarem no Pancas. O Nazaré, que conosco é um indio ativo e bom diretor de sua gente, ao chegar ao povoado de Resplendor, embriagou-se, praticando muitos desatinos. Esse fato prova o inconveniente, por em-quanto, das proximidades de povoações. No nosso Posto são tidos como excelentes peccas, alguns dos indios da Lage, considerados anteriormente como incorrigiveis e inaproveitaveis. Aliás, o Sr. Padre Paulo Gruber, apesar de toda a sua dedicação e esforço e de achar-se estabelecido ás portas do aldeamento

da Lage, declarou-me que com eles nada poderia fazer, pelos seus vícios inveterados e pela sua indolência: achando que só os meninos do centro, e esses mesmos afastados dos pais eram susceptíveis de algum progresso. O digno sacerdote foi vítima de um erro de apreciação, atribuindo a qualidades intrínsecas dos pobres índios, seus vizinhos, o que era apenas o resultado de sua situação. Por isso, alimentando a esperança de salvar, pela mudança para o centro, o remanescente dos índios do Etuête, cuja apregoadada maldade é mais aparente que real. Devo acrescentar que embora residindo nas proximidades dos civilizados e quase misturados com eles, as suas habitações pouco diferem das dos seus irmãos selvagens.

São eles descendentes dos que foram pacificados há já muitas dezenas de anos, pelo Coronel Marlière, auxiliado pelo digno índio Guido Pocrane, um dos Chefes mais prestigiados, então, no rio Dôce.

Mais tarde alguns padres, mandados com muitos recursos pacificarem as tribus do norte desse rio, não podendo, certamente, desempenhar-se dessa incumbência, estabeleceram-se entre eles, e na margem do rio Etuête, afluente do rio Doce, pelo sul, iniciaram a sua catequese e estabelecimento industrial. Sobre a desavença que mais tarde surgiu entre os índios e os padres ainda hoje correm diversas versões, todas muito antipáticas aos religiosos. A do Capitão Pedro, o seu Chefe atual, contemporâneo e parte nos acontecimentos, é a menos antipática e provavelmente a verdadeira. Diz ele que a revolta dos índios foi só devida ao fato de os padres exigirem muito serviço e não lhes darem a roupa e os alimentos de que necessitavam. Também contesta que hou-

vessem matado, na fuga, algum dos padres, o que é afirmado por outras pessoas. A verdade, ao que dizem, é que lá se perdeu muito capital da nação, porque o estabelecimento era rigorosamente bem montado, segundo o espirito da catequese religiosa. Entregues á propria direção, os semi-selvagens, contaminaram-se com o que havia de peor cá por fóra e chegaram ao triste estado em que hoje se encontram. Muito pouca roça lhes vi quando os visitei. Ha nas imediações alguns fazendeiros com os quais empreitam, ás vezes, um ou outro serviço e disso vivem, ou, direi melhor, «assim vão definhando», porque a aplicação mais comum aos dinheiros obtidos é a compra de bebidas alcoolicas.

Encontrei-os quase nus, apesar de afirmarem eles proprios que não eram mal pagos pelos ditos fazendeiros, que os empregavam.

Atração e pacificação dos indios Crenacs

Este importante serviço deve-se ao dedicado auxiliar desta Inspeção, Candido de Freitas Chaves.

Os indios Crenacs são botocudos, isto é, Aimorés, e constituem a parte mais poderosa e atrasada do grupo Gutecrac.

Nos meus relatorios do ano passado sempre me referi a esses indios, recordando o seu afastamento teimoso e voluntario, ou os ataques, alguns recentes, que fizeram nas margens do rio Dôce. E' verdade que a cada um deles precedeu um agravo, que o provocou.

Isso, porém, não diminuia a dificuldade de os atrair e de os pacificar. Foi o que conseguiu o referido auxiliar, com rara coragem e felicidade, como vereis do seu relatorio, anexo a este sob o numero quatro.

Desde muito que a tribu Gutecrac cindiu-se em dois grupos rivais e inimigos: o dos Gutecracs propriamente ditos, chefiados por Tetchuc e o dos Crenacs. Dessa cisão resultaram lutas que terminaram pela completa derrota e fuga de Tetchuc. Seu povo, ficou ao que diz, dividido em dois grupos: um que o acompanha e o outro que fugiu em direção oposta, ficando os Crenacs encravados entre os dois.

Como todos os Aimorés selvagens, esses indios são desprovidos de utensilios, além do arco, flexa, do saquinho de embiras, a que chamam «capanga» e do gomo de taquarussú para mel.

Nada mais têm eles. As mulheres andam núas e os homens usam ligeirissima tanga, só na frente. Um ou outro usa-a um pouquinho maior.

As mulheres têm o habito de inclinar para dentro as pontas dos pés, o que importa esconder até certo ponto as partes, que seu pudor incipiente quer encobrir. Na sua maioria, uma vez de posse de panos preferem cobrir-se. Aliás são essas indias, de todas as botucudas que conheço, as menos cuidadosas na sua nudez. Quanto ao seu pudor, que linhas atrás classifiquei de incipiente, para definil-o é bastante que vos diga que os contactos genesicos têm lugar á vista de toda a tribu e sem que este espetaculo atraia a atenção de ninguem, homens, mulheres, ou creanças. Ha uma grande diferença de genio entre esses indios e os Munhangirens, ou Gíporocas, de S. Mateus. As mulheres dessas ultimas tribus se mantêm sempre afastadas dos homens estranhos e raramente falam ou pedem qualquer cousa; os homens são tambem mais sisudos e menos vivazes, falando e rindo pouco e baixo. Os Crenacs são de uma vivacidade gritadora, sempre agitados e á procura de alimentos.

As mulheres rivalizam com os homens nesses modos e não têm o recato de suas irmãs, já referidas. A uma recusa qualquer, os Crenacs revoltam-se, vociferam, atiram fóra os objetos que por ventura já hajam aceitado, embora tornem ás boas no dia seguinte e, em compensação, beijam as pessoas nas mãos e na face, quando estão satisfeitos com elas. Os outros índios, a que me referi, não vociferam nunca e quando magoados retiram-se silenciosos. Na minha missão, tenho sido forçado a contrariar-os algumas vezes e estou certo que disso não lhes ficou nenhum rancor.

Como os outros, os Crenacs pouco se importam com a casa, a não ser em dia de chuva. Tendo uma pequena fogueira, quase nada lhes falta, quanto a abrigo. A' noite tiram a roupa e dormem ao relento, na beira do fogo. Sofrendo na mata muita fome, são vorazes, mas só dos alimentos que gostam e dados por nós. De outros não aceitam, atualmente, nem agua. Os Chefes são, em geral, poligamos. O chefe Crenac, que deve ter pelo menos 60 anos, têm cinco mulheres, estando ainda criando uma delas, pois é habito tomar para esposa uma menina, a quem o marido completa a criação. O Chefe Muim, filho do Crenac, é de fato o capitão geral da tribo, cujas decisões, todos, mesmo o velho, acatam sem discutir. Esse tem 3 mulheres. A primeira vez que o auxiliar Chaves lhes falou foi nas matas do Resplendor, em Minas. Aí tornaram a sair em julho ultimo, em sua procura, encontrando os nossos empregados, sempre de prontidão para evitar um atrito entre os índios, quando descessem, e os trabalhadores da Empresa encarregada da fundação do nucleo «Bueno Brandão», que em numero de quatrocentos se acham em trabalho

na margem norte do rio Dôce, sob a direção do coronel José Caetano Pimentel, atrito que viria dificultar a nossa missão pacificadora. A fundação desse grande nucleo de mil familias, ou melhor a permanencia desses quatrocentos trabalhadores na mata só é possível, graças ao nosso Serviço. Para prova-lo é bastante o seguinte fato: Depois de estarem conosco, de nos terem prometido que nada fariam aos trabalhadores, a quem considerariam como amigos, alguns indios, já vestidos, em caçada, aproximaram-se dos lugares em que aqueles, em grande numero, abatiam arvôres. Nada fizeram senão olhar, com curiosidade, para os objetos e pessoas.

Foi bastante isso, para o pessoal todo abandonar o serviço e transportar-se ao lado sul do rio Dôce, recusando-se terminantemente a recommear-o, emquanto não fôsse gente nossa lá.

A pedido do representante do diretor, o auxiliar Chaves mandou imediatamente o interprete Joaquim Cristino, que reconduziu os indios.

Sabedores do alarme que haviam causado e muito admirados, prometeram que não repetiriam a sua visita. O diretor da Empresa agradeceu muito esta intervenção. Este senhor se manifesta um entusiasta do nosso Serviço, a que já tem auxiliado e não cessa de se oferecer para auxiliar-nos sempre que necessitemos. A area concedida pelo Governo de Minas, para colonização e estabelecimento dos nucleos e de duas usinas de assucar é enorme, abrangendo as fertilissimas terras do Resplendor, na margem esquerda do rio Dôce. Prevendo a hipotese de os Crenacs não quererem ir agora, para o Pancas, pensei em localizal-os nelas, que são as suas, no lugar que preferissem. Foi então que soube estarem todas concedidas á Empresa, dirigida pelo coronel Pimentel.

Nesta época de industrialismo vitorioso, prevendo uma grande dificuldade, fui entender-me com o citado cidadão.

Encontrei nele as boas disposições, que tive ocasião de referir e também a garantia de que abria mão de qualquer espaço de terra, que eu escolhesse, dentro das que lhe tinham sido reservadas, oferecendo-se, além disso, para mandar fazer as primeiras derrubadas para abrir o local escolhido. Desse patriótico oferecimento não nos poderemos aproveitar, por terem os índios preferido localizarem-se em um ribeirão, que existe muito para oeste do Resplendor.

Por enquanto não nos é possível localizar no Pancas os índios Crenacs. Além de não estarmos certos da não hostilidade com os que lá estão, temos contra nós a sua formal negativa. Em certa ocasião prometeram ir comigo, a passeio. Mas depois resolveram o contrario e nem querem mais ouvir falar em semelhante cousa.

Só o tempo e um melhor conhecimento do nosso Serviço poderão dispol-os de modo diferente. Aliás essa, como outra qualquer ação sobre os Crenacs, tem de ser exercida relativamente ao Chefe Muim, a quem, como já disse, todos seguem sem discutir, e este até chega a deitar-se fingindo doente, quando se fala em Pancas. Nestas condições seremos forçados a criar um Posto de ação sobre eles, nas matas de Minas, no lugar já, mais ou menos, designado. Isso aumentará as despesas, porque no Pancas ha já feito muita cousa que teremos que fazer novamente nas matas do Resplendor. A tribu dos Crenacs é numerosa, relativamente, elevando-se, parece, a perto de duzentos individuos. Temos no Resplendor agora 73, que dizem haver no sertão muito mais, que conduzirão na proxima descida. Para

Santo do Brasil



Monumento erigido, em 1922, no convento jesuítico de Benevente, a primitiva *Iririliba*, no nosso Estado, onde o glorioso José de Anchieta residiu longos anos e expirou, chorado por centenas de índios que amansara e convertera à religião de Cristo.

começo do Posto vou contratar, por empreitada, derrubadas e plantação de grandes bananais, sendo bananas a alimentação preferida pelos índios, ao mesmo tempo que os iremos iniciando no trabalho.

Por em-quanto, entendo que se não deve fazer, quanto a construções, nada que não seja muito provisório. Entre os empregados que forem admitidos, procurarei ter alguns índios mansos, porque a vista do seu trabalho excitará os outros mais que qualquer outro exemplo ou conselho. E' uma das grandes vantagens do Pancas. A localização dos Crenacs em Resplendor tem, aliás, algumas vantagens também, entre elas a de poderem com melhor facilidade visitar os seus antigos quijemes, desejo que o índio manifesta sempre, entristecendo-se, quando não consegue satisfazê-lo. No Pancas isso se tornaria muito mais difícil.

Desde a saída dos Crenacs, acha-se em sua companhia o auxiliar Candido Chaves e o interprete Joaquim Cristino, além dos empregados indispensaveis, tendo eu também estado com eles alguns dias.

Em uma epidemia, que os atacou, o referido auxiliar e sua digna esposa foram de uma dedicação sem limites, servindo de enfermeiros aos índios, no hospital que estabelecemos em Resplendor. Aí nos prestaram seus serviços clinicos gratuitamente os distintos facultativos dr. Joaquim Teixeira de Mesquita e dr. Lacerda Guimarães, nossos amigos e patricios expressamente chamados para isso.

Índios civilizados

Nas margens das lagoas do baixo rio Dóce e das costas maritimas proximas, existe grande

numero de indios mais ou menos civilizados, ha muitas dezenas de anos por ali estabelecidos, e cujo estado de civilização é identico, ou pouco diferente, ao do comum dos nossos patricios roceiros, propriamente trabalhadores nacionais. Pelos meus urgentes afazeres junto dos seus irmãos ainda selvagens, não me foi possivel cogitar, no lugar, do melhor meio de favorece-los, o que conto fazer na primeira oportunidade. Não são da origem aimoré e sim tupi, dados alguns termos que ainda conservam da lingua primitiva, que, mesmo entre eles, já caiu em desuso. O seu numero eleva-se a algumas centenas, já tendo perdido a organização de tribu e o conhecimento de chefes os proprios caciques. Vivem da lavoura e tiragem de madeira. A providencia compativel com o seu estado é a de um centro agricola, para o que a fertilidade das terras que habitam, segundo informações que tenho colhido, se presta perfeitamente.

Assistencia aos indios

Esta Inspetoria presta, presentemente, de modo completo e sistematico, assistencia a 190 indios, que se acham em diversos Postos, dirigidos por funcionarios seus, sendo 92 no Pancas, 25 no Posto Aimorés e 73 no Resplendor. A estes fornecemos toda a alimentação, roupa, remédios, ferramenta, utensilios e armas, sempre de acordo com as suas necessidades. Além desses temos auxiliado com alimentação, ferramentas, roupas e utensilios aos indios do Etuète em numero de 56, que pela situação de já iniciados nos trabalhos dispensam o nosso concurso total, e vamos auxiliar aos 30 que residem em S. Sebastião do Ocidente, com ferramenta e roupa, procurando fazer tudo com as necessarias cautelas, afim de

evitar o desvio para exploradores, dos brindes destinados a índios. Com estes montam a 276 os índios soccorridos por esta Inspetoria, sendo 127 em Minas e 147 no Espírito Santo.

Como já referi ao tratar dos Postos, a assistência lá é mais completa e eficaz, pela ausência de elemento perturbador, que é o «soi-disant» civilizado, estranho ao serviço de proteção e que por uma triste coincidência, em toda a parte age, sistematicamente, no sentido da perversão do índio, ou com o intuito de prostituir suas mulheres ou de explorar o seu serviço e minguados haveres. Ali, cada família vai sendo provida de uma casa, relativamente boa e de tudo mais que necessita para viver como as famílias roceiras, isentas de miséria. Os homens, além das ferramentas comuns do serviço: facão, machado, foice e enxada, vão sendo providos de espingardas, na proporção dos seus serviços. Para o beneficiamento de seus produtos, estamos montando diversos engenhos que foram fornecidos por esta Diretoria.

Na história da posse das terras do Brasil pelos portugueses encontram-se casos frequentíssimos de serem os aventureiros alimentados pelos índios com produtos provenientes de suas grandes roças e de suas fartas caçadas. Aqui, o índio não tem nada.

Ao chegar a nós, como amigo, sua primeira declaração é que tem fome, é que seus parentes morrem de fome na mata, porque não ha caça, não ha fruto para alimentar-os a todos. E desde então, ficamos com aquelle pensionista, que só um ano depois, se fôr docil e se o dirigirmos com toda a paciência e jeito, poderá produzir alguma coisa, que nos ajude no encargo de o alimentar.

E dada a credencial com que nos apresentamos, outra não poderá ser a nossa atitude. Além disso, se queremos encaminhar a atividade do nosso protegido para a agricultura e torná-lo sedentário, é mister que o sustentemos em um determinado lugar, emquanto ensaia seus passos vacilantes, nessa nova via que temos necessidade de oferecer-lhe, tanto quanto possível, desbravada de obstáculos e cheia de atrativos, para que prossiga na sua trilha, sem desânimo, com esperança de sucesso.

Só assim se fará alguma coisa, porque, si nos limitarmos a sua pacificação (refiro-me aos Aimorés) e lhe entregarmos as ferramentas e as sementes indispensáveis às roças, eles, por falta de iniciativa, e, sobretudo, por não saberem fazer, nada farão.

Já tive ocasião de fazer essa experiência. E se, para dar-lhes a iniciativa que lhes falta e a ensinar o que não sabem, fôrmos com eles, então ouviremos a sua declaração, de uma lógica de ferro, «que a planta só dá de hoje a muito tempo e eles necessitam comer hoje» e, deixando tudo, se vão para a caça. Também essa experiência fil-a ao começo. Debalde se tentará convencer que cace num dia e trabalhe no outro. Aí virá declaração de que a mata, quando dá caça, dificilmente chega para um dia, o que, aqui, é verdade. Temos, pois, necessidade de sustenta-los até que suas lavouras deem para isso.

NOTA : — Estas mal escritas e mal copiadas notas referem-se a 1912. De então para cá, os índios civilizaram-se mais e os Crenacs já não é o bando irracional, a que me referi então.

Por falta de tempo deixo de escrever cousas novas. Além disso o essencial está aí e o mais natural é justamente o que foi apanhado nos primeiros tempos.

Maio de 1921.

A. ESTIGARRIBIA.

Os índios Crenacs

Habitam as matas do norte do rio Dôce, adjacentes ao vale do rio Eme. Estão reduzidos atualmente a menos de uma centena de indivíduos. Até 1911, viviam encarniçados em lutas com os civilizados, famintos e nus pelas matas. Desde, porém, que a ação do Governo Federal, através de Serviço de Proteção aos Índios, começou a fazer-se sentir no rio Dôce, sua sorte mudou e hoje vivem tranquilos e em paz, cuidando de suas roças ou caçando. Não sofrem fome e adotam roupas geralmente. As mulheres, que antigamente viviam em completa nudez, ao contrário dos homens que, desde os 12 anos, encobriam as partes sexuais, hoje se apresentam sempre vestidas, salvo uma ou outra velha. Nos serviços de roça os homens gostam de trabalhar vestidos pela antiga. As culturas, que mais estimam, são as que dão para comer mais depressa e o alimento de que mais gostam é o arroz. Plantam com muito agrado, a batata, a bananeira, o arroz, a canna, o milho e já não é com o mesmo entusiasmo, que se dedicam ao café ou ao cacáo, em cujas culturas os estamos iniciando para assegurar o seu futuro, porque as terras de que dispõem são muito próprias para elas. Dizem eles que provavelmente morrerão antes dos primeiros frutos.

Além, no posto «Guido Marlière», antigamente posto do «Eme», onde estão feitas as casas das fotografias, que acompanham este apontamento (*) e outras começadas posteriormente, têm, ha onze leguas para o interior da mata, o seu aldeamento, a que chamam quijeme-brec, onde passam parte do tempo. Não tem crenças, que se

(*) Não pudemos mandar fazer os «clichês» dessas fotografias para este numero.

traduzam por nenhuma cerimonia visivel. O casamento é assunto decidido pelo capitão e parentes mais proximos, as mulheres cedendo sempre sem ser consultadas. Existe a poligamia para os principais. As mulheres de cada marido, embora vivam em muita boa paz umas com as outras, não estimam esse estado e o censuram, ganhando a monogamia.

Os indios Crenacs, com os outros do rio Dôce, são inteligentes, industriosos e bons. Na média são bonitos e fortes, mas resistem muito pouco ás molestias. Os ferimentos, porém, cicatrizam neles com pasmosa facilidade.

Vocabulario dos indios Crenacs

Ha alguma diferença no modo de falar dos indios de tribus diversas, mas as que aqui se notarem são certamente devidas ao ouvido e á grafia dos «recolhedores»:

Jopú	Mãe, mulher.
Jocan	Mulher casada, representada pelo marido
Jican	Pai.
Kijác....	Irmão ou irmã.
Kijácá.....	Roupa (qualquer peça).
Kijácá uahá.....	Roupa de mulher.
Kijácá cruknim	Roupa de criança.
Kijácá jopú....	Roupa de mulher.
Ingruc.....	Filho, ex.: João ingruc. (João é o pai da criança).
Uahá.....	Homem.
Jipunan	Menina.
Jocan potik	Mulher solteira ou viuva.
Uahá potin	Homem solteiro.
Crukrim uahá.....	Homem pequenino.

Crukrim....	Pequeno.
Crukrim jopú....	Menina casada.
Héréhé.....	Bom, bonito, saboroso e tudo que lhes é agradável.
Jagi.....	Entender, acertar.
Jagi nuc.....	Não entende.
Inkec.....	Furtar.
Trumeséck.....	Relampago.
Dunchat jopú....	Mulher (como se chama).
Dunchat uahá.	Homem (como se chama).
Dunchat ingruc....	Menino (como se chama).
Janm táa.....	Feijão.
Uaté.....	Saco.
Uatú ou Vatú.....	Rio Doce.
Uatú uahá..	Corrego.
Jipocan.....	Banana.
Gumurine.....	Cana.
Gát.....	Mamão.
Pataki.....	Resina de pau.
Maróte.....	Arroz.
Mon mon.....	Doente.
Mon mon quáa ...	Muito doente.
Guá.....	Vivo.
Cót.cót.....	Dôr.
Cakjunc.....	Dormir; sono.
Mac táa.....	Perna quebrada.
Jack-gime.....	Zangado.
Muncut.....	Comer.
Co ingoranc.....	Fome.
Cuangué mirré....	Barriga cheia.
Cuangué.....	Barriga.
Munhangue.....	Água.
Munhangue pra unté	Água corrente.
Jóp.....	Beber.
Tonton.....	Porco pequeno.
Potick.....	Um, unico.
Tonn.....	Pouco, pequeno.

Carac cruknim....	Canivete.
Carac pakjú.....	Facão.
Pauá.....	Devagar.
Iirá.....	Espera.
Joncát (pele ou cas- ca de pau).....	Canôa, vapor, lancha.
Pum.....	Espingarda, pistola.
Pum mek mek.....	Espingarda pequena.
Pramm.....	Quero.
Arritinim.....	Trazer.
Amokmon.....	Fumaça.
Amórone.....	Longe.
Amum.....	Foi-se embora.
Mum.....	Vá-se embora (mandando).
Mem.....	Apertar.
Pó mem.....	Apertar a mão.
Pó.....	Mão.
Pó inha.....	Pé.
Uh-uh.....	Calor.
Tepó.....	Sol.
Tepó jit-xá.....	Sol quente.
Taurú.....	Céu.
Tommehc.....	Estrela.
Êtê-êtê.....	Vagalume.
Munhac.....	Lua.
Taurú te crim.....	Trovoada.
Japeki.....	Boca.
Kitome.....	Olhos, botão.
Ketonn.....	Rosto.
Burum.....	Bugre, índio.
Porim.....	Farinha.
Imthep.....	Secar.
Cuéme.....	Morrer.
Pipnuc.....	Eu não vi.
Nhicuaum.....	Meu.
Nuc.....	Não.
Nac.....	Terra.

Crenn	Cabello, cabeça.
Bocrim	Veado.
Pokicrim	Boi, vaca.
Crejú	Cavalo.
Incút	Jaboti.
Cupirick	Guariba.
Kurekjú	Porco domestico.
Juntjú	Gambá.
Jutinaís	Mulher.
Jakjéc	Queixo.
Bocann	Ave (qualquer especie)
Parank	Leite.
Pitac	Lagôa.
Acang pip	Vêr.
Inhep	Ficar, sentar, permanecer.
Répp	Sentar.
Cat-jit-xá	Febre, quente. (1)
Qundihú	Tatú.
Aá-hôp, uhon-uhon	Sapô.
Cracajá	Gato.
Uajik aumgrim	Atirar a flexa.
Nemm	Arco.
Uamm	Mau cheiro.
Tupá cré (não é da língua)	Deus.
Potic	Um.
Qrimpó	Dous.
Crotó huipe	Três.
Jocann inhauite	Quatro.
Jocann nuc	Cinco. (2)
Anguim	Acabou-se.
Aáá	Galinha.

(1) CATE — pele; JITIXÁ — quente; CATE JITIXÁ — febre.

(2) Os índios antigos de Santa Cruz, a Aldeia Velha dos jesuitas, contavam da seguinte forma: EPÊ — um; MOCONHA — dois; MUÇAPURE — três; MUÇAPURE-EPÊ — quatro; MUÇAPURE-MOCONHA — cinco.

Ram.....	Vamos.
Cumã.....	Sabão.
Uennijú.....	Encher.
Aropunnonn.....	Côco.
Odestiosco.....	Gema de ovo.
Aááingú.....	Ovo.
Nutirite.....	Suspensorios.
Aracuaá.....	Poaia.
Pokhanratinan...	Maracujá.
Taucni.....	Núa.
Grapaua.....	Machado.
Renne.....	Lenço.
Joppune.....	Raposa.
Jakequek.....	Borboleta.
Irréa.....	Jacaré.
Cruét.....	Gaiata.
Tanim.....	Canéca, copo, tijéla e qualquer vazilha, sem ser de vidro.
Tiritite.....	Cair.
Ururut.....	Suspender.
Jakerepó.....	Garfo.
Kijeme kitome..	Casa dos botões.
Tacruk.....	Pedra.
Gena.....	Naris.
Cré.....	Só.
Ninrát.....	Unha.
Coparak nimat....	Unha de onça.
Páua.....	Dedo.
Amanrut.....	Puxar o gatilho.
Punjába.....	Polvora.
Pacaki.....	Repartir.
Pum jácú.....	Chumbo.
Perête.....	Espolêta.
Poót.....	Relógio.
Jocône.....	Muito tempo.
Potem.....	Parado.

Tchim.....	Miudo, de boi ou de porco, carne (*).
Cujam cujim.....	Tamanduá cabeludo.
Tisarem.....	Macaco.
Cuporic.....	Guariba (macaco barbado).
Cracmurerenhec....	Malacachêta (tirada da pedra).
Cracmurerenhec-ki- tone.....	<i>Pince-nez</i> feito de malacachê- ta pelos indios Gutcracs, de- pois de terem visto, cá fóra, alguem usal-o, e, por pande- ga, esperaram o auxiliar de <i>pince-nez</i> , com o respectivo trancelim de embira.
Cancan.....	Mandar.
Guidame.....	Quero mais.
Pau-hêt.....	Conta.
Poét.....	Papel escrito, ou escrever no papel.
Umá ..	Gordura.
Maná cuême.....	Morrer de saudades.
Pondgema.....	Sapato e meia.
Abagick.....	Aipim, mandiôca.
Munhangue pá	Chuva.
Tapétepó.....	Chapeu de sol.
Acothup.....	Vazando.
Pinhét quat.....	Cachimbo.
Jon quat.....	Tacauri (pau que usa nas ore- lhas e labios).
Tejú.....	Botar.
Jucugi.....	Rio Pancas.
Uáteki.....	Emendar.
Jóme.....	Cobra.
Jacamburá.....	Cheiroso.
Memem.....	Cabra.
Bijú.....	Ponta.

(*) Tchim-corane—fome (ao pé da letra: - desejar carne).

Corane.....	Querer, desejar.
Tampü	E' melhor.
Crat.....	Pesado.
Ampuête.....	Carta, papel escrito.
Ampuête-cancã.....	Mandar uma carta.

Vocabulario dos Botucudos da Província de Minas Gerais

Tribus Pogichá, Aran ãa e Potua

Tchon peck.....	Fogo.
Ammek	Longe.
Cuparack.....	Onça.
Borum	Bugre.
Kurek.....	Porco do mato.
Nuck.....	Não.
Nack.....	Terra.
Mãranã.....	Febre intermitente.
Akú, conakú.....	Soprar.
Rini.....	Trazer.
Ti.....	Tu.
Uh-uh.....	Calor.
Quemm.....	Morrer, secar.
Minhacga.....	Água.
Cugi.....	Pequeno.
Crenn.....	Cabelo, cabeça.
Heren.....	Macaco.
Jack-jemm.....	Zangado.
Girum.....	Alvo, claro.
Japú.....	Mãe, mulher.
An-ndm.....	Não.
Caracati.....	Eu tambem.
In kigikann.....	Meu pai.
Nantchon.....	Diabo.
Pip.....	Vêr.
Uatú.....	Água corrente, rio.
Táo-ru.....	Geu.

Gitack	Lagôa.
Táo-rú-té-pó	Sól.
Táo-rú-tek-tek . . .	Estrela.
Thõo-rú	Vento.
Potchick	Um, unico.
Ruhuh	Muito.
Prâmm	Fazer.
Tchoun	Arvore.
Amoeck. Pom	Farinha.
Táo-rú-mouhack ...	Lua.
Quijeme	Casa.
A-pó	Seu pé, sua mão.
Pokri	Veado.
Cuparack-engi	Onça vermelha.
Himm	Negro, preto.
Carahim	Homem, que não é indio.
Carahígirum	Homem branco.
Carahi-him	Homem prêto.
Carahi-bovencuca...	Homem mulato.
Prick	Formiga.
Tupan	Deus.
Nhan	Abandonar.
Mujan pá (amom) ..	Vamo-nos embora.
Nhamm	Eu.
Minhang-pat	Chuva.
Anemumem	Arrancar.
Incut	Jaboti.
Pum meck-meck ..	Espingarda, pistola.
Uamm	Mão cheiro.
Acâ	Franco, generoso.
Joukat	Canôa.
Augri	Cantar.
Majica. Vajic	Flecha.
He-re-he	Bom.
Inta-home	Fumar.
Tupan jack-jêm... .	Trovoada.
An-cut	Comer.

Inkike.....	Furtar.
Jop.....	Beber.
Chingorane.....	Fome.
Ki-jack.....	Irmã.
Hu-ra-hu.....	Muito.
Ji-kan.....	Pai.

Vocabulario dos Botucudos do aldeamento do Mutum

Jopu.....	Mãe.
Jican.....	Pai.
Jocan.....	Mulher casada.
Quijac.....	Irmão.
Curuc.....	Filho.
Jipunan.....	Femea.
Uahá.....	Macho.
Iirá.....	Espêra.
Mum.....	Vá-se embora.
Quijeme.....	Casa.
Apro-mum.....	Sair.
Amuc.....	Não.
Nhic-ati.....	Olha o passaro voando.
Caracati.....	Nós dous.
Acangã-ia.....	Vêr.
Con jopuprame.....	Quero beber.
Uatu.....	Flecha.
Inquec.....	Furtar.
Uatu.....	Agua corrente.
Thoru.....	Céu.
Munhac.....	Lua.
Tepó.....	Sol.
Thorú.....	Vento.
Toruc-relet.....	Estrelas.
Pitac.....	Lagoa.
Carac.....	Faca.
Pó men.....	Apertar a mão.

Jocan potchic . . .	Mulher solteira.
Uajie au gring . . .	Atirar a flecha.
Héréhé	Bom, bonito, (<i>h</i> aspirado).
Huruhu	Muito, (<i>h</i> aspirado).
Cren	Cabeça.
Cren-quê	Cabelo da cabeça.
Jac-jat	Barba.
Que tome	Olhos.
Qjin	Naris.
Qjun	Dente.
Icmá	Boca.
Jnnun	Braço.
Quijic-kri	Cotovelo
Jocoema	Sovaco.
Intã	Peito.
Parãc	Maminha.
Cuang	Barriga.
Macjopc	Cousa.
Mirum	Perna (do joelho para baixo).
Jipuc	Pescoço.
Ingré	Pulso.
Impung	Costas.
Procotam	Nadega.
Potchã	Calcanhar.
Qjin má	Buraco do naris.
Inhohone	Orelha, (<i>h</i> aspirado).
Icam	Testa.
Ican-que	Sobrancelhas, testa, cabelo.
Con inhauite	Muita gente.
Potchic	Um, unico. (Indicam com os dedos abertos).
Grimpó	Dous.
Grotó huipe	Três.
Tãa	Quatro.
Tam	Cinco.
Jonpec	Fogo.
Amorone	Longe.

Van...	Muito longe.
Cuparac	Onça.
Cuperic	Macaco, barbado.
Borum	Bugre.
Curãc	Porco do mato.
Jon	Páu.
Joncat	Canôa.
Jon cueme	Lenha (*)
Pec... ..	Pegar.
Nuc, am nuc	Não.
Nac	Terra.
Cot cot	Doente.
Mão-mão	Doente simplesmente.
Tonton	Não presta, mau.
Uamm.	Podre, mau cheiro.
Conacu	Soprar.
Peneranim	Trazer.
Ti	Tu.
Nhic, nhicuaun	Eu, meu.
Auan	Teu.
Uh-uh, gitxá	Calor.
Cueme	Morrer.
Ummtché	Secar.
Conhum	Dar
Pramm	Querer.
Minhang	Água.
Pó	Pé, mão.
Nhintnhin	Pouco, pequeno.
Jerenú	Macaco.
Girum	Branco.
Hime	Preto.
Buru cucuc	Vermelho.
Con inhome	Verde.
Conrá	Maduro.
Djuntchac in câme?	Como se chama isto ?

(*) JON-PÁU; CUEME—morto: donde lenha—pau morto.

Nhic inta home pram. Eu quero fumar.

Nhic minhang croc,

jop pramm.....Eu quero beber aguardente.

Nhic munhang hime,

jop pramm.....Eu quero beber agua preta
(café).

Nhic an cut pramm..Eu quero comer.

Nhic aum nack-na-

nuc (*) jagi nuc..Eu sei falar a lingua dos Bo-
tucudos.

Nhic aum nakria nuc

jagi nuc.....Eu não sei falar a lingua dos
Botucudos.

Nhic curuc cot cot. Meu filho está doente.

(*) NAKC-NA-NUC é o nome de um dos muitos grupos Botucudos.

OROGRAFIA ESPIRITO-SANTENSE

CARLOS XAVIER

Presidente Honorário do I. H. G. do Espírito Santo

Distintamente dividido em duas grandes e antagonicas zonas, apresenta o solo espirito-santense o mais desigual aspecto, embora em qualquer delas tenha sido prodiga a natureza.

De um lado se ostenta, em magnifico destaque, culminando todo o Brasil, a zona montanhosa, de onde, triplicemente grandiosos aparecem o Pico da Chibata, o Pontão do Sul, e, na Serra de Caparaó, o Pico da Bandeira, que vê as outras regiões brasileiras em inferioridades de altitude. De outro lado, está coberta de brejos, a zona baixa que, em certos logares, para collocar-se ao nivel do mar, necessitaria erguer-se ainda 50 metros.

Altura vertiginosamente estonteante mostra a zona que, protegida pela Serra do Mar e desdobramentos, continua, para o sul, afim de atingir ao Espigão ou Souza e á Chibata ou Caparaó, com suas ramificações.

Do outro lado, estendendo-se ao mar e aos rios Doce e Mucuri, apresenta, em certos logares, vastas planicies.

Na 1.^a região, as rochas são de origem plutonica, compostas de camadas de argilas ferrugi-

nosas e areias, de envolta com fragmentos de granito, de quartzo e semeados de enormes blócos erraticos, segundo menciona Cesar Marques, no seu «Dicionário Histórico e Geográfico do Espírito Santo». Na segunda estão as rochas de origem neptuniana, representando depósitos de aluviões, antigos e modernos.

Tal o aspecto do Espírito Santo, cuja orografia se prende á grande cadeia oriental, a mais importante do sistema brasileiro, e que, procurando, ora ampliar-se, ora retrair-se, percorre o país, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte. É o sistema orográfico espirito-santense, como se vê, constituído pela Serra do Mar, que, internando-se pelo nosso territorio, se triparte pelo Espigão, pela Chibata e pela Serra dos Aimorés, que, correndo quase na direção de norte e sudoeste, na distancia de 30 leguas, aproximadamente da costa do mar, separa, a oeste, o norte do Espírito Santo do de Minas.

A grande cordilheira dos Aimorés, onde habitam os ferozes selvagens de tal nome, por sua vez se desdobra pelo Itaúnas, Topasios, Map, Map Nach, Sapucaia e Pipinak. A Chibata ou Caparaó, tomando a denominação de Serra do Engano, abrange Campo e Castelo. A Serra do Campo, fronteira ao Quartel da Vila do Principe, base tem a sua banhada pela margem meridional do Guandú. A Serra do Castelo, tradicional no Brasil, pelas minas auríferas, e onde se encontram as maravilhosas cavernas puris, ramifica-se pela Serra do Oleo, Queira Deus, Tabocas, Santa Joana, Manguinhos, Richmond, Perocão, Apolinario, Monforte, Lambari, Pombal, Andorinhas, Itabapoana e Boa Vista. Da Serra do Engano, partem ainda as do Alto Engano, a 1115 metros, a do Alambique, a 1023 metros, a do Onça

e a do Batatal, entre as cabeceiras dos rios Jucú Benevente e Independencia.

Varias são, na orografia espirito-santense, as altas montanhas como as do Mucuratá e Afflitos e a existente entre o Jucú e Lamego, a 1060 metros.

São dignas de menção a do Dourado, a de Henrique Faller, a do Morro da Gamela; a oeste de Santa Cruz, a do Chapéu Grande, São Domingos e Itabira; entre Guarapari e Benevente, a Orobó, a Guarapari, a do Engenho, a do H., a do Páu, a do Prata, a Jabituruna, as do Jacaia, a de Dois Irmãos, a Queimada e a de Itaquari; em São Mateus, a das Ilhas Grandes e Pequenas e em Viana a da Malha, a do Quebra-Joelhos e a da Taquara.

Na comarca de Vitoria, são tradicionais o do Mestre Alvaro, Alves, ou Alvo, balisa dos navegantes, a quase 1000 metros de altura, o Monte Moreno e a Penha; além do da Ilha do Boi, no centro da pequena Serra da baía de Vitoria, o Mochoá e Mochofongo, ao norte, no primeiro cordão de serra, paralelo ao mar e o dos Frades, na magem sul da baía do Espirito Santo, a oeste do Morro da Capuaba.

O Mestre Alvaro, Alves, ou Alvo, ligado, pelo oeste, com o sistema de serras do Estado, por um contraforte pouco elevado, é um dos mais curiosos das costas do Brasil e põe termo, para o lado do nascente, á corda de montanhas, que vem da Serra Geral.

Cesar Marques attribue-lhe rubins e esmeraldas.

Circunscrito em uma area de 30 metros, tem a originalidade de oferecer sempre o mesmo aspecto, qualquer que seja o lado pelo qual o encaremos. Foi o primeiro ponto avistado pelos

companheiros de Vasco Fernandes Coutinho, que em seguida encararam o Tubarão, ponta de terra, ao norte e o Moreno, ao sul.

O Monte Moreno, que constitue a ponta da parte do sul da baía do Espírito Santo, de forma conica, escalvado da parte do mar, onde cái a prumo, e acima da qual fica a 200 metros e dos outros lados rica de arvoredos, vai encravar-se na Serra do Mar, servindo-lhe de contraforte. Presta-se de balisa, quando o tempo é claro.

Fica o cimo a 90° 19' e 23'' de latitude e 42° 39' e 408'' de longitude oriental de Paris.

Dá-se o nome da Penha ao morro no qual, graças á iniciativa de Pedro Palacios, foi erigida, a 307 acima do nivel do mar, o majestoso convento de Nossa Senhora da Penha, de onde o expectador frue a mais bella e encantadora perspectiva.

O Espírito Santo, orograficamente, pode ufanar-se de abranger o ponto mais alto do Brasil. Não obstante a maioria de opiniões dos historiadores, entre os quais Rocha Pombo, mostrar o Itatiaia, na Mantiqueira, como o mais elevado da Serra do Mar, está hoje demonstrado que o Itatiaia, se ergue a 2809 ms., ao passo que o Pico da Bandeira levanta-se a 2.950 ms. A comissão da carta geográfica do Espírito Santo, composta dos engenheiros Borges Melo e Souza Reis, verificam o fato comprovado pelo confronto, procedido em abril de 1912.

Veiga Cabral, fundando-se em tais dados, apresenta o Pico da Bandeira como o ponto mais alto do Brasil.

O TITANIO NA COSTA DO ESPIRITO SANTO

ARCHIMIMO MATTOS

Presidente Honorario do I. H. G. do Espirito Santo

O esforçado dr. Silvio Fróes de Abreu, que, no 8º Congresso de Geografia, reunido nesta Capital, tão robustas provas deu de sua intelligente aplicação aos estudos científicos, applicados no interesse nacional, acaba de publicar mais um trabalho que, como diversos outros de sua produção, o torna justamente admirado por quantos se dedicam á observação dos grandes problemas de interesse vital do nosso país.

Vinculado por laços de solida e desinteressada amizade pessoal ao subscritor destas linhas, desde que, pela primeira vez, aqui se encontrou a serviço da repartição a que dá o brilho de sua cultura — Diretoria de Combustiveis e Minerios do Ministerio da Agricultura — com o auxilio que lhe pudemos então fornecer, daqui levou interessantes elementos colhidos *in-loco* para o estudo dos nossos chistos betuminosas das margens do rio Jucú, fazendo, então, importantes observações sobre essa possivel, riqueza ainda inexplorada.

De passagem para o norte, por mais de uma vez em viagem de estudos, deu excelentes provas de sua aptidão, nos trabalhos feitos e publi-

cados, já sobre as plantas taníferas da Bahia, já sobre o babassú do Maranhão, além de outros, todos enfeixados em livros, que revelam o apaixonado pelas grandezas de nossa terra, sempre animado desse sadio espirito patriotico, veramente construtor, sem os exageros das patriotadas dos iconoclastas e demolidores inconsequentes.

Agora mesmo temos, sobre a nossa mesa de trabalho, o seu ultimo livro—*O Titanio na costa do E. Santo*—elaborado á guisa de relatorio, por onde se verifica encontrarem-se aqui «depósitos de areias titaníferas, que constituem, mais propriamente, minerios de titanio que de torio, visto como predomina neles a ilmenita sobre a monazita».

Nessa monografia, passa o autor em revista a costa deste Estado sob o ponto de vista fisiografico, estudando as terras argilosas como as praias, de Vitória ao Itabapoana, estas limitadas, de espaço a espaço, por pontas gneissicas desde o Monte Moreno, a ponta da Barra do Jucú, a da Fruta, de Meaípe, Castelhanos, etc.

Lembra a hipotese formulada da natureza vulcanica do monte Mestre Alvaro, para concluir não encontrar-lhe fundamento, acrescentando ser o Espirito Santo quase todo, do Rio Dôce para o sul, constituido geologicamente pelas «rochas cristalinas do maciço atlantico», sendo que seus morros rochosos identificam «a região arqueana do Espirito Santo ás mais tipicas das Serras do Mar».

Esta, em Vitória, «está bem representada pelas montanhas a W. da baía, pelas ilhas gneissicas e pelos morros na entrada do porto».

Da natureza do solo se ocupa, apresentando uma boa analyse quimica, de onde se verifica a «pobreza de calcio e a grande proporção de alumina combinada á silica».

Reliquia sagrada



Monumento funerario, que indica o local em que estiveram os despojos sagrados do padre José de Anchieta, na Capela de S. Tiago, hoje sede da Imprensa Oficial do Estado, erigido, em 1922, pelo Instituto Historico, sob os auspícios da administração Nestor Gomes.

Ocupa-se o autor da vegetação, cujos principais representantes anota com criterioso cuidado, passando a se referir às vias de comunicação da zona observada.

Entrando, então, no objetivo principal de sua bem cuidada monografia, afirma ser o titânio cerca de 2 vezes mais abundante na natureza que o carbono, pois que quase todas as rochas o contêm.

«As matérias primas, que fornecem o titânio para o consumo na indústria, são: o rutilo, a ilmenita e os minérios de ferro titanífero» e os depósitos de areias ilmenitas associadas à monazita, zirconita e granadas da costa do E. Santo e constituem atualmente a principal fonte de titânio do Brasil».

Pelas análises feitas chegou a concluir que a «ilmenita, separada das areias do litoral do E. Santo, têm um teor em óxido de titânio mais elevado que os da costa de Travancore na Índia». Enquanto estas acusam uma proporção de 52 a 54% de óxido de titânio; as nossas o contêm na de 55 a 58%.

Referindo-se aos depósitos da lagôa Jacunem, S. Mateus, Guandú, Alfredo Chaves e interior de Benevente e Guarapari, acha-os mais de importância científica que comercial, enquanto os depósitos litorâneos de Benevente, Guarapari, Itapemirim etc. são de fácil exploração comercial, como, aliás, já foi feito com as areias monazíticas pelas diversas empresas, que as beneficiaram para exportação.

Esta, que foi ativa, perdeu seu valor pela falta de emprego atual da monazita, subindo, porém, de valor a ilmenita, por muitos anos abandonada em proveito daquela.

Em Guarapari são encontrados depósitos de areias monazíticas, naturalmente contendo ilme-

nita nas Praias do Diogo, da Restinga e nas de Meaípe e Maimbá; em Benevente, nas de Maimbá, Ponta dos Ouriços, Paratís e Carais; em Itapemirim—nas praias das Pitas, Saco dos Cações, Quarteis, Tiriricas, Mangue, Cacurucagem e Boa Vista.

Em Piuma, as areias encontradas são as mais ricas em ilmenita (areias pretas) e a contém na proporção de 75 a 80%.

Embora o metal titânio não tenha ainda aplicações industriais, dos seus compostos, o óxido de titânio é atualmente usado como «tinta branca, e como constituinte de certos esmaltes em que se encontra a sua principal aplicação».

Vai o óxido de titânio vencendo os seus concorrentes nesses empregos industriais, já pela sua inércia química, donde a sua inalterabilidade, já pela sua perfeita missibilidade com os líquidos geralmente usados nas tintas, e ainda por não ser absolutamente nocivo á saúde, como acontece ás tintas de chumbo, zinco, etc.

O grande valor do óxido de titânio foi estudado por H. D. Bruce, enquanto Lehmann e Hungenet o estudaram sob o ponto de vista higiénico e Noel Heaton estudou a sua não toxidez.

Ainda o titânio, pelo seu tetra-cloreto, é empregado para produzir nuvens artificiais, hoje de emprego corrente, principalmente na defesa das cidades aos ataques aéreos.

Posto que possuidores de tantas e tão importantes reservas de titânio, temos nos deixado vencer na concorrência por outros países, em piores condições do que nós para fazer dessa riqueza natural uma boa fonte de lucros.

Pelo que se verifica do *Boletim do Bureau of Mines dos E. U. da America do Norte*, o Brasil exportou 1488 toneladas em 1926; 1307 em

1927; 2000 em 1928 e 6361 em 1929. A cotação atual é, em media, de 3 libras por toneladas.

Eis, em sintese, o que nos revela o dr. Silvio F. Abreu em seu recente trabalho, a que vimos nos referindo, mais para levar ao conhecimento dos interessados no assunto o que é e o que vale a exploração mineral no E. Santo, do que para prestar-lhe qualquer homenagem, visto que esta ficaria realmente a quem do merecimento de quem tão apaixonada, e criteriosamente, se dedica a tão importantes asuntos, sem outro intuito que o de prestar ao País os serviços, que ele espera dos seus bons filhos.

Do que aí fica, bem se pode vêr que, desdobradas as nossas atividades para outros setôres, bem poderíamos nos ir libertando da didatura do general café, senhor quase absoluto dos nossos pensamentos.

É de confiar, porém, que, inspirado por uma sã politica de defesa mutua, não queira o fisco manietar a iniciativa comercial de uma industria, que vai ensaiando os seus primeiros passos.

Em geral os encargos fiscaes são, as mais das vezes, responsaveis pelo fracasso das mais belas iniciativas, motivo por que tantas delas morrem no nascedouro.

O dr. Silvio Abreu, nesse minucioso e intelligente estudo, que acabou de fazer a respeito das nossas reservas de titanio, nem só põe em relevo a sua grande capacidade de cientista e observador, mas a de homem de coração e de espirito, a serviço das boas causas.

Na impossibilidade de transcrever, na *Revista do Instituto Historico e Geografico* deste Estado, todo o trabalho a que nos referimos, não nos furtamos ao dever, aliás gratissimo, de aqui registallo, chamando para ele a atenção dos estudiosos no assunto em vista.

O RECONHECIMENTO DA TERRA CAPICHABA

CECILIANO DE ALMEIDA

No ultimo quartel do seculo passado, publicou o eminente cronista Basilio Dæmon o seu trabalho, intitulado «*Descoberta, Historia e Estatistica da Provincia do Espirito Santo*», tendo sido uma de suas maiores preocupações precisar a data do reconhecimento da terra espiritosantense, como se depreende de sua proposição: «*a época em que se descobrira a provincia tornára-se para nós como que assunto para um estudo continuo.*»

Examina Dæmon, exhaustiva e pacientemente, o assunto, compulsando um grande numero de historiadores antigos e modernos e até, segundo assevera, procura esclarecê-lo, ainda, utilizando-se de «*documentos extraídos de arquivos e bibliotécas da Côrte, Baía, Pernambuco, Portugal e Holanda*».

Estuda o infatigavel pesquisador, em quarenta e sete paginas de seu livro, a interessante tese e chega, enfim, á conclusão de que «*do dia 4 a 8 de julho de 1504 foi descoberta a provincia do Espirito Santo pelo habil e destemido navegante Cristovão Jaques*».

Cultuamos com maxima veneração a memo-

ria de Basilio Dæmon. Reconhecemos que muito lhe deve o Espírito Santo; que o seu trabalho é um conjunto admirável de crônicas a ser consultadas e meditadas, mas não podemos, atualmente, compartilhar com o seu asserto de haver sido o Espírito Santo visitado, pela primeira vez, em 1504, pelos exploradores portugueses, por que temos elementos para demonstrar ter sido a costa espiritosantense reconhecida antes, isto é, em 1501.

Elle proprio afirma que *«tempos virão em que a luz se fará, e as duvidas existentes sobre alguns pontos de nossa historia patria ficarão esclarecidos»* e, assim, o que se tem como certo hoje, pôde ser reformado amanhã, desde que apareçam documentos que melhor elucidem os fâtos.

No dia 2 de maio de 1500, Pedro Alvares Cabral prossegue sua viagem para India e André Gonçalves retorna ao Tejo, levando a D. Manuel, o Venturoso, a noticia do descobrimento da ilha de Vera Cruz.

O emissario de Cabral é o portador da carta de Pero Vaz Caminha ao rei, que, alvoroçado com a leitura de um documento tão expressivo, resolve o aprestamento de uma esquadilha, cujo commando lhe é confiado.

Acompanha André Gonçalves, na qualidade de cosmografo, Americo Vespucio, investido de certa autoridade, e a quem competiria fazer as observações geograficas.

A expedição deixa Lisbôa em maio de 1501 e o rei comunica ás côrtes europeias o descobrimento do Brasil a 9 de julho do mesmo ano.

Encontra-se André Gonçalves com a reduzida frota de Cabral, de volta da India, em Benzenegue, atual Gorée, pertencente á França. Aí Pedro Alvares Cabral, já conhecedor de 500 leguas da costa brasileira, de Porto Seguro para o

sul, teria prevenido a Gonçalves e a Vespuccio, que a terra encontrada não era uma ilha e sim um vasto continente.

Avista a esquadilha o cabo de S. Roque a 16 de agosto e os tripulantes, depois do desaparecimento de dous dos seus, que indo á terra não mais regressaram, presenciam, estarecidos, o assassinato, a tacape, por uma indigena, de um guapo marujo, que é, sem mais delongas, esposteado, assado e devorado pelo gentio, em meio de grande algazarra.

Rumando para o sul, foi André Gonçalves, fielmente, executando as ordens reais, beirando a costa, fincando marcos, organizando plantas e dando nomes aos logares em que aportava.

A partir do cabo de S. Roque, percorre a pequena armada cerca de 600 leguas, figurando no mapa de Alberto Cantino, organizado em 1502, como ponto mais meridional, o cabo de Santa Marta. Seguindo a costa, de perto, teria de reconhecer e assinalar os pontos notaveis da terra capichaba. E isso vamos exuberantemente provar.

Chega a flotilha em 1º de novembro a Baía; daí parte tocando em Porto Seguro, no rio de Santa Barbara e, assim, prossegue para o sul, determinando Vespuccio as latitudes dos logares em que se demorou encontrando: para Porto Seguro 18°, para o rio Santa Luzia 19° 20', para a ilha de Santa Barbara 20° 20', etc. Modernamente é maior o rigor na determinação das coordenadas geograficas, sendo a latitude do Rio Dôce 19° 37' e de Vila Velha 20° 19'. Abandonando-se os segundos, por não alterarem o nosso raciocinio, concluimos, logicamente, que o rio de Santa Luzia é o rio Dôce, e que a ilha de Santa Barbara é uma das ilhas da baía do Espirito Santo, a da Forca ou a do Boi.

Em síntese, os pontos elevados do Espirito Santo foram, primeiro, avistados por Alvares Cabral em maio de 1500 e, 19 meses depois, em 1501, André Gonçalves explorou a costa, havendo Americo Vespucio determinado a latitude de, pelo menos, dous logares—rio de Santa Luzia e ilha de Santa Barbara—denominados hoje rio Dôce e ilha da Forca ou, talvez, do Boi.

NOTA: — Os subsidios para este trabalho foram fornecidos pelos seguintes autores: J. Capistrano de Abreu, F. Adolfo de Varnhagen (visconde de Porto Seguro), Roberto Southey, Austricliano de Carvalho, Anibal Mascarenhas, J. F. da Rocha Pombo, Candido Mendes, Mario da Veiga Cabral, Genserico Vasconcelos e Joaquim Manoel de Macêdo.

NOSSAS ANTIGUIDADES

ADOLFO FERNANDES R. DE OLIVEIRA

Não temos quase reliquias do passado! Aos visitantes, se nos pedirem que lhes mostremos nossas antiguidades, poderemos indicar o local em que existiram. Tudo vai desaparecendo pela criminosa indiferença de nossos conterrâneos! É certo que não tivemos a ventura de possuir edifícios, que se façam admirar por sua beleza arquitetônica como os da Baía, de Minas e de outros Estados; mas o pouco e pobre que tínhamos, caiu em ruínas, desapareceu! Esse nos restam do passado alguma coisa, agradeçamos aos governos que as salvaram por interesse.

Começemos pelo antigo collegio dos Jesuitas. Por que existe? Porque, desde dezembro de 1759, expulsos seus habitantes, confiscou-o o governo e fez ali residência dos governadores. E do antigo collegio restam apenas paredes, pelas muitas transformações por que tem passado. Sem falar das que podia ter sofrido, depois de confiscado, isso naquela época, depois da Independência, cada presidente de província modificava alguma coisa, até a visita de D. Pedro II. Para recebê-lo, novas reformas se fizeram, tendo sido demolida a antiga cozinha do Collegio que fazia corpo

para o lado da atual Escola Normal. Deixaram aquela parte sem o apêndice, que o enfeitava. Conhecemos ainda aquele edifício com janelas de peitoril, em grande parte do segundo andar, e o resto de portas e sacadas de madeira, as quais foram substituídas por outras de ferro, e sempre sofrendo reformas até o estado atual. Depois da remodelação feita no governo de dr. Jerônimo Monteiro, a qual parecia definitiva, ainda passou por outras no governo de Nestor Gomes, como se pôde vêr nas gravuras. Desapareceu a torre grande, em que existiu o relógio público.

Se não fosse o governo, tudo teria ruído, e, parece, ter-se-ia realizado a profecia que, dizem, fizera um dos Jesuitas: «Vitoria prosperará, no dia em que tudo quanto foi nosso cair em ruínas e só fôr habitado por corujas e morcegos»!

O Carmo existe, porque um dos últimos irmãos daquela Ordem cedeu, a pedido do Governo geral, aquele edifício para aquartelamento da Companhia de Linha denominada Fixa. Então, foi conservado, adaptando-se, como convinha, ao acomodamento da Força. Entretanto, a igreja, como os não interessava, ia caindo em ruínas, embora a Irmandade do Senhor dos Passos, só composta de manatas, zelasse por ela, quanto podia, isto é, impedindo que totalmente se desmoronasse, pois não lhe pertencia, mas aos frades carmelitas, existentes no Rio de Janeiro, que mais interesse deviam ter e mostrar pelo que era sua propriedade. A aludida Irmandade tinha, do lado da Epístola, mais ou menos, na altura da porta que dá passagem para o interior do atual collegio. (mantido pelas Irmãs de caridade), uma bellissima capela, com cúpula de vidros, em que havia apenas a imagem do Senhor caído com a cruz às costas, e uma linda imagem de Maria Madalena,

oferecida pelo padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte. Formava ela com a igreja verdadeiro contraste.

Retirada a força do exercito, passou a ser quartel da força policial, e desta, á Mitra, quando creado o bispado.

Ali residiu D. João Batista Corrêa Neri, nosso primeiro Bispo, que manteve um collegio de pouca duração, denominado «Ateneu Diocesano».

Com a retirada dele para a casa da «Medalha» como se chamava, pertencente á Mitra, e onde funciona hoje o «Externato Julia Pena», passou o Carmo ás Irmãs de Caridade. Sofreu grandes reformas no governo do dr. Jeronimo Monteiro. Salvou-se o Carmo, convento e igreja anexa, com a entrada das Irmãs de Caridade.

Foi-se, entretanto, a igreja proxima, a Capela da Ordem 3^a do Carmo, «Capelinha», como era chamada, a mais linda e rica que tinhamos, apesar de pequena. Não se desmoronou de velha; derribou-a a tal indiferença criminosa muito nossa, no que nenhum povo nos leva a palma.

Rebaixada a rua para nivelamento, ficaram a um metro de altura os alicerces da parede daquele lado. Acudindo-se a tempo, nada teria acontecido. No entanto, passaram-se anos, e ainda que digam déra a corporação alguns passos para que a Prefeitura reparasse, como devia, o dano causado, não se moveu esta na primeira tentativa e por isso desistiram os Irmãos, ou esperaram que ela o fizesse de motu-proprio, até que vieram chuvas torrenciais, e, o que teria sido salvo a tempo, não havia remedio senão com obras difficéis e dispendiosas.

Fendeu-se a parede lateral; peorou o estado do templo. Ninguém mais se moveu até que se teve de demolir aquella igreja.

E alfaias ricas e custosas e tudo mais desapareceu na *voragem*, e a Corporação desapareceu também na maldita apatia. Tudo cedeu ao *comodismo* ridículo de nossa gente.

S. Francisco, tão cheio de lembranças do passado, quando povoado de franciscanos que tanto bem fizeram, e que, desaparecidos esses, uma Irmandade de S. Benedito fazia prodígios para conserva-lo de pé, senão totalmente, pelo menos a mór parte dele—onde está?

Não resta, podemos dizer, mais que a misera sineira, parede com sinos, completamente desamparada, e... nada mais!

Derribou-o o tempo? Não, foi vitima do capricho da propria—Irmandade Episcopal—que, desobedecendo ao Diocesano, o desprezou!

Se não via mais em seus claustros e corredores transitarem os humildes filhos do Patriarca de Assis, via, no entanto, nas épocas em que as epidemias affligiam esta capital, suas celulas, seus salões transformados em enfermarias, e em atividade andavam seres caridosos, que não temiam affrontar o mal, para mitigar o sofrimento de seus semelhantes, desprotegidos da fortuna.

Assim foi pelo *coléra-morbus*, assim pela febre amarela, assim, pela variola e, ultimamente, enquanto se reconstruía o Hospital de Misericórdia, no governo do dr. Jeronimo Monteiro, para ali passaram todos os enfermos, que estavam naquele Hospital, e lá se conservaram até a conclusão das obras.

Não era, portanto, um edificio inutil! Aconteceu, porém, com elle o que basta vezes acontece com as pessoas abnegadas: recebeu, em troca de tanto bem, a ingratiidão mais negra!

Durante a vacância da séde episcopal, por falecimento do então Bispo D. Fernando, um sa-

cerdote que não era filho daqui, e que não está mais entre nós, nada sabendo de nosso passado, *ardendo em zelo pela salvação das almas*, entendeu de construir em Argolas, uma mesquinha capela, onde congregasse os fieis, e o meio pratico foi demolir uma parte do antigo convento, para, com os materiais dali retirados, realizar sua idéa! «Era um edificio feio, inestetico, que para nada prestava»!

E, demolida uma parte, entregue á insensatez do povo ignaro, o resto correu por conta deste que não poupou nem a igreja, em que tudo revirou e destruiu, violando tumulos dos doadores, de bemfeitores, em busca de dinheiro enterrado! Não poupou nem o ossuario de Fr. João Valadares, nem o de Fr. Pedro Palacios! Procurava dinheiro, fortuna, em convento de frades mendicantes! *Incredibile dictu!*

A PENHA

Resta falar do actual Santuario da Penha. Proibidos os noviciados das Ordens religiosas em nosso País, isso no tempo do Imperio, existia um frade, Fr. João do Amôr Divino Costa, que era Provincial dos franciscanos da provincia sul.

Vinha este uma vez no ano, pela festa da Penha, que, como é sabido, se realiza na segunda-feira, depois do domingo da Pascoela, afim de fazer a dita festa e recolher as esportulas, *negociar* registros de N. S. da Penha e fitas, medidas da dita imagem. Isso feito, regressava ao Rio de Janeiro, depois de vender todas as velas de cêra, oferecidas pelos fieis.

Pouco, bem pouco fez esse frade! Reformou o soalho da capela, tal como ainda existe, mandou pinta-la, só quando descobriu o pintor que

as colunas pintadas a oleo, eram de bellissimo marmore cór de rosa, como ainda se vêem ! Iniciou a reconstrução da «casa do banquete», como se denominava então ; mas não se sabe por que a obra parou e ruiu novamente !

E tudo viria por terra, como as casas deromeiros, a capela do Bom Jesus, senzalas, até a capela em que, em extasis, sorridente, ajoelhado, braços abertos (como costumam orar os franciscanos), entregou sua alma simples, bonissima e pura ao Creador, o leigo frade Pedro Palacios !

Ruiria tudo, dizemos, se em boa hora não tivesse, por ordem da Santa Sé, passado á Mitra, que para ali volveu olhos carinhosos ; mas pouco foi feito, até que, com a entrega ao padre José Ludwin, como seu capelão, tudo mudou de aspéto. Isto manda a justiça que se diga alto e bom som, que foi o unico que até hoje, tomou verdadeiro interesse por aquella nossa reliquia dos primitivos tempos do povoamento de nosso sólo.

E a seus cuidados devemos a conservação da lendaria—Ermida das Palmeiras—que tambem sofreu reformas, e é, no presente, justo orgulho dos espirito-santenses ! E não têm sido pequenos os esforços daquele sacerdote, para que hoje esteja tudo reparado e renovado.

Possa esse sacerdote restaurar, ao menos, a capela em que faleceu o Ermitão !

Dos antigos fortes de S. João e de S. Francisco Xavier pouco resta !

Sabemos todos o que fez o Governo Provisorio com relação aos templos existentes em Ouro Preto.

E' bem verdade que não tivemos por cá um Aleijadinho, mas um Vidigal, que fôra bom

escultor e trabalhára nas obras de talha da Matriz, actual igreja Catedral, e não era de menosprezar o que ali havia.

Terminando, falemos desta ultima igreja. Está sendo reformada; mas desculpem-nos o mau gosto talvez, apesar do que esperamos possa ficar depois de pronta, não será no interior mais bonita que a antiga Matriz, em sua singeleza, e de tantas rescordações.

Vitória, 30 de outubro de 1933.

JOSÉ DE ANCHIETA

Muito se tem escrito já sobre o veneravel figura de José de Anchieta, que tão longa e impressionante projeção teve no Brasil nos primeiros passos de sua civilização e que até hoje, através dos tempos, se tem tornado cada vez mais admirado.

Nos circulos de estudiosos da nossa historia patria, no Rio de Janeiro, como em S. Paulo e Bahia, é a memoria do humilde jesuita de continuo reverenciada e a vida desse gigantesco catequizador pesquisada e estudada sempre com carinho e admiração.

Ainda agora, estão os Institutos Historicos do Rio de Janeiro e S. Paulo com ele se preocupando no preparo de estudos, pesquisas e documentações capazes de fornecerem elementos necessarios á celebração do proximo centenario de seu nascimento.

O Espirito Santo, que o hospedou durante 32 anos, que recebeu dele através da fundação de aldeias, e nucleos de civilização uma tão grande influencia, pouco, bem pouco tem feito nesse sentido.

Ao voltarmos as paginas da historia espirito-santense vemos melhor nela se projetar luz intensa pela influencia desse frade, que aqui aportou em companhia dos freis Agostinho de Jesus, Pedro

Reliquia sagrada



Lapide funeraria que assinala o tumulo do padre José de Anchieta, no monumento que o Instituto Historico Ihe erigiu, em 1922, sob os auspícios do governo Nestor Gomes, dentro da Imprensa Oficial, onde foi a capela de S. Tiago.

Palacios, Manoel do E. Santo, Joaquim de Santo Elias e Antonio de N. S. das Neves, vindos logo após o frade Afonso Braz, enviado a Baía em 1550 e, por D. João III, para o Espirito Santo em 1551.

A Afonso Braz devemos a fundação do collegio da Vila de Vitoria, hoje Palacio do Governo, Imprensa Oficial e repartições publicas.

José de Anchieta, que fundou as aldeias de Iiritiba (Benevente), Guarapari e outras, nos 32 anos de vida neste Estado, foi sempre o santo homem, que arrastou após si as multidões influenciados pela sua palavra e suggestionadas pela brandura de seus ensinamentos.

Morto, afinal, a 9 de junho de 1594 em Iiritiba, depois Benevente e hoje cidade de Anchieta, os indios carregaram, ás costas, o seu corpo até a vila do Espirito Santo, na distancia de 15 leguas, em longa e funebre procissão de mais de 500, depositaram-no na capela de S. Tiago da igreja dos Jesuitas, donde foi depois trasladado para a Baía e sepultado no collegio da Companhia.

No local acima referido vê-se a lousa collocada na Capela de S. Tiago, onde hoje funciona a Imprensa Oficial.

A presente noticia, na sua ligeireza e simplicidade, encerra apenas o desejo de agitar o nosso pequeno nucleo de estudiosos para o estudo do vulto do grande missionario, cujo nome jamais será esquecido no Espirito Santo, como no Brasil inteiro.

MUSEU ESTADUAL (*)

DECRETO N°.....

*Institue e localiza o Museu
do Estado do Espirito Santo.*

O Interventor Federal no Estado do Espirito Santo, usando das atribuições, que lhe confere o Decreto Federal, n° 19.398, de 11 de novembro de 1930, e

Considerando que ao Governo não incumbe, apenas, a diligencia e o empenho em incentivar, aprovar e financiar as iniciativas e realizações de finalidade exclusivamente material;

Considerando que o patrimonio cultural do Estado, nas suas varias manifestações, exige tam-
bem, assiduamente, os melhores cuidados do Poder Publico ;

Considerando que as tradições, os feitos e os progressos do povo espirito-santense, nos quatro seculos de sua existencia, integrados na civilização nacional, merecem a guarda, estima e admiração dos contemporaneos ;

Considerando que o dinamismo polimorfico da vida intelectual de qualquer grupo etnico civilizado, atingindo a atualidade e buscando a perfeição, se comprova através de suas bibliotecas e museus—documentos sociais de sua incessante transformação ;

(*) O professor Elpidio Pimentel, cumprindo determinação superior redigiu este esboço de decreto para possível criação de um Museu neste Estado.

Considerando que, até o presente, nesse assunto, quase nada se tem objetivado nesta parte do Brasil;

Considerando que se aproximam as grandes comemorações quatri-centenarias do povoamento do sólo espirito-santense, instando, pois, que se definam e fixem os marcos concretos, vivos, de sua evolução;

DECRETA :

Art. 1º — Fica instituido o Museu do Estado do Espirito Santo, onde, se gruparão todós os objetos e produtos concernentes ás suas atividades: economica, industrial, comercial, agricola, juridica, civico-politica, religiosa, literaria, artistica, linguistica, pedagogica, sanitaria, esportiva, publico-administrativa e estatistica.

Art. 2º — Esse Museu regional denominar-se-á BRÁSIL, demonstrando nosso desejo constante de cooperarmos no desenvolvimento, grandeza e coesão da unidade e soberania nacionais.

Art. 3º — O Museu «Brasil» abrangerá as seguintes seções: I) — arqueologia; II) — geografia; III) — historia; IV) — geologia (rochas e terrenos); V) — agricultura; VI) — botanica (arvores de construção e arvores frutiferas — vegetais oleosos — plantas fibrosas, colorantes, resinosas, taninosas, alimenticias e ornamentais — raizes — ervas medicinaes e nocivas — cana — café — cacáo — flores silvestres e de jardim — legumes — cereais — frutos de pomar e silvestres); VII) — antropologia; VIII) — arquitetura; IX) — industria; X) — zoologia (pecuaria — animais domesticos e silvestres (taxidermizados) — aves — passaros — insetos — peixes (marinhos e fluviais); XI) — comercio; XII) — numismatica (moedas e medalhas); XIII) — mineralogia; XIV) — belas artes; XV) — folclore; XVI) — musica; XVII) — arte militar; XVIII) — escolas ; XIX) — estatistica; XX)

—praias e sertões; XXI)-- cultura fisica; XXII)— assistencia publica; XXIII)—transportes e conduções; XXIV)—leis estaduais; XXV)— igrejas e cultos; XXVI)— arte naval; XXVII)— higiene e saúde publicas; XXVIII)— rios e cachoeiras; XXIX)— literatura (livro, jornais e periodicos); XXX)— alimentação; XXXI)—vestuários; XXXII)—riqueza publica; XXXIII)—filatelia.

Art. 4º—O Museu terá objetivo largamente educacional, de fôrma que será franqueado a todos os professores, que o procurem para fins escolares.

Art. 5º—O Museu «Brasil» será oportunamente regulamentado.

Art. 6º—Enviar-se-á, anualmente, a relação e quantidade de seu material ao Poder competente, para as renovações indispensaveis.

Art. 7º—Realizar-se-ão nele, uma vez por mês, conferencias proferidas por socios do Instituto Historico, professores e outros vultos notaveis, conforme programa convenientemente elaborado e aprovado pelo Departamento do Ensino, sobre assuntos de suas diversas seções.

Art. 8º—Todos os anos, em janeiro, deverá publicar-se o anuario do Museu, com *clichés* dos seus mostruarios e as doze conferencias enunciadas no ano anterior, além de notas e informações oportunas.

Art. 9º—O Museu «Brasil» terá galerias de retratos de personagens, que foram e que se fizerem notaveis dentro do Estado, além de uma sala de Historia Patria.

Art. 10º—A galeria dos vultos proeminentes da administração publica -- galeria «Domingos Martins»—será dos que tenham merecido ou venham a merecer a homenagem dos seus admiradores, acabando-se com a cerimonia das exposições de retratos nos departamentos em que trabalham.

Art. 11º.—Haverá mais duas galerias iniciais — a dos inteletuais do Espirito Santo — galeria «Afonso Claudio» — e a dos educadores estaduais — galeria «Anchieta» — que se tenham realmente distinguido em serviços á coletividade capichaba, conforme classificação do Departamento do Ensino.

Art. 12º.—Tambem, logo que esteja instalado o Museu do Estado, todos os brindes, que, por motivo de aniversarios, fôrem ofertados a funcionarios publicos estaduais, quaisquer que sejam as suas categorias, passarão a guardar-se nele.

Art. 13º — Para organizar-se o Museu co-operarão :

- a) — o Governo do Estado, subvencionando-o, superintendendo-o e determinando que todas as repartições publicas lhe remetam os objetos e documentos que nelas existirem.
- b) — as municipalidades estaduais ;
- c) — os particulares, que se interessam pelas cousas do Espirito Santo, por meio de dadivas, legados e doações de livros, gravuras, desenhos, pinturas, joias, roupas, moveis, alfaia, armas, documentos antigos, correspondencias, inéditos, autografos, mapas, medalhas, etc.
- d) — os professores e escolares de todo o Estado.

Art. 14º — O Museu será organizado e dirigido por uma Comissão de socios do Instituto Historico e Geografico do Estado, localizando-se em sua séde definitiva, sob a superintendencia do Departamento do Ensino Publico.

Art. 15º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Vitória, novembro de 1933.

Associação de Professores do Estado

ALMIR S. GONÇALVES

Para todos quantos nos interessamos pelas cousas que dizem respeito ao progresso da terra capichaba, em suas multiplas modalidades, certamente terá sido motivo de contentamento a fundação, nesta capital, de uma associação de professores, fato este verificado no dia 30 de outubro ultimo.

Ha muito que se cogitava de tão nobre iniciativa. Houve mesmo, entre conspícuas figuras do nosso magisterio publico, alguns que tentaram a organização dessa sociedade de fraternização e cordialidade ; mas, como geralmente acontece em cometimentos de tal natureza, surgiram entraves no caminho, e as tentativas ficaram em meras tentativas. Todavia nobre intenção, germinada já, ia mui lentamente aflorando ao mesmo tempo em que criava raizes. Um dos que sempre aspiraram ao pleno exito da iniciativa foi o professor Eduardo de Andrade e Silva, mui digno director da Escola Normal «Pedro II». Quando parecia já morta a ideia, o professor Alberto Stange Junior, em artigos lançados no *Diario da Manhã*, pouco mais vai que um ano, talvez, sacudiu de novo o plano. Alguem, creio que o dr. Ciro, numa local da mes-

mo diário, encorajou-o. Falou-se um pouco no assunto e de novo se voltou a injustificável mutismo. Nem por isso, porém, estava morta a ideia; como dissemos, dedicados professores vinham, em conversas aqui e ali, repisando a mesma velha «mania», até que, no dia já acima referido, no salão nobre da Escola Normal, repleto com a presença de professores e professoras dos cursos públicos e particulares, primários e secundários, positívou-se a feliz organização, que tomou o nome de ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DO ESPÍRITO SANTO.

A' hora marcada, o professor Eduardo de Andrade e Silva começou a sua feliz exposição dos motivos da reunião. Historiou, brevemente embora, as varias tentativas já feitas. Justificou a importancia e necessidade duma agremiação dessa natureza. Falou da satisfação que lhe ia n alma em poder vislumbrar desta vez o triunfo da nobre iniciativa, pois que para isso, além da boa vontade que já percebia em todo o professorado presente, via-a amparada do apoio que, estava certo, o exmo. snr. Secretario do Interior, dr. Fernando Rabelo, que presente se achava, emprestaria ao movimento em formação. Termina apelando a todos os professores presentes e ato continuo convida o exmo. snr. Secretario do Interior a' assumir a presidencia dos trabalhos.

Assumindo a presidencia da sessão, o dr. Fernando Rabelo, em entusiastico improviso, saúda o magisterio publico e particular nas pessoas dos professores presentes á reunião, fazendo-lhes um vibrante appêlo no sentido de votarem seu decidido apoio á louvavel iniciativa do professor Eduardo; diz que falava mais como professor, que se preza de ser, do que como Secretario do Estado; que espera não faltariam ele-

mentos para que, dessa vez, vingue a empresa, e que, já como professor, já como Secretario do Estado, tudo fará para que logre o melhor êxito possivel a Associação, que se vai fundar, pois, accrescenta, já por muito tempo, como Secretario do Estado, vem sentindo a grande necessidade de uma organização tal, que será, para o Governo do Estado, um relevante auxilio na solução de muitos problemas educativos que enfrentamos, como órgão de consulta e de estudos dos mesmos problemas. Foram muito aplaudidas as palavras do snr. Secretario.

Varias medidas de precípua importancia foram tomadas, entre elas a indicação da Diretoria provisoria, feita pelo dr. Fernando Rabello e unanimemente aceita pela assembléa. E' esta a Diretoria a que aludimos :

Presidente-Prof. Eduardo de Andrade e Silva.

1º Secretario-Prof. Almir S. Gonçalves.

2º Secretario-Professora Hilda Grijó.

Tesoureiro-Dr. Ceciliano Abel de Almeida.

Procurador-Dr. Antonio Velo.

Foi tambem organizada a Comissão de elaboração dos Estatutos provisorios. Essa Comissão, que já se deverá ter reunido uma ou varias vezes, quando estas linhas forem lidas do publico, ficou assim constituída : dr. José Meira Quadros, dr. Ceciliano Abel de Almeida, prof. Elpidio Pimentel, dr. Ericsson Cavalcanti, prof. Helena Serrano, pastor Loren M. Reno, professores Luiz Edmundo Malisek e Placidino Passos.

Além do dr. Fernando Rabello, presidiu os trabalhos uma Mesa composta dos seguintes cavalheiros : prof. Eduardo de Andrade e Silva, director da Escola Normal Pedro II ; dr. José Meira Quadros, diretor do Ginasio do Espirito Santo ;

padre dr. Elias Tomasi, catedrático do mesmo Ginásio; Prof. Alberto Stange Junior, da Escola Normal; prof. Edmundo Malisek, inspetor técnico do ensino, e prof. Placidino Passos, inspetor chefe.

Deixou a melhor impressão essa assembléa inicial da Associação de Professores do Estado. Encerrou-a o ilustrado Secretario do Interior. E, como que para coroar das mais belas cores essa agradável impressão, o distinto diretor da Escola Normal ofereceu ao seletto auditorio uma serie de focalizações de filmes educativos.

Obscuro, embora, entre os mais obscuros membros da Associação, regosijamo-nos em trazer para as paginas da nossa *Revista* — que deve registrar tudo o que se diga respeito á vida, historia e progresso do nosso Estado — esta ligeira noticia, ao mesmo tempo que daqui estendemos os nossos calorosos parabens aos valentes propugnadores da elevada ideia, já agora concretizada.

11/XI/1933.

Entrando no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (*)

Exmo. sr. representante do Presidente do Estado.

Exmo. revdmo. sr. Bispo diocesano.

Meus senhores :

Vai por 18 annos que, por uma tarde de abril de 1910, em meio dos soluços e preces de minha bôa e santa mãe, eu, com o peito a borbulhar em pranto e olhos rasos d'agua, deixei a perder de vista, na linha curva e enganosa dos horizontes, o meu heroico e encantador Recife—berço meu primeiro esplendente de luz e eterna e magicamente embalado pelas aguas placidas e remançosas, carinhosas e fraternais, do Capiberibe e Beberibe, em demanda destoutro berço, por aquele tempo, para mim, ainda tão vazio de carinho e de amor, e hoje, tão bom, tão querido, tão amoroso, tão abençoado, quanto aqueloutro que eu deixara, vai por 18 annos. Aqui cheguei, aqui fiquei e aqui ficarei, si Deus o permitir, para sempre, a trabalhar e confiar, conforme a bela e magnifica lição contida no atraente e promissor lema deste Estado que, além de constituir uma maravilhosa sintese politico-economica, vale, ain-

(*) Discurso proferido pelo desembargador Augusto Botelho, em 15 de novembro de 1928.

da, por um belo e sabio programa de governo de um povo. Trabalha e confia.

Eis a bela e magnifica lição do nosso querido, valoroso, invejavel e rico Espirito Santo.

Meus senhores:—Quís o destino que as mãos, sempre boas e generosas de Carlos Xavier, que me receberam ao pisar estas hospitaleiras plagas, quís o destino, repitamos, fossem essas mesmas mãos que agora abrissem as portas deste santuario de reliquias historicas, para nele dar entrada á minha humilde pessoa, tão apagada quão obscura no formoso e brilhante meio intelectual de Vitória. Hei de me esforçar e trabalhar, tanto quanto couber em mim, na medida de minhas forças para corresponder á grandeza de vossa alma e á magnitude do vosso coração, fazendo-me socio deste historico e geografico instituto.

Que grande honra e não menos jatancia para mim! Mas, a esse chamamento para o vosso convívio científico e intelectual, só posso attribuir a razões do coração, atenta á minha pouca valia espiritual e ao meu pouco ou quase nenhum conhecimento dessa ciencia que cultivais com tanto zelo e carinho e que se traduz, por assim dizer, pela ciencia da historia geral da humanidade, e da qual venho me tornar hoje, forçoso é dizer — por nimia gentileza de vossa parte, obscuro, mas devotado e esforçado apostolo. Em paga de tão infinita generosidade, sr. presidente e mais illustrados membros do Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo, eu vos hipotéco neste momento grandioso e sublime, para mim, o meu eterno reconhecimento, que é, como disse José Bonifacio, em uma de suas monumentais peças oratorias—a memoria do coração.

Meus senhores :

Incorreria numa irreverencia e na falta do

cumprimento de um dever cívico, se nem por alto tocasse na data histórica, que hoje transcorre. Verdade é que se não faz mistér rememorar aqui o fato em si, pois, se o fizesse, viria repetir, estou certo, e talvez mal, aquilo que vos todos já sabeis e conheceis tanto ou melhor do que eu, isto é, que hoje faz annos a Republica—e que esta foi a colheita promissora da primeira semente de liberdade brasiliense lançada ao solo pernambucano em 1710, e germinada no solo mineiro em 1792, e que, mais tarde, com o decorrer do tempo, se tornou arvore, e deu flôr e foi fruto. Meus senhores : Senão todos, mas quase todos os grandes feitos da nossa historia já estão decantados em verso e prosa, esculpidos, cinzelados, perpetuados em custosos bronzes em valiosos marmores e pincelados em ricas telas ! Mas, para mim, o maior e o mais sobrepujante de todos os feitos, e que, apesar de ser dos nossos dias, parece jazer um tanto esquecido, quero crer, seja o conquistado pela cabeça radiante e aureolada de Ruy Barbosa na conferencia de Haia, onde, com o seu verbo miraculoso e quase divino, defendeu com inexcedivel galhardia e fulgurante brilho, os direitos dos pequenos Estados até então menos prezados ; e quando tambem, verdade seja dita, o Brasil tornou-se por assim dizer, conhecido na velha Europa. Esse grande e extraordinario feito já devia estar tambem cantado em verso e prosa, pincelado em télas, esculpido, cinzelado, perpetuado no bronze e no marmore para a memoria da humanidade de hoje e da provindoura. Façam-se conquistas no campo do Direito, da Lei, da Justiça.

Desta, disse o grande apostolo Ruy, « nasce a confiança, da confiança a tranquillidade, da tranquillidade o trabalho, do trabalho a produção, da produção o credito, do credito a opulencia, da

opulencia a respeitabilidade, a duração, o vigor». Solucionem-se todas as questões, todas as dependencias, quer intestinas, quer internacionais por meio da força do Direito, da Lei, da Justiça, concretizados no arbitramento. O que se tem de util sobre a terra, nada se deve ás armas e ás guerras. Estas nada constróem, mas tudo destróem, devoram, aniquilam, estracinham e consomem: — amor, honra, esperança, mocidade, liberdade, vida, propriedade. Basta de guerra! Basta de sangue! As grandes descobertas científicas não foram conquistadas nas guerras, mas no ambiente sereno e calmo dos gabinetes e laboratorios: Galileu fundando a fisica, Descartes instituindo a geometria geral, Newton descobrindo a lei da gravitação, Lavoisier lançando os fundamentos da quimica, as grandes maravilhas, de Edison e de Marconi, e o problema da dirigibilidade dos balões, solucionada pelo grande matematico Santos Dumount, tais conquistas, e tantas outras mais, foram operadas nos gabinetes e laboratorios sob um ambiente de ordem e de paz.

Os pequenos beneficios resultantes de uma guerra, para a humanidade, por exemplo—a descoberta, nem sempre, de uma nova função de um órgão humano ou de uma nova aplicação de cirurgia, não compensam as vidas que se perdem e o sangue que se derrama, pois tais beneficios poderiam ser obtidos, como se têm obtido, nos hospitais, nos gabinetes e nos laboratorios. Na guerra o que mais se aperfeiçôa é a maquina infernal para a matança do genero humano! Seja a grande guerra de 1914 o ultimo imposto de sangue pesadamente pago sem nenhum resultado para a civilização, para as nações, e para a humanidade. Basta de guerra! Basta de sangue! Trabalhe a humanidade com animo forte, crente

e confiante na força do direito, e não esquecendo a Deus, que ha de triunfar e esmagar com mão de ferro o monstro de milhares de guélas famintas e insaciáveis, e tripudiar sobre os destroços de tão iracundo demonio -- como seja a guerra. Ha quem duvide da paz universal, dizendo que a «vida é a luta, a luta a ambição, a ambição a guerra», e que, emquanto houver homens e fronteiras, haverá sempre guerra, chegando por isto á conclusão de que a paz universal é uma linda utopia! Mas esquecem-se esses pessimistas de que para refrear essa luta, esse egoismo, essa ambição, que geram, que originam as guerras, existe, com a sua nova concepção filosofica — o Direito. Já o brilhante espirito do meu grande mestre dr. Henrique Milet, de sua cathedra de professor, nos fazia crentes dessa nova concepção filosofica do direito, dessa nova especie de religião, ensinando-nos o seguinte dogma juridico: «O direito é um produto do amor: refreia o egoismo e expande o altruismo. Sêde, pois, os levitas dessa religião do direito, que busca a fraternidade universal».

Eu não sou um méro utopista, mas um grande crente e confiante na força do direito, capaz de nos dar a paz universal sonhada e almejada pelos povos, que querem viver «para o direito, pelo direito, e com o direito». As nações não se devem orgulhar de suas vitorias de guerra, mas dos seus feitos científicos, e de possuirem leis e codigos sabios. Napoleão, o homem que assombrou o mundo inteiro com seu espirito de guerreiro invencível, em «Santa Helena» exclamou: «Minha verdadeira gloria não foi ter ganho quarenta batalhas. Waterloo apagou a lembrança de tantas vitorias. O que nada destruirá e que viverá eternamente é o meu Codigo Civil. E disse».

Rev. Dr. Jorge Bertolaso Stella

Faz pouco mais de um anno que o nosso Instituto, por proposta assinada pelo prof. Almir S. Gonçalves e outros, recebeu como membro correspondente o distincto moço paulista, cujo nome epigrafa esta noticia. O dr. Stella é uma das mais radiantes esperanças da intellectualidade brasileira, se bem que, pelo genero literario da sua predileção, a notoriedade lhe não extenda as mãos tão prodigamente, como seria o caso se se houvéra dedicado ao romance, por exemplo, ou a outras correntes de mais franco commercio intellectual.

O dr. Stella, que é professor, ministro evangelico e sobretudo um consciencioso e estudioso investigador da gotologia em seus varios aspectos, é já portador de abundosa bagagem literaria, e faltar-nos-ia o espaço e ao leitor a paciencia, se tentassemos traçar-lhe uma biografia pormenorizada, pelo que tão sómente, a pretexto de informação e para dar aos membros do Instituto uma ideia da feliz aquisição que fez, limitar-nos-emos a informes, os mais resumidos.

Foi o grande italiano Alfredo Trombetti, o glorioso autor de innumerables obras de glotologia comparada, autodidata notabilissimo, tipo consumado do *self-made man* -- a grande inspiração para a invejavel actividade que ora vae desenvolvendo aqui, no Brasil, o dr. Jorge Bertolaso Stella. Perfillhando as ideias do seu grande Mestre, Stella vai produzindo obras sobre obras, algumas

delas substanciosos artigos publicados nos principaes jornais do Rio e São Paulo; outras, excellentes livros de 100 a 200 paginas -- todas orientadas da mesma predileção pelos estudos linguisticos, a que se tem dedicado com esmero e sem poupar esforços, nem medir sacrificios.

Só para dar uma ideia ao leitor, segue uma lista das principais obras e artigos da lavra do nosso ilustrado consocio, alguns destes trabalhos já gentilmente ofertados á nossa querida CASA DO ESPIRITO SANTO. Ei-los: *A Glotologia e o professor Trombetti*; *Um livro de Alfredo Trombetti*; *As origens dos Indigenas da America*; *Monogenismo Linguistico*; *A Lingua Etrusca*; *Os Problemas da Lingua Etrusca*; *As Linguas Indigenas na America*; *A Lingua dos Hebreus*; *As Linguas Americanas e o Indo-Chinês*; *A Lingua dos Elamitas*; *A Conexão Linguistica Basco-Americana*; *Trombetti e a Glotologia*; *Origem e Importancia da Glotologia*; *A Glotologia*; *A Lingua Sanscrita*; *A Lingua dos Iberos*; *A Lingua Primitiva*; *O Cristianismo e a Glotologia*; *O Rigveda*; *Glotologia e Filologia*; *Vestigios da Lingua Primitiva*; *Problemas de Glotologia*; *A Vida Cientifica de Trombetti*; e ainda no prelo: *A Lingua Sanscrita*, *A Lingua do Novo Testamento*, *O Rigveda*, *Fontes Primitivas da Lingua Portuguesa*, e, em preparação, *Gramatica Sanscrita*.

Destas colunas a nossa saudação ao dr. Stella, os nossos parabens, e a certeza de que o *Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo* muito se honra de contá-lo como socio-correspondente.

Ocupar-nos-emos doutra vez do dr. Vicente Themudo Lessa, tambem de São Paulo, e accito na mesma ocasião.

Vitoria extinta



A secular matriz de S. Tiago, construção jesuítica, com a sua torre semaforica e seu belo campanario, onde, em 1597, sepullaram os santos despojos do padre José de Anchieta. Demolida, é, hoje, a parte do Palacio do Governo em que está instalada a Imprensa Oficial.

Don Benedito Alves de Sousa no Instituto Historico (*)

A's 20 e meia horas de 14 do corrente, com regular assistencia, teve lugar a sessão solene do Instituto Historico, em homenagem ao seu digno consocio D. Benedito, Bispo resignatario da diocese do Espirito Santo, honrada com a presença do exmo. sr. Interventor, dos srs. Secretarios, do Bispo D. Luiz, desembargadores, Presidente do Instituto dos Advogados, socios do Gremio Ruy Barbosa, Bandeirantes, Ginasiais e muitas pessoas gradas.

Presidiu a sessão o exmo. sr. Interventor.

Inaugurou a solenidade o discurso protocolar do sr. Presidente do Instituto, dr. Antonio Athayde, que abaixo publicamos o qual foi muito aplaudido pelo seletto auditorio.

Em seguida teve a palavra o sr. professor Elpidio Pimentel, orador do Instituto, que produziu uma bela e feliz saudação a D. Benedito, encarecendo a boa atuação de s. exa. na Casa do Espirito Santo; ao concluir recebeu muitas palmas.

Terminada a saudação, segue-se a palavra fluente de D. Benedito, em agradecimento ao Instituto. Começa demonstrando o valor desta insti-

(*) «Diario da Manhã», de 17 de outubro de 1933.

tuição, pelos serviços já prestados e por tantos outros que serão prestados por ela ao Estado. Encareceu ao sr. Interventor a necessidade de prestigiar a obra patriotica do Instituto. Exaltou os serviços do atual Presidente do Instituto, cujo discurso que acabava de proferir bem demonstra o amor que tem por esta Casa e que suas palavras lhe ficariam gravadas no seu coração.

Invocou ao Bispo D. Luiz para que veja no Instituto, homens que se dedicam com fervor á felicidade do Estado, sempre vigilantes pelos seus destinos.

Cocluuiu, depois, agradecendo essa festiva homenagem, tão fidalga, dos seus amigos, cujo orador do Instituto interpretara generosamente seus serviços; que nessa hora de despedida, podiam seus confrades dispôr de sua pessoa em beneficio daquela casa e que aqui deixava o seu coração como um penhor do seu grande afeto pelos seus amigos.

Finalmente, o sr. presidente do Instituto disse algumas palavras em agradecimento á presença honrosa do exmo. sr. Interventor e de todas as pessoas gradas, entregando o diploma de socio de honra do Instituto a D. Benedito.

Encerrou-se a tocante sessão entre abraços de D. Benedito, que se despedia de todos, muito sensibilizado.

A banda militar do Regimento Policial, cedida gentilmente pelo comandante do Regimento, abrilhantou a solenidade.

Segue-se a bela oração proferida pelo sr. Presidente do Instituto :

«Exmo. sr. Interventor Federal.

Exmos. srs. Bispos D. Benedito e D. Luiz.

Exmos. srs. Secretarios de Governo.

Minhas senhoras e meus senhores.

Caros confrades :

Na sessão extraordinaria de 1° do corrente mês deste Instituto, foi aprovada por unanimidade de votos, a proposta da sua diretoria, em se dar uma recepção especial, na noite de hoje, 14 de outubro, comemorativa de uma carinhosa homenagem ao nosso eminente consocio D. Benedito Paulo Alves de Souza, muito amado Bispo do Espirito Santo, que retira-se do nosso convívio social, resignando sua querida diocese. Respeitemos, pois, essa resolução de v. exa.

Entretanto, é triste anunciarmos no recinto desta casa, onde v. exa., por vezes, nos encantou com a sua prodigiosa palavra, a sua retirada do nosso ambiente social.

Cumpre-nos também cientificar a v. exa., que na referida sessão de 1° do corrente, foi proposto o nome de v. exa. e aceito por unanimidade de votos, em conformidade com os Estatutos para seu socio de Honra, por ser muito merecedor desta alta dignidade, conferida aos seus dignos servidores pelo Instituto Historico.

E', pois, bem significativa a sessão de hoje. Não ha palavras que interpretem bem a emoção que todos nós sentimos, neste momento.

Nem sempre as palavras, por mais tocantes que sejam, dizem bem. E' o coração silencioso que fala melhor, interpretando os nossos sentimentos. E' o venerando amigo, o brilhante e culto espirito do consocio D. Benedito Paulo Alves de Souza que deixa aqui, o seu realçado posto de devotamento, nesta instituição.

A festa de hoje, caros confrades, é uma glorificação civica que eleva os nossos corações, porque exprime bem a nossa gratidão aos bons serviços prestados por D. Benedito á nossa cultura, á nossa cordialidade e á nossa confraternização espiritual.

V. exa. sabe, preclaro confrade, que é aqui nesta Casa que se guardam as reliquias e os troféus das nossas vitórias; das nossas glórias; das nossas lides religiosas; da nossa história; da nossa geografia e das nossas mais caras tradições. É ainda um modesto relicário do nosso Estado. Porém, caminhamos para a frente, pela evolução, porque o futuro é uma gloriosa apoteóse do Passado, nas sábias lições recebidas dos nossos Maiores. A riqueza ou o capital humano é creado, subjetiva e objetivamente, pela serie dos nossos predecessores. Ele é conservado e augmentado pelo trabalho laborioso e constante do conjunto dos nossos contemporaneos, de acôrdo com as leis da civilização.

Estudar o homem isolado da sociedade é uma abstração monstruosa. Ele não faz, propriamente, o meio; o meio é que faz o homem, em caminhando-o para o bem, ou para o mal.

O homem é o produto do meio em que vive.

Consagremos, pois, a nossa grande veneração aos nossos antepassados que á semelhança dos velhos troncos de velhas arvores, venceram idades e procelas pela nossa felicidade comum, trazendo até á hora presente, os frutos sazonados e encanecidos do seu saber e de sua experiencia. Essa é a grande finalidade dos Institutos Historicos. Honrar e glorificar o Passado.

Eminenté D. Benedito Paulo Alves de Souza. Retirando-se v. exa. deste Instituto, será tambem o nosso digno embaixador cultural, na encantadora e heroica cidade de S. Sebastião. Será um vinculo afetuoso de amizade e solidariedade espiritual, entre v. exa. e esta Casa, que muito nos honrará.

Invocai, D. Benedito, no esplendor da vossa maravilhosa eloquencia, nas vossas fervorosas

orações quotidianas, para que se faça justiça aos direitos de nossa Terra que também é vossa, no amor dos vossos diletíssimos filhos espirituais, que cá ficam.

Sejamos inflexíveis no cumprimento dos nossos deveres civicos, pelas soluções pacíficas, defendendo com dignidade e honra o sagrado patrimonio territorial do Espírito Santo, na inviolabilidade de suas fronteiras, já diminuídas, infelizmente, pelo poder material do mais forte.

Confiemos, entretanto, na atuação serena e justa do eminente sr. Interventor Federal, na defesa dos nossos grandes interesses coletivos que encaminharão os gloriosos destinos da terra capichaba, na opinião publica.

Realmente, vivem fraternalmente felizes, os Estados vizinhos, sem desmedida ambição domínial. Vivem sempre amigos e respeitados os Estados entre si, cada um deles dentro de suas respectivas fronteiras que a fatalidade historica lhes traçou, trabalhando todos, grandes e pequenos igualmente, harmonicamente, pela sua propria felicidade, e pela felicidade geral da querida Patria, que é o nosso ideal.

Essa é a verdadeira conduta politica de bem viver social e moral que devemos adotar entre os nossos Estados, para não ultrapassem territorios alheios, pois seria isso o pomo de eterna discordia, entre nós brasileiros, voltando-se ao periodo de agressivas conquistas, felizmente, condenado e abolido, tão inadequado á civilização dos povos.

Tudo, pois, pela confraternização humana. A proeminencia do direito sobre a violencia. Desculpai-nos, D. Benedito, tão extensas considerações. Não poderíamos deixar de fazê-las, agora, nesta hora solene da nossa despedida.

Esta nossa afetuosa saudação é um hino de saudade. Envolve a nossa grande admiração e simpatia ao egregio amigo ; ao magnanimo apostolo condutor de almas ; ao virtuoso prelado ; ao sublime orador, cuja palavra maravilhosa é um tecer harmonioso de lindas metáforas, que nos encanta sempre.

Falham-nos, finalmente, palavras para concluir bem o que sentimos. E' o coração que vai falar.

Receba v. exa. o nosso cordialissimo abraço, bem apertado, de despedida de todos nós, como uma expressão vibrante e afetuosa, verdadeira e sincera da saudade que nos deixar nesta Casa, o seu grande amigo, inolvidavel e venerando consocio D. Benedito Paulo Alves de Souza, insigne Bispo resignatario da Diocese do Espirito Santo.

Salve ! D. Benedito !

MEMORIAS (*)

**Para servir á Historia até ao anno de 1817,
e breve noticia estatística da Capitania
do Espirito Santo, porção integrante
do Reino do Brasil**

Confina esta Capitania pelo Norte com a da Bahia, ao Sul com o districto de Campos de Goytacazes, ao Oeste com a Capitania de Minas-Geraes, a Este com o Oceano. Está situada na latitude Sul de 20° 10 longitude 337°,48. Segundo a primeira divisão de Capitánias n'este continente, principiava na ponta do Sul da barra do rio Mucuri, e com 50 legoas de costa de mar para o Sul, findava em Santa Catharina das Mós. Hoje a jurisdição do seu governo abrange 6 villas, e 6 povoações mais notaveis principiando pelo Norte no districto do rio Doce, que fica ao Sul das villas de Mucuri, e S. Matheus, terreno comprehendido na sua demarcação.

Sua principal villa é a Victoria, cabeça da comarca, tem seu assento em uma ilha montuosa quasi duas legoas da barra, dentro fórma uma bahia estreita, mas capaz de navios grandes, na entrada ha 8, 7, 6 braças, mais dentro 5, e acima da villa junto á ilha do Principe onde está a casa da polvora, 30, e 40 braças. Seus ares são be-

(*) Está rigorosamente respeitada a copia autentica do original.

nignos, o terreno, fértil, produz todos os géneros próprios do reino, e da Europa, além de outros, o trigo e o linho mourisco é de excellente qualidade provado por repetidas experiencias de 1813, em diante; dez rios principaes banhão seu terreno; os campos são alegres; as matas ricas de toda a qualidade de madeiras de lei, n'ellas se encontram as delicias dos balsamos Copahibas, Almecegas, e Sassafrazes que perpetuamente recendem: o ouro das minas de Santa-Anna, vulgarmente chamadas do Castello, é de superior quilate: ha vestigios em diferentes logares de minas de ferro, e na serra, denominada do Mestre-Alvaro, termo da villa da Victoria, minas de salitre e enxofre: assim como vulgarmente se diz que dos Caixoeiros do rio Jucú para o sertão se encontram pedras preciosas.

Por Carta de doação, e successão do Senhor D. João 3º Rei de Portugal foi dado o senhorio d'esta Capitania a Vasco Fernandes Coutinho pelos bons serviços que havia feito na India, com obrigação de a povoar, e aproveitar seu terreno em lavouras e fabricas.

Passou de Portugal, e abordou a esta no Domingo do Espirito-Santo do anno de 1525, por motivo do dia assim a denominou, ancorou na primeira enseada meia legoa acima da barra; o Gentio de Nação Aymorês, armado de arco e flexa, se juntou em grande numero para defender o desembarque na praia; porém o fogo de duas peças de artilharia, que guarnecião as lanchas, os fez retirar para o interior. Esta nação, descendo da cordilheira de montes que começando na Capitania dos Ilheos com o nome de serras dos Aymorês, e atravessando as do Porto Seguro, e d'esta vão, por perto de 150 legoas, acabar na enseada do Rio de Janeiro, onde

lhes chamão Montes dos Orgãos, a conquistarão o seus primeiros possuidores os Gentios Tupiniquins, e Tupinaes, e os ficarão possuindo até o tempo da nossa conquista.

Feito o desembarque se fortificou, e fundou a villa do Espirito-Santo, não consta em que anno, nem do tempo que n'ella fez sua residencia, nem da fundação do convento dos religiosos Benedictinos, Santa Casa da Misericordia e Alfandega; hoje d'estes edificios apenas se vêem os alicerces. Consta por tradição que Vasco Fernandes Coutinho, vendo-se de continuo inquietado pelo Gentio, juntára suas forças, expulsára o Gentio da maior ilha que estava na bahia, uma legoa acima da villa, n'ella se estabelecêra, e fundára a villa denominada da Victoria, tendo neste lugar alcançado a maior victoria, por isso, como um tropheo, assim a denominou; não consta o anno d'estes acontecimentos; porém sim que no anno de 1551 o padre Affonso Braz, da Companhia de Jesus, um dos quatro mandados pelo Senhor D. João 3º para a Bahia em 1550, dêo principio a fundar o Colegio na villa da Victoria, n'elle foi sepultado o veneravel padre José de Anchieta em 9 de Julho de 1597, hoje serve de casa da residencia do Governador, o que prova já n'este anno estar fundada a villa.

O convento de Nossa Senhora da Penha assentado no morro visinho da villa do Espirito-Santo, teve principio em 1558, vindo a esta Fr. Pedro Palacios, religioso leigo da provincia da Arrabida de Portugal, natural de Medina do Rio Seco, cidade do reino de Leão na Hespanha; este edificou uma capellinha no cume do morro, n'ella collocou a imagem da Senhora que consigo trouxera, creou uma confraria, falleceo em 1570, e foi sepultado debaixo do alpendre.

Consta que estando os moradores d'esta em grande aperto pelo cerco em que os tinha o Gentio, e de quem recebião grandes hostilidades, e temião maiores ruínas, Vasco Fernandes Coutinho pedira auxilio a Mendo de Sá, Governador e Capitão-General do Estado, este lh'o enviou por seu filho Fernando de Sá que, vencendo os barbaros e assegurando estes moradores, perdeu a vida. Comtudo, a muita perda de gente que lhe havião causado as guerras com o Gentio, fez retirar a Vasco Fernandes Coutinho para Portugal no anno de 1559, ficando esta quasi despovoadá; porém não consta se voltou, e só sim que seu filho, Vasco Fernandes Coutinho, já estava de posse d'esta Capitania em 1565, pois neste anno dêo auxilio de gente, e mantimento a Estacio de Sá, sobrinho de Mendo de Sá, Governador e Capitão-Geral do Estado, para expellir os Francezes e os Indios Tamoios seus alliados da enseada e ilha de Villagagon ; desta gloriosa acção se seguiu fundar-se a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Tornou a dar a quem logo os aproveitasse os terrenos concedidos por seu pai de sesmaria, que se achavão devolutos por causa das surpresas do Gentio ; levantarão-se grandes fabricas de assucar, das quaes hoje existem vestigios ; floreceo muito o commercio directo com Portugal; falleceo n'esta em 1589 sem successão : sua mulher D. Luiza Grinalda ficou governado com seu adjunto Miguel de Azeredo Capitão de Ordenanças. Seu marido havia pedido para Pernambuco ao padre Custodio da Provincia de Santo Antonio de Portugal, Fr. Belchior de Santa Catharina, lhe mandasse religiosos para fundarem na villa da Victoria um convento ; chegarão em Novembro do anno em que havia fallecido, sua mulher lhe

concedeo terreno para fundarem o convento no lugar em que hoje existe.

Em 6 de Dezembro de 1591 D. Luiza Grinalda, e as Camaras das villas do Espirito Santo, e Victoria, fizerão doação do cume do morro, e capellinha de Nossa Senhora da Penha aos religiosos menores Capuchos.

Constando a D. Luiza Grinalda, que se havia julgado o dlreito de senhorio d'esta Capitania a Francisco de Aguiar Coutinho. se retirou para Portugal em 1593, ficando governando com patente de Capitão-mór Miguel de Azeredo: este juntou em 1594. toda a gente possivel, e foi atacar os Indios Goytacazes que tanto damno fazião n'esta com suas surpresas, d'este ataque resultou haver menos estragos do Gentio.

Não consta a fundação da igreja da Santa Casa de Misericordia, porém, do Alvará de 1º de Julho de 1605, de Felipe 2º Rei de Castella, em que lhe concede os mesmos privilegios da Santa Casa de Misericordia de Lisbôa, se vê que sua fundação foi mais antiga.

O donatario Francisco de Aguiar Coutinho tomou posse em 15 de Julho de 1620; em Março de 1625 dêo fundo na barra uma armada Hollandeza de 8 vellas, fizerão seu desembarque e se fortificarão em differentes pontos da costa e ilhas; nos dias 12 e 14 atacarão a villa, fôrão repellidos, de que resultou retirarem-se vergonhosamente: não consta o nome do commandante Hollandez, detalhes d'estes combates, nem quaes fôrão os Portuguezes que mais se distinguirão, e só consta que a Camara, por muitos annos no dia 6 de Agosto, fazia uma festa em acção de graças pela victoria alcançada dos Hollandezes.

Sendo Capitão-Mór Governador João Dias Guedes (talvez por haver fallecido Francisco de

Aguiar Coutinho, pois o donatário Ambrozio de Aguiar Coutinho tomou posse em 15 de Julho de 1643), no dia 27 de Outubro de 1640 deo fundo na barra o Almirante Hollandez João Dilchi com uma esquadra de 11 vélas: no dia 29 subio com 1 navio, 1 barça, 2 battelões, e 7 lanchas guardadas com 800 infantes, e atacarão a villa da Victoria em diferentes pontos; o Capitão-mór havia disposto suas forças para os repellar, as quaes consistião em 30 armas de fogo, 2 peças de artilharia, 2 companhias de Indios com arcos, e flexas, e o resto do povo com chuços e piques: no primeiro desembarque perdêrão os Hollandezes 200 homens; porém conseguirão entrar na villa, e o ataque se tornou geral, e durou por espaço de 4 horas com alternativas; por fim a victoria se declarou pelos Portuguezes, e o resto dos Hollandezes se recolherão ás suas embarcações: merece ser recommendado á posteridade o valor com que se conduzio Antonio do Couto e Almeida, motivo pelo que foi pelo Governador e Capitão-General do Estado, Antonio Telles da Silva, nomeado Capitão-mór, e confirmado por Carta de 25 de Julho de 1643. No dia 30 fizerão os Hollandezes seu desembarque na villa do Espirito Santo; no primeiro ataque que lhes derão as Ordenanças, commandadas por seus Capitães Adão Velho, e Gaspar Saraiva, perdêrão 26 homens; porém vendo os Portuguezes que os inimigos erão em maior numero se retirarão para o interior, o que sabido pelo Capitão-mór lhe mandou reforço a que se unirão no terceiro dia, e derão sobre os Hollandezes que os fizerão embarcar, deixando 32 prisioneiros; no dia 13 de Novembro se fizerão de véla deixando a gloria aos Portuguezes de os haver batido, e destroçado com tão diminutas forças, o que sempre foi brasão da nação.

Na familia dos Coutinhos se conservou o senhorio d'esta Capitania até Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, que obtendo Alvará de licença para a poder renunciar, datado de 6 de Julho de 1674, o fez na pessoa de Francisco Gil de Araujo morador na Bahia; este teve Carta de doação régia datada de 18 de Março de 1675, residio alguns annos n'esta, trazendo da Bahia muitos casaes, doando-lhes terras para lavrarem, e a todos os moradores assistio com cabedal consideravel para fornecerem os seus engenhos e lavouras, que avultarão por esta causa muito n'aquelle tempo. Creou a villa de Guaraparim, junto á foz do rio do mesmo nome, por Carta do primeiro de Janeiro de 1679, seu porto é só capaz para sumacas.

O convento da invocação de Nossa Senhora do Carmo dos religiosos carmelitas calçados não constá de sua fundação; porém em 1682 estava fundado, e era Vigario do convento Fr. Agostinho de Jesus.

Francisco Gil de Araujo falleceo na Bahia a 24 de Dezembro de 1685, seu filho Manoel Garcia Pimentel teve Carta de doação por successão de 5 de Dezembro de 1687, e não passou a esta occupado com as importantissimas propriedades que lograva na Bahia.

No anno de 1693, sendo Capitão-mór João de Velasco Molina, desceo á villa da Victoria da Casa da Casca, nome de uma aldêa sobre a margem do Rio Doce, districto da Capitania de Minas-Geraes, Antonio Rodrigues Arzão, natural da villa de Taubaté da Capitania de São Paulo; fez perante o Capitão-mór e a Camara denuncia de tres oitavas de ouro, que por ser o primeiro denunciado no Brasil tirado das minas se fizeram

duas medalhas, ficando uma ao Capitão-mór, e outra ao dito Arzão.

Em 1702, por ordem de D. Rodrigo da Costa, Governador e Capitão-General do Estado, se levantou a fortaleza de São Francisco Xavier na barra da bahia do Espirito Santo.

Fallecendo sem successão legitima o donatario Manoel Garcia Pimentel, foi julgada por sentença da Relação da Bahia a Cosme Rolim de Moura, a quem a comprou o Senhor D. João 5º por escriptura feita em Lisboa aos 6 de Abril de 1718, mandando lhe dar por ella a quantia de 40,000 cruzados que Francisco Gil de Araujo havia dado a Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho: esteve esta Capitania em poder dos donatarios 193 annos. Sendo n'este tempo governada pelo Capitão-mór João de Velasco Molina, que havia tomado posse em 13 de Setembro de 1716, continuou até que lhe succedeo no primeiro de Janeiro de 1721 Antonio de Oliveira Madail com patente de Capitão-mór, e Governador subalterno do governo da Bahia; por Provisão do Conselho Ultramarino, datada de 19 de Abril de 1722, ficou esta Capitania sujeita á jurisdicção do Ouvidor do Rio de Janeiro no foro judicial.

Constando ao Capitão-mór Madail que Domingos Antunes, natural da cidade do Porto, casado na villa da Victoria, se havia com sua familia estabelecido proximo do rio São Matheus, districto d'esta Capitania, e que seu terreno era fertil, por seu Bando de 3 de Outubro de 1722 concedeo faculdade a todo o morador d'esta Capitania para poder ir povoar aquelle lugar com sua familia; e persuadido da conveniencia que resultaria ao real serviço de se povoar as margens d'este rio, mandou, para animar mais a hida dos novos colonos, apromptar embarcações para

os conduzir gratis: na primeira expedição foi Antonio Gomes da Fonseca com 4 pessoas de sua familia, Sebastião Lopes com 6, Manoel de Souza com 3, Antonio Mendes de Vasconcellos com 40, e Antonio Borges com um escravo: dêo Provisão de nomeação de Capitão mór, na conformidade de seu regimento, a Antonio Vaz da Silva, e a Camara da villa da Victoria nomeou Juiz da Ventena a Antonio da Rocha Cardozo. Consta que em 1743, ainda esta povoação estava sujeita á jurisdicção d'este governo, hoje está ao governo da Bahia, pertencendo a comarca de Porto Seguro, sem que n'esta conste ordem régia, ou do Governador e Capitão-General da Bahia para esta separação.

O Conde de Sabugosa, Vice-Rei do Estado em 1726, mandou da Bahia para esta o engenheiro Nicoláo de Abreu para fazer as precisas fortificações na villa da Victoria, levantando-se a fortaleza de São João na garganta que faz a bahia acima da villa do Espirito-Santo, e os fortes de Nossa Senhora da Victoria, do Carmo, Santo Ignacio, e S. Diogo, hoje d'estes só existe a fortaleza de São João.

Foi creada a comarca do Espirito-Santo pelo Ouvinór Paschoal Ferreira Deveras, que tomou posse em 3 de Outubro de 1741, e na demarcação que lhe fez unio as villas de São João, e São Salvador de Campos de Goytacazes.

Forão creadas villas pelo Alvará de 8 de Maio de 1758 a aldêa dos Indios dos Reis Magos com a denominação de Nova Almeida, e pelo Alvará do primeiro de Janeiro de 1759 a aldêa dos Indios de Iryrytiba com a denominação de Benente, ambas beira mar, e seus portos só capazes de pequenas embarcações.

O Marquez de Lavradio, Governador e Ca-

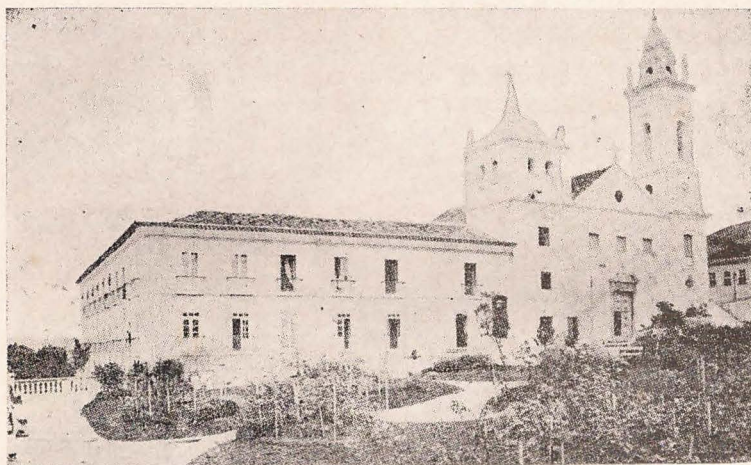
pitão-General da Bahia em 1768, mandou para esta a companhia de linha denominada de Pinto do regimento de Alvim, para que, unida á infantaria d'esta, formasse uma companhia de 60 infantes.

Em data de 26 de Janeiro de 1788 determinou D. Rodrigo José de Menezes, Governador e Capitão-General da Bahia, em virtude da Carta régia de 22 de Março de 1766, se creasse n'esta um regimento de Infantaria de Milicias, e se lhe aggregassem duas companhias de cavallaria: organizado em 1789, foi promovido a Coronel commandante Ignacio João Mongiardino, Capitão-mór Governador d'esta Capitania.

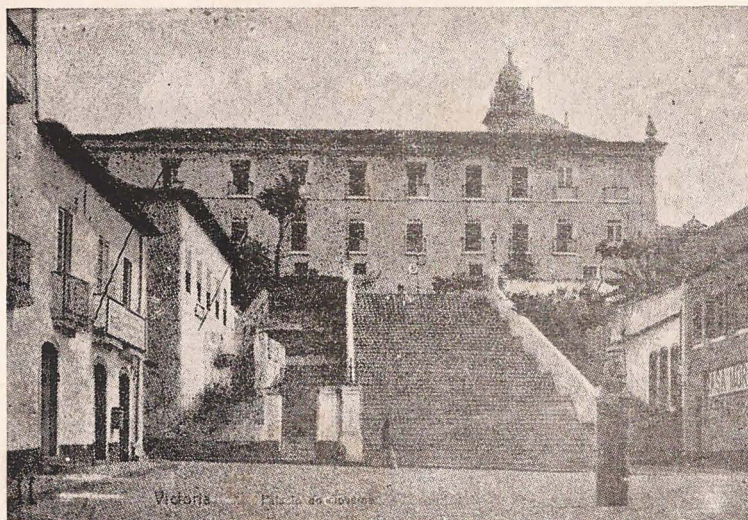
D. Fernando José de Portugal, Governador e Capitão-General da Bahia por ordem de 27 de Agosto de 1793, regulou a companhia de infantaria de linha em 114 peças: por outra de 17 de Agosto de 1798 mandou crear n'esta o hospital militar, o que executou o Capitão-mór Governador Manoel Fernandes da Silveira; a este succedeo, com patente de Governador subalterno do governo da Bahia em 29 de Março de 1800 Antonio Pires da Silva Pontes: foi esta Capitania governada por Capitães-môres, e depois da compra que S. M. fez, 82 annos.

Antonio Pires da Silva Pontes, em observancia do Aviso de 29 de Agosto de 1798 de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos, que manda observar n'esta Carta régia de 12 de Maio de 1798, dirigida a D. Francisco de Souza Coutinho, Governador e Capitão-General do Pará, creou o Corpo de Pedestres em 4 de Abril de 1800; formou d'este o destacamento do Porto de Souza no districto do Rio-Doce, para servir de Registo, e evitar as surpresas do

Vitoria antiga



Antigo Colegio dos Jesuitas, transformado em Palacio do Governo, desde 1912 completamente remodelado em estilo moderno, com sacrificio total de todas as suas reminiscencias e traços, primitivos e historicos.



Fachada e escadaria principais do Palacio do Governo, que a administração publica de 1908—1912 remodelou completamente. Foi, antes, o primitivo Colegio dos Jesuitas em que Anchieta viveu largo tempo.

Gentio antropophago ; regulou, de acôrdo com o Capitão-General da Capitania de Minas-Geraes, Bernardo José de Lorena, pelo auto celebrado em 8 de Outubro de 1800, os limites d'esta Capitania com a de Minas no Rio Doce.

— A este succedeo, em 17 de Dezembro de 1804, Manoel Vieira de Albuquerque e Tovar: durante este governo, por Decreto de 4 de Junho de 1807, foi annexado o posto de Coronel commandante do regimento de infantaria de Milicias ao governo d'esta Capitania; e pela Carta régia de 29 de Maio de 1809 foi creada a Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda; abolida a Provedoria; e no que respeita á Fazenda, independente da Bahia. Em Outubro de 1809 dêo a denominação de Linhares ao lugar em que se havia de levantar a povoação do Rio Doce, e estabeleceo a linha de destacamentos contra o Gentio em toda a Capitania. Por Decreto de 18 de Agosto de 1810 foi creado hum batalhão de artilharia Miliciana organizado no primeiro de Dezembro do mesmo anno; e ficou esta Capitania, quanto ao militar, independente da Bahia por Decreto de 13 de Setembro de 1810.

Teve por successor Francisco Alberto Rulim em 6 de Outubro de 1812 com patente, sem ser sujeito ao Governador e Capitão-General da Bahia, sujeito ao qual havião estado os Governadores d'esta, por espaço de 12 annos. Durante este governo, em 15 de Fevereiro de 1813, fôrão situados os primeiros casaes na povoação que creou, e denominou de Vianna, no sertão da margem do Norte do rio Santo Agostinho, termo da villa da Victoria, vindo os casaes das ilhas dos Açores remettidos para esta de ordem de S. M. pelo Intendente geral da policia Paulo Fernandes Vianna. Pela Carta régia de 17 de Janeiro de 1814 foi

authorisado este governo para conceder terrenos por sesmaria. Em 14 de Setembro de 1814 se rompeo o sertão intermedio d'esta Capitania com a de Minas-Geraes, ficando uma estrada de comunicação do Caxoeiro do rio Santa Maria, termo da villa da Victoria, a Villa-Rica da Capitania de Minas-Geraes, para cujo rompimento havia o Governador dado instrucções e ordens ao Capitão do corpo de Pedestres Ignacio Pereira Duarte Carneiro. Pela Provisão do Conselho Supremo Militar de 14 de Agosto de 1815 está este governo authorisado para passar patentes aos Officiaes de Ordenanças. Em 15 de Dezembro de 1815 lançou o Governador, Francisco Alberto Rubim, a primeira pedra para a edificação da igreja na povoação de Vianna, que dedicou a Nossa Senhora da Conceição.

As Cartas régias de 4 de Dezembro de 1816, dirigidas ao Governador e Capitão-General da Capitania de Minas e ao Governador d'esta, approvão o auto de divisão e demarcação de 8 de Outubro de 1800, e marcão a linha divisoria pelo sertão entre as duas Capitancias. A Provisão do Real Erario de 5 de Março de 1817, manda fazer pelo cofre da Junta a despeza para uma igreja matriz em Linhares, districto do Rio Doce, e teve principio em 13 de Setembro do mesmo anno. Por Provisão do Bispo Diocesano e Capellão-Mór, D. José Caetano da Silva Coutinho, foi nomeado Capellão Curado, independente, da igreja da povoação de Vianna, Fr. Francisco do Nascimento Teixeira, religioso do convento de Santo Antonio da provincia da Conceição. Por Decreto de 23 de Dezembro de 1817 foi S. M. servido mandar crear na villa da Victoria um hospital debaixo da inspecção da Santa Casa de Miseri-

cordia, confirmando as doações e donativos offerecidos para seu estabelecimento.

BREVE ESTATISTICA

Pela parte do N. o districto do Rio Doce está demarcado pelo sertão com a Capitania de Minas-Geraes (a) pelo Espigão que corre N. S. entre os rios Guandú e Amanassú, sendo o dito Espigão pa-rio o rio Guandú aguas vertentes o districto da Capitania do Espirito Santo, servindo-lhe outro sim da parte do N. do Rio Doce de demarcação a serra que está defronte do quartel do Porto de Souza. Beira-mar com a Capitania da Bahia, não tem ponto determinado (b), ao S. fica a villa de São Matheus, e a S. d'esta o districto do Rio Doce. (c)

O quartel do registo do Porto de Souza está da parte do Sul do Rio Doce, duas legoas abaixo da foz do rio Guandú, que entra no mesmo por baixo do ultimo degráo da Caxoiera das Escadinhas, este se acha guarnecido com um inferior e 11 soldados do corpo de Pedestres: do quartel segue para o sertão uma estrada para a Capitania de Minas-Geraes, e atravessando o rio Guandú segue até o quartel de registo da dita Capitania, denominado quartel de Lorena, cuja estrada tem de distancia 3 legoas, e n'ella ha as precisas pontes e estivas, por estas descem os mineiros com seus generos até junto do quartel de Porto de Souza, onde se embarção em canoas para descer o Rio Doce até á povoação de Linhares, ali fazem as suas transacções, e voltão com sal: descendo o Rio Doce do quartel de Porto de Souza até a foz do rio Santa Joanna, que fica na margem do Sul, ha 5 legoas, d'esta á foz do rio Pancas, que fica na margem do

Norte, 2 legoas e meia, defronte da qual fica a ilha do mesmo nome que tem de comprido tres quartos de legoa: d'esta ao quartel de Amadia, situado na margem do Sul, 2 legoas e tres quartos, cujo está guarnecido com um inferior e 7 soldados do corpo de Pedestres: d'este á povoação de Linhares, que fica da parte do Norte, 11 legoas e meia.

Esta povoação está situada em muito alta barreira em fórma de meia lua para o Rio Doce, superior a todos os terrenos que a rodêão, porque são varzeas ou planicies na distancia de muitas legoas, e por isso, não obstante achar-se ainda inculta por todos os lados, é de huma vista a mais aprazivel que pôde imaginar-se, principalmente a do rio, que por ser largo, e estar cheio de grandes ilhas, e outras mais pequenas, representam ao longe grandes e differentes embarcações; todas ellas tão ferteis como todo o terreno firme, cuja producção é tão prodigiosa, que os que plantão um alqueire colhem duzentos; tendo mais a vantagem de que ao mesmo tempo que todos os lavradores dos mais districtos d'esta Capitania lamentão o incalculavel estrago que lhes causa a formiga, estes se alegrão por não terem encontrado uma só em suas lavouras: o que se pôde asseverar é que a Natureza parece se esmerou em fazer appetecivel todos os terrenos d'este dietricto, sendo de lamentar que o Gentio ou Indios Cuietés, vulgarmente chamados Botucudos, ou Gamellas (pela extravagancia com que furão o beijo inferior e as orelhas, em cujos buracos metem grandes rolhas de páo) sejam os que se estejam utilizando de sua formosura e da sua fertilidade.

Tem a povoação de Linhares 57 fogos e 305 almas: n'ellas ha um hospital militar, com

um Cirurgião-mor, e os medicamentos precisos: ha um Alferes do corpo de Pedestres, commandantes de toda a linha de destacamentos do districto, e que mensalmente os visita: está se lhe edificando uma igreja matriz com o orago de Nossa Senhora da Conceição: tem um quartel denominado 1º quartel de Linhares, guarnecido com um inferior e 18 soldados do corpo de Pedestres. Ha n'esta povoação um grande cercado de muito bom pasto onde seus moradores lanção seu gado vacuum, sem prejuizo algum do Gentio por estar todo entrincheirado de materia grossa derribada: esta mesma trincheira continúa até ao quartel denominado 2º quartel de Linhares, na distancia de quasi uma legoa, vindo ficar este sobre a lagôa de Gypanãa; está guarnecido com um inferior e 11 soldados Pedestres, cubrindo assim as plantações dos habitantes, as quaes ficão igualmente defendidas por um lado com a trincheira, e pelo outro com o rio da dita lagôa que desagua no Rio Doce; tendo ao mesmo tempo a vantagem de ficarem com a povoação em uma ponta, e com o quartel na outra, communicando-se com uma estrada que vai atravessar pela testada de toda a plantação; e de outro lado d'esta estrada para o sertão se fez uma derribada para servir de trincheira, e n'ella girarem as rondas militares até á povoação, afim de que o Gentio não penetre nas lavouras com facilidade.

Do lado do N. da povoação, em distancia de legoa e meia, está a grande alagôa de Gypanãa, abundantissima de peixe, esta se communica por um rio do mesmo nome com o Rio Doce, e é tão grande que tem em si uma ilha em que se acolhem os pescadores todo o tempo que não estão no exercicio da pesca.

Na margem do rio do lado do Sul, defronte

da povoação, está a fazenda denominada Bom-jardim, com engenho de assucar, fabrica de farinha de guerra, olaria onde se faz famosa telha e tijolo: o dono d'ella é João Felippe de Almeida Calmon, branco, casado, e n'ella vive com 22 pessoas: d'esta fazenda segue uma estrada que finaliza no quartel do Aguiar, a qual tem 4 legoas de comprimento, e 30 palmos de largo, com 3 pontes fortes, e por ella podem facilmente transitar todos os generos de importação e exportação para sahirem pela barra do Riacho, uma vez que não queirão transporta-los pela do Rio Doce; tem de mais esta estrada a vantagem para os viandantes, que da Capitania seguem suas jornadas para aquelle districto, ou para a Capitania da Bahia, de não terem de dar uma volta de 8 legoas pela praia para chegarem á povoação de Linhares.

Da povoação de Linhares á barra do Rio Doce, na margem do Norte, tem 8 legoas; 1 legoa acima se acha estabelecido com lavouras, e gado Antonio José Martins, homem branco, casado, com uma familia de 16 pessoas: da casa d'este segue pela costa do mar a estrada geral d'esta Capitania para a Bahia; ficando distante 4 legoas o quartel de Monsaráz guarnecido com 1 inferior e 5 soldados Pedestres, o qual serve de registo.

A barra do Rio Doce não tem outro embaraço mais do que sua corrente ser violenta em tempo das aguas, e n'este tempo por espaço de quasi huna legoa se vê correr a agua clara do rio por entre a azul do mar; o rio dentro é muito largo a modo de bahia; póde navegar-se por elle acima em barcos e canoas mais de 20 legoas: na barra podem entrar sumacas, e maiores embarcações quando a corrente não fôr tão violenta: tem piloto-mór da barra nomeado por Tho-

maz Antonio de Villa-nova Portugal, Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios do Rheino, encarregado da Repartição dos Negocios da Marinha e domínios Ultramarinos, em 12 de Janeiro de 1818.

Da fazenda Bom-jardim, situada em frente de Linhares, á margem do Sul do Rio Doce, tem 8 legoas; n'este logar está o quartel da Regencia Augusta, guarnecido com 1 inferior e 4 soldados Pedestres: d'este para o Sul pela costa do mar ao quartel do Riacho são 4 legoas, cujo quartel está guarnecido com um inferior e 4 soldados Pedestres e serve de registo para o interior d'esta Capinia: d'elle, subindo o rio do mesmo nome, está em distancia de pouco mais de 3 legoas, o Campo do Riacho ou aldêa dos Indios com 200 almas, que ora vivem n'este logar, ora junto ao quartel de Aguiar: seguindo tres quartos de legoa se acha a alagôa d'este nome: d'esta para o S. O. está a alagôa Dourada em distancia de 2 legoas e meia da primeira da parte do Norte, e ao Sul do Rio Doce está o quartel de Agniar, o qual fica 4 legoas para o sertão, e quasi na altura da povoação de Linhares, guarnecido com 1 sargento-mór de Ordenanças e 16 soldados Indios: d'esta principia a estrada que sahe defronte de Linhares de que acima se trata: no mesmo rio do Riacho desagua o rio dos Comboyos, e 3 legoas para o sertão se acha o quartel do mesmo titulo, guarnecido com 1 inferior, e 2 soldados Pedestres.

Não ha em todo este districto igreja alguma senão a matriz que se está edificando, nem outro algum logar ou povoação: tem muitas alagôas mui largas e extensas que têm sido descobertas em occasiões de entradas para atacar o Gentio, assim como alguns rios; porém por falta de gente se não tem podido vêr onde vão desa-

guar as primeiras, e a foz e direcção dos segundos. Teve, em 1817, 16 baptizados, 18 obitos e 6 casamentos.

No Riacho onde finda o districto do Rio Doce começa o da villa de Nova Almeida, cujo districto na criação da mesma villa, foi demarcado pelos limites da sesmaria que n'aquelle logar fôra dada aos Indios pelo donatario d'esta Capitania no anno de 1610; tem de Norte a Sul 12 legoas com 6 para o sertão; porém, depois da formação do quartel do Riacho, ficou pertencendo ao Rio Doce a parte que fica para o Norte do dito destacamento.

Ao Sul do Riacho, 3 legoas, está situada a Aldêa-Velha, porto de mar que admite sumacas, formado pela confluencia dos rios Piraque-assú, e Piraque-mirim que corre mais ao Norte, os quais se unem pouco antes de chegar ao mar. De um e outro lado do rio da Aldêa-Velha, e nos seus braços, se achão dispersos pelas suas margens os habitantes d'esta aldêa. Tem sómente 17 fogos, e 34 almas, por ficar desamparada depois que os Indios passarão para Villa Nova.

Na margem do rio Piraque-assú, caminho de 4 legoas desde a barra da Aldêa-Velha, está a povoação de Piraque-assú com 59 fogos, e 373 almas.

Ao Sul da Aldêa-Velha, 2 legoas, fica a villa de Nova-Almeida, a qual dista da da Victoria 7 legoas situada em um logar alto sobranceiro ao mar; corre junto a ella um pequeno regato chamado Pirahen, e pelo Norte o rio Sauanha, por cuja barra, por ser de pequeno fundo, só entrão lanchas.

Ha na villa um convento que foi dos extinctos Jesuitas, cuja igreja serve de matriz, que tem por orago, Reis Magos; parte do convento serve

de residência aos vigários e parte de Casa da Câmara e Aposentadoria. Tem 165 fog. e 579 almas. Teve, em 1817, 207 baptizados, 180 obitos, 53 casamentos.

A meia légua para o Norte da villa de Almeida se acha a ponta denominada das Frecheiras aonde ha um engenho de assucar, e para o Sul, proximo á villa no lugar denominado Rio do Sapo, uma engenhoca de agua-ardente, e outra na Capuba, ambas á beira da estrada.

A estrada geral corre junta ao mar, ou proximo a elle. Ha outra estrada, d'esta villa para a Freguezia da Serra, districto da villa de Victoria, na qual ha 3 engenhocas, a saber: na Ladeira Grande, no Rio Novo, e no de Jacarahipe, que divide o districto da villa da Nova Almeida do da Victoria. Da barra do rio Jacarahipe, em que só entrão canoas, que, como fica dito, limita pelo Sul o districto da villa da Nova-Almeida, e pelo Norte o da Victoria, á povoação da Serra são 3 legoas, e d'esta á margem do Norte do rio Santa Maria, onde fina a comprehensão da mesma Freguezia, 2 e meia, cujo orago é Nossa Senhora da Conceição da Serra, e foi esta Freguezia desmembrada da de Nossa Senhora da Victoria em 1752.

Esta povoação está situada abaixo do morro da serra conhecido dos Navegantes pelo Mestre Alvaro, o qual por ser sobranceiro a todos os mais lhes serve de baliza, quando, vindo do Norte, procurão a barra da villa da Victoria: tem de distancia o districto da Freguezia desde a barra de Jacarahipe Norte—Sul até á margem do Norte do rio Santa Maria, 5 legoas e meia, e de largura 2; tem 23 engenhos de fabricar assucar denominados Guaranhum, Cavado, Murubeca, Lage, Taboleiro, Pesqueiro, Bettis 2, Campo do

Morro, Morro, Cathaya, Porto de Jacarahipe, Santa Rita, Enseada das Pedras, Enseada da Larga, Limeiras, Caxoeira, Prejura, Jacuhy, Tayobaia 2, Pontal da Enseada Larga e Una; e 14 engenhocas denominadas Corrego das Pedras, Cayambola, Jacarahype, Jucunens 2, Jacuhy, Queimado 4, e Tramirim 4: tem 317 fog. 2.422 almas. Teve em 1817, 84 baptisados, 51 obitos, e 40 casamentos.

Da Freguezia da Serra á villa da Victoria são 7 legoas, e pela costa do mar, estrada geral, 6 desde a barra de Jacarahype, onde ha uma boa ponte; e 1 legoa antes da villa se atravessa outra chamada Ponte de Maruhipé, que tem de comprimento 60 braças, construidas á 18 annos sobre um braço do rio Espirito-Santo, que cerca a ilha em que está a villa da Victoria. Até este ponto, e em todo o mais terreno da ilha em torno da villa tem 1 igreja de um particular no lugar Carapina, 2 engenhos de assucar, um nos Cardosos, outro em Carapina, e 4 engenhocas, na Ponta dos Fachos, Bicanga, Cambury, e Carapina: tem 197 fogos, e 2.453 almas.

A villa da Victoria, capital deste governo, terá de longitude 400 braças, e de latitude 200 para 300, está situada em uma ilha de mais de 4 legoas de circumferencia, n'uma ponte do monte Vigia á margem do Norte do rio Espirito-Santo, o qual, cercando a mesma ilha, faz barra em distancia de 1 legoa no grande Oceano, e admite n'ella galeras, e bergantins, offerecendo em toda esta distancia, que está povoada de ilhas capazes para grandes fortalezas, excellente ancoradouro para muitas embarcações, abrigado de todos os ventos á excepção sómente do Este que raras vezes apparece. Em toda a villa se aporta em canôas, e escaleres com a maior facilidade; porem seus principaes desembarques são o Caes Novo

das Columnas, que fica abaixo da casa do governo, o do Azambuja, o Caes-Grande, onde até atracão sumacas, o do Santissimo, o do Batalha, e o dos extinctos Jesuitas, vulgarmente chamado Portodos-Padres.

Tem esta villa uma Freguezia do orago de Nossa Senhora da Victoria que lhe dá o nome, a igreja do Collegio dos extinctos Jesuitas contigua á casa do governo, e defronte d'esta a da Santa Casa de Misericordia: tem 2 conventos, São Francisco e Nossa Senhora do Carmo, e 6 igrejas mais, inclusive as duas Capellas das ordens terceiras dos ditos conventos: tem uma Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda; 2 fortalezas, Carmo e São-João, e esta com 3 baterias: 2 corpos de tropa de linha, a companhia de infantaria de linha com 116 praças aquartelada na fortaleza do Carmo, e o corpo de Pedestres com 300 praças, commandado por um Tenente-Coronel, cujo corpo está dividido por differentes quarteis em todos os sertões da Capitania para defender seus habitantes das incursões do Gentio, tem mais 3 corpos Milicianos, o regimento de infantaria com 2 companhias de cavallaria annexas, o batalhão de artilharia com excellente parque de campanha, e a companhia de Henriques; é verdade, que estes corpos são formados com soldados tambem do termo: tem 1 hospital real militar para a tropa de linha: tem 1 professor regio de grammatica latina, e outro das primeiras letras, e além d'estes, 3 mestres mais que as ensinão; tem 3 fontes de excellentes aguas, a da Capixaba, e a da Lapa nas extremidades da villa, e a Fonte-grande quasi no centro: tem 945 fogos, e 4.245 almas.

Ainda que não rica, é comtudo assento, e cabeça da comarca; sua perspectiva bastantemen-

te elegante, suas casas, pela maior parte, são de sobrado, e reformadas todas por um só gosto á moderna, e seus habitantes, os homens, se occupão no commercio, para o qual possuem embarcações costeiras, e nos differentes officios, e as mulheres em cozer e fiar.

Pelas costas da villa fica o rio Santa-Maria, que desemboca no Espirito-Santo, povoado desde sua foz até seu caxoeiro que são seis legoas, comprehendendo esta extensão até a barra do rio Caryacica, tambem no Espirito-Santo, meia legoa abaixo do de Santa-Maria, 4 engenhos de assucar: Pe.ão, Trapuha, Acca, e Una; e 10 engenhocas; 347 fogos e 2.262 almas. Desaguão n'este rio os de Mangayari, e Mulundú, povoados de lavradores; e o de São Miguel, nas cabeceiras do qual se estão estabelecendo varios lavradores; e já ali se achão em meia legoa de terreno 17 fogos, e 163 almas. Desde o caxoeiro do rio Santa-Maria, onde principia a nova estrada para Minas, desce por sua margem uma estrada, que depois, entrando-se pelo interior, vem sahir com 6 ou 7 legoas á barra de Caryacica, d'onde vem ao Porto de Itacibá e m pouco mais de 1 legoa, e ali se faz passagem para a villa, cuja estrada é aberta para facilitar a jornada d'aquelles mineiros que, não querendo embarcar-se no caxoeiro de Santa Maria, vierem com suas tropas ao Porto de Itacibá.

Da barra do rio Caryacica, pela margem do do Espirito-Santo, ao Porto de Itacibá é pouco mais de 1 legoa, e d'este Porto pela margem do Sul da villa que vem do rio Jucú, e faz barra pouco abaixo do mesmo porto, e depois pela margem d'aquelle á foz do rio Santo-Agostinho, serão 6 para 7 legoas, e tem em toda esta extensão 20 engenhos de assucar denominados Santa-Anna 2, Maricará, Jucú 2, Buyayaras, Ladeira Grande

2, Jacaroába, Pahu, Itapoca 2, Campo Grande, Tanque, Cassaroca, Callabouço, Piranema Pequena, Piranema Grande, Capoeira-assú, e Guayamum ; e 12 engenhocas: Guayamum 2, Camarás 2, Frechal, Cangahiba, Tambotahy, Caryacica, Maricará, Rossas Velhas, Caxoeira, Campo Grande, e Itacibá : tem 3 igrejas de particulares, 2 em Jucú, e uma em Piranema Grande : tem 249 fogos, e 2.341 almas.

Em distancia de 4 legoas do Porto de Itacibá, defronte da villa, são os sertões de Santo Agostinho, em os quaes está situada a povoação de Vianna de Ilheos mandados estabelecer em culturas por S. M., cuja povoação se acha o mais brilhante possível : ella é defendida por 4 quartéis guarnecidos com 34 soldados Pedestres commandados por um Alferes, 2 nas suas extremidades para lhe servir de registos, e 2 ao sertão em altos montes a fim de a vigiar, e defender das incursões, e roubos do Gentio : tem Cirurgiãomór para tratar das enfermidades de seus habitantes ; igreja com Capellão curado ; um moinho d'agua no meio da povoação, commun para todos, e olaria em que se fabrica telha. Seus colonos estão estabelecidos ás bordas do rio Santo-Agostinho, da estrada nova das Pimentas cuja testada corre a Oeste-quarto-Noroeste, com fundos ao Norte-quarto Nordeste até á casa do Cirurgiãomór, e depois ao Norte com differentes voltas com fundos a Oeste até a estrada de Perobas que segue por este rumo desde a margem do rio Santo Agostinho, e da nova estrada de Perobas que corre para Este com fundos ao Norte até ao colono Francisco Coelho Borges, d'onde sahe a rumo de Sueste a que vai para o moinho d'agua ; e outros nas suas sobre quadras, e cada um tem de sesmaria terreno de 112 braças de testada,

com 500 de fundo, e lhes passa a todos, quando não pelas portas ao menos muito proximo, correjos de excellentes aguas. Ao presente tem esta povoação 59 fogos e 308 almas. Do interior da mesma segue uma nova estrada que proximo das nascentes do rio Jucú, corta a estrada do Caخeiro do rio Santa Maria a Villa-Rica.

Da mesma povoação se chega á villa da Victoria por duas vias, primeiro embarcado sahindo pelo rio Santo Agostinho ao de Jucú, e d'este ao do Espirito Santo 6 para 7 legoas; segundo por terra, a pé enchuto, 4 legoas até Itacibá, onde se faz passagem para a villa; e atravessando esta estrada o rio Itaquari, que desagua no de Jucú, o qual com as enchentes era ás vezes invadeavel, se fez sobre elle a forte ponte Itaquari, obviando se com ella qualquer inconveniente que os novos colonos de Vianna, assim como os moradores d'alem da mesma ponte pudessem encontrar em suas jornadas.

Todo o terreno d'esta povoação, que terá de longitude 2 legoas, e de latitude pouco mais de uma, é mui fertil e cortado de muitos correjos; as habitações dos colonos estão todas em pequenos montes cercados de fertilissimas varzeas capazes de todas as plantações, pelo que se conservão em extremo alegres. Teve, em 1817, 455 baptizados, 276 obitos, e 76 casamentos.

Em Jacaroaba, defronte da povoação de Viana, principia o districto da villa do Espirito-Santo pela margem do Sul do rio Jucú até á fazenda de Cassaroca; e por detraz d'esta, em direcção ao Esteiro de Alabery, que sahe 1 quarto de legoa abaixo da villa da Victoria, da parte do Sul junto ao penedo, que fica opposto á fortaleza de São João; e tres quartos de legoa distante, está a villa do Espirito-Santo (6 legoas desde

Jacaroaba) situada proximo á entrada da barra, no fundo de uma pequena enseada que esta faz da parte do Sul, sobre uma planicie mui pouco superior ao nivel do mar: tem ao lado do Sul uma ingreme montanha, no cume da qual está edificado o convento de Nossa Senhora da Penha.

A' entrada da villa, junto ao mar, está a cadêa, e fronteira a esta, em distancia de 200 passos, a matriz, cujo orago é Nossa Senhora do Rosario, ficando de um e outro lado, em distancia de 50 passos, as casas bem alinhadas.

Logo immediato á matriz principia uma grande campina, que tem de extensão legoa e meia, e confina com a pequena povoação de Garanhum, cuja campina, tendo sido por muito tempo a ruina d'aquelles povos por causa das exhalções putridas condensadas na athmosfera, extrahidas das aguas que extagnadamente se conservavão na dita campina, já depositadas pelas chuvas, já pelas enchentes e innundações do rio Jucú, que lhe passa proximo, é do presente utilisssima não só por n'ella pastarem immensos gados de todas as especies, sem perigo nem temor das cheias, como por se transitar em todo o anno a pé enchuto, por se haver de novo limpado a valla aberta pelos extintos Jesuitas, pela qual se esgotão ao rio da Costa, que sahe por baixo da fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, que está entre a villa, e o Monte Moreno, todas as aguas que pelos ditos motivos se arrojão na mencionada campina.

Meia legoa d'ella passa o rio Jucú, e faz barra no Oceano, em que só entrão canôas, sobre o qual ha uma boa ponte de mais de 70 braças, ficando além d'ella, na margem do Sul do rio, a povoação da Barra do Jucú, cujos moradores vivem da pesca. A estrada geral segue sempre

pela borda do mar, e 2 legoas distante fica a Ponta da Fructa, pequena povoação também de pescadores, e pouco adiante o Ribeiro Doce, que divide pelo Sul a villa do Espirito-Santo, da de Guaraparim : tem a villa 82 fogos, e todo o seu termo 435, com 1.721 almas. Tem 6 engenhos de assucar denominados Calheiras, Ilha do Oleo, Jucuna, Arassatiba, 2, e Jacaroaba ; e 4 engenhocas: Ponta da Fructa, Jauárassú, Cambôapina, e Ribeiro Doce. Teve, em 1817, 33 baptizados, 26 obitos e 14 casamentos.

A villa de Guaraparim tem por limite, da parte do Norte, o Ribeiro Doce que a divide da do Espirito-Santo, e dado Sul a lagôa de Maymbá que a separa da Nova-Benevente. De um e outro ponto da referida divisão ha 6 legoas de distancia, e 2 pouco mais ou menos da beira mar até ás ultimas culturas do sertão. Dentro d'esta comprehensão ha 1 freguezia, cuja igreja matriz tem por orago Nossa Senhora da Conceição, e outra capella filial dedicada ao Santissimo Coração de Jesus.

Além da enseada de Miahipe (pequena povoação de pescadores ao Sul da villa), estação pouco fiel para as embarcações, por mais pequenas que ellas sejam, não ha mais do que dous portos de mar, 1 junto da villa, e outro no districto de Perocão ; no primeiro entrão sumacas grandes, no segundo só pequenas, e nas marés cheias. Ha 3 rios de agua doce, mas nenhum d'elles é navegavel, a saber: Una que desemboca continuadamente no mar, o de Miahipe, que em alguns mezes fecha a barra, e o do Engenho—Velho, que se confunde com um braço salgado do rio em cuja foz está situada a povoação principal ao Sul da entrada. Teve a freguezia, em 1817, 105 baptizados, 66 obitos, e 18 casamentos.

Espirito Santo atual



Edifício monumental do Palácio do Governo, que foi, até 1912, conforme gravuras anteriores, sede da administração estadual, perdendo, então, o aspecto de Convento Jesuítico, que mantivera durante dilatados anos, desde o século anchietano.

A estrada geral corre ao longo da praia, e por ella se passa sobre 3 pontes no Una, Perocão e Miahipe. Em todo o termo da villa ha 5 engenhos de assucar denominados: Muriquioca, Rapado, Adão-Velho, e Fazendas do Campo 2; e 13 engenhocas: Una, Coutinho, Tabepucú, Camarugi, Rio do Engenho, Casca de Ostras, Piaúra, Aldea-Velha 2, e Lameirão 4. Tem 283 fogos e 2.721 almas.

No logar onde faz barra a alagôa Maymbá começa o districto de Benevente que tem pela costa do mar 6 legoas de extensão, e outras tantas para o sertão, e finda este districto ao Sul na praia de Piabanha perto da barra de Itapemirim. A 2 legoas da alagôa Maymbá, caminho de Sul, está situada a villa de Benevente sobre um pequeno monte sobre o mar, da parte do Norte do rio Iryrytiba. A igreja e convento que fôrão dos extinctos Jesuitas servem de matriz, que tem por orago Nossa Senhora da Assumpção, e de casa da Camara, cadêa, e residencia dos Vigarios. Este rio Iryrytiba dá entrada a pequenas sumacas, e n'elle vem desaguar 7 pequenos rios, a saber: 4 da parte do Norte, Sallina, Araquára, Curindiba, Quatinga; e 3 do Sul, Pongá, Picoan, e Jaueba. Da parte do Norte da villa até á ponta chamada dos Castelhanos ha uma enseada grande, e muito abrigada do vento Este.

A distancia de legoa e meia da villa tem sua foz o rio Piuma, que corre do Noroeste quasi parallelo ao Iryrytiba, o qual não dá entrada senão a canôas, e n'elle se perde da parte do Sul 1 legoa acima de sua foz o rio Novo, e mais acima outra legoa o de Tapuã.

Entre Benavente e Piuma faz a costa outra enseada na qual ha algumas ilhas, e entre ellas e a costa se abrigão embarcações maiores que não podem entrar na barra de Benavente.

O total da população de todo este districto são 352 fogos, e 2.017 almas. Tem 6 engenhos de assucar, Quatinga, Itauna, Tres Barras, Monte Urubú, Bôa-Vista, e Inhauma; e 4 engenhocas, Taubinha, Aratú, Ponta-Grossa, e Inhauma.

A estrada geral corre sempre junto ao mar até á praia de Piabanha, onde se limita o districto da villa de Benavente com o de Itapemirim. Teve em 1817 98 baptizados, 124 obitos, e 46 casamentos.

Na praia de Piabanha começa o districto de Itapemirim, e meia legoa distante sahe ao mar o rio do mesmo nome, em cuja barra entrão lanchas, e meia legoa acima está a villa de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, cujo titulo é orago de sua freguezia. O primeiro caxoeiro d'este rio dista da villa 6 legoas, n'elle se acha estabelecido um quartel da parte do Sul guarnecido com um inferior, e 30 soldados do corpo de Pedestres. Suas margens, até o quartel, estão povoadas de grandes fazendas com 8 engenhos reaes, e 1 engenhoca cuberta de sapé, denominados aquelles Arêa, Cardoso, Cutia, Boa-Vista, Barra Sêca, Poço Grande, Paineira, e São Gregorio da Ribeira.

A distancia de tres legoas fica o quartel de Boa-Vista, que serve de registo á Capitania pela parte do Sul: está guarnecido com 1 alferes d'infantaria, e 18 soldados, 10 de infantaria, e 8 pedestres, sobre uma alta barreira á borda do mar; 4 legoas para o Sul se atravessa o rio Itapuana onde ha outro quartel, que, como não serve senão para passar os viandantes, está guarnecido com 3 praças do de Boa-Vista. A grande fazenda de Murubeca dista pouco d'este quartel pelo rio acima, tem engenho de assucar, e immenso gado de producção.

Meia legoa ao Sul de Itabapuana fica Santa Catharina das Móz, onde faz termo pelo lado do Sul da Capitania do Espirito Santo, e principia o districto da villa de São João da Barra dos Campos de Goytacazes, pertencente já a Capitania do Rio de Janeiro, sendo desde onde principia o districto de Itapemirim, até este ponto 8 legoas.

As bellas margens do rio Itapemirim serão incultas como muitas outras de varios rios d'esta Capitania do Espirito Santo, se as invasões dos Indios antropophagos não constrangessem aos habitantes das Minas do Castello estabelecidas nas cabeceiras do dito rio e seus confluente, onde houverão 5 povoações denominadas Barra do Rio de Castello, Caixeixe, Arrajal-Velho, Salgado, e Ribeirão a virem estabelecer-se meia legoa distante do mar, trazendo para ali a imagem de Nossa Senhora do Amparo, que collocarão no dito lugar, levantando-lhe nova matriz; começando por consequencia a actual povoação á pouco mais de 30 annos; e ainda que a Real Fazenda perdeo com o abandono das povoações do Castello, lucra hoje muito mais no dizimo que pagão os fazendeiros de Itapemirim. Tem a dita villa, e seu termo, 147 fogos, e 2025 almas. Em 1817 teve 89 baptisados, 83 obitos, e 20 casamentos.

RESUMO

Fundação desta Capitania	292 annos
Governada por Donatarios	192 ditos
Por Capitães-móres	83 ditos
Por Governadores subalternos á	
Bahia	12 ditos
Por Governadores independentes .	5 ditos
Villas	6
Povoações	6

Freguezias	8
Capellania Curada	1
Collegios de extinctos Jesuitas	3
Santa Casa da Misericordia	1
Igrejas de Particulares	4
Igrejas Filiaes	5
Conventos Franciscanos	2
Do Carmo	1
Ordens Terceiras	2
Portos do mar	7
Rios principaes	10
Engenhos	75
Engenhocas	66
Fogos.	3,729
Almas	24,585
Baptizados em 1817	1.087
Obitos em 1817.	824
Diferença a favor da população	263
Casamentos em 1817	273

Ha n'esta Capitania uma especie de Bom-bix, cujo casulo é muito maior que o Persiano : a cor da sêda é amarella escura, encontrão-se alguns côr de ouro, de carne, e verde; o Intendente geral da policia, Paulo Fernandes Vianna, mandou fazer as precisas experiencias para provar sua qualidade; reconhecida esta, o Estado poderá perceber consideravel interesse, porque o insecto nutre-se da folha da mamona, e da lrangeira brava, que está no seu paiz nativo.

NOTAS

(a) Pela Carta régia de 4 de Dezembro de 1816.

(b) Porque, segundo a primeira divisão de Capitánias n'este continente, principiava esta na ponta do rio Mucuri onde finalisava a Capi-

tania do Porto-Seguro dada por D. Pedro 2º a Pedro de Campos Tourinho.

(c) A Carta de doação de D. Pedro 2º, datada de 18 de Março de 1675, a Francisco Gil de Araujo, declara fazer-lhe doação de 50 legoas de terras, principiando onde acabasse a que havia concedido a Pedro de Campos Tourinho. Está registrada no livro de registro da Camara da villa da Victoria nº 59, a fol. 405.

Confere com o original.

Rio, 9 de setembro de 1933.

Euclides Fausto de Souza

Recepção de honra no Instituto Historico (*)

Conferencia da Sra. Lardé de Venturino

No salão nobre do Instituto Historico, anteontem, ás quatro e meia da tarde, com a presença do representante do exmo. sr. Interventor Federal, dos srs. desembargador Carlos Xaxier, presidente do Tribunal Eleitoral do Estado e exma. esposa, desembargador Carlos Xavier desembargador Josias Soares, dr. Antonio Francisco de Athayde, presidente do Instituto Historico e membro do Conselho Consultivo do Estado, diversos socios desse Instituto, representantes do Gremio Literario «Ruy Barbosa», da Associação Feminina Espirito Santense, da Faculdade de Direito, professores da Escola Normal e do Ginasio, e representantes da imprensa, realizou-se a anunciada palestra da consagrada escritora salvadorenha Alice Lardé de Venturino, que discorreu brilhantemente ácerca de «Orientações sociais e morais da poesia».

A sessão foi presidida pelo sr. presidente do Instituto, dr. Antonio Francisco de Athayde, que proferiu o seguinte discurso:

1933. (*) Noticia publicada no «Diario da Manhã», desta capital, em 11—7—

«Caros confrades :

O Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo tem a honra insigne de receber a visita da eminente escritora chilena sra. d. Alice Venturino, amantissima esposa do laureado sociologo chileno dr. Agustin Venturino, que na noite de 7 do corrente, nos maravilhou neste Instituto, com a sua fecunda palavra de mestre, nos diversos assuntos sociais sobre a civilização sul americana.

E' efetivamente, d. Alice Venturino uma senhora digna da nossa admiração. Vai falar o coração de uma dona exemplar.

A sua elevada dissertação bem exprimirá a grandeza dos sentimentos de sua alma. Vai falar sobre o tema *Orientações sociais e morais da poesia*. E' o seu coração que vai vibrar com ternura nesta casa, suplicando novos moldes de cantar. A nossa poesia precisa, de fato, ter novos rumos de amor altruistico, exaltando com dignidade a natureza humana, a Familia, a Patria e a Humanidade. Procuremos cantar em versos brilhantes, o poema sublime do amor comovente de Paulo e Virginia.

O amor deve ser, por principio, social e moral. Nem sempre se pôde pensar e agir, mas sempre se pôde amar!..

Demos o exemplo de um amor social.

Basta vêr Colombo ajoelhado aos pés da rainha Isabel, a catolica, e ela, esta mulher extraordinaria, impedida por Fernando e por todos os preconceitos da côrte do seu tempo, faze-lo levantar-se e dizer-lhe com ternura : *Vá Colombo. Empenharei as minhas joias pelo descobrimento do Novo Mundo.*

Outro exemplo de amor religioso. Basta vêr a mistica Santa Terêsa de Jesus: atordoada pelo

sofrimento por toda parte da Espanha, Ela proferiu serenamente : *Nada me atemoriza. Hei de amar a Jesus, custe o que custar.*

Esse é o alvo da regeneração humana. O amor sem interesse. Precisa-se amar ; mas com sentimentos nobres. O sentimento humano precisa ser regenerado, porque os grandes pensamentos vêm do coração.

Finalmente, caros confrades, o nosso ilustre orador, professor Elpidio Pimentel, como é de praxe nesta Casa, apresentará a eminente personalidade da poetisa chilena, sra. dona Alice Venturino, para o efeito de ter logar a sua conferencia annunciada que será verdadeiramente encantadora para todos nós, que ouviremos respeitosamente sua belissima e oportuna palestra. Tenho dito.»

Depois deu a palavra ao orador official; professor Elpidio Pimentel, designado para a apresentação, ao seletto auditorio, da talentosa e culta escritora americana.

Depois de applicado conhecido conceito litterario, o qual determina que poetas só de poetas sejam lidos, o professor Elpidio Pimentel confessa que, não obstante considerar-se o mais prosaico dos literatos capichabas, tinha sincero contentamento em fazer aquella apresentação, porque a insigne visitante é, sem contestação, magnifica e definitiva expressão de alta, vibrante e real inspiração poética. Lendo-a, não encontramos, apenas, a fixadora de ritmos, de musicalidades, de parologens em torno de vulgares temas sentimentais. Ela é a pensadora de altos pairors, a insaciavel pesquisadora filosofica dos maximos e eternos problemas, que desafiam a potencialidade investigadora do espirito humano. E, assim, servida de elegante expressão litteraria e fortalecida de esmerada e profunda cultura geral, a se-

nhora Alice Venturino dá extraordinario fulgor á constelação das maiores e mais famosas poetisas americanas. Para documentar melhor as suas afirmativas, o orador lê alguns excerptos preciosos do poema «El Nuevo Mundo Polar», destacando o valor de suas duvidas e conceitos filosoficos e a originalidade impressionante dos seus assuntos poéticos, quando canta a neve, os pinguins, as tormentas, as ilhas desertas, todas as angustias eternas da região polar austral. Terminada a ligeira leitura dos trechos antologicos, o professor Elpidio Pimentel concluiu a sua apresentação, dizendo que os presentes, consagrando com seus aplausos, a já consagrada poetisa centro-americana, demonstrar-lhe-iam, não só a proclamada, a dadivosa a envolvente hospitalidade dos espirito-santenses, mas, sobretudo, que já somos, embora em numero ainda escasso, dentro do Espírito Santo, uma minoria consciente, que se compraz nos deleites intellectuais do espirito e sabe render aos verdadeiros artistas, ao talento, á intelligencia, que comprovem merito real, os testemunhos mais carinhosos e calorosos de sua admiração e entusiasmo.

Toma, então, a palavra a sra. Alice Lardé de Venturino e, durante 30 minutos, com esplendida dição, lê o seu trabalho magistral ácerca do tema *Orientações sociais e morais da poesia*.

Uma frenetica vibração de palmas fechou o encantamento desse tempo precioso, em que todo o grande e seletto auditorio esteve preso á palavra simpatica e luminosa da laureada conferencista.

Neste momento, a distinta professora conterranea, senhorita Judith Leão Castello, que honra o corpo docente da nossa Escola Normal, representando a Federação Espírito Santense pelo

Progresso Feminino, proferiu eloquente saudação á poetisa-conferencista e ofereceu-lhe, num delírio de palmas, linda palma de flores naturais.

Damos a seguir um extrato da conferencia:

Depois de passar em revista o panorama da poesia americana e de estudá-la em relação com o ambiente, a sra. Lardé de Venturino, referiu-se ao aspecto que apresentava a poesia continental na antiguidade quando era utilizada como instrumento de educação popular.

Logo disse a ilustre conferencista, que apesar da torrente de poetas que existe na maioria dos povos americanos, estes agrupamentos humanos vivem, geralmente, á margem das manifestações artisticas e profundas do espirito, chegando á conclusão de que a causa principal deste fenomeno devia-se a que a arte tem sido agora «exclusivamente de autores e para autores».

Ao invés de penetrar no coração das agremiações para despertar nelas os sentimentos superiores como os da bondade, cooperação, fraternidade, paz, altruismo, respeito e simpatia pela vida social e universal, que são os que devem unir os individuos e as nacionalidades, levando-os a procurar a mais alta perfeição, quedou-se em um circulo estreito que em lugar de os fazer sair, desvirtua-os, aferrolhando-os. E ainda mais, acrescentou a oradora: o mundo americano sente em forma diferente, enquanto a Poesia segue outro rumo...

Tendo um continente tão cheio de belezas naturais, em cujo ambiente vazam lendas sugestivas, voltamos os olhos para as civilizações caducas para imitá-las, ao invés de formar uma literatura propria, cantando quanto nos cerca, não só para que aprendamos a conhecer e apreciar melhor as maravilhas do nosso sólo, nossas tra-

dições, usos e costumes, senão também para proporcionar ao estrangeiro novos elementos de acôrdo com o nosso espirito.

Os criadores da poesia americana devem inspirar-se nessa grandiosa fonte de motivos poéticos, e abrir os olhos da alma a tudo quanto os cerca, refletindo na sua obra a realidade que os circunda, e procurando, ao mesmo tempo, depurá-la, dignificando e elevando a criatura humana através da obra de arte, tendo sempre presente o valor moral de revelar nossos vícios e virtudes, fazendo florescer a parte mais bela da alma da America.

A poesia, diz a conferencista, não deve ser apenas musica, emoção e colorido, mas alguma coisa mais: além de deleitar, deve instruir. E, para alcança-lo deve apresentar visões nitidas ou estar entrelaçada de idéas que, unidas ao sentimento, são a fórmula verdadeira de renovação poetica, e a possibilidade de influencia eficiente nas transformações sociais. Esta rama da arte deve elevar-se como função educativa, levando-a á Escola, tornando-a, ao mesmo tempo, psicologica e criadora como social.

Passando a outro assunto, a sra. de Venturino demonstrou como tinha chegado a penetrar no panorama nativo, dizendo que emquanto permaneceu no tropico não percebeu a grandeza selvagem da natureza. Somente os interminaveis dias de humidade, de gelo, de neblina e escuridão da região austral do Pacifico, pelo contraste, fizeram-na perceber o tom tropical. Declarou que escreveu seu livro sobre o tropico, na zona glacial, em meio da atmosfera fria, tendo as mãos quasi entumecidas. Por sua vez, suas obras sobre as regiões polares e patagonicas, concebeu-as debaixo da nostalgia que fazia bulir em suas veias

o fogo tropical, e devido ao qual deu um pouco de ternura á natureza gelada e inclemente.

Aduziu considerações e experiencias de como, em seu conceito, poder-se-ia acentuar a poesia essencialmente nossa, expondo a influencia que hoje teria o lirismo em cada um dos países em formação, americanos, se desde o principio, desde um seculo atraz, para não ir mais longe, tivéssemos tratado de empreender a conquista das belezas e peculiaridades regionais, formosissimas por demais. A evocação do meio natural e humano, o objetivo, o sentido, o verdadeiro portanto, requer longa convivencia e experiencia, que trazem a penetração, a segurança, a revelação, que se concretizam nas singularidades de determinado cenario.

A admiravel conferencista estendeu-se em outras considerações personalissimas, que crê essenciais para chegar á criação literaria, tais como os contrastes e a necessidade do conhecimento das paisagens opostas para, pela comparação, chegar á concretização.

No Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo (*)

Foram conferidos titulos de membros correspondentes ao dr. Agustin Venturino e á sra. Lardé de Venturino

O Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo recepcionou ontem, solenemente, ao ilustre sociologo chileno, dr. Agustin Venturino.

Após terminar a sua belissima oração o dr. Antonio de Athayde, presidente do Instituto Historico e Geografico, entregou ao casal Venturino os titulos de membros correspondentes daquela sociedade.

Entre a numerosa e seléta assistencia que para lá acorreu, destacavam-se o cap. Nicanor Paiva, representante do exmo. sr. Interventor Federal; s. exa. revma. d. Benedito Paulo Alves de Souza, bispo diocesano; dr. Mario Aristides Freire, Secretario da Fazenda; dr. Gilson de Mendonça, Procurador Geral do Estado; desembargadores

(*) Noticia do «Diario da Manhã», desta capital, de 13-7-1933.

Carlos Xavier, Barros Wanderley, Augusto Botelho, Waldemar Pereira, João Manoel de Carvalho, Josias Soares e Batalha Ribeiro, dr. Antonio de Athayde, presidente do Instituto Historico e Geografico ; dr. Meira Quadros, diretor do Ginasio do Espirito Santo ; autoridades federais, estaduais e municipais, professores, estudantes e os representantes da imprensa.

Foi o seguinte o discurso pronunciado pelo dr. Antonio de Athayde, presidente do Instituto Historico e Geografico :

«Exmo. sr. representante do sr. Interventor ;
Exmo. sr. Dom Benedito ;
Minhas senhoras, meus senhores.
Caros confrades:

Está no convívio do Instituto Historico, dentro da Casa do Espirito Santo, o nobre embaixador da confraternidade cultural da gloriosa Patria Chilena. E' o reputadissimo intelectual em estudos sociais ; é o profundo investigador do passado das patrias sul-americanas ; é o laureado escritor das obras de **Sociologia Primitiva Chileindiana**, da **Sociologia Chilena** e da **Sociologia Geral Americana**, e de outros trabalhos, que aferem o gráu de ilustração, de cordialidade, de espirito e de coração, deste notavel sociologo dr. Agustin Venturino.

Seus primorosos estudos proto,pre e antehistoricos sobre a America Meridional, aquilatam o valor de suas obras. E' a historia desses povos americanos, subordinada ás leis abstratas da **Sociologia**, ciencia descoberta por Augusto Comte.

Quer na parte estatica, quer na dinamica, a Sociologia tem leis fatais que ninguem pôde sofismar.

Essas leis estaticas e dinamicas explicam o **consensus** e a evolução de todos os povos da Terra.

A ciencia social divide-se, pois, em dois ramos distintos.

Num constrói a teoria da ordem, noutro estabelece a doutrina do progresso.

Fundamentalmente, não pôde haver progresso em qualquer sociedade, sem estar estabelecida a ordem. Por que ? O progresso é o desenvolvimento da ordem.

Que é a ordem na Sociologia? E' o estudo do organismo coletivo, isto é—o estudo das instituições e dos aparelhos fundamentais que servem de base á existencia social: a propriedade, a familia, a linguagem, o governo e a religião ou poder espiritual.

Do que acabamos de expôr, se conclue logicamente, que não pôde haver sociedade, por mais rudimentar que seja, que não tenha o seu governo e a sua religião, o seu cacique e o seu pagé, conforme a mentalidade ou o gráu de seu adiantamento ou cultura moral.

E' preciso que o governo, que é o poder temporal, mantenha invariavelmente a ordem material, dentro da desordem espiritual, que lavra entre os povos.

Efetivamente, a obediencia é a base do aperfeiçoamento humano, sem, contudo, prejudicar os sentimentos de liberdade na confraternização das sociedades. **O homem se agita e a Humanidade o conduz.**

Os selvagens têm a sua religião na propria natureza: é o feiticismo espontaneo. O seu governo é conquistador.

Na America precolombiana elles habitaram em hordas. Posteriormente, com a penetração do

colonizador europeu, começou a organização da tribo, defensiva ou ofensiva. O continente americano tem uma personalidade geografica, tanto fisica como humana, diferente da septentrional. Temos uma orgia propria de grandeza, de impo-nencia e de deslumbramento no céu, no mar e na terra, que não nos confundem.

Mas as observações directas, os materiais concretos e os documentos de toda especie, recolhidos pela historia de todos os povos estabelecem o **substratum** de todas as suas concepções.

O eminente dr. Agustin Venturino fez evidentemente a escolha dos documentos etnograficos, antropologicos, zoologicos, cosmologicos e geograficos, quando pensou em escrever seus estudos sociais.

Efetivamente, é impossivel apreciarmos todos esses pontos interessantissimos da pre-historia indiana, confirmada na probidade cultural dos seus livros.

Se se afirma que a America do Sul tem a sua personalidade propria na acção creadora da Terra, pôde-se dizer que o americano teve aqui tambem o seu **habitat**, como teve o europeu, o asiatico e o africano nos seus continentes.

Sem entrarmos, todavia, em todas as hipoteses formuladas, devemos dizer que as civilizações do Mexico e do Perú, Aztecas e Incas, pre-colombianos, assombraram os sabios naturalistas!...

Mas, abordemos o magno assunto que nos compete recordar sobre a pacificação dos indios no Brasil. Levantou-se, entre nós, desde o periodo colonial, uma cruzada gloriosa que se formou para redimir os aborigenes perseguidos, escravizados e sequestrados dentro de sua propria terra. Formou-se a catequese religiosa com Anchieta, Nobrega, Pedro Palacios, Afonso Braz, Luiz de Gran,

Espirito Santo historico



Fachada fronteira do convento dos jesuitas, na vila de Nova Almeida. Ha nele, além de importantissimo quadro religioso, de tradicional renome, lendas sobre subterraneos, com tesouros escondidos...

Figueira e outros, cujos resultados foram satisfatórios. Tiveram ainda defensores do quilate do Marquês do Pombal, José Bonifácio e Azevedo Coutinho e outros; enfim, todos elementos religiosos e leigos não puderam resolver completamente o problema da pacificação dos selvícolas, cujas tribus já se guerreavam entre si.

Entretanto, não se deu no Chile a mesma influencia etnica. Os indios ficaram lá pacíficos e tranquillos, bem como no Paraguai.

Mas, esse problema de pacificaar os selvícolas, só foi resolvido no Brasil, pelo devotado e destemeroso general Rondon. Ha trinta anos que este abnegado servidor da Patria e da Humanidade, transpondo perigos inauditos, levou aos aborígenes, com amor, o balsamo assimilador da civilização.

Coube a organização desse serviço de proteção, aos grandes estadistas Nilo Peçanha e Rio Branco, de saudosa memoria.

Encarecemos esse fato, porque nesse penosissimo trabalho de concórdia entre tribus revoltadas, dentro do proprio país, evitando encontros agressivos ou conflitos armados entre elas, parece-nos que em toda America, não tem um emulo, nesse serviço, o grande Rondon.

Rondon é o grande apostolo do Brasil selvagem.

Bolívar, San-Martin, Belgrano, Miranda, Domingos Martins e outros paladinos, são redentores de patrias americanas.

Realmente, carissimo professor dr. Agustin Venturino, neste altruismo que nos une, na pregação de uma fé viva de fraternidade humana, não podemos esquecer o belo livro — **Espirito-Ibero-Americano** do nosso laureado escritor espiritosantense Saul de Navarro, dedicado á har-

monia cultural dos povos americanos. Diz êle:— «Este livro é uma visão panoramica da America. Em suas paginas não ha outra finalidsde, sinão a de exprimir um ideal confraternizador, procurando o convivio espiritual com os povos hispano-americanos.»

Finalmente, egregio confrade, mensageiro do bem e de esperanças ! Levai ás patrias latinas a expressão sincera do nosso devotado amor, pela harmonia dos povos irmãos, pela sua grandeza, pela sua concordia e pela sua felicidade nos seus grandes e nobilitantes destinos no concerto da civilização, amando-nos, reciprocamente, na comemoração das nossas datas magnas, esquecendo, entretanto, aquelas agressivas e guerreiras das lutas fraticidas. Tudo pela Paz ! Salve ! Eminente sociologo, doutor Agustin Venturino.

Ao terminar a sua magnifica peça oratoria, foi o orador calorosamente aplaudido.

Em seguida, o dr. Venturino percorreu sobre a **Sociologia Prehistorica Chilena**.

Dando inicio á sua conferencia, o illustre investigador chileno demonstrou que, em geral, existe, mesmo entre os entendidos e aficionados europeus, um estranho paradoxo, muito lamentavel, para uma compreensão melhor da evolução primitiva continental. Ele provém de que a Conquista da America, sobrepondo-se a quase todos os povos aborigenes, inclusive ás eminentes civilizações maya, tolteca, a z t e c a, incasica, cachalqui, etc., confusa e vultuosamente, deu a sensação de uma liquidação total. Presume-se que, depois do esfacelamento da confederação e dos antigos imperios mexicano e peruano, o mundo cultural primitivo desapareceu para sempre.

Diz o conferencista que, não obstante o denso emaranhado de divagações, precisamente a

partir da derrocada geral indigena, elabora-se na região austral do continente uma estrutura social tipica, talvez a mais isolada da interdependencia sul-americana.

E' inegavel, próssegue o sociologo chileno, que aquela gestação se confunde com dois casos paradoxais, que concorreram para atrapalhar e até certo ponto desmerecer o problema. O primeiro foi que, talvez por ser de forte inclinação guerreira, é tomada como inferior ao processo de conquista, que preparou o fim de quase todas as civilizações primitivas. O segundo é que, na dita conquista, a observar o todo, não deixou vislumbrar a parte que, sem embargo, se realçava. Por isso haveria que acentuar terem sido as civilizações maya, azteca, incasica tão militares quanto a chileindiana; e o proprio fenomeno conquistador não se pôde separar da esfera guerreira.

O professor Venturino, diante desses casos confusos, pondera que esta ou aquela civilização não pôde diminuir outra qualquer, porque quase todas primitivas deveram á guerra o principal da da sua constituição. Se é verdade que os mayas e os uroaimarás conseguiram uma arquitetura adiantada, tambem é certo que essa arte foi uma consequencia da conquista, que proporcionou escravos forjadores, materiais, recursos e materias de toda especie. O chileindiano, por outro lado, não lutou contra um indigena equivalente, como sempre aconteceu na prehistoria americana e se a pugna contra o espanhol não lhe permitiu revelar certos aspectos classicos aborigenes, como, por exemplo, a arquitetura, pelo menos desenvolveu outros completamente desconhecidos, tais como a elaboração do ferro, a organização representativa, a incorporação espontanea, o aperfeiçoamento da escrita, o «quipus» e, emfim, a bi-

secular e tradicional disciplina moral e social, fato excepcional, que ainda não foi perturbado por nenhum tumulto, nem pela discordia de apanhar mulheres inimigas, tão comum em todo indígena combativo.

Finalizando sua atraente conferencia, o eminente orador disse que, da luta bisecular entre o espanhol e o indígena chileno, constituiu-se um ambiente específico de energia, o qual estruturou a nacionalidade chilena, que se caracteriza por uma profunda disciplina e espirito de trabalho.

As ultimas palavras do professor Venturino foram saudadas com uma prolongada salva de palmas.

José Candido de Vasconcelos

MARIO A. FREIRE

Residindo ha longos anos fóra deste Estado, José Candido Vasconcelos dava, entretanto, a impressão de que vivia em Vitoria. Lia com regularidade os jornais capichabas, e discutia os fatos politicos ou os atos administrativos deste Estado como se ainda morasse nesta capital ou tivesse importantes interesses vinculados aos negocios do Espirito Santo.

Era uma cronica viva dos fatos ocorridos aqui nos ultimos tempos da Provincia e, principalmente, durante as duas primeiras décadas do regimen republicano.

Participára, na antiga Provincia, da campanha abolicionista, e acompanhára, com simpatia, os primeiros movimentos em prol da Republica.

Instituido o novo regimen, serviu como official de gabinete do primeiro presidente republicano, o illustre dr. Afonso Claudio. Posteriormente, no primeiro quatrienio presidido por Moniz Freire, ocupou varios cargos no Tesouro Estadual e, por ultimo, foi nomeado Diretor desse importante departamento. Todos os que aqui viveram durante a primeira presidencia do dr. Moniz Freire recordam-se, certamente da preocupação desse illustrado presidente, procurando cercar-se sempre de auxiliares de real valor nos postos mais ele-

vados da administração: foi nesse período que José Candido de Vasconcelos ocupou o cargo, que corresponde, hoje, ao de Secretario da Fazenda.

Deixou-o, rompendo com o governo, num gesto nobre de dignidade.

Viveu, depois, longos anos na opposição e, como redator do «Estado do Espírito Santo», viu, por ultimo o ex-presidente Moniz Freire render-lhe justiça.

Tive o prazer de aproximar-me mais de José Candido nos primeiros anos da «Vida Capichaba»: pude, nesse tempo, admirar o inexcédível devotamento, desinteressado, que tinha pelas coisas e pelos homens dignos deste Estado.

Um dia fui surpreendido com a noticia de que partira do Rio para o Espírito Santo, onde constava viria superintender um serviço, que não podia ter tido melhor diretor. Encontrou aqui, infelizmente, um competidor vindo de outro Estado, e teve de conformar-se com um modesto lugar de praticante extranumerario.

Poucos meses depois, o honrado espiritosantense que fôra o digno auxiliar do primeiro governo republicano, e que Moniz Freire elevára ao alto cargo de seu Secretario da Fazenda, voltava ao Rio desapontado e já então doente: sob a alegação de falta de verba, em um período notável por grandes facilidades administrativas, o governo despedira o velho cronista capichaba da modestissima função de colaborador do arquivo...

Resta, agora, que o Instituto Histórico saiba render a José Candido, falecido no Rio de Janeiro a 12 deste mês, o ultimo preito de saudade da terra em que nasceu.

Questão de Limites

*Contribuição do Estado do Es-
pirito Santo para a Comissão
Especial de Limites Inter-esta-
duais*

Victoria, 14 de julho de 1931.

Exmos. Snrs. Presidente e demais Membros
da Comissão Inter-estadual de Limites :

Encarregado pelo Exmo. Snr. Capitão João
Punaro Bley, digno Interventor Federal no Es-
pirito Santo, de elaborar o trabalho representa-
tivo do contingente que deseja prestar a essa
excelsa Comissão, na grande obra de confrater-
nização brasileira, em que se empenha, venho,
neste memorial, apresentar as sugestões de or-
dem geral que me parecem oportunas e, bem
assim, expôr a situação particular do Estado, em
relação aos litígios que mantem com as circuns-
crições territoriais brasileiras, que lhe são limi-
trofes.

Carlos Xavier Paes Barreto

Dever dos Estados nas questões sobre fronteiras

Obra meritoria do honrado Governo Provisório é a instituída pelo decreto n. 26.137, de 22 de junho de 1931, no sentido de evitar a permanência das antigas pendências de divisas, que tanto perturbaram a harmonia dos Estados e consequentemente, a grandeza e a homogeneidade de um país ligado pelos usos, costumes, linguagem e tradições historico-geograficas e que não possue litigio algum de fronteiras.

Triste exemplo de ausencia de sentimentos civicos deram brasileiros que, pela disputa, ou, mesmo, pela defesa, de kilometros de terra, lançaram até mão das armas, esquecidos de que se achavam dentro da propria patria e que as divergencias internas, diminuindo o prestigio das administrações, depauperando as finanças e trazendo o desassocego das populações locais, enfraqueciam os laços da federação.

Compreende o Espirito Santo que é dever de cada Estado, afastando os motivos que possam dar lugar a futuras duvidas, concorrer, com o seu esforço para o fortalecimento dos liames inter-estaduais, em prol de um Brasil cada vez mais unido.

A atual administração capichaba demonstrou já os intuitos patrioticos, na medida das suas possibilidades, no apelo feito aos governos vizinhos, para dirimir, de modo eficaz e definitivo, as questões ainda existentes, e no pedido dirigido, a respeito, ao Governo da Republica.

Agora, por intermedio do seu humilde comissionado, vem submeter ao douto estudo dessa Comissão, considerações gerais sobre o assunto e as de carater particular aos casos, que necessita resolver.

—I—

Considerações de ordem geral

A

Acordos permitidos pela Constituição Federal

Si o governo Provisorio da Republica, utilizando-se dos poderes discricionarios, que lhe foram outorgados pela revolução, não traçar, de maneira definitiva e incondicional, a divisão territorial do país, atendendo apenas aos elementos de decidir fornecidos pela Comissão de Limites, a questão continuará irresolúvel, seja qual fôr a bôa vontade, o patriotismo e os meios empregados pelas administrações que se seguirem.

Três têm sido os modos usados para a solução do magno problema e nenhum deu resultado.

A Constituição Federal, nos seus artigos 4 e 34, n. 10, permite o acordo direto e na alínea e, n. 1 do art. 59, a decisão judiciaria.

Uma terceira formula de acordo foi procurada, embora repelida por eminentes juristas, entre os quais Ruy Barbosa, e Pedro Lessa:— o arbitramento.

O acordo direto foi sempre difficil, por um conjunto de motivos, entre os quaes predominava o espirito regionalistico da zona, e, firmado, dependia da aquiescencia das respectivas assembleas legislativas estaduais, em duas sessões annuaes consecutivas, para haver a homologação pelo Congresso Nacional.

Mas, quase sempre succedia que tais formalidades acarretavam demora e, quando preenchidas em parte, a falta de continuidade administrativa dos governos paralisava a marcha do processo,

casos havendo, mesmo, em que, na administração do próprio pactuante, o Congresso local negava aprovação ao ajuste.

O arbitramento, além de não ser considerado, sem séria contestação, meio capaz de dirimir conflitos entre Estados, demandava uma serie de solenidades, especialmente as relativas ao convenio, á escolha de arbitros e ao compromisso.

Proferido o laudo, fatalmente vinha o recurso, cuja decisão ficava dependente ainda de aprovação pelos congressos estaduais e respectiva homologação. Nenhum acordo indireto passou da sentença do Tribunal sobre a validade do arbitramento, que não dispondo de meios coercitivos de se fazer respeitar, tornava-se ineficaz.

A terceira solução, parecendo a mais rapida, não correspondeu á expectativa. A Magna Carta estabeleceu a competencia privativa e originaria do Supremo Tribunal Federal.

Mas, além de que a expressão *definitivamente*, da lei, criou dificuldades para o acordo provisório, succede que a redação do texto constitucional levou os maiores jurisconsultos á sustentação de que são inexecutíveis a sentenças proferidas nas ações originarias da Alta Corporação Judiciaria Nacional.

Na contenda Paraná-Santa Catarina, o juiz federal desse ultimo Estado, por tal motivo, deixou de cumprir determinações do Ministro relator do feito para a efectivação de certa vistoria. E, a respeito, as autoridades de Ruy Barbosa e Clovis Bevilacqua declararam a inexistencia de meio legal algum para a execução de julgados de tal natureza.

B

Inexecução de acordos ajustados

Os Congressos Brasileiros de Geografia,

especialmente o 6º, reunido em Belo Horizonte, em 1919 e o do Espirito Santo, em 1926, de cuja Comissão Organizadora tivemos a honra de ser o presidente, improficuamente se empenharam na solução do assunto.

Debalde a «Liga da Defesa Nacional», a «Sociedade Brasileira de Geografia», o «Instituto Historico e Geografico Brasileiro» e as administrações de Wencesláu Braz a Arthur Bernardes se preocuparam com o problema. Nesse ultimo governo, o comandante Thiers Fleming teve um trabalho formidavel. Epitacio Pessoa concebeu o sonho patriotico de dirimir, em 1922, as duvidas fronteiriças, chegando, mesmo, a promover acordos.

Seria a terminação dos conflitos inter-estaduais, no seu entender, o mais belo monumento a ser erigido, para a comemoração da secular independencia politica do Brasil.

E, de fato, na Conferencia de Limites estaduais reunida em 1921, quase todos os Estados ajustaram combinações para que o 7 de setembro de 1922 encontrasse o país territorialmente pacificado.

Dezesete acordos ficaram contratados, incluindo os quatro do Congresso Brasileiro de Geografia, de Belo Horizonte.

Entretanto, até hoje, nove anos após a solenidade centenaria, nenhum deles se objetivou.

Certas combinações não foram aprovadas por nenhum dos pactuantes; outras apenas por um deles; algumas tiveram aceitação incompleta de um unico Estado, e, afinal, nem um só mereceu homologação do Congresso Nacional. Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal considerou, para o efeito de decisão anterior ás festas centenarias, *urgentes as* questões de fronteiras.

Elas, comtudo, não foram ainda resolvidas, cabendo, talvez, em varios casos, a culpa ás proprias partes, que não prepararam o feito.

A unica demanda sentenceada definitivamente foi a do Paraná versus Santa Catarina.

Não pôde, porém, ser executada pelo principio de que as decisões, em processos originarios do Supremo Tribunal Federal, são inexecutíveis. Mais de dois mil e quinhentos contos de reis foram dispendidos pela União e sómente a intervenção do presidente da Republica conseguiu resultado.

Temos, ainda, trinta questões de fronteiras. Não puderam lograr homologação os tratados da Baía com Goiaz, Piauí e Espirito Santo; os do Rio de Janeiro com Espirito Santo, Minas e São Paulo; os da Paraíba com Pernambuco e Rio Grande do Norte; o de Pernambuco com Ceará; o da Baía com Piauí; o do Piauí com Maranhão; e os de Goiaz com Mato Grosso e Minas.

Aguardam formalidades relativas ao arbitramento as causas de Goiaz com o Pará e do Rio de Janeiro com o Distrito Federal.

O Supremo Tribunal está por decidir os casos do Amazonas com a União, Pará e Mato Grosso com Goiaz e o de Minas com o Espirito Santo. A Baía não acordou ainda com Pernambuco nem com Sérgipe. Outros existem ainda sem solução.

Por maiores que sejam os esforços empregados atualmente, o Governo Provisorio não desbravará o assunto, senão tornar efetiva a deliberação de entregar a essa Comissão o encargo de, de acôrdo com as *razões de direito*, o *uti possidetis* e as *considerações de ordem publica*, fixar precisamente os limites, mas den-

tro dos estudos já feitos e independente de certas normas processuais.

O patriótico decreto n. 26.137, *data venia*, precisaria ser ampliado.

Não parece pratica a exceção estabelecida para as questões submetidas ao judiciário, mesmo porque, como já vimos, elas não podem ser executadas.

Ora: si a competencia de decidir tais pendencias fôsse dada tambem á Comissão, *ipso facto*, dirimidas elas, ficaria prejudicada a questão de direito, sem quebra alguma da autoridade dos venerandos srs. Ministros.

Mas, em todo caso, si o Governo Provisorio não quizer modificar o decreto, nesta parte, não poderá deixar de baixar outro decreto, alterando a letra e do art. 59 da Constituição Federal, ou para estabelecer que a competição originaria e privativa apenas irá até a sentença, ou para dar ao Supremo Tribunal Federal o direito de, na execução, ou para qualquer diligencia, delegar poderes ao juiz seccional.

II

Considerações de carater particular no Espirito Santo.

Tres são os Estados limitrofes do Espirito Santo:—Rio de Janeiro, Minas Gerais e Baía. As pendencias relativas a cada um deles vão mencionadas separadamente.

A

Rio de Janeiro

Com o Rio de Janeiro não ha, propriamente, questões de limites. E' incontestes a linha de

divisas pelo rio de Itabapoana ou Preto, consagrada pela posse secular, pela vontade da população e, afinal, pelo fato consumado, conforme no «Atlas do Imperio do Brasil», salientou o emerito cartografo brasileiro Candido Mendes,

Não ha, entretanto, qualquer ato legal, sobre o assunto.

Tendo em consideração tais motivos, o abaixo-assinado e o dr. Bernardes Sobrinho, delegados do Espírito Santo, e os drs. João Guimarães, Mattoso Maia e Souza Lima, representantes do Rio de Janeiro, entabularam um convenio, em 1919, na «Conferencia dos Delegados dos Estados», reunida na «Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro». O ato, embora aprovado pelos Congressos estaduais, não chegou a ser homologado pelo Congresso Nacional, ficando, assim, irrevestido ainda de validade.

O preclaro Interventor da terra de Domingos Martins já, a 10 de abril do ano corrente, endereçou officio ao seu colega do Rio de Janeiro, sugerindo a conveniência de ser o convenio submettido á aprovação do Governo Provisorio da Republica.

Agora, porém, que, em boa hora, foi instituida uma corporação especial incumbida de dirimir as questões de limites entre os Estados, vem o Espírito Santo solicitar que, a respeito, seja proferida a decisão dessa augusta Comissão, afim de que a divisa secularmente estabelecida se torne definitiva e legalmente fixada, evitando, destarte, toda e qualquer demanda futura.

B

Baía

Em 1896 começou a primeira duvida do go-

verno baiano, relativa á posse do trecho de terra compreendido entre Mucuri e o Riacho Dôce e, a respeito, em 1912, interpuseram protestos os governadores drs. Bráulio Xavier e J. J. Seabra.

O Espírito Santo procurou sempre ter entendimento com a Baía para onde, por diversas ocasiões, mandou emissário.

No «Congresso Brasileiro de Geografia», de Belo Horizonte e na «Conferencia de Limites do Rio», teve, por meu intermédio, ensejo de apresentar varias formulas, todas recusadas sem contra proposta.

Já, então, a Baía pleiteava sua soberania até S. Mateus, chegando, afinal, a pretendel-a até o Rio Dôce.

Seus eminentes representantes, o juriconsulto dr. Eduardo Spinola e o historiografo dr. Braz do Amaral, escreveram, sobre o assunto, magistrais trabalhos, humildemente respondidos pelo infra firmado e também pelo dr. Bernardes Sobrinho.

Nas administrações Seabra-Nestor Gomes, foi firmado um convenio, considerando litigiosa a zona Mucuri o Riacho Dôce. O Congresso do Espírito Santo aprovou : o da Baía recusou.

Entendeu-se varias vezes o Estado com o sr. Ministro João Luiz e com o comandante Thiers Fleming, encarregado do Ministerio da Justiça, de tais questões. Afinal, depois de diversas contra marchas, foi entabulado, a 22 de abril de 1926, um acôrdo condicional e a termo, durante o prazo de 25 anos, firmando a divisa *da foz do Riacho Dôce pelo talvegue desse curso dagua até a confluencia do Corrego Grande, de onde, seguindo por uma reta vai até a confluencia do Palmital, no Barreado, e dai, pelo talvegue do Palmital acima, até suas nascentes, de onde, por uma reta, até Santa Clara.*

Tais limites não resolveriam a questão, porque da confluência do Corrego Grande á do Palmital a linha se faria por meio de retas, abertas na floresta e, portanto, de difficil conservação, notando-se, ainda, que foram adotados, como fronteiras, correjos de cursos d'agua, que mal se assinalam, em razão da exiguidade de suas bacias.

O limite pelo rio Mucuri, aproveitando um acidente geográfico de valor, traria segurança e economia, evitando despesas de conservação.

E' incontestavel a necessidade do aproveitamento de divisas naturais, nas fronteiras de Estados e o Mucuri oferece linha indelevel, tendo, tambem, o apoio na tradição geográfica.

Por esse rio começaram as linhas do povoamento do solo espírito-santense e todos os cartógrafos, geógrafos e historiadores consagraram tais limites, notadamente Moreira Pinto, Homem de Melo, Tito Augusto, Candido Mendes, Lacerda, Felisbello Freire, Matoso Maia, Varnhagem, Galante, etc.

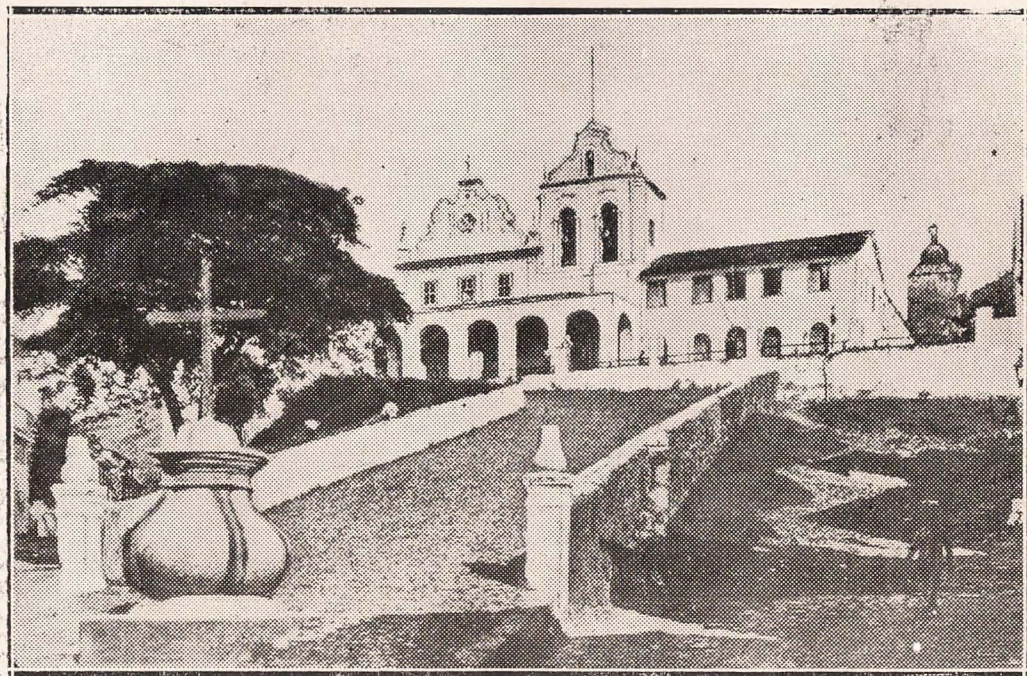
Acresce que a faixa de terras que medeia entre Riacho Dôce e Mucuri não representa valor apreciavel. E', ao contrario, em grande parte, inaproveitavel, restringindo se quase a uma estreita fita margeando o rio.

Desejos, entretanto, de dirimir a questão levaram o Governo Florentino Avidos, por intermedio do abaixo assinado e do dr. Ceciliano de Almeida, a firmar o convenio directamente com o eminente Governador da Baía e o seu delegado, dr. Pedro Fontes.

Foi estabelecido conditionalmente e a termo, afim de que, em qualquer tempo, até 25 anos, pudessem ser apuradas as razões de conveniencia dos dois Estados.

Na administração actual, o sr. Capitão Pu.

Vitoria extinta



O tradicional Convento de São Francisco com o seu cruzeiro, hoje quase completamente desaparecidos. Aí morou o grande prosador sacro brasileiro Francisco de Montalverne e repousaram os restos mortais de frei Pedro Palacios, fundador do Convento da Penha, a mais importante reliquia histórica do Brasil Colonial, dos séculos XVI e XVII.

naro Bley dirigiu um apelo ao ilustrado Interventor baiano.

Por meio deste, vem o Espirito Santo pedir que, em confronto com o convenio, sejam pesadas as razões de direito e as necessidades de ordem nacional que garantam divisas mais seguras e de facil conservação, afim de que possa ser proferida uma decisão definitiva.

C

Minas Gerais

Na segunda metade do seculo XIX começaram a surgir os primeiros protestos do heroico Estado de Minas, decididos, em 1863, pela resolução imperial, favoravelmente ao Espirito Santo.

Os governos Moniz Freire e Henrique Coutinho, respectivamente nos periodos de 1900 a 1904 e 1904 a 1908, se preocuparam grandemente com a solução do caso. Bernardo Horta, pelo Espirito Santo e Augusto Lima, por Minas, firmaram a solução de 27 de fevereiro de 1905, do mesmo modo que Galdino Loreto, nosso delegado, e Carvalho de Brito, de Minas, a 18 de agosto de 1908, lavraram novo convenio.

Afinal, a 14 de julho de 1911, em Belo Horizonte, se entenderam, diretamente, os presidentes Jeronymo Monteiro e Bueno Brandão, firmando o acôrdo que fizeram preceder do levantamento topografico da zona. Escolhidos os peritos, drs. Alvaro da Silveira e Ceciliano de Almeida, foi organizada a planta, aprovada pelos dois governadores e, em seguida, assinado o Convenio de 18 de dezembro de 1911, subordinado á area constante da planta, que ficava sendo o limite provisório.

Submetida a questão a arbitramento e pro-

ferida a sentença, dela recorreu o Espírito Santo para o Supremo Tribunal Federal, por intermédio do seu advogado Conselheiro Ruy Barbosa, que intentou ação de nulidade, ainda pendente de decisão.

Não quer o Espírito Santo aqui entrar na análise da Constituição do tribunal arbitral, das nulidades de que, por ventura, esteja eivado, nem apreciar os documentos que possam amparar-lhe a causa.

Lembra, entretanto, a essa preclara Comissão, o alvitre de, ao invés de aguardar a solução do Tribunal, que não resolveria, de vez, decidir, definitivamente, a pendência.

Seja qual for a decisão judiciária a situação pouco melhorará. Si nulo o arbitramento, por inconstitucional, como vem sendo a jurisprudência, tudo ficará por fazer.

Si, por ventura, o Supremo Tribunal Federal mudar de jurisprudência e, contra os argumentos de Ruy Barbosa, mantiver o laudo, ainda assim, o arbitramento dependeria de quaisquer formalidades que fossem equivalentes á aprovação dos governos estaduais e homologação do Congresso Nacional.

Acresce que a própria decisão arbitral deixou que «conveniência dos Estados confinantes e considerações de ordem técnica» fossem «atendidas pelos próprios confinantes, quando tivessem de proceder á demarcação».

Fatalmente divergências haveriam de aparecer.

Assim, pois, parece ao Espírito Santo e está certo de que, com isso concordará o patriótico governo de Minas, que a Comissão Especial, desprezando tudo quanto se fez, após o acôrdo diretamente contratado pelos dois Presidentes

tome, como elemento de decidir, a planta, determinada por Minas e Espirito Santo, em preliminar de 14 de julho de 1911, levantada pelos respectivos engenheiros e aprovada, tambem pelos dois Estados, em 18 de dezembro de 1911. Ela estabelece a zona litigiosa e os limites proviso-
rios. Ora, dentro da area dessa planta, que os proprios pactuantes consideraram litigiosa, a Comissão encontraria bases para sentenciar definitivamente, tendo em consideração as divisas naturais, a tradição, a conveniencia dos habitantes e o *uti possidetis* anterior á occupação mineira.

São estas as ponderações que, em nome do Estado do Espirito Santo e por designação do seu honrado Interventor, Capitão João Punaro Bley, venho fazer perante a Comissão Especial de Limites, á cuja disposição me coloco para quaisquer informes.

Desembargador Ferreira Coelho

O falecimento, desse ilustre magistrado

As letras juridicas nacionais acabam de perder um dos seus cultores mais dedicados e brilhantes, com o falecimento ontem, quase inesperado, do desembargador Antonio M. Ferreira Coelho.

Ainda ha poucos dias, mesmo durante a semana passada, entregava-se o desembargador Ferreira Coelho ao trabalho paciente e erudito da confecção do livro a que vinha dedicando, desde anos ininterruptos, os fulgores da sua intelligencia e da sua cultura.

Referimo-nos ao *Codigo Civil Brasileiro* commentado e comparado, obra vastissima e de inestimavel valor, de que já foram publicados vinte e quatro volumes.

Toda sua vida, cheia de ensinamentos, foi dedicada á Justiça a que serviu com a firmeza e a retidão do seu carater e com o cabedal do seu saber juridico.

Foi, assim, um dos juizes mais integros com que contou a magistratura nacional.

Do seu livro sobre o *Codigo Civil* restam ser

publicados ainda oito volumes, segundo o plano geral que concebera.

Nascido em Pernambuco, a 21 de setembro de 1860, estudou em Recife, formando-se pela Faculdade de Direito dessa capital, em 1883.

Depois de haver exercido a sua profissão de advogado, em seu Estado natal, seguiu para o Rio Grande do Norte, onde iniciou a sua carreira publica, como official de gabinete e depois secretario do desembargador Altino Corrêa de Araujo, quando governador do Rio Grande do Norte.

Deixando aquele Estado exerceu a magistratura em Alagoas, depois em Santa Catarina e finalmente no Espírito Santo, onde chegou á presidencia do Superior Tribunal de Justiça daquele Estado. No governo do Coronel Henrique Coutinho organizou o Código Processual do Estado.

Representou o Estado do Espírito Santo no Congresso de Geografia por diversas vezes e com muito brilhantismo e cultura fez salientar o nome daquele Estado no III Congresso Jurídico Pan-Americano, reunido nesta Capital, discutindo, pela primeira vez no paiz, a questão do divorcio.

Os trabalhos do desembargador Ferreira Coelho nesse congresso foram de tal monta, que os congressistas estrangeiros, além de lhe oferecerem um banquete, deram-lhe o diploma de membro efetivo, sendo os seus trabalhos base de discussão em outras reuniões.

Organizou o *Código Processual do Estado do Espírito Santo*, e coadjuvou o do *Processo Criminal*.

O ilustre magistrado patricio, que faleceu aos 73 anos de idade, era viuvo, deixando uma filha, a sra. Maria da Penha Coelho Ferreira, esposa do sr. José Ferreira, e quatro filhos, os srs. José, Elias, Francisco e Demetrio Ferreira Coelho; e

uma irmã, a sra. Maria Clara Coelho de Souza, progenitora dos drs. Silvano e Oscar Coelho de Souza, este alto funcionario da Policia Maritima:

Dos filhos do extinto, o mais velho, o dr. José Ferreira Coelho, advogado, que já tem exercido cargos na magistratura pernambucana, é nosso colega de imprensa e um dos prestimosos auxiliares da Empresa Pereira Carneiro & C. Ltd. (*Companhia Comercio e Navegação*).

O enterramento do saudoso magistrado realiza-se hoje, ás 9 horas e 30 minutos, no cemiterio de S. João Batista, saindo o feretro da residencia da familia enlutada, á rua Icatú n. 68, onde se verificou o obito.

(Do *Jornal do Brasil*, do Rio, de julho de 1933).

Um apelo ao Instituto Historico e Geografico

Escreve-nos :

«No apelo feito ao Instituto Historico e Geografico pelo sr. Joaquim Paes, e publicado no «Correio do Sul» de 17 do corrente, labora o seu signatario em um equivoco, que precisa ficar esclarecido.

Esse equivoco se evidencia por documentos que existem na Camara Municipal de Itapemirim, e a que abaixo damos publicidade, pelos quais se póde afirmar, sem receio de contestação, que Santa Catarina das Mós não é o rio Itapemirim, como ele supõe.

De fato, do livro de creação da Vila de Itapemirim, existente na Camara, consta o auto da declaração dos limites da vila, que é do teor seguinte: «No mesmo dia, mês e ano (9 de agosto de 1816), o sobredito Ministro houve por declarado que os limites desta vila na conformidade do Alvará são o termo e distrito atual da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo desta vila, que parte pelo norte com o termo e distrito de Benevente, pelo sul com o da vila de S. João da Barra, em Santa Catarina das Mós, e pelo sertão até as Minas do Castelo, que os divide com

os limites da Capitania de Minas Gerais, e de como assim o declarou e para constar mandou fazer este termo em que assina. Eu *Manoel Pereira Porto*, escrivão escrevi. *Azevedo.*»

A rubrica de Azevedo, nesse auto, é a do Ministro, Ouvidor e Corregedor geral da Comarca da Capitania do Espírito Santo, dr. José de Azevedo Cabral.

Si o Município de Itapemirim, quando foi creado, tinha por limite ao sul Santa Catarina das Mós, como poderia ser essa localidade o proprio rio Itapemirim?

Ao contrario do que pensa o sr. Joaquim Paes, temos razão de sobra para afirmar que a localidade conhecida por Santa Catarina das Mós ficava ao sul do rio Itabapoana, e que até ali se extendia outrora a jurisdição do Município de Itapemirim.

Existe no cartorio da vila um processo, do tempo colonial, que corrobora assásmente a nossa asserção.

Esse processo foi originado de uma queixa dada pelos primitivos moradores da Barra de Itabapoana á Côrte de Suplicação, em Portugal, de que o Capitão-Mór Manoel Pereira Viana havia mandado, por seus escravos, derribar todas as casas, que ali começavam a se edificar.

A Camara Municipal de Itapemirim, por delegação daquela Côrte, transportou-se á Barra de Itabapoana, e ahi procedeu a corpo de delito, avaliado o dano causado em 40\$000, ouvindo o referido Capitão-Mór, que declarou pagal-o, e que daria a madeira e cipó, necessarios á reconstrução das casas, contanto que os queixosos reconhecessem que as terras em questão faziam parte da fazenda da Muribeca, de sua propriedade.

Por que essa deligencia não foi cometida á

Camara da então vila de S. João da Barra, e sim a de Itapemirim?

Não é isso prova insofismavel de que a povoação da Barra de Itabapoana, sita ao sul do mesmo rio, pertencia ao municipio de Itapemirim?

Provado como ficou que Santa Catarina das Mós foi o limite sul do municipio de Itapemirim, desde a sua criação, não havendo lei alguma que tenha fixado o rio Itabapoana como limite sul deste Estado, claro está que o Estado do Rio de Janeiro se mantem na posse indevida de uma faixa de terras, que os documentos historicos attestam pertencer ao Estado do Espirito Santo.

A lei de 31 de agosto de 1832, da Assembléa Geral, e que desmembrou as vilas de Campos dos Goitacazes e S. João da Barra, da Provincia do Espirito Santo, dizia simplesmente o seguinte: «As vilas de Campos dos Goitacazes e de S. João da Barra ficam pertencendo á Provincia do Rio de Janeiro».

Está visto que essa desanexação só poderia dar-se, respeitados os direitos dos municipios limítrofes.

Assim, si é para reivindicação dessa faixa de terras, tem todo cabimento o apelo que o sr. Joaquim Paes dirige ao Instituto Historico e Geografico, apelo, nesse caso, de todo patriótico e que applaudimos sinceramente».

(Extraído do «Correio do Sul», de Cachoeiro de Itapemirim, de 19 de julho de 1930).

MANIFESTAÇÃO CIVICA

Sessão do Congresso Legislativo do Estado do Espirito Santo, em 9 de outubro de 1901, sob a presidencia do sr. Augusto Calmon.

É posto em 1.^a discussão o projeto n.^o 2, que muda o nome da cidade de Anchieta para o de Benevente.

O SR. ANTONIO ATHAYDE:— Sr. Presidente, o projeto apresentado sobre a mudança do nome da cidade de Anchieta, creada pela Lei n. 6, de 12 de agosto de 1887, para o nome de Benevente, é de uma irreverencia tal que eu o julgo tambem inconstitucional, attentativo á evolução humana.

Divido, pois, em duas partes a minha opposição a ele — quanto á irreverencia ao culto publico de um homem, cujo merito, nenhum homem de criterio e que saiba Historia, contestou; e quanto á sua inconstitucionalidade.

Anchieta fundou em 1565, na encosta da montanha, defronte do rio Iiritiba ou Reritigbá, uma aldeia de indios errantes. Doutrinou-os e batizou-os em uma pequena igreja edificada a seus esforços, e posteriormente construiu a casa dos missionarios, encarregados por ele da catequese geral.

Era um jesuita bondoso, cheio de caridade e de amor.

Nessa localidade viveu o venerando José de Anchieta 32 anos sucessivos de serviços relevantíssimos na catequese, pelas selvas, civilizando os indígenas.

A lembrança do seu nome, de vila de Benevente para *Cidade de Anchieta*, foi um culto que se prestou na intenção do muito que ele fez: foi um ato de justiça, foi um ato glorioso da posteridade. Ligar tradicionalmente o seu nome imortal ao local, onde se inutilizou em proveito da Humanidade, foi geralmente uma idéia grandiosa e de alta relevância social e moral.

O seu nome constitue uma honra e uma gloria nacional. Foi um jesuita de muito saber e virtude.

Da mudança do nome aborigene de rio Iriritiba para o de Benevente, tirado de uma cidade italiana Benevento, quando um missionario disse se lembrou, Anchieta impugnou, dizendo ser mais bonito deixar o seu nome original e já conhecido pela tribu, evitando assim confusões entre os indios com novos nomes. Foi satisfeita a sua vontade.

Como arrancar agora o seu nome imortal da sua tenda de trabalho e de sacrificios da catequese!..

Conservem este nome — Anchieta. — Este nome os honra e dignifica-os. A civilização não consente nesse sacrilegio. Que retrogradação! Que profanação!..

O SR. SILVINO DE FARIA:— Muito bem.

O SR. ANTONIO ATHAYDE:--Sr. Presidente, si todas as nações dão atualmente ao culto publico uma veneração especial, elevando a categorias superiores as suas cidades, com os nomes dos seus illustres bemfeitores e fundadores, daqueles que propugnaram pelo bem publico, como é que

nós vamos retrogradar 4 seculos, e ficarmos, talvez, a quem dalguma maloca de indios, digo bem, porque eles sabiam venerar os seus maiores !

Honrar os Mortos, aquelles que se sacrificaram pelo progresso humano, é o nosso sagrado dever.

Essa solidariedade humana é mantida, felizmente, em proveito da evolução.

Anchieta não foi somente um sacerdote virtuoso, foi um literato que andou a esmerilhar os instintos, os segredos, os usos das raças indianas, enriquecendo a antropologia brasileira.

Lindissimas são as suas poesias em lingua tupi, formando o começo da nossa literatura.

Nasceu na ilha de Tenerife em 1533 e veio para Iiritiba em 1565, com 32 anos de idade tendo antes iniciado o serviço penosissimo da catequese por outras capitancias do Brasil, inclusive em S. Paulo, onde teve que enfrentar com os calvinistas, sendo ele intolerante, segundo as ordens da Companhia de Jesus, para salvar a fé ameaçada pelo protestantismo. Anchieta opôs-se ao exterminio dos indios pelas celebres BANDEIRAS.

Faleceu em 9 de junho de 1597, justamente 32 anos depois de seus relevantissimos serviços nas margens do rio Iiritiba, libertando a raça indigena da opressão do Cativoiro da Metropole. Espanhol de origem e espirito santense adotivo!

Quando lhe falaram em retirar-se para melhores climas, em proveito de sua saude arruinada, respondeu: *Devo aqui morrer, entre os meus filhos !*

Eram os indios que o idolatravam e não era possivel dali sair. A sua virtude o santificou.

A sua morte causou um sentimento profundo na tribu. Num cortejo superior a 300 almas, veio

o sagrado corpo de Anchieta, conduzido em réde nas costas dos indios, desde Iiritiba até a capela de S. Tiago nesta Capital, num percurso, pela praia de 15 legoas, mais ou menos !

Essa procissão funebre veio dar o testemunho eloquente do grande valor moral de José de Anchieta.

Admiremos essa gratidão, essa veneração sagrada dos nossos aborígenes e comparemola com a profanação do projeto em discussão, ignorando a tradição e a historia do benemerito padre espirito-santense !

Veneremos os Mortos ! O presente é filho do Passado !

O SR. SILVINO DE FARIA :—Os vivos são cada vez mais governados pelos Mortos.

O SR. ANTONIO ATHAYDE :— Perfeitamente, meu nobre colega. Esta sagrada maxima do nosso Mestre abrange todo meu pensamento.

O SR. CARLOS NETTO :—Muito bem.

O SR. ANTONIO ATHAYDE :—Os despojos do fundador de Iiritiba foram trasladados daqui para o Collegio dos Jesuitas na Baía, vindo, posteriormente, a pedido do ouvidor da Capitania, um fragmento dos referidos despojos, dentro de uma urna de lavor de prata que foi depositada no Tesouro da antiga Provincia, pertencente ao patrimonio historico da mesma Provincia.

O SR. MOREIRA GOMES :—O femur.

O SR. ANTONIO ATHAYDE :—E' um fragmento historico de alto valor, que a posteridade faz questão de possuir. E' a revelação do culto publico: é o culto civico.

Essa reliquia, parece-me, não existir mais depositada na Tesouraria, ou na igreja de São Tiago, por isso que dali fôra retirada pelo Sr. Bispo, segundo me consta. Procurarei indagar desse ato.

Não sei se o poder publico, o poder temporal do Estado, sabe disso.

Não estou fazendo increpações a ninguém, nem sindicancias, estou protestando pelo desaparecimento desse fragmento, dessa reliquia civica, pertencente ao Estado.

Sr. Presidente, comete-se um sacrilegio, se este projeto passar... Mas, ele não passa, nós não podemos retrogradar, em plena civilização !

Em todo caso, penso que deve ser ouvido o municipio de Anchieta, visto que pela sua autonomia constitucional, deve se pronunciar a respeito, e requeiro neste sentido.

Estou certo de que os anchietenses saberão honrar a tradição gloriosa do seu imortal patriarca, repelindo a tentativa antisocial, a irreverencia á sagrada memoria de seu fundador.

O SR. SILVINO FARIA :— Não quer isso dizer que, si o Governo Municipal fôr de opinião de mudança, devamos votar o projeto.

O SR. ANTONIO ATHAYDE:— De acordo. Porque a superintendencia, nesses casos, é a opinião publica, no sentido de evolução e nós devemos progredir, honrando sempre a tradição.

O SR. SILVINO DE FARIA E OUTROS SRS. DEPUTADOS :—Muito bem ! Muito bem !

Premio ao Merito

Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro

O DESEMBARGADOR AFONSO CLAUDIO FOI PRO-
VIDO NO CARGO DE PROFESSOR CATEDRATI-
CO DE DIREITO CIVIL DO 2º ANO

A congregação da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro, em sua ultima reunião, no dia 10, ás 17 horas, aprovou, unanimemente, o parecer da comissão composta dos juristas e professores, drs. Clovis Bevilacqua, Souza Leão Junior, Vergilio de Sá Pereira, Euzebio de Queiroz Lima e Ramon Alonso, sobre as obras apresentadas pelo desembargador Afonso Claudio que, em termos do decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, foi proposto pelo professor catedratico dr. Artur Nunes da Silva, ao provimento da cadeira de Direito Civil, parte geral e Obrigações, independentemente de concurso.

O parecer, que teve como relator o conhecido jurista dr. Clovis Bevilacqua, conclue nos termos seguintes:

«Pensa a comissão, pelo que acaba de expôr, que as obras juridicas do desembargador Afonso Claudio, quer se considerem de um ponto de

vista mais geral, quer se restrinja a observação ao campo do Direito Civil, são de valor excepcional, e, consequentemente, preenchem perfeitamente as condições estabelecidas no decreto 19.851, de 11-4-931. E' de rigorosa justiça acrescentar que o desembargador Afonso Claudio possui extensa cultura geral, filosofica, historica e literaria, demonstrada em livros e em outras publicações, porque daí provém realce e prestigio para o professor.»

(D' «A Nação», do Rio de Janeiro, de 13
13/4/1933).

Sessão solene



Aspecto tomado na noite de 14-10-1933, no salão do Instituto Histórico, quando se homenageou o exmo. sr. bispo D. Benedito Alves de Souza, que se vê ao centro, ladeado pelos exmos. srs. capitão Punaro Bley, desemb. Carlos Xavier, dr. Fernando Rabello, dr. Antonio Francisco de Athayde, sr. bispo d. Luiz Scorteqagna e dr. Mario Aristides Freire.

Professor Jorge Bahlis

ALMEIDA COUSIN

A Livraria do Globo, de Porto Alegre, editou mais um livro do Prof. Jorge Bahlis — «Civilizações Pre historicas.»

Apresentar ao leitor espiritosantense o autor ilustre desse livro, professor, historiador, publicista e consul do Mexico, em Porto Alegre, afigura-se-me ocioso e desnecessario, porquanto Jorge Bahlis pertence tambem, *honoris causa*, ao numero dos socios correspondentes do nosso Instituto Historico. Assim, dos titulos de historiador erudito que credenciam o prof. Jorge Bahlis, limitar-me-ei a mencionar o de autor de diversos volumes de Historia da Civilização (Egito — Mesopotamia—Media e Persia) e o de membro da *Société Academique d'Histoire Internationale de Paris*, além do de membro de diversas sociedades culturais e literarias e dos Institutos Historicos e Geograficos do Rio G. do Sul e do Estado do Espirito Santo.

Quanto aos meritos do seu atual livro, não ha sinão reconhecê-los. Pode-se divergir do metodo ou das opiniões filosoficas do autor, mas não se lhe pode negar erudição vastissima, clareza luminosa de estilo e exposição e, sobretudo,

originalidade na feição com que encara a prehistoria das civilizações humanas.

Pode-se contraditá-lo, mas não se pode deixar de admirar, surpreendido, as suas visões esotericas das civilizações e raças variadissimas da prehistoria humana, surgindo, evoluindo, modificando-se, chocando-se e submergindo com os cataclismos dos continentes, até o advento dos acadeanos, dos semitas e, finalmente, dos arias, raças onde imergem as raizes mais profundas do atual periodo na sua fase nitidamente historica.

O proprio rabiscador destes comentarios, adepto que é do evolucionismo transformista, e cujo espirito se retemperou á pratica da ciencia positiva, experimental, que, desde Bacon, põe a prova material e o fenomeno constatado como base de todas as concepções especulativas, pode não perfilhar, por estes motivos de ordem filosofica, todas as idéas do erudito autor de «Civilizações pre-historicas». Não pode, entretanto, deixar de constatar, com admiração e surpresa, quase sempre a perfeita harmonia dessas idéas, embora decorrentes dos metodos oriundos da Teosofia e do Ocul-tismo, com certas conclusões as mais positivas da aplicação rigida dos atuais metodos científicos em Geologia, Arqueologia e Historia.

Faltam-me, pois, credenciais para apreciar o livro do prof. Jorge Bahlis á luz do proprio metodo que ele adotou, confessada a minha incompetencia a mais profunda no que concerne ao Ocul-tismo e á Teosofia. A mim, como todo leitor profano, o livro pode afigurar-se, em certas passagens surpreendente, como, por exemplo, no capitulo em que trata das primeiras raças humanas e da sua evolução até o periodo do animal rep-tante ainda, de esqueleto cartilaginoso, em antiquis-

simo periodo geologico passado, e já, entretanto, pelo autor considerado — homem.

Noutro passo, parece ele divergir irreduzivelmente de tudo que a Biologia tem constatado quanto ás leis da procreação *que ferem de esterilidade aos seres hibridos e monstruosos*: é no capitulo referente á genese dos antropoides, pitecoides e macacos. E' o que poderão dizer a respeito os transformistas, a começar de Darwin.

Relativamente á antiguidade da especie humana, mesmo com a sua forma atual, muito para lá de 6.000 anos da cronologia biblica é ponto liquido sobre o qual nenhum estudioso de historia deixará de concordar com o ilustrado autor de «Civilizações Pre-historicas». A repetição de tal cronologia como a da explicação biblica da divergencia das raças nos atuais compendios didaticos de historia, dando-as ainda como oriundas dos três filhos de Noé, é uma dessas monstruosidades só explicaveis pela onipotencia do preconceito religioso, mesmo quando irracional e contrario a toda evidencia. Para destruir tal cronologia, bastaria a consideração do vale da Mesopotania nos seus monumentos e inscrições materialissimas, dando-nos conta ali, nessa epoca, ontem, (4.000 a C) de pelo menos dois povos, já altamente civilizados e que não eram autoctones, mas *tinham vindo* como também vieram todos os povos, que encontramos por toda parte no alvorejar mais remoto de qualquer horizonte historico.

Certificada a antiguidade altissima do homem e admitida a existencia dele na Lemuria obscurissima e principalmente na Atlantida, continentes que se supõem desaparecidos no mar, com perfeita aquiescencia dos fatos geologicos conhecidos, admitida essa hipotese, aliás extremamente sedutora de verdade para muitos desde os tempos egipcios

e os de Platão, facil e transparente se torna a solução de muitos problemas relativos a raças e civilizações dos primeiros tempos historicos—e que seriam insolúveis de outro modo.

O prof. Jorge Bahlis, acompanhando, pelo seu metodo, o desenvolvimento das civilizações pre-historicas, muito para lá dos limites mais antigos que os historiadores arqueologos sonharam, nô-los oferece resolvidos. Podemos aceitar a sedução arrebatadora da sua logica e pinturesca eloquencia ou repelir os seus processos. Em caso algum, porém, teremos o direito de negar ao seu autor vastissima erudição e conhecimentos científicos positivos que entrelaça ao relato maravilhoso, decorrente do seu metodo de ocultista, dos aspectos das civilizações pre-historicas desaparecidas.

Em suma, um livro para provocar muita controversia, mas também para impressionar e agradar a toda classe de leitores concordes ou discordantes que sejam.

(Extraído da *Vida Capichaba*—Vitoria—30 de setembro de 1933).

AS CINZAS DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA

ANTONIO ATHAYDE

Sob o título acima, escreveu o ilustre membro do Instituto Histórico do Espírito Santo—dr. Araujo Primo, uma importante carta no «Diário da Manhã», de 26 de março findo, referente ao paradeiro dos sagrados despojos do veneravel Jesuita Padre Anchieta, com citações historicas de autores conhecidos, em esclarecimentos ás pesquisas que o Instituto Historico de S. Paulo pretende levar a efeito para o descobrimento do lugar certo onde devem estar esses fragmentos preciosos; e, ao terminar a aludida missiva, faz um generoso apelo á desvalia do que nós sabemos, sobre a grandiosidade do assunto, como subsidio historico, embora muito obscuro, áquelle patriotico gremio paulista.

Para elucidar o interessante tema, o dr. Araujo Primo transcreveu uma correspondencia do sr. Escobar Filho, endereçada ao *Jornal do Comercio* de S. Paulo, edição de 12 de fevereiro p. p., em que pareceu ao mesmo sr. Escobar, mais conveniente ao fim colimado começarem os illustres membros do Instituto Historico de S. Paulo, suas investigações patrioticas pelo Espírito Santo, onde Anchieta conviveu muitos anos e tem aqui,

na Capital do Estado, o seu tumulo. Evidentemente, na sua apreciada carta á imprensa paulista, sendo verdadeira em todos os pontos de vista, ha comtudo, um pequeno equivoco, relativo á versão já desfeita, ha tempos, de que sob a lapide de Anchieta estavam alguns dos seus despojos.

Mas, em abono da verdade historica, o que adiante provaremos, asseveramos, desde já, que nenhum fragmento do piedoso Jesuita encontrasse mais debaixo da pedra-tumular que o Instituto Historico do Espirito Santo, de acôrdo com o Governo do Estado, resolveu zelar condignamente, em memoria do grande Apostolo, para honra do Espirito Santo, inaugurando-a oficialmente a 12 de setembro de 1922, dentro da pequena area ajardinada, outrora o altar-mór da capela, onde ele sepultou-se.

Efetivamente, todos os historiadores do Brasil não ignoram que o Padre Anchieta catequizou por muitos anos nesta ex-Capitania, onde fundou muitas aldeias, inclusive a de Iriritiba ou Reritibá em 1565, terra de sua predileção, falecendo aí em 9 de junho de 1597; bem assim que sepultou-se na então Vila de Vitoria, hoje Capital do Estado, junto do altar-mór da Igreja de S. Tiago do Convento dos Jesuitas, atualmente o Palacio do Governo. Além disso, para realce á excelsa bondade do meigo catequista, conta a tradição que o seu cortejo funebre, desde Iriritiba até Vitoria, num percurso pelo litoral, aproximadamente, de 15 leguas, foi uma procissão imponente na sinceridade do sentimento—uma apoteose enternecedora pelas lamentações dos indios que ele catequisou pacientemente e que exclamavam pela perda irreparavel do seu querido bemfeitor! Fez-se, pois, o exodo da aldeia!

Dado á sepultura o piedoso corpo do santo Apostolo, a 12 de junho, dois dias depois do seu falecimento, tiveram lugar as solenes exequias celebradas pelo prelado Bartolomeu Simões, com o auxilio dos padres da Companhia de Jesus.

Concluidos, pois, os officios funebres, começou o trabalho paciente e persuasivo, assás penoso e comovente, da volta dos indios inconsolaveis para Irititiba, que aqui queriam permanecer nas cercanias e dentro da Igreja de S. Tiago, em redor do tumulo do seu grande Pai, como o chamavam, em lances de angustias, que anuviavam aquele ambiente de profunda tristeza!...

Era a gratidão revelada por essas pobres creaturas indefesas, que clamavam contra as crueldades de que foram vitimas dos colonos e que, sómente, Anchieta pôde amparar com a admiravel doçura do seu grande coração e maravilhoso amor pela fraternidade humana.

E assim continuou essa situação afflita dos indios, em romarias ao tumulo, como fetichistas espontaneos, que eram, vendo ou supondo ver em realidade, o que eles subjetivamente pensavam e queriam — o seu idolatrado Anchieta — resuscitado!

Tornaram-se, assim, mysticos, e daí a lenda de novo taumaturgo ao Santo Apostolo.

Mais consolados estavam, quando resolveu o Superior da Ordem, Padre Aquaviva, trasladar todos os seus despojos para a Igreja do Collegio da Baía e deposital-os junto ao altar-mor da referida Igreja.

Retirados, enfim, todos daqui, foi então collocada sobre seu sepulcro, a lapide de marmore commemorativa, gravada numa artistica pedra preta, rodeada de florões de marmore branco, dando-lhe aspecto austero no seu conjunto.

Nessa lapide ha a seguinte legenda latina que o distinto dr. Araujo Primo publicou em sua carta e que transcrevemos aqui, com a respectiva tradução:

«Hic Jacuit venerab. P. Josephus de Anchieta Soci. Brasiliæ Apost. et novi—orb. Novus Thaumaturgo. Obiit Reritiba die IX Jun. ann. MDXCVII.

Aqui jazeu o venenravel Padre José de Anchieta Apostolo no Brasil e Taumaturgo do Novo-Mundo. Faleceu em Reritiba no dia 9 de junho de 1597.»

A trasladação dos despojos deu-se por ocasião de se organizar em todo o Brasil a tremenda opposição contra os Jesuitas. Nesse mesmo tempo, o ouvidor da Capitania, no louvavel cumprimento do dever civico, solicitou ao Superior da Ordem que deixasse, ao menos, em Vitoria, um fragmento dos despojos do venerando Jesuita, no que foi atendido respeitosamente, vindo então da Baía uma urna com lavor de prata, guardando o *femur*, como reliquia, segundo rezam as cronicas dos Padres da Companhia.

Promulgada a lei da expulsão dos Jesuitas, em Portugal, no governo de d. José, pelo seu primeiro ministro—Marquez de Pombal, a 3 de setembro de 1755, eles só se retiraram desta Capitania, depois da ordem do conde de Bobadela, em 4 de Janeiro de 1760, quando começou então o sequestro dos imoveis e de muitos objetos de valor, inclusive a urna historica. Posteriormente, foi depositada no Tesouro da antiga Provincia, como pertencente ao seu patrimonio.

Entretanto, é doloroso referirmos agora que essa reliquia fôra retirada da citada tesouraria, sem nenhuma formalidade legal, que justificasse semelhante atentado á nossa civilização! Já não

nos pertence, infelizmente, esse precioso legado do passado!

Consta-nos, tambem, que aqui vindo, em visita pastoral, um bispo da diocese do Rio de Janeiro, que supomos ter sido o exmo. d. M. Lacerda, levou-a, além de outros objetos de valor artistico dos Jesuitas, para aquela diocese.

E' estranhavel que se extraviasse uma reliquia de tanto valor historico para o Espirito Santo, sempre guardada com especial carinho, pelos nossos maiores, sem preceder-se a um protesto ou a uma simples notificação do poder publico da Provincia, sobre a sua retirada da tesouraria!

Entretanto, quando na sessão de 17 de agosto de 1853, uma proposta, assinada pelos socios Joaquim Norberto e Pereira Pinto do Instituto Historico do Rio de Janeiro, solicitava do governo a entrega do fragmento depositado na urna respectiva, uma natural indignação se manifestou aqui na Provincia, contra a referida proposta, que foi immediatamente indeferida, por pertencer tal reliquia ao patrimonio da mesma Provincia!

Triste confronto das duas epocas, em que a mais recente delas manifesta, infelizmente, uma retrogradação de costumes no culto ás nossas veneraveis tradições.

Estas reflexões demonstram que não é licito a ninguem, seja qual fôr a sua posição social, desde o mais elevado até o mais humilde cidadão, invocar simplesmente ordens, mesmo, em periodo revolucionario, para praticar atos contrarios á evolução humana, retirando dos arquivos publicos, documentos e reliquias, que são subsidios preciosos da nossa historia. Honremos o passado.

O coração sendo o ritmo da vida, em cada existencia individual: o culto ao passado é o rit-

mo da solidariedade humana, em cada existencia social.

Posto isso, narremos um fato divulgado, no qual fômos testemunha ocular e de que resultou um beneficio para o Estado.

Apesar das referencias fidedignas de alguns escritores, asseverando que os despojos sagrados do Apostolo Anchieta tinham sido trasladados para o Collegio dos Jesuitas, na Baía e de lá, para Lisbôa, havia, comtudo, uma versão corrente, em que se dizia que, sob a pedra tumular, achavam-se tambem alguns dos seus ossos.

Não era logica semelhante versão, entretanto tomou ares de verdade, parecendo refutar tudo quanto se tinha escrito sobre o caso.

Já o governo do Estado havia adquirido a Igreja de S. Tiago e iam se efetuar as obras de adaptação, para as repartições publicas, começando-se pelas excavações do solo.

Exerciamos, nós, o cargo de Diretor da Agricultura, Terras e Obras na administração do sr. cel. Marcondes, quando tivemos que assistir á retirada da pedra de Anchieta, com muita dificuldade, devido ao seu grande peso, e naturalmente colocada ali, na intenção de ficar *ad perpetuam rei memoriam*.

Porém, não se encontrou nenhum despojo dentro do seu tumulo.

Estava completamente vazio, e a tal versão sem fundamento, tornou-se, então, uma balela.

O prestimoso capitão Hortencio Coutinho, já falecido, ajudante de ordens da Presidencia, muito nos auxiliou nessa operosa verificação, que tão util se tornou no conhecimento da verdade historica.

Convidámos, no dia seguinte, o ilustrado dr. Carlos Xavier, então secretario geral do Estado

e o distinto dr. Archimimo Matos, redator do *Diario da Manhã*, naquele tempo, afim de irmos contemplar a lapide e o sepulcro de Anchieta, e lá, sob os auspicios dessa santa inspiração germinou a semente do bem, de se cultuar o nosso venerando passado, zelando as nossas gloriosas tradições, com a criação de um gremio destinado a esse elevado fim patriotico, na necessidade já notada, no desenvolvimento da nossa educação intelectual, civica e moral.

Funda-se, então, nesta capital, com a eficaz e brilhante cooperação dos poderes publicos do Estado, de todos os representantes das letras capichabas e de todos os dignos compatricios—o Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo a 12 de junho de 1916, data que é para todos nós duplamente celebre, pois relembra a execução do Patriota espiritosantense Domingos Martins, no campo nos Martires na Baía, a 12 de junho de 1817, e recorda tambem o piedoso sepultamento do Apostolo do Novo-Mundo, nesta cidade, a 12 de junho de 1597! Admiravel fatalidade historica nestas efémerides!

Finalmente, sem outros comentarios, têm os ilustres membros do Instituto Historico de S. Paulo, nestas obscuras notas, ao menos, os traços gerais do itinerario das pesquisas que desejam lobrigar, para descobrirem os despojos do veneneravel Anchieta:—ou no Colegio dos Jesuitas na Baía por intermedio do Instituto Historico desse Estado, onde poderão ter informações seguras sobre a trasladação dele para Lisboa;—ou na séde da diocese do Rio de Janeiro, tambem por intermedio do Instituto Historico do Rio de Janeiro.

O nosso Instituto Historico secundará os esforços civicos dos seus devotados confrades de

S. Paulo, no sentido de conseguirem o que almejam no amor abnegado que não visa recompensas ou interesses, e nem cogita deles, na prática das virtudes.

—Anchieta não fôra somente um sacerdote adorável, um apóstolo bemfeitor, um evangelizador das selvas, um catequista admirável de inextinguível bondade nas tribus;—fôra, também, um cientista que andou a estudar os instintos, os segredos e os usos das raças indianas, enriquecendo a antropologia brasileira;—e fôra, além disso, o poeta que primeiro cantou, em língua tupi, as estrofes sublimes da alvorada da nossa literatura indígena.

Foi ele e o seu insigne companheiro de catequese, Padre Nobrega, que impediram o extermínio dos pobres índios pelos *bandeirantes* e o seu cruel cativoiro, pelos colonos, custando-lhes daí em diante a luta inglória, em represália a esses dois serviços relevantes e de benemerência.

Ninguém, por certo, poderá esquecer o *armistício* de Iperoig em que ambos traçaram belíssimas páginas de Moral nessa formosa epopeia, da nossa história colonial.

Mas, Anchieta sendo o diretor espiritual dessa formidável campanha, na defesa do indígena, naturalmente contra ele se fez o alvo mais avultado das injúrias, tramadas nas trevas, até depois de sua morte! Entretanto, a gratidão nacional, inexorável também em suas sentenças, já o santificou, como um eminente servidor da humanidade, imortalizando-o em seus feitos grandiosos no sentido da ordem e do progresso do nosso amado Brasil.

Continuemos, pois, a pesquisar os seus sagrados despojos até Lisboa... Mas, quem sabe, se a onda vingadôra da reação indomita que se avo-

lumou vertiginosamente, após a lei de Pombal, que expulsou os jesuitas, confiscando-lhes todos os seus bens e arquivos, não atingiu superiormente até ao nível sagrado das reliquias e aí arrebatou-as, inclusive os despojos de Anchieta, para fins sacrilegios?!...

Finalmente, quando não fôr mais possível encontrar-os no velho e novo Mundo; quando qualquer tentativa nessa santa cruzada fôr inutil no descobrimento do seu paradeiro — conforta-nos moralmente a gloria de termos no territorio nacional, no Espirito Santo, o seu venerando tumulo condignamente zelado.

Vitoria, 4 de abril de 1924.

Excavações Historicas

O PADRE PIRES

O padre José Nunes da Silva Pires, natural desta cidade, vigario de Guarapari e advogado, exerceu importante papel na época da Independencia do Brasil. Foi ele que na qualidade de presidente da junta provisoria comissionou o major Gaspar para ir a S. Mateus efetuar a prisão do capitão-mór desta vila José Antonio de Oliveira, não só para prestar obediencia á capitania do Espirito Santo, (visto até então a vila, de S. Mateus considerar-se dependente da capitania de Porto Seguro), como também para prestar adesão ao principe que havia proclamado a independencia. A camara de S. Mateus não tinha querido até então manifestar-se ácerca da situação politica do Brasil por entender que não dependia dela a sorte do país, visto ser apenas uma pequena fração do territorio. Pires não aceitou os pretextos preparados pela camara para justificar sua recusa e julgou acertado fazer conduzir á presença da junta o rebelde capitão-mór debaixo de prisão. Oliveira, apesar de alguma relutancia, entregou-se á prisão e seguiu para esta cidade sob a guarda do major Gaspar.

Apresentado á junta, Pires o convenceu da urgencia de aderir ao partido do principe e Oliveira não só prestou juramento de fidelidade, como ainda ofereceu 40 mil cruzados em prata e ouro

para sustentar a tropa da independência, que lutava contra o domínio português. (*) Logo após a adesão jurada pelo capitão-mór, expediu o patriarca José Bonifácio o aviso que incorporou S. Mateus á Capitania do Espírito Santo, com o que ficou a Baía—vítima da tirania do general Madeira—sem uma única vila que aceitasse o predomínio do audaz general.

Foi ainda devido ao padre Pires que no Rio de Janeiro soube-se do rechassamento das tropas de Madeira, que então dominava a Baía, noticia esta que dispensou a assembléa constituinte de empregar, em criticas circumstancias, os violentos recursos que o ardente patriotismo dos deputados suggeria ao monarca, para, de uma vez, extinguir as forças portuguezas, que mantinham o predomínio luso no Brasil.

Pires tendo ciencia da chegada de um proprio, vindo da parte de Labatut fazer certa a nova da evacuação das tropas do general Madeira do territorio da Baía, e, sabendo que esse emissario achava-se extenuado, fez equipar uma embarcação pertencente a um tal Fontoura e fez nela embarcar um seu enviado para levar directamente ao paço de S. Cristovão a noticia, que lhe transmitira Labatut, ficando o portador responsavel pela divulgação do segredo antes de chegar ao conhecimento do imperador.

Ajudado por favoraveis ventos, o emissario de Pires chegou em poucos dias á côrte e com

(*) Esta oferta foi recusada por conselhos do cadete José Barbosa Meireles, que perante a junta declarou que as tropas que pugnavam pela independência brasileira, não precisavam de soldo nem etapa; que tinham na caça e na pesca os meios seguros de sua manutenção. Foi ainda Barbosa quem protestou contra a decisão da junta provisoria, reconhecendo a fundação legal da monarchia e nas razões do seu protesto taxou de exorbitante a redacção da ata, por isso que a forma de governo do paiz, só pela assembléa constituinte podia ser definida. Este protesto e as idéas livres que em outras occasiões Barbosa externou, fizeram com que o capitão-mór Francisco Pinto o apelidasse—«cadete incorrigivel».

toda fidelidade cumpriu a missão de que foi encarregado. O imperador recebeu a comunicação com tal contentamento que na mesma ocasião mandou participar á assembléa constituinte, pelo Marquez de Itanhaem, que por um proprio enviado do Espirito Santo pelo patriota presidente da junta provisoria, acabava de receber a agradavel noticia de achar-se a Baía livre da opressão do general Madeira. Ouvida a mensagem imperial, a assembléa deu vivas ao monarca, ao governo, e povo espirito-santense, sendo as saudações correspondidas pelo espirito-santense que ali nos representava, o deputado Ribeiro Sampaio.

Muitos foram os serviços prestados pelo padre Pires á independencia patria; infelizmente não logrou as recompensas que o seu patriotismo tanto merecia.

Os odios e invejas dos ambiciosos e egoistas o ralaram de desgostos, e refere uma tradição muito digna de conceito que em certa ocasião, quando o digno brasileiro concitava o animo dos soldados que tinham de engrossar a fileira dos combatentes da independencia, exclamando: Quanto é dôce, camaradas, morrer pela patria! — houve um espirito mordaz e pequenino, que respondeu-lhe com aplauso dos nescios: Mais dôce é viver á custa dela.

Quanto atrazo e vergonha nos tem causado essa frase banal? Seria curioso o estudo de quem somasse as miserias que nos têm provindo do desamôr por tudo quanto devera merecer-nos os mais escrupulosos cuidados. Talvez não vivêssemos a tomar por emprestimo idéas, que nada valem e nada exprimem.

Vitoria—janeiro de 1887.

Castelo de Deus



Convento de Nossa Senhora da Penha —a primitiva e secular *Ermida das Palmeiras*—erguida em Vila Velha, do Espírito Santo, por frei Pedro Palacios, no século XVI, e que é, hoje, padrão e orgulho da Civilização Brasileira.

SILVA PONTES visitou pessoalmente a região do Rio Doce e desta visita resultou o encontro que teve com Capitão General de Minas Gerais Bernardo de Lorena e com o Tenente Coronel Santos e Araujo. Daí nasceu o celebre auto de demarcação das fronteiras capichabas com Minas Gerais, auto de 8 de outubro de 1800.

Não produziram os quarteis o resultado esperado. A' sombra deles todavia ergueu-se o povoado de COUTINS, que mais tarde foi denominado LINHARES, em homenagem ao titular desse nome.

Começaram, depois, as providencias para o povoamento e desenvolvimento do povoado ou aldeamento.

E daí o convite a João Felipe Calmon, que se encontrava em Benevente, para povoar Linhares, onde estabeleceu a primeira propriedade agrícola organizada.

A Carta do Rio Doce, de SILVA PONTES, produziu ótima impressão em Portugal. Determinára por isso o Governo que o Governador Tovar fizesse nova inspecção ao Rio Doce, para as providencias devidas.

Essa viagem de Tovar foi o «azar» do Rio Doce. De tal forma pintou ele o quadro, tão grandes calculou as despesas e tão penosos os sacrificios—que o Governo deixou de lado a simpatia com que encarára o problema do desenvolvimento do vale do Rio Doce.

Tal o grande serviço que esse Tovar prestou ao Espírito Santo... Coube a Rubim cuidar das providencias mais necessarias ao desenvolvimento de Linhares, para o que contou com os serviços e os esforços de João Felipe Calmon.

A 17 de março de 1827, por Provisão do

O Centenario do Municipio de Colatina (*)

por **XENOCRATES CALMON**

Coube a SILVA PONTES, quando no Governo da Capitania do Espirito Santo, mandar levantar o vale do Rio Doce, da foz á cachoeira das Escadinhas, no intuito de aproximar o Espirito Santo do comercio de Minas Gerais e tendo em vista, sobretudo, a noticia da descoberta de terras auríferas em Manhuassú ou Main Assú.

Nunca pude encontrar, mais que o procurasse, no Arquivo do Estado, o aludido trabalho mandado fazer por SILVA PONTES, e que, segundo Misael Pena, é dado «como o primeiro trabalho topografico que se executou na Capitania».

Deve-se a SILVA PONTES a estrada construida pela margem do Rio Doce, de Regencia a Minas Gerais, e a cuja margem foram creados os postos de destacamentos ou quartéis—os de Lorena, Porto do Souza e Regencia.

(*) No dia 22 de agosto de 1932, comemorou-se solenemente, com imponentes festas, promovidas pelas suas altas autoridades, o primeiro centenario de vida politico-administrativa do atual municipio de Colatina, outrora denominado Linhares. Refere-se a esse importante feito historico esta erudita memoria, a que damos merecido agasalho nas nossas paginas. De 1914 a 1930, o doutor Xenocrates João Calmon de Aguiar administrou aquele prospero e grande municipio espirito-santense.

Desembargo do Paço, foi concedida a Linhares extensa area de terras para o respectivo Patrimonio. Uma legua em quadro. E tomando para cada legua a extensão de 6.600 metros, temos que a area total é de 43.560.000 metros quadrados ou 4. 356 hectares.

Nunca pude encontrar, nos arquivos do Estado e do Municipio, a planta dessa area, não podendo afirmar se tenha feito a demarcação no devido tempo. A Municipalidade tinha uma planta da Vila de Linhares, mas de data posterior. Dessa planta creio que a administração tão mal-sinada, de 1922 a 1930, mandou se tirasse uma copia para, em tempo oportuno, proceder-se a uma demarcação de toda a area.

A 2 de abril de 1833, o CONSELHO DA PROVINCIA elevava LINHARES a vila. Antes, em sessão de 23 de março de 1832, estabelecera as divisas da Freguezia, constituindo esse documento a fonte de tudo quanto se refere ás fronteiras do Municipio de Linhares.

A 22 de agosto de 1833, depois de empossada perante a Camara de Reis Magos, realizava a de Linhares a sua primeira sessão. Data daí o inicio da vida politico-administrativa de Linhares.

Abrangia o Municipio todo o Rio Doce, de Guandú, ou Manhuassú, a Regencia. E manteve sempre essa configuração geografica, não alterada pelas investidas do Nucleo de Conde d'Eu, pelas ampliações da Colonia de Santa Leopoldina, ou pelas bandeiras dos intrepidos desbravadores dos vales do Guandú e de Santa Joana.

Os linharenses sempre preservaram o Rio Doce de qualquer desmembramento, ou desarticulação. Quando o Nucleo do Conde d'Eu pretendia aproximar-se do Rio Doce, Linhares, defendido com

raro desassombro pelo coronel Alexandre Calmon, houve por bem procurar uma solução honrosa, nascendo daí as divisas estabelecidas em lei, na chamada pendencia de Acioli de Vasconcelos.

A Colonia de Santa Leopoldina creára Santa Teresa, a cujos pés se desenvolve o Timbuí, a Canaan de Graça Aranha. O dr. Araujo Aguirre, a esse tempo em grande evidencia politica no Estado, defendia os interesses de Santa Teresa. João Calmon e Joaquim Castro constituíram-se sentinelas das fronteiras linharenses, e Mutum foi o arraial que serviu de posto avançado do Municipio de Linhares.

O mesmo acontecêra no Queira Deus, a respeito de Boa Família, hoje Itaguassú, desmembrado do Alto Guandú, hoje Afonso Claudio. E também no MARIA POBRE, hoje Afonso Pena.

As divisas com São Mateus perdiam-se nas florestas virgens, sem que, até agora, surgissem questões. Ainda bem.

Manteve-se nesses CEM ANOS a configuração geografica de 1833. O Rio Doce, da foz ao Guandú, está intacto no antigo Municipio de Linhares, hoje denominado Colatina por força da lei estadual nº 1307, de 30 de dezembro de 1921.

A séde do Municipio sempre esteve em Linhares. Foi mudada para Colatina pela lei nº 488, de 22 de novembro de 1906, sendo por esta lei Colatina elevada a Vila. E' cidade pela lei nº 1.317, de 30 de dezembro 1921. Passou a ser séde da comarca, desde quando foi séde do Municipio.

Colatina era o antigo arraial da Barra do Santa Maria. Foi levantada pelo engenheiro Gabriel Emilio da Costa, a quem o Municipio ficou a dever inestimaveis serviços, pois, foi quem le-

vantou e traçou os primeiros nucleos coloniais, compreendendo que a colonização deveria ser feita de cima para baixo, aproveitando-se a natural expansão da Colonia de Santa Leopoldina, pelo Timbui e pelo Santa Maria.

Vivo está aí o dr. Hermann Belo, outro desbravador dos sertões riodocenses. Varou o Santa Joana e o Alto Guandú, levando a colonização. E fincou o primeiro marco da area que Gabriel Emilio, antevendo os dias de agora, reservara para a séde do Povoado da Barra de Santa Maria.

Bem poucos compreendem os serviços relevantissimos, prestados pelo dr. Hermann Belo, descendente dos Tautfoeus, á lavoura capichaba. Devo-lhe a copia da planta de Nucleo Antonio Prado e seguros informes a respeito das divisas de Linhares.

O arraial de Santa Maria, que Gabriel Emilio denominára de Colatina, em homenagem á exma. senhora do Presidente Moniz Freire, começava a expandir-se á sombra da lavoura já impulsionada pelo braço estrangeiro, fixado nas colonias do Santa Maria. Vivos aí estão o Antonio Brito e Antonio Engracio, testemunhas desse começo de Colatina, ao tempo em que rebrilhava a faca do modestino e ao tempo em que, no Mutum, se fazia o celebre cerco de Atanasio...

A estrada de ferro a Vitoria a Minas, que o dr. Nolasco diz foi executada para servir o Rio Doce, alterou o problema da solução do desenvolvimento do Municipio de Linhares. A séde e Regencia definhavam, enquanto Colatina tomava vulto. Colatina tinha a impulsiona-la o braço forte do coronel Alexandre Calmon. Desassombrado, generoso e digno.

Os linharenses souberam compreender a mu-

dança havida. E longe de se pretender o desmembramento do Município, pleiteou-se a mudança da séde, mantida a UNIDADE DO RIO DOCE, como tradição a ser respeitada. Não conheço outro exemplo no Estado.

Devemos ao coronel João Calmon, descendente daquele João Felipe Calmon, esse largo gesto de visão e de patriotismo.

Linhares nunca havia contado com os auxílios do Poder Central. O que SILVA PONTES idealizára, Tovar desmanchára. Tovar ainda fizera do Rio Doce ponto de desterro. No Rio Doce foram desterrados o Padre Manoel de Jesus Pereira e o Capitão Ataíde.

Emquanto para São Mateus a Província comprava até as alfaías da Igreja Matriz, para a Serra os moveis da Intendencia, e para Cachoeiro do Itapemirim se mandavam fôrtes auxílios para obras publica, para a abertura de caminhos visando Minas Gerais, Linhares obtinha apenas a... linha telegrafica, como ponto forçado da linha Espírito Santo-Baía. E com a linha, a chamada ESTRADA DA LINHA.

A Ponte do Guandú era dada em monopólio a Carvalho Milagres, com direito a cobrar pedágio...

Linhares não tinha expoentes na Província. Faltavam-lhe as pedrarias de fidalgos. São Mateus tinha a linhagem do Barão de Aimorés. Itapemirim teve o Barão de Itapemirim, «GRANDE DO IMPERIO»...

A Matriz de Linhares havia sido iniciada pelo Comendador Rafael de Carvalho, o tronco dos Carvalhos.

No Imperio teve Linhares a grande honra de receber a visita de Pedro Segundo. Mas o Imperador viu a Juparanan; ouviu a lenda da lagôa;

almoçou na principal ilha que ficou tendo o nome do Imperador; admirou muitíssimo um papagaio tagarela do Amorim... e nada fez pelo Rio Doce.

A Republica pouco alterou a situação de Linhares, nos primeiros tempos.

Augusto Calmon e Monsenhor Pedrinha, filhos do Rio Doce, ocuparam posições de inconfundível relevo no Estado. Mas a essas posições não chegaram pelo braço de Linhares e pouco puderam fazer pela terra, que lhes serviu de berço.

Ainda assim Calmon foi, contrariando a Araujo Aguirre, o defensor das divisas de Linhares; e Monsenhor Pedrinha foi quem restabeleceu a comarca, suprimida em 25 de setembro de 1900, pela lei nº 348. A comarca fôra creada pela lei nº 153 de 27-11-1895. Suprimida em 1900 foi restabelecida pela lei nº 1, de 26 de outubro de 1906.

Moniz Freire tentára a colonização do Rio Doce, de baixo para cima. Foi um fracasso, porque o impaludismo quase dizimou os primeiros colonos. Fracasso de grande e gravíssima repercussão para o Rio Doce.

Houve também certo descuido pela instrução. A primeira escola primaria é de 1861. Foi José Maria Nogueira da Gama o primeiro professor. O tronco dos Nogueiras da Gama.

Felizmente, em 1930, o Municipio tinha cerca de setenta escolas primarias. Esse numero, certamente, estará aumentado atualmente.

As rendas municipais sempre foram pequenas. As menores do Estado, a principio. A cobrança de fóros foi sempre infima e nunca chegou para as despesas da «LIMPA DA PRAÇA DA VILA». Uma tradição que se mantem até hoje...

Sempre no orçamento figurou a verba destinada para as despesas de eleição. Desde 1861,

Naquele tempo, de botocudos sem ideologias, não havia sindicancias nem se exoneravam ou castigavam os que, na própria Assembléa provincial, aprovavam esses orçamentos.

Não contando Augusto Calmon e Monsenhor Pedrinha, o Município tivera dois representantes no Congresso do Estado, Augusto Carvalho e Artur Coutinho. Pouco puderam fazer, porque entraram logo no ostracismo, que receberam com altivez espartana. Vivo aí está felizmente Artur Coutinho, carater integro, inamoldavel, inadaptavel a situações que despistam. Depois teve o mais obscuro, o signatario destas linhas.

As grandes concessões de SESMARIAS prejudicaram o desenvolvimento do Rio Doce. Nasceram na Regencia; continuaram no Imperio e com elas sympathizou a Republica.

Em 1922, o Município, pelas suas forças politicas e pela unanimidade dos seus elementos pensantes e uteis, entrou a considerar que não lhe convinha continuar na ingrata situação de «ENTEADO» do Estado. Reagiu habilmente.

Creio que essa politica foi util ao Município. Em 1928 era inaugurada a PONTE SOBRE O RIO DOCE, uma das maiores obras do Brasil. E com a ponte a rodovia Vitoria-Colatina. Antes se iniciára o desbravamento das Terras do Norte, com a Companhia Territorial.

A navegação do Rio Doce tomára novo surto, com a aquisição de novo vapor. Saíamos da época dos remendos.

Depois cuidou-se de uma ligação, que foi iniciada e sei que está sendo continuada, de Linhares a Vitoria, por uma rodovia. Continúa-se a rodovia de Colatina a Aimorés. Fundou-se o Nucleo de Aguia Branca, que deve estar em desenvolvimento franco.

Começam a prosperar as culturas de cacau, iniciadas em 1918.

No dia de hoje todas as homenagens aos desbravadores do Rio Doce. Os Calmons, os Carvalhos, os Nogueiras da Gama, os Amorins. Todos eles merecem reconhecimento. E sobretudo os heróis anônimos.

Fixaram-se todos definitivamente á terra. Se nela não tiveram o berço, nela plantaram o túmulo e constituíram família.

Não foram simples aventureiros, desligados, pelo coração, da terra em que viviam. Nem simples aspirantes de comando.

Aí vem, desassombrada no seu impeto, indomável na sua coragem, ativa no seu patriotismo, vibrante e vigilante, a mocidade riodocense, a mocidade que ha de governar e dirigir a terra, que lhe serviu de berço.

Ela aí está nas Escolas, para a arrancada gloriosa, disposta a levar a terra aos seus gloriosos destinos.

Eu, de mim paramim, posso dizer que por duas vezes, em 1918, como em 1929, fui obstáculo a que se desmembrasse o Município. Em 1918 com Linhares ; em 1929 com Baixo Guandú.

Não me arrependo. Ganhando ou perdendo, ainda não tive arrependimento das attitudes, que tomei na minha vida publica.

Rio, 22—8—1933.

Por que não realizaremos ?

O professor Elpidio Pimentel, socio fundador do Instituto Historico do Espirito Santo e seu orador, na atual diretoria, deseja empenhadamente vel-o entrar e prosseguir num ritmo constante de realizações, que o honrem e sirvam bem aos supremos interesses da terra capichaba. Disso é documento a carta, que em seguida se estampa :

«Exmo. sr. dr. Antonio Francisco de Athayde, DD. Presidente do Instituto Historico e Geografico do Espirito Santo :

Membro fundador dessa associação, sempre lhe dei parte grande das minhas atenções e atividades, procurando, no limite do possivel, cooperar na realização de seus patrioticos propositos.

Agora, distinguido com um encargo na sua diretoria, a que o meu eminente amigo concede o prestigio e o brilho de sua orientação, entendo que nos cumpre, sem perda de tempo, o dever de tudo fazermos para manter e solidificar a tradição de trabalho e civismo, que tem acompanhado nossa sociedade historico-geografica.—Dentro dessa in-

tenção, animo-me em lhe apresentar este ensaio de programa, cuja realização, no meu entender, si meus dignos companheiros de diretoria quizerem aceital-o, juntando-lhe o valor de suas sugestões, conseguirá resultados apreciáveis :

1º—Realizarmos, de quinzena em quinzena, sessões plenárias, convidando para elas representantes dos collegios mais adentados desta capital e seus corpos docentes, da officialidade do regimento policial militar do Estado e da imprensa vitorienze.

Nessas sessões, figuras de reconhecido mérito e probidade intellectuais, especialmente convidadas para esse fim, dissertarão sobre temas da sua livre escolha, ou tomados á lista de assuntos, que organizarmos e lhes oferecemos. Aqui mesmo vai a relação dessas individualidades, que nos convirá convidarmos :— Desembargador Afonso Claudio, dr. Madeira de Freitas, dr. Fernando Duarte Rabelo, dr. Mario Aristides Freire, dr. Ceciliano Abel de Almeida, desembargador Carlos Xavier, desembargador Oscar de Faria Santos, desembargador Santos Neves, desembargador Danton Bastos, dr. Ubaldo Ramalhet e Maia, dr. Arquimimo Martins de Mattos, dr. Francisco Gonçalves, dr. Americo Gasparini, dr. Sergio Loreto Filho, dr. Paulo Gomes Cardim, dr. Rubem Braga, dr. Lauro Paiva, dr. Aurino Quintaes, d. Helvecio Gomes de Oliveira, D. Manoel Gomes de Oliveira, dr. Ciro Vieira da Cunha, Heliomar Carneiro da Cunha, dr. Jair Tovar, dr. Manoel Lopes Pimenta, dr. Kosciuzko Leão, dr. Alarico de Freitas, Almir S. Gonçalves, dr. José Sette, dr. Orlando Sette, dr. Flavio Pessoa, Orlando Bomfim, dr. Oswaldo Poggi, dr. Luiz Derenzi, dr. Carlos Sá, Tenente José Lindemberg, dr. Celso Calmon, Elpidio Boamorte, Almeida Cousin, Teixeira Leite, Fernando de Abreu, dr. Attilio

Vivacqua, dr. Afonso Schwab, dr. Afonso Lyrio, dr. Romulo Finamori, dr. Alonso de Oliveira, dr. Dermeval Lyrio, dr. Oswaldo Espindula, dr. Rubem Braga, dr. Paes Barreto Filho, prof. Aristobulo Leão, dr. João Milton Varejão, dr. Clodoaldo Linhares, dr. Orozimbo Lyrio, dr. Jeronymo Monteiro Filho, dr. Jorge Kafuri, dr. Asdrubal Soares, dr. Abner Mourão, dr. Nilo Bruzzi, dr. Carlos Lindenberg, dr. Newton Ramos, dr. Augusto Lins, dr. Rozendo Serapião, dr. Americo Monjardim, prof. Adolfo Fernandes de Oliveira, desembargador Josias Soares, Cel. Nestor Gomes, dr. Narciso Araujo, dr. Ormando Aguiar, dr. Mirabeau Pimentel, Adelpho Monjardim, dr. Lauro Faria Santos, dr. Christiano Fraga, Vieira da Cunha, Luiz da Fraga Santos, Collares Junior, Garcia de Rezende, dr. Radagasio Moniz Freire, dr. Aristeu de Aguiar, dr. Xenocrates Calmon, dr. João Pereira Netto, Major Octavio de Araujo, dr. Henrique de Novaes, dr. Manoel Paes Barreto Filho, dr. Milton O'Reilly de Souza, dr. Antenor Coelho, dr. Americo Ribeiro Coelho, Clovis Nunes Pereira, dr. Antonio Pedro da Silveira, dr. José Pedro F. Aboudib, dr. José Paulino, dr. Olinto Aguirre, Carlos Madeira, Saúl de Navarro, dr. Francisco Feu Rosa. Também o sr., o Heraclito, o Jair Dessaune, o Walter Siqueira, o Generoso, o dr. Arnulpho Mattos, embora da diretoria—ou por isso mesmo—deverão participar, indispensavelmente, dessas conferencias.

2º—Promover uma série de palestras, em que cada orador desenvolva, como tema de seu trabalho, a vida, nos seus multiplos aspétos, das municipalidades estaduais.

Assim Solon de Castro dissertará a respeito de Sta. Teresa; dr. Luiz Holzmeister, de Santa Leopoldina; Alvaro Castello, de Afonso Claudio;

Vicente Caetano, de Alegre ; José Cola, de Castello ; Newton Braga, de Cachoeiro do Itapemirim ; dr. Mileto Rizzô, de Muqui ; J. Mendonça, de S. Mateus ; dr. Luiz Moreira de Itaguassú ; dr. Paulo de Freitas, de Siqueira Campos. Serão monografias sobre os municipios espirito-santenses, estudados historica, fisica, economica, estatistica, litteraria e politicamente.

3º—Reiniciar imediatamente a publicação periodica da revista do Instituto, estampando-se nela a antiga historia inédita do Espirito Santo, que se acha no arquivo do Rio de Janeiro ; o livro do Tombo, escrito pelo padre Pires Martins ; os inéditos do padre Gonçalo da Franca ; a historia da abolição e a da propaganda republicana neste Estado, de Afonso Claudio ; e todos os documentos importantes, que houver no Arquivo Publico e nos cartorios estaduais ; acertar com o governo as condições e possibilidades de, como melhor propaganda do Estado, instituir-se já uma Editora para os bons livros espirito-santenses, os contemporaneos e os do passado, que valham as honras de uma reedição atualizada.

4º—Intensificando o intercambio litterario com os outros Estados da federação, convidar, por medio de seus Governos, Institutos Historicos, Academias de Letras e Imprensa, intellectuais que queiram dizer-nos de suas contribuições para a Civilização Brasileira.

5º—Mandar copiar e publicar as plantas de Vitória e do Estado, antigas, que ha no Instituto Historico do Rio e nos arquivos daquela cidade. Tambem esforçar-se no sentido de obter, por meio das associações similares, em Lisboa, Viena, Roma e Haia, os documentos que se refiram ao nosso Estado, desde a época remota do Brasil colonia.

6º—Promover, no Rio, em S. Paulo, Belo Horizonte, Baía, Recife, Curitiba e Porto Alegre, conferencias, que sejam propaganda expressiva do nosso Estado, desfazendo injustiças e descasos com que costumam, leviana e frequentemente, julgar-nos.

7º—Os temas, para serem desenvolvidos nas palestras quinzenais, poderão ser estes, além de outros, que sejam determinados: *Lendas capichabas—Folclore espiritosantense—Nossas quedas d'agua—Nossas vias de comunicação—Nossa instrução publica—Nosso patrimonio florestal—O Espírito Santo economico—O Espírito Santo religioso—Nossa toponimia indigena—Imprensa espiritosantense—O Espírito Santo colonial—O Espírito Santo monarquico—o Espírito Santo republicano—O Espírito Santo revolucionario—Nossa colonização—O Espírito Santo pastoril—Terrenos e lavouras do Espírito Santo—O Espírito Santo e a divisão territorial do Brasil—Cartografia espiritosantense—Padre Anchieta—Domingos Martins—Vasco Fernandes Coutinho—Arariboia—e—Maria Ortiz.*

Rogando-lhe que me desculpe a longa destas propostas, tenho muito prazer em subscrever-me seu conterraneo, admirador e amigo

ELPIDIO PIMENTEL

Vitória, 20/7/1933.»

A Ilha da Trindade

CANDIDO COSTA

Acabo de ler no *Correio da Europa*, de 12 do mês findo, a seguinte noticia :

«Um jornal francês publica o telegrama seguinte, datado de New York.

«O diretor principal do jornal francês *Le Triboulet*, Mr. Harden Hickey, que desposara uma rica americana, comprou a ilha da *Trindade*, situada *sob a mesma longitude que o Rio de Janeiro*, a *algumas centenas de leguas da costa* (*) e proclamou-se seu rei soberano, notificando se este fato a todas as potencias.

Só o conselho federal suíço não reconheceu ainda o novo reino.»

* * *

Como trata-se de uma extorsão ao territorio nacional não posso deixar de aduzir algumas considerações a respeito dessa ilha, chamando a atenção do governo de meu país e principalmente do presidente de meu Estado, afim de tomarem em consideração a gravidade desse assunto,

(*) O grifo é do autor do artigo.

que requer todo cuidado e as mais prontas providências.

A ilha, a que me refiro pertence ao território do Estado Espírito Santo, e como tal é conhecida em todos os compendios de geografia e pelos proprios historiadores.

João da Nova, quando em viagem para India, como capitão de quatro caravelas, a mandado d'el rei D. Manoel, foi quem a descobriu a 5 de março de 1501.

Esse mesmo navegante é o descobridor das ilhas da Ascensão e de Santa Helena, esta em 1502 e aquela em 1501.

Além dessa ilha, existe uma outra de igual nome, proxima á foz do rio Orenoco, descoberta em 1º de agosto de 1498 por Cristovão Colombo, mas que não se póde confundir com a de que se trata.

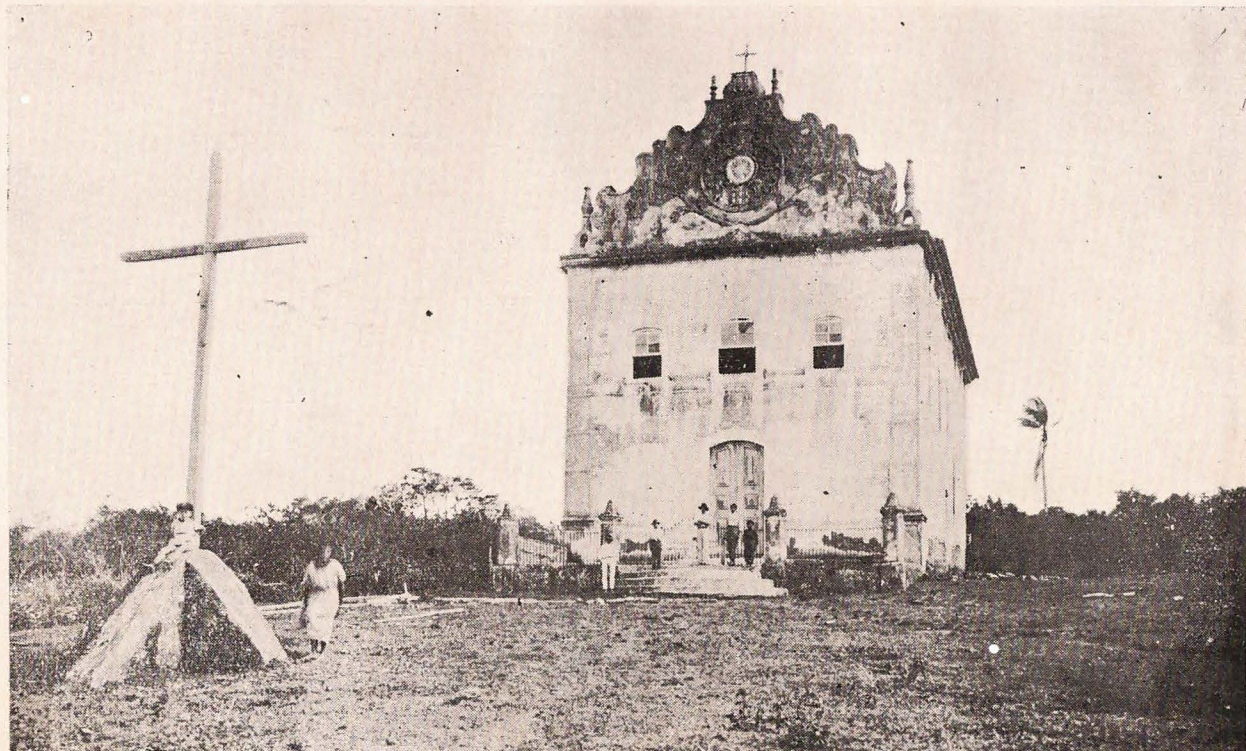
Segundo a opinião dos geógrafos, a ilha da *Trindade* acha-se 1,112 kil. 800 m. da costa do Estado do Espírito Santo, tem cerca de 3 milhas em sua maior extensão do N N O ao S S E, e aproximadamente 6 milhas de circunferencia.

E' montanhosa e existe nela um rochedo, que tem altura de 1,200 pés, além de um outro de 200 pés, de côr avermelhada, sob o qual o mar abriu um tunel, por onde passam estrepitosamente as vagas marulhasas.

Ao sul da ilha ha um recife que vai ao mar na extensão de 264 metros de comprimento, e do lado do Oeste vê-se, na altura de 800 pés, um rochedo de forma cylindrica, ao qual os navegantes dão o nome de Monumento.

Em diversos pontos encontra-se agua com abundancia e vêm-se legiões de aves aquaticas, além da fartura de peixes e tartarugas, que ali vão desovar na quadra propria.

Espirito Santo historico



A velha igreja do Queimado, no município da Capital, construída por escravos negros, sob determinações do frade Gregório Del Bene, que lhes instigou o famoso levante de 1849, de que resultou o enforcamento dos cabeças.

Em diversos pontos encontra-se agua com abundancia e vêm-se legiões de aves aquaticas, além da fartura de peixes e tartarugas, que ali vão desovar na quadra propria.

A duas milhas de distancia, por sotavento, o comandante da corveta *Batana*, João Alves Nogueira, já falecido, segundo o seu relatorio datado de 1870, encontrou nela fundo de 25 a 30 braças; podendo, entretanto, ter chegado mais, proximo, na opinião dos nauticos.

De um artigo que possuo, publicado no *Jornal do Brasil* pelo distinto official de marinha da armada brasileira, o sr. Colatino Marques de Souza, que se tem occupado por mais de uma vez dessa ilha chamando a atenção do governo para o estabelecimento de um presidio, vê-se que existe no Ministerio de Justiça, do tempo do imperio, um relatorio escrito por officiais da corveta *D. Isabel*, em 1856, descrevendo a exploração que ali fizeram, por onde se reconhece que a dita ilha possui *belos campos, muita agua*, e contém até *barro de excelente qualidade* e pedra de cal (aliás fosfato de cal, que é uma riqueza ali encerrada sem proveito—que os exploradores julgam ser *carbonato de cal*)

A ilha da *Trindade* é de ha muito desejada pelos ingleses, que já estiveram de posse dela, onde cultivaram diversos cereais, legumes e hortaliças, sendo o terreno, pois, fertil e excelente.

Uma expedição dirigida pelo capitão de mar e guerra José de Melo, saiu do Rio de Janeiro em 16 de dezembro de 1783 e ali chegou a 10 de janeiro de 1784, já não encontrando os ingleses, que a tinham evacuado por ordem superior.

Em 1891 partiu tambem, da Baía, a corveta alemã *Moltke* com destino á mesma ilha, no sentido de fazer explorações scientificas sem que o

governo brasileiro dêsse a menor importancia a esse fato, aliás digno de reparo, visto os alemães ambicionarem tambem a posse dela.

Ao governo, pois, cumpre entrar no conhecimento do fato exposto, para não ser vitima de sua indiferença, devendo quanto antes fazer valer o direito internacional.

• Como espiritosantense que sou, apelo tambem para o distinto e ativo presidente do meu Estado, que, estou certo, não será indiferente á expoliação de uma parte do nosso territorio, por aventureiros sem escrupulos, fazendo assim triunfar a causa do direito e da justiça.

Maranhão, 8 de março de 1894

VIAGENS PELOS RIOS NAVEGAVEIS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

VIAGEM AO RIO DOCE

PRIMEIRA PARTE

Navegação pratica de Vitoria á barra do rio Doce, descrição da côsta ; rio Doce e sua navegação

Aos primeiros alvares da aurora do dia 22 de novembro de 1905, achava-me pronto aguardando a chegada da balieira da praticagem da barra de Vitoria, que deveria trazer o pratico-mór para, conjuntamente, nos conduzir para bordo do pequeno vapor *União*, propriedade do sr. Carlos Pinheiro Azevedo, que se destinava á barra do rio Doce, tocando por escala na cidade de Santa Cruz.

A's 6 horas já estávamos a seu bordo e seguíamos em demanda da barra : a brisa soprava mansamente de ENE. enrugando levemente a superfície do oceano ; o céu cobria-se de azulado manto, tornando a manhã alegre e linda e o pequeno vapor rompia com regular velocidade a superfície mansa das aguas, fazendo já prôa de ENE, levando descoberto o tradicional convento de

Nossa Senhora da Penha e passando entre a baixa-pequena e a Mula ; e nesta direção navegou ele, até a ponta do Tubarão, donde, quase com a pontado Pirahem, passou a seguir o rumo NE 1/2 Nmg.

A ponta do Tubarão fica situada ao N da barra de Vitoria, tres milhas a NS com os ilhotes dos Pacotes ; logo em seguida e pouco ao norte está a Ponta do Pirahem.

O *União* deslisava-se nesse mar de rosas, deixando ver ao longe a azulada cordilheira, cujo ponto mais elevado é o morro do Mestre Alvo e não Alvaro ou Alvares, como muitos chamam (*), morro este que põe termo para o lado do nascente á corda de montanhas que vem da Serra Geral ; mais adiante e ao longe, alvejam vastos areiaes, vestindo-os pequeninas lagoas e relvosos brejos ; o pequeno vapor navegava, pois, levando descoberta a costa e as arenosas praias.

Tres milhas depois, estavamos em Carapebús ; pouco mais ao norte com o Manguinho e em seguida com a povoação de Jacaraípe, povoação esta que está na margem e embocadura do rio do seu nome, nove milhas ao N. da ponta do Tubarão e seis ao S. de Nova Almeida ; os seus primitivos habitantes eram indios goitacazes ; aí existe uma capella com a invocação de Sant' Ana do Jacaraípe.

O rio Caraipe ou Jacaraípe nasce na freguesia da Serra, rega a povoação, corre entre Carapebús e Nova Almeida na distancia de quase tres leguas um do outro e, afinal, desagua no oceano.

(*) Os cronistas autorizados do país e do Estado, desde Gandavo, em 1583, sempre disseram — «Mestre Alvaro».

(Observação do organizador desta revista.)

Corre somente emquanto as chuvas fazem transbordar a lagôa Jacuné.

E' só nesse tempo que é navegavel ; porém, ajudados pela maré, podem os barcos entrar em sua embocadura.

A's 9 horas e tanto estavam com Nova Almeida ou a antiga aldeia dos Reis Magos; achase esta vila situada na costa em um lugar alto, onde os seus habitantes gosam de um lindo panorama e da mais pura atmosfera, prenhe não só da salitrosa maresia, como da fragrancia que em profusão derrama a variadissima vegetação que a circula pelo ocidente, tornando-a atraente, para aqueles que têm a felicidade de visitá-la.

Foi em 1580 esta aldeia fundada pelos jesuitas, que aí doutrinavam grande numero de indios, com os quais levantaram uma igreja, que dedicaram aos Reis Magos. Ao lado dela edificaram uma casa para os noviços, que vinham da Europa aprender a lingua dos Tupís, afim de irem fazer conquistas, em nome da religião catolica, nas bre-nhas do Brasil.

Serve atualmente de casa da Camara Municipal, de cadeia e, ás vezes, de residencia do vigario.

Por alvará de 2 de janeiro de 1759 foi elevada á categoria de villa com o nome de Almeida, que, para distinguil-a da de Portugal, ficou se chamando Nova Almeida.

Tem esta vila uma praça muito grande, de-frente da igreja, outr'ora cercada por cabanas de indios, cobertas de palha e hoje por casas de tijolo e cal, que do mar deixam-se distinguir pela brancura de suas paredes,

O seu insignificante porto é formado pelo rio Samanha (*), tendo nas grandes marés, na preamar,

*Samanha é como se chama esse rio.

(Nota do organizador desta revista).

dez palmos de fundo e na baixa-mar quatro; nas marés pequenas, na prea-mar seis palmos de fundo e na baixa-mar dous.

Este rio é navegavel por barcos até um quarto de legua; porém, si forem quebradas umas pedras, que lhe irriçam o leito, pôde ser navegado até 12 milhas por barcos ou embarcações de pouco calado.

Assim iamos navegando pela costa com ella toda descoberta e na distancia pouco mais ou menos de tres milhas, quando, ao enfrentarmos com as barreiras de Nova Almeida, fomos aos poucos aproando para a ponta do Riacho, de modo a collocar-as pela pôpa e assim navegámos até descobrirmos a cidade de Santa Cruz; logo que avistámos e que marcámos a igreja ao W, approámos sobre ella e quando nos vimos proximos dos dois bancos de areia que de quando em vez arrebetavam, approou-se para entre os dois morros que existem muito proximo e a W. da cidade e assim entrámos e atracámos no trapiche do velho Machado.

Explicou-me o comandante do *União* que navegou assim para livrar-se dos baixos de fóra, que são pedras muito perigosas, e que esta era a navegação mais segura para entrar em Santa Cruz, sem o pratico da barra, que só a balisa quando espera algum vapor.

O porto de Santa Cruz é formado pelo rio do mesmo nome; segundo fui informado pelo capataz, a barra tem na prea-mar das marés grandes 14 palmos de fundo; na prea-mar das marés pequenas 10 palmos de fundo e na baixa-mar 7. No inverno ou na estação chuvosa sempre aumenta mais um a dois palmos.

O rio de Santa Cruz é formado pela união dos dois Piraqués, isto é, pelos rios Piraquêassu

e Piraquêmirim, muito fundo e largo, porém sua corrente é muito demorada pela violencia da maré, que por ele sóbe mais de 13,5 milhas.

A barra, como acabamos de ver, é boa, e por ela sobem grandes sumacas até nove milhas, no lugar denominado Guandú.

A cidade de Santa Cruz era antigamente chamada Aldeia Velha; está situada á margem direita do rio do seu nome a milha e meia acima da sua foz, a 9 milhas de Nova Almeida e 36 milhas de Vitoria.

Foi fundada em 1556 pelo jesuita Afonso Braz, quando era governada pelo chefe da tribu Mara-caia-Guassú, ou Grande-Gato, muito conhecido e notavel até, por haver mais tarde acompanhado o governador geral Mem de Sá na sua expedição contra Villegaignon, no Rio de Janeiro. Passou em 1848 á categoria de villa, com a denominação de Santa Cruz e ultimamente á de cidade."

Aí pernoitámos e só na manhã do dia seguinte, 23, quando do fresco leito erguia-se pomposo e altaneiro o astro rei, largava do trapiche Machado o pequeno *União* e dirigia-se para a barra, mostrando-se o céu bizarro; o mar já transformado pela brisa fresca do NE., que á noite soprara, mostrando-se banzeiro e a gemer lugubre de quando em vez, como que sentido pela calma matutina, que então fazia.

Saímos á barra, dando a pôpa aos dous morros que ficam ao W. da cidade e que, si não me falha a memoria, chamam-se Irmãos Gamelas, únicos aí existentes, ou fazendo próa de E4NEmg, até que seja montada a ponta de Itacipeba, ou descobrir as barreiras de Nova Almeida. Isto feito, navegou-se costeando os arrecifes, que bordam a praia, até que, desaparecendo eles, estava-se com o Riacho numa distancia pouco mais ou me-

nos de duas milhas, vendo-se uma longa e encantadora praia, que era instantemente alvejada por nevoentas espumas, que a imensidade do oceano a faz beijar submisso e que da distância em que nos achavamos divisava-se claramente a sua jaspe brancura como que cortejando o dia, que revistia-se do azulado manto da bonança, para nos oferecer um feliz acesso ao majestoso rio Doce.

A vila do Riacho está na embocadura do rio do mesmo nome, distante 12 milhas de Santa Cruz e 24 da Regencia Augusta.

Tem uma capela filial á da matriz de S. Cruz.

Nasce o rio Riacho na margem direita do rio Doce, donde se afasta para vir formar com o nome de rio do Quartel, dezoito milhas abaixo de sua nascente, a grande lagôa dos Indios, que tem 6 milhas de comprimento sobre $1/4$ de largura; é muito funda, e suas margens, além de frondosas, são alterosas. Prosegue o Riacho por um leito de 9 milhas de comprimento e formando as lagôas do Meio e de Baixo. Continúa, banhando cerca de 15 milhas abaixo a villa do Riacho, e mais rico d'agua, corre ainda 6 milhas, recebendo o seu afuente Comboio, e entra pressuroso no oceano dividindo em duas partes a formosa praia que acima ficou descrita e que continua até a bravia barra do rio Doce, depois de um percurso de 24 milhas.

Ao norte do Riacho existe um recife pequeno, que, entre este e o do sul, fica á entrada da bacia conhecida por conchã do Riacho, onde fundeiam navios de 10 pés; o espaço é apenas o preciso para fundearem 2 ou 3 navios.

A entrada para esta bacia só tem fundo de 3 e 4 palmos, e ás vezes só servirá para pequenas barcaças.

Do Riacho fica a barra do rio Doce a 18 milhas de distancia.

Navegou-se costeando a praia, até que, aparecendo o pontal do sul do rio Doce e depois as casas da Regencia Augusta, a 1 hora da tarde desse dia, aprofundou-se mais para terra, afim de ver-se melhor o pratico e não tardou logo em divisar-se aí muitas pessoas, e delas destacadas mais para o lado da barra, via-se o pratico com uma bandeira branca quadrangular hasteada na ponta de uma vara comprida e collocada no sentido vertical, que significava—Barra boa para entrar.

O comandante do *União* tomou conta do leme e ordenou que de cada bordo, á prôa fosse collocado um marinheiro de confiança sondando com varas, já para isto graduadas, e que contassem a sonda, cada um por sua vez, indicando o bordo. E em seguida avisou ao 1º maquinista que ia investir a barra, o que fez, obedecendo aos sinais do pratico, que ora inclinava a bandeira para a frente dele, ora para traz, ora a conservava na vertical; assim, debaixo de grandes e sucessivas ondas que arrebatavam acompanhando o pequeno vapor, que valentemente se portou, lutando com a enorme correnteza do rio, que então era bem regular, como com aquele reboição de aguas, em nada inferior aos das barras de Sergipe, S. Mateus e Mucuripe, entrámos a barra sem ter recebido dentro um só golpe de mar.

A profundidade que encontramos no cordão da barra em meia maré era de 15 palmos de fundo; fóra do cordão tinha 5 braças e dentro, até os pontais, encontramos 3 e 2 braças e forte correnteza do rio, que ia fazendo o vapor atravessar em cima do cordão. Depois de fundeado, vindo a bordo o pratico, me disse que, nas marés grandes, na prea-mar, regula ter sempre 22 a 23 palmos de fundo; na baixa mar 12 a 14; nas marés regulares na prea-mar 15.

Fóra do cordão tem 8 a 9 braças e dentro até os pontais 6 braças. Como barra de rio já é bastante funda e com o pratico, que hoje ela possui, não posso classificar-a de perigosa, quanto mais que, quando se acha ela impraticavel, é logo pelo telegrafo avisado para Vitoria.

O unico mal de que ela se ressentida está apenas dependente da boa vontade dos poderes competentes, que é dotar-a de um bom e forte salva-vidas a 6 remos, proprio para o de quando em vez sondar-a e melhor determinar os seus canais, obrigando o patrão dessa embarcação a ser o proprio pratico e da sua guarnição ser tirado o mais habil para o substituir, quando isso se tornar preciso.

Uma hora depois, desembarquei para o povoado da Regencia Augusta, que se acha situado na margem direita da embocadura do rio Doce; está distante 600 metros acima de sua foz e a 33 metros da foz do rio Preto, bellissima povoação pela sublime vista que oferece; aí o rio tem pouco mais ou menos 2 a 3 kilometros de largo. Tem o nome de Regencia Augusta, para perpetuar o do Principe Regente, depois D. João VI.

Atualmente é aí a séde da navegação fluvial desse rio onde se acham as oficinas para concertos dos vapores e armazens bem regulares para depositos do café, que é o principal produto dos diferentes portos do rio, dos seus afluentes e confluents. Daí segue esse genero para a Vitoria em pequenos vapores da Companhia de S. João da Barra e Campos e da casa dos srs. J. Zinzem & Comp., desta praça.

Segundo fui informado, a Regencia teve uma época de muita prosperidade, para a qual correu muito o já falecido Manoel Pedro dos San-

tos e depois os seus irmãos Basilio Emilio, Teodorico dos Santos e outros muitos. Atualmente tem sido o sr. Deoclecio Costa e a firma comercial Viana & Comp. que têm dado mais algum desenvolvimento a esta povoação, que já é quase vila; concorre bastante o sr. Deoclecio Costa para a existencia, aí, de uma agencia do Correio e de uma estação telegrafica, bem como construindo armazens, casas e animando a navegação do rio, dotando-a de regular numero de embarcações.

Existe uma capelinha, que foi construida não so pelos esforços do inteligente e habilissimo professor Pio Pedrinha, presentemente falecido, como por todos os habitantes da localidade.

Atualmente está ela bem decadente, necessitando de grandes obras e pintura.

No dia 24 segui para o farol; o inspecionei rigorosamente, tendo antes o fotografado.

No dia 25, grande parte do dia foi empregada em vistoriar a flotilha fluvial, composta dos vapores *Moniz*, pertencente á firma Viana & Comp.; *Milagre* e *Santa Maria*, á firma Mascarenhas, Costa & Comp.; estes ultimos são subvencionados pelo Governo do Estado.

A tarde desse dia destinei-a ao passeio a cavalo, ao logar denominado Cacimbas, meia legua distante do povoado, o qual é constituido por pequeninos lagos, contornados de brancos e graciosos areiais, matizado de selvagens arbustos, formando ora capoeiras, que deixavam ver lindas flores de um odôr inebriante, ora apresentando para o Oeste matas virgens em sólo arenoso, onde se ouve o cantar de um sem-numero de passaros e o constante gargalhar de enormes papagaios, conhecidos por Juruássus; voltámos á tardinha, tendo sido meu companheiro o sr. Frederico Calmon, cavalheiro bastante distinto e natural desse

povoado. e então escrivão da Mesa de Rendas do Estado.

Induzidos pelas belezas naturais do Rio Doce, nasceu-me o desejo de navegar nele até onde fosse possível, e, como tinha a barra se tornado perigosa e impraticavel, calculei que em cinco ou seis dias poderia levar á realidade este meu desejo, mesmo porque me havia o pratico declarado que nunca em menos dias a barra daria saída.

E assim, foram postos á minha disposição os vapores *Moniz* e *Milagre*, e na madrugada do dia 26 seguia eu, neste ultimo, rio acima.

RIO DOCE—A origem do seu nome vem de alguns navegantes portuguezes, que encontrando no mar agua doce defronte deste rio, a seis milhas da barra, deram-lhe o nome de Rio Doce, pelo qual é hoje conhecido.

Nasce nas abas meridionais da serra do Ouro Preto, em Minas Gerais; passa pela cidade de Mariana com o nome de Ribeirão do Carmo, corre para o oriente, já engrossado por outros rios, atravessa sertões povoados de indigenas, e depois de passar pela cachoeira das Escadinhas, entra no Estado do Espirito Santo, aonde teve o nome e se ostenta majestoso e soberbo com a velocidade de oito milhas nas enchentes, sobre um leito de (*) 600, m. 700 m. e kilometros de largura e com um percurso de 25 leguas, vem meter-se no oceano, sete leguas abaixo de Linhares, proximo da Regencia, belissima povoação, que tem como sua *vis-à-vis* o majestoso e lindo guia dos navegantes que, noturnamente, lhes mostra com os clarões rapidos que iluminam a costa, o perigoso baixo de algumas milhas ao mar; daí

(*) Está assim no original.

descortina-se o lindo panorama, onde se vê o conjunto de brancas casas da povoação assentada na margem direita e em praias alvacentas da barra do rio Doce, mostrando as suas imagens nas aguas espelhadas do rio. Mais para o oriente vê-se o maravilhoso agitar de suas aguas, já transformadas em furia, em luta terrivel com as do oceano, disputando a primazia, rugindo com alterosas ondas espumosas, mostrando na brancura de suas aguas confundidas o revolver constante do adamantino leito, tornando assim a sua embocadura receiosa aos navegantes, pela incerteza dos canais, oferecendo, ora duas barras, ora uma, porém, sempre com a mesma profundidade já indicada desde que segura embarcação os descubra para com firmeza franqueal-os.

Navegação do rio Doce e colonização nas margens

A navegação deste rio foi aberta no tempo do governo do capitão-mór, o doutor em mathematicas Antonio Pires da Silva Pontes, que levantou uma carta geografica desde a foz do mesmo rio Doce, no oceano, até as cachoeiras Escadinhas. Foi esta carta continuada por seu sobrinho, o alferes Antonio Rodrigues Pereira Tabor da, até as origens ou cabeceiras, em Minas Gerais.

Por Carta Régia de 2 de dezembro de 1808 foram dadas providencias sobre esta navegação; a 28 de julho de 1809 ainda foram dadas novas instruções a respeito.

Em 1819 organizou-se a sociedade «Comercio, Agricultura e Navegação», que foi representada por José Alexandre Carneiro Leão, e que nunca foi-lhe possivel levar os seus bons intentos á realidade.

Só em junho de 1857 coube a gloria ao dr.

Nicoláo Rodrigues dos Santos França Leite, de ser o primeiro que fez navegar por esse rio um barco á vela com a lotação de 38 toneladas, com 1.000 arrobas de carga e 46 colonos portuguezes, francezes e alemães.

Daí para cá muitas teem sido as emprezas que teem tentado realizar navegação do rio Doce, mas que esmorecem e quebram perante tantas dificuldades, que então lhes sugerem a par não só da diminuta lavoura, que ainda existe nas suas margens, como devido a ser o rio dotado de muita agua e pouco fundo, motivando os vapores ou embarcações serem obrigados a uma lotação enorme para enfrentarem as dificuldades, que a todo o momento surgem, devido ao seu pouco fundo em certas localidades.

Eu subi no vapor *Milagre* e desci no *Moniz* e, além de contemplar extasiado a variada e rica vegetação que borda deslumbrantemente as suas margens, não deixava, todavia, de acompanhar a navegação a vapor, que, a meu ver, é das fluviais uma das mais dificeis e trabalhosas.

E' ela feita margeando sempre as abas do rio, isto é, a parte baixa que forma a quéda das aguas, sendo quasi que sempre, junto a estas, fundo.

Os praticos as conhecem por um marulhar especial das aguas, donde motivam eles chamarem de aguas fundas.

Assim navegam eles, passando ás vezes em canais tão estreitos, que mal cabem os vapores e que passam auxiliados por varas, tocadas na prôa; em outros, além de estreitos, são de muito pouco fundo, fazendo preciso que toda guarnição, que nunca é composta de menos de oito homens, caia na agua, para que, com espeques de um lado e de outro, possam suspender o navio que,

auxiliado pela maquina e pelo molinete alando o ferro da proa, que se coloca em distancia, assim vai o navio andando aos empurrões sobre o baixo até cair no fundo que, ás vezes, é ele de pouca extensão, para de novo recommencarem tão arduo trabalho. O *Moniz* esteve nestas condições um dia inteiro, no logar denominado Taquaral, para depois cair novamente mais adiante nas Tres Ilhas, aonde pernoitámos; achava-se o vapor descarregado, imagine-se ao contrario e rebocando pranchas ou grandes canoas, tambem carregadas!

Assim é a navegação até o porto Mascarenhas, encalhando e desencalhando, quer na ida como na volta, gastando dias e dias nesta fastidiosa viagem, quando o rio está baixo, pois pouco tempo no ano conserva-se ele cheio.

Causou-me admiração vel-os navegar á noite debaixo de espessa escuridão, horas inteiras, sem encalharem, bordando as abas e seguindo as sinuosidades de estreitos canais em verdadeiros zig-zags; e quando acontecia encalharem, aí pernoitavam, aguardando o dia para nos seus primeiros alvares recommencarem a luta terrivel do desencalhar.

No geral as guarnições são compostas de caboclos bronzeados, jovens e naturais das margens do rio Doce, dotados de uma musculatura herculea e possuem nos peitos e nos ombros enormes calos devidos ao fatigoso trabalho das varas e dos espeques; são joviais e sempre alegres; trabalham satisfeitos, mostrando uma resignação que só a eles podem ser naturais; vivem diariamente molhados e só á noite mudam roupas para dormirem.

Com o rio cheio ou com grande repique d'agua a navegação é menos trabalhosa e mais rapida.

Acontece às vezes que, com o rio baixo, os vapores e pranchas encalham em certas localidades, que se torna preciso ás guarnições caírem nagua, para abrirem canal por meio de enxadas e depois pelos meios já descritos, empurrarem as embarcações por este canal para o lugar de mais fundo, o que eles para isto préviamente exploram em grande extensão, assinalando o canal a fazer por meio de varas; é incontestavelmente uma navegação bastante afanosa.

Dizem os praticos que a melhor ocasião para navegar-se neste rio, é pelas grandes enchentes de dezembro a março.

E que os pequenos repiquetes do rio estragam completamente os canais e vão formar outros em pontos muito distantes, tornando assim a navegação muito trabalhosa e difficil.

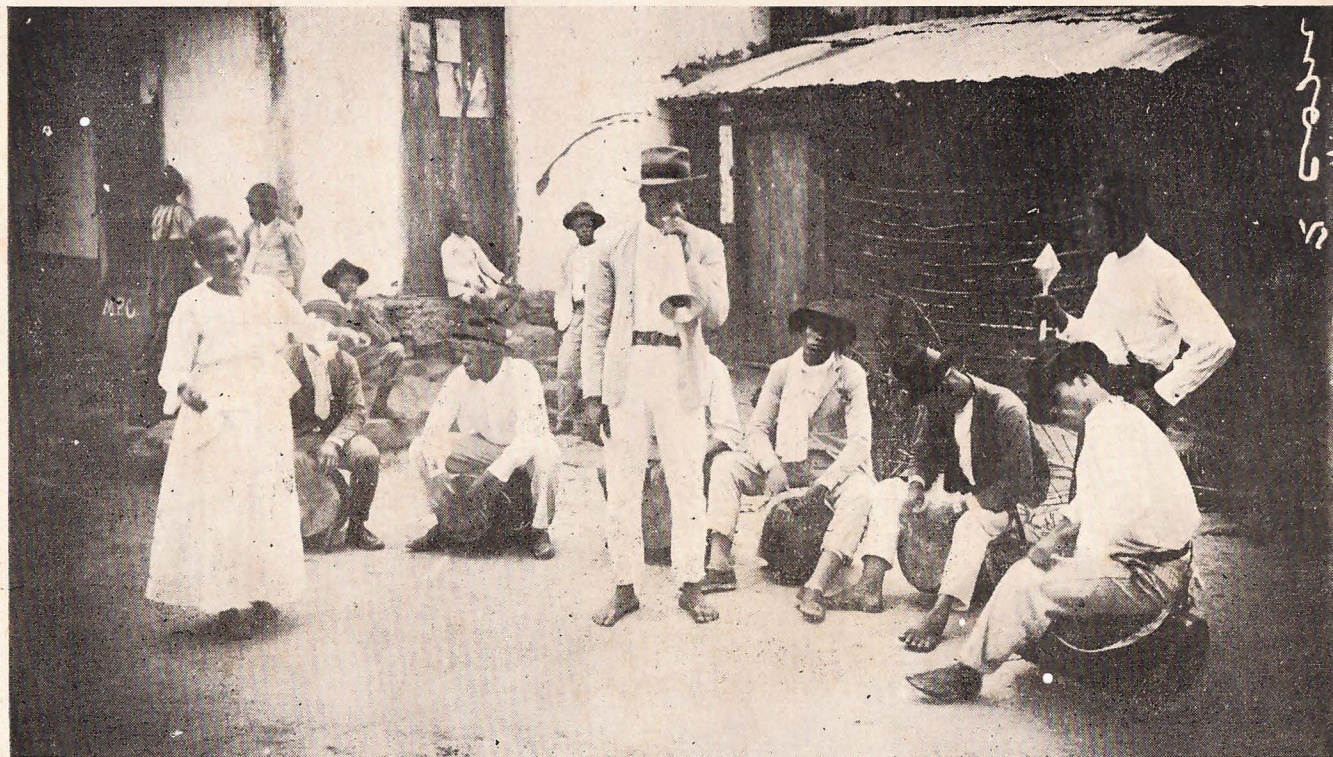
Além destas difficuldades, que a todo o momento sugere a navegação deste rio, muitas são outras ainda e que só o capricho, a par de uma enorme força de vontade, motiva a conservação desta trabalhosa navegação que aí existe.

Desde 1824 que tratam os espirito-santenses de colonizar esta zona do Estado, que é na verdade, a mais fertil; organizam empresas de incontestaveis vantagens, chegam mesmo a adquirir numerasos grupos de bons colonos e, não sei porque caiporismo, tudo malogra-se, tudo se perde e as margens do rio continuam deshabitadas, parecendo confirmar a tristissima frase, attribuida ao famoso padre Anchieta, a qual é:—

O rio Doce será sempre desejado e nunca povoado.

Porém, esta profecia, sem causa demonstrada e, portanto, sem base, desaparecerá dos labios dos supersticiosos, desde que appareça outra orientação mais intelligente na forma de colonizar

Espirito Santo pitoresco



Grupo frequente de batuqueiros e conquistas, do interior do Estado,
vendo-se uma preta velha dançando o «miudinho».

as margens desse majestoso rio, que se impõe pela sua natural fertilidade.

SEGUNDA PARTE

Viagem a Linhares e passeio á Lagôa Juparanã — Viagem da Regencia a Linhares.

Antes dos primeiros alvares da aurora do 26, a lua ainda, embora mal, prateava as aguas serenas do rio, transformando as areias de suas margens em perolas e brilhantes, em que o brando zefiro noturno ramalhava sutilmente as folhas de frageis arbustos, que ao longe confundiam-se com o claro azulado de um lindo céu. Os passaros ensaiavam baixinho os seus variados e lindos cantos, para mais tarde saudarem o Rei da Creação, que deveria surgir radioso e revestido de bondade, para proporcionar aos viajantes do majestoso rio os naturais encantos, que tanto o elevam. Um movimento desusado dava-se tambem na povoação da Regencia; algumas casas abriam-se em tão matutinas horas, para partilharem desta sublimidade natural e verem sobre este encantador painel o «Milagre» singrar por essas mansas aguas, seguido do seu velho companheiro o «Moniz». Às 3 horas e 30 minutos da madrugada, já estávamos em movimento, e minutos depois seguíamos rio acima, nestes incansáveis lutadores da ardua navegação do rio Doce, que deveriam fazer descortinar sucessivamente panoramas de lindas perspectivas das suas variadas e ricas vegetações, que suavizariam as peripecias da navegação de que iam testemunhar os seus humildes passageiros que, em numero de cinco, aí se achavam, sendo apenas o autor destas toscas linhas e o talentoso jovem espirito-santense, o sr. José Corrêa Lirio, os unicos des-

conhecedores dessas maravilhas surpreendedoras e naturais do encantador rio.

A navegação da Regencia até às Tres Ilhas foi feita sem insucesso algum, correndo o «Milagre» sempre com regular velocidade, nos deixando ver constantemente, às vezes suas margens largas, estreitando-se depois, tornando-se aqui mais alterosas, além mais baixas e assim seguindo-se insensivelmente a nivelarem-se com as águas do rio, cujas vegetações verdejantes e frondosas pareciam ao longe com elas confundirem-se.

A's 5 horas e 45 minutos da manhã, distante 3, 5 milhas da Regencia, enfrentava-se com a capelinha das Povoações, que constituem diversos grupos de cabanas rusticas e casinhas de telhas, colocadas em diversos pontos, lugar morto e decadente. Os primitivos habitantes destas povoações eram selvagens, que depois foram se domesticando e se entrelaçando com diversos europeus para aí trazidos pelos missionarios encarregados da catequese, e hoje os seus descendentes são lavradores.

Foi a parte da embocadura do rio que primeiro foi povoada.

Defronte desta povoação acham-se situadas as pitorescas ilhotas chamadas dos Portos; pouco mais adiante segue-se a do Branquinho e depois de uma curva bem sinuosa, a das Goiabas.

A's 7 horas e 15 minutos atracava o *Milagre* na situação da viuva de Manoel Firmiano, começo da localidade conhedida por Boa-Vista, aí tomou grande porção de lenha, seguindo depois rio acima.

Distante 15 minutos daí passava-se pelo canal que o cidadão norte-americano Mac-Irven tentou abrir para comunicar o rio Doce com o rio Comboios que desagua no Riacho; nada conseguiu

pelas dificuldades que surgiram devido em grande parte á falta de recursos, apesar de ter obtido pela lei provincial n. 2, de 1860, a quantia de 2:000\$ para auxiliar os trabalhos.

Este canal, embora já muito desfeito, ainda se deixa ver na margem direita do rio Doce, no lugar fronteiro á ilha das Frecheiras.

Minutos depois passavamos por esta ilha que além de ser maior do que todas as outras que já deixamos, é constituída por uma espessa floresta, onde se vêm numerosos pés de sobranceiros ipês, disputando a primasia com os vistosos vinhaticos. Numa volta do rio e depois de um zig-zag incomodo estavamos com as barreirinhas, para daí avistarmos as Carapuças, pequenas ilhas que causam ás vezes diversas ilusões ao viajante: ao longe representam castelos goticos; mais de perto, umas assemelham-se a igrejas com as suas cupolas e outras imitam carapuças; pelas enchentes são alagadas.

A's 9 horas e 10 minutos passávamos por elas, penetrando numa bacia de mais de 450 metros de largura, para 30 minutos depois deixal-a para admirar de perto a variada e rica vegetação da orgulhosa ilha do Jacarandá, que tem de extensão meia legua, onde se vê a bemfazeja e caridosa Taicica, de cuja resina curam-se os heticos, mostrando-se sobranceira ao precioso jacarandá.

Num dos zig-zags que ao meio do rio prosegue o canal, divisámos ao longe e na margem esquerda uma casa; nos disse um dos nossos cicrones ser um barracão para imigrantes, que fôra construido em 1899 e que nunca fôra utilizado por nenhum deles porém que até o ano de 1904 tinha sido zelado por um cidadão que ganhava para isto a quantia de 250\$ mensais; não era mau o negocio; casa, terras para cultura e

dinheiro!! Em breve deixavamo-la pela pôpa, para ás 10 horas e 25 minutos atingirmos ao local onde o rio é muito baixo e aí, debaixo de todo o maior cuidado possível singrava medroso o *Milagre* já enfrentando com as Tres Ilhas, assim chamado um grupo de mais de seis ilhas, divididas por pequenos canais, defronte da ilha do Domingos de Souza, que é por sua vez muito elevada e por isso não alagada pelas cheias. Deve o seu nome ao primeiro individuo que nela se applicou á lavoura. A maior das ilhas desse grupo chamado Tres Ilhas é chamada Coimbra, defronte da qual encalhámos 15 minutos, para depois tornarmos a encalhar mais adiante, onde nos demorámos meia hora. Seguindo avante, por meio de varas, e ás vezes pegando aqui, para flutuar adiante e assim fomos até que ás 12 horas e 40 minutos navegava-se em canal de fundo franco. E' fastidiosa a navegação do majestoso rio Doce, apesar de ser ele insaciavel, recebendo sempre em seu leito numerosos e poderosos tributarios de uma margem e de outra, que o cortejam dando-lhe majestade e poderio, até se afogar nas salgadas aguas do oceano.

Numa das curvas mais pronunciadas do rio, nesta parte viam-se ao longe morros em forma de mamelões, confundindo-se com as irrequietas nuvens dos horizontes, que ao mais leve sopro de manhosa brisa, mudavam sucessivamente suas apparencias.

A's 12 horas e 55 minutos encostava-se o *Milagre* á margem esquerda na situação do Gorgonha para novamente receber lenha, o que findo prosseguiu na viagem para Linhares, cortando imponentemente as claras aguas do majestoso rio que com as suas magnificencias e riquezas mostra-se a todos fulgurante.

Já se deixavam ver melhor ao sul as elevadas serras da cordilheira dos Aímore's. A' 1 hora da tarde confrontavamos com o Campinho de Cima e iamos na apreciação dessa gigantesca e exuberante vegetação que cobre uma margem e outra, destacando se de espaço em espaço seculares e colossais arvores, que mostram a uberidade do seu solo.

A' 1 hora e 45 minutos avistou-se Linhares, coberta por um céu alegre e lindamente azulado, assentada graciosamente na sua alta barreira de argila vermelha, olhando a tudo que a rodeia com superioridade e altivez. Numa das curvas tortuosas do rio escondeu-se ela para aparecer depois mais risonha, deixando mostrar mais perto a jaspe côr de suas casas e avermelhada cinta que borda a clara superficie das aguas que docemente lhe banham as plantas.

Menos distante está a fresca e aprazível ilha do Desejo, de dous kilometros de extensão, mostrando-se, como sempre, fugitiva, quanto mais para ela se investe mais parece ela fugir, causando veementes desejos de ser pelo viandante alcançada.

Em breve estavamos com o Taquaral e ás 3 horas e 10 minutos da tarde, depois de uma animadora corrida a par de um grande esforço do pequeno *Milagre* em passar aí um estreito e raso canal, conseguiu-se alcançar a esquiva ilha que por momentos projetou-se sobre a linda e poetica vivenda do distinto cavalheiro o sr. coronel João Calmon, que se acha situada na outra margem.

A's 4 horas da tarde já o ardente sol destas paragens, secundado por ardente calmaria, seguia o seu declinio natural, quando chegamos e saltámos na graciosa vila, hospedando-me na casa do prestimoso amigo coronel João Calmon.

Como já disse, está Linhares assentada garbosamente numa planície situada em uma alta barreira vermelha em forma de meia lua, na margem esquerda do rio Doce, superior a todos os terrenos que a rodeiam, que são planícies extensas entre as lagoas Juparanã e as do Aviso, vendo aos seus pés humilde e submisso o profundo e tortuoso rio Juparanã, que corre por densa floresta, animado pelas águas da majestosa lagoa do mesmo nome para depois morrer tranquilo, confundindo as suas águas com as do rio Doce.

Sobre a planície onde hoje está assentada Linhares foi a principio uma aldeia de índios Botocudos, chamada depois Coutinho, onde recreavam-se e concertavam-se para brigas, celebrando depois suas vitórias. Tão importante foi ela que em 1792 houve-se de estabelecer aí um destacamento, cujo comandante deu á aldeia o nome de Coutinho, recebido de um Couto em Portugal, pertencente á casa do Ministro de Estado D. Rodrigo, mais tarde elevado este a Conde de Linhares e sendo o maior amigo dessa aldeia tomou o nome de seu grande protetor, de que ainda hoje com orgulho conserva a vila.

Em 1893 foi a povoação elevada á categoria de vila; no seu centro existe atualmente uma praça constituída por um campo raso com um cruzeiro no centro, tendo no extremo norte uma pequena igreja levantada a expensas do cidadão Rafael Pereira de Carvalho, e no extremo sul o novo edificio da Camara Municipal e cadeia, todos os quatro lados da praça estão edificados por casas boas, algumas de construção moderna, embera não contrastando com outras de estilos rusticos. As suas ruas, apesar de serem em pequeno numero, são iluminadas por lâmpões de kerozene.

Do lado sul da praça, olhando para este lado, descortina-se lindíssimo panorama: vê-se ao longe o rio perder-se de vista, graciosas ilhas e frescas ilhotas, parecendo suspensas sobre suas tranquilas águas, que, em seu curso natural, recebem o tributo do Juparanã, correndo mansamente e banhando Linhares com doçura, depois de formar aí um pronunciado cotovelo; prossegue no seu curso, deixando mostrar mais longe em caminho para o seu terminio o reflexo de suas frondosas margens que risonhas se fazem espelhar em suas águas. Nenhum mais belo!... assim definiu D. Pedro II esse quadro surpreendente, quando desse mesmo ponto o contemplou.

Esta frase, guardada como reliquia, consta da ata da reunião solene do Conselho Municipal da vila, em homenagem ao seu eminente hospede.

Era naquela época, ha 44 anos passados, presidente do mesmo conselho o comendador Carlos Augusto Nogueira da Gama, cidadão instruido e dotado de distintas qualidades, a quem e aos seus ilustres contemporaneos capitão José Maria Nogueira da Gama, Rafael de Carvalho e Anselmo de Almeida Calmon formaram, como disse o talentoso monsenhor Euripedes Pedrinha, a brilhante constelação que fulgentemente decorava a gentil Linhares, a princeza do rio Doce, na sua ida-de de ouro.

PASSEIO A JUPARANÃ—Na manhã seguinte, dia 27 de novembro, achava-se o vapor *Moniz* já preparado para nos levar juntamente com algumas familias de Linhares em passeio á famosa lagôa do Juparanã.

E ás 4 horas da madrugada, emquanto o *Moniz* navegava pelo rio, segui eu por terra em companhia de outros companheiros para tomar-o no porto

da fazenda Guárarema, de propriedade do distinto coronel cavalheiro sr. Joaquim Calmon.

Assim em velozes e fogosos corseis, deixámos Linhares, e em breve atingíamos ás vastas, e bem estendidas planicies, povoadas, aqui e ali, de gigantescas e seculares arvores; mais além, verdes campos, cujo capim Angola deixa-se mollemente inclinar pela fagueira brisa, que mansamente sobre ele passa. Emfim, que vegetação exuberante, que só revela a uberdade de um solo feliz! De momento a momento me tornava atônito por meio dessas regiões de varios aspectos.

Em 40 minutos chegavamos á casa da fazenda Guararema, justamente quando o *Moniz* aproximava-se tambem do porto de desembarque.

Qual não foi a minha surpresa quando do alto e junto á casa deparei com lindo e natural quadro, motivado em parte pela denuncia inesperada do *Moniz*, que fazia a todos os habitantes de variadas especies dessa localidade, deixando ecoar pelos virgens espaços o silvo agudo do progresso. Com este despertar brusco e surpreendente, corriam aqui, em vertiginosas carreiras, com as caudas e crinas eriçadas, grandes manadas de bravias eguas; acolá rebanhos de numerosos carneiros, no mesmo andar vertiginoso uniam-se, formando e mostrando de longe como que um vasto lençol de branca lã; além, bravias vacas e possantes touros em completa debandada, fugiam espavoridos, procurando occultar-se medrosos nas frondosas matas; e nessa veloz carreira que levavam forçavam a um sem numero de lindas garrelas, levantar bruscamente seus curtos vôos para novamente baixarem, occultando se depois nas crescidas relvas da extensa campina.

Lá, salta o timido veado e é por todos apontado; pouco mais adeante numerosos e ardilosos

macacos occultam-se em frondosas arvores, deixando as suas sentinelas avançadas.

Por ali, levantam-se bandos de quero-queros, gritando de tal forma que ressoava pelos espaços, atordoando a todos; a par de tudo isto viam-se as espelhadas aguas em sinuosidades graciosas do rio Juparanã, seguindo rapida carreira por entre densa e verdejante selva, para unir as agitasdas aguas da grandissima e majestosa lagôa do mesmo nome, ás claras e tranquilas aguas do tambem majestoso rio Doce.

Assim enlevado me achava quando a gargalhada de um dos meus companheiros me fez ver sobre o limiar da porta da casa da fazenda a Exma. esposa do sr. coronel Joaquim Calmon, senhora ainda moça, que gentilmente me cumprimentava e convidava a entrar; depois de corresponder-lhe e agradecer, disse-lhe: V. Exa., no gozo continuado de tão lindo panorama, já está talvez delle tão afeita, que com certeza não poderá imaginar a impressão que agora tive com tão maravilhoso, tão rico e deslumbrante quadro, que só o pincel artistico do Supremo Creador poderia neste momento pintal-o com as peripecias occasionais e naturais da arte: e cortejando a, segui urgente a tomar o vapor no baixo da barranca, que já me aguardava.

Ao chegar aí fui recebido com viva e grande alegria das familias, que aí se achavam e que em confusão de vozes me descreviam a poetica viagem, que tambem até aí haviam feito.

Desatracou o ligeiro *Moniz* para prosseguir na tortuosidade do largo e fundo canal que lhe offerecia o pequeno rio medianeiro dessas duas majestades, que por seu intermedio correspondem-se e trocam suas aguas e produtos.

Momentos depois novo quadro se me apre-

sentava como que sucedendo ao primeiro, e vestido de não menos sublimidade.

O *Moniz*, no seu passar veloz pelas margens do rio fazia com o bater seguido das pás de sua roda, que girava na pópa, levantar dos seus esconderijos, quase que toda a ornitologia por aí existente.

Que lívidas plumagens, que diversidade de aves e de passaros de tão belas pinturas e de tão maviosos cantos ; aqui surgia o espantado e arisco frango-d'agua, seguido de vermelhas piassócas e do vagaroso pato silvestre, que logo mergulhava para surgir envolvido por entre os verdes golfinhos que alegremente margeiam o rio, deixando ver entre este verde claro a branca plumagem ao vento ; ali pendem numerosos ninhos de japisiras que parecem beijar sutilmente a superfície das aguas, mostrando não haver enchente tão cedo ; aí, formosos papagaios, maracanãs e maitacas, levantam os seus vôos, por entre gritos atrozes, de baixas arvores para outras mais altas e distantes ; acolá, de cima da gigante palmeira, mostra-se faceira e formosa a soberba arara.

Cá, vê-se alegre e saltitante o azul saí confundindo-se com o carajúá multicolor ; aqui saltita de galho em galho o gaturamo, arremedando o mavioso canario ; além ouve-se o gorgueio saudoso do sabiá em contraste com o trinar alegre do mimoso encontro.

E tudo isto respirando fagueira brisa perfumada por mimosas flores, que em profusão também existem sobre as margens do rio ; vêm-se aqui lindas parasitas de custosos valores ; ali ramilhetes graciosos formados por entre verdes folhas, perdidos até a corrente, como que zombando da sua vertiginosa carreira ; e assim o vapor seguia por meio desses encantos naturais, nos con-

duzindo, até que entrámos na impotente lagoa cujo extremo confundia-se no horizonte.

Lagôa Juparanã

Penetrámos na lagoa Juparanã, verdadeiro mar de agua doce, limitada ao comprimento de vinte milhas sobre quatro na sua maior largura, circumdada por uma espessa matta, que verdejante se deixa ver em suas margens, occultando abundante caça, assim como na profundidade de suas aguas escondem-se numerosos e variados peixes.

Tem ella a constante profundidade de nove a dez braças, sob um fundo ora de lama, ora de areia, porém esta em grande parte; para as margens diminue a profundidade e chega mesmo a espriar as suas limpidas aguas sobre as arenosas praias das pequenas enseadas.

E' essa lagoa ainda bem pouco explorada e conhecida; uma ou outra canôa singra-lhe vagarosamente as suas aguas, bastante dignas de serem batidas por pás de rodas ou helices animadas e impulsionadas pelos cavalos possantes de Fulton.

Os rios S. João e S. Rafael trazem-lhe aguas de longinquas plagas e que nelas ás vezes se embravecem em encapeladas ondas, assemelhando-se ás dos oceanos, quando irritados por terriveis vendavais.

Principiámos a contornar bem de perto as suas alterosas margens, partindo pelo lado esquerdo, desde que deixámos o pequenino rio do mesmo nome, e vendo como cerradas se mostram de exuberante vegetação, que atestam e afirmam a rica uberidade do seu solo.

O dia continuava a mostrar-se, ora radiante

de luz, ora de um sonho alegre, deixando soprar docemente fresca brisa que, a tudo suavizando, ia mal e ligeiramente enrugar a superfície da imponente, da maravilhosa Juparanã, e o *Moniz*, repleto de senhoritas alegres, esbeltas e muito amáveis, como amáveis são todas as filhas de Linhares, dava uma graça surpreendente a tão linda digressão por essas risonhas e lindas paragens.

Ao longe, na outra margem, mostrava-se alva praia, cuja alvura semelhava-se ao mais puro jaspe; era a tradicional praia dos Lençoes-Pequenos, onde outr'ora hordas de gentios guerreiros e bravios se encontravam e aí travavam às vezes renhidas pelejas.

Pelo lado oposto ao em que nos achavamos via se também bordar as suas margens, ora se ocultando por densas florestas, ora deixando mostrar sobre um descampado de momento, a alvura de poeticas e pitorescas casas de importantes fazendas que por aí existem; destacam-se entre elas as do Mosquito e das Tres-Pontas.

A população das margens dessa lagoa era em 1900 de 675 almas, porém hoje calcula-se em mil e tantas.

Meia hora depois confrontavamos com a praia do Lençol-Grande e depois com o canto, uma porção de agua da lagoa que entra um pouco mais pela margem, formando ahí uma pequenina enseada, que serve apenas para encalhar canoas e pirogas.

Em seguida estava-se com a praia das Estacas, e depois com a dos Paus; aí a vegetação torna-se ainda mais frondosa e recua um pouco, para dar lugar a uma formosa praia de branca areia, onde grandes e colossais anfíbios vão re-

pousar sobre o goso de vivificante calor emanado dos raios solares.

Quinze minutos depois passava-se pela praia e canto do Gambá Grande, reentrando outra vez a margem, para mais adiante despir-se da sua vegetação, cedendo o lugar á pequena e arenosa praia do Gambá-pequeno.

Pouco mais, na distancia de 10 minutos, enfrentavamos com o canto do Monte-Mór; aí existem algumas casas cobertas de sapê, bem confortaveis, pertencentes á familia numerosa de um velho caboclo que aí habitava, no desempenho de sua pequena lavoura e pesca. Tinham na vespera levantado o seu mastro, sinal indicativo de proxima festa que iriam breve fazer á Santa Catarina, que muito adoram e festejam nas margens do rio Doce, como nestas localidades.

A's 10 horas e 15 minutos desse mesmo dia 27 aportamos á amena e encantadora ilha do Imperador, assim apelidada por ter sido visitada em fevereiro de 1860 pelo imperador do Brasil, que, não poupando a fadiga, viajou da Vitoria por terra até Linhares e depois embarcado até aí, onde jantou sobre uma pardacenta pedra no alto da ilha, destacado da opipara mesa que havia sido de ante-mão preparada debaixo de seguro e lindo barracão; assim fez para melhor enlevar-se na magnificencia e sublimidade que espelhavam as aguas da lagôa, que banhavam caprichosamente a poetica e amena ilha, onde ele se achava. Pois bem; sobre a mesma pedra, pardacenta e nua, nos achavamos todos, e aí sentados talvez, debaixo do mesmo enlevo que teve o imperador D. Pedro II ha quarenta e cinco anos passados, almoçavamos ás 10 horas e 40 minutos da manhã, tendo por docel um céu de pardas nuvens

de branco franjadas, que tornavam o dia sombrio por imperceptível brisa, que só existia para embalsamar esta parte da ilha, com a fragrancia de suas selvagens e singelas flores que ainda frescamente alfofradas do matutino orvalho, assistiam ao acorde suavissimo de sonoros passaros, que bondosos emigravam para generosamente entregarem por momentos a formosa ilha á descripção de tão alegres *diletantes*.

No momento em que todos almoçavam e que uma profusão de brindes ia talvez surgir, dispus a maquina, focalizei o grupo e num momento dado mandei que um cidadão alheio a ele desse o instantaneo e assim fomos todo fotografados. Findo o almoço embarcamos no *Moniz* e proseguiu-se na rota ao extremo da lagôa, passando cinco minutos depois pelo Pontal do ouro.

As gentis senhoritas, no correr da aprazível viagem, entoaram com maviosas e sonoras vozes o Deus Graças, e depois grande numero de melodiosas modinhas se fizeram por elas ouvir, que a todos deleitavam e faziam o encanto de tão alegres momentos, que, com certeza, haviam de se tornar saudosos.

Navegou-se até Alagoinha e foz do extenso rio São José.

Encantado pelas harmoniosas vozes dessas sereias de então deixei passar despercebidos diversos e numerosos cantos e praias, exceto o do Escuro, que era tanto por elas mostrado, como elogiado.

A' 1 hora da tarde voltavamos pela margem oposta, que é muito mais habitada do que a que deixámos, tendo por companheiro o cruel e frio sul, que transformava completamente as aguas mansas da lagôa em agitadas ondas, que já im-

primiam vagaroso balanço ao pequeno *Moniz*, que velozmente desliza para atingir ao grandioso e belo rio Juparanã, o que só conseguiu às 3 horas. Às 4 horas e 46 minutos chegámos a Linhares, todos satisfeitos e risonhos, sem ter havido um só incidente.

VERISSIMO COSTA

Capitão de Corveta

(Separata da Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro),

Nota do coordenador deste número:

O original, de que nos utilizámos, sem ter podido consultar o volume da revista da Sociedade de Geografia, onde o autor estampou primeiramente essas suas interessantes impressões, denomina-se — «Viagens pelos rios navegáveis do Estado do Espírito Santo» — «Viagem ao Rio Doce» — e foi impresso na Baía, em 1916. Respeitámos-lhe as singularidades amenas de estilo e de redação.

E. P.

COMPANHEIROS MORTOS

Noticias da imprensa de Vitoria

DESEMB. CASSIANO CASTELLO

Na cidade da Serra, onde atualmente residia, faleceu ontem á noite, vitima de uma congestão cerebral, o sr. desembargador Cassiano Cardoso Castello, membro do Tribunal Superior de Justiça.

O inesperado falecimento não é sómente um golpe rude e profundo para a sua desolada familia, em cujo regaço era tão querido e feliz; mas também para os seus inumeros amigos, para todos aqueles que corriam ao seu patrocínio. Alma pura, coração grande, Cassiano Castello prendia a todos pelo seu modo cavalheiresco no tratar e por isso mesmo era uma figura querida e respeitada em todo o Estado.

Ocupou os logares de mais destaque na administração publica e em todos eles soube se conduzir de modo a merecer os mais francos aplausos do povo espiritosantense.

—O sr. Secretario do Interior ao ter, ontem, ás 19 horas, noticias de que era grave o estado do sr. desembargador Cassiano Castello, tomou immediatas providencias para que seguisse para a cidade da Serra uma ambulancia e um medico.

Espírito Santo historico



Casas historicas, na rua das Flôres ou Dionisio Rezende em Vitoria, capital do Espirito Santo, em que — na que é de sobrado e está no centro ou na de dois andares e se vê á direita de quem olha a gravura — nasceu o glorioso herói espiritsantense Domingos José Martins, vulto insigne da Revolução Pernambucana de 1817.

Ali chegou o dr. Americo Oliveira, ás 20 horas, porém nada mais poude fazer, porque pouco depois verificava-se o desenlace.

O enterramento verificar-se-á hoje, ás 17 horas, no cemiterio da cidade vizinha.

A' familia enlutada os nossos sentimentos de profundo pesar.

(Do *Diario da Manhã*, de 25-1-1933)

Baixou á sepultura, na cidade da Serra, o corpo do sr. desembargador Cassiano Cardoso Castello.

Durante toda a noite e o dia de ontem a residencia da familia Castelo esteve repleta de pessoas de todas as classes sociais que iam prestar a sua ultima homenagem ao querido morto a quem o Espirito Santo fica a dever uma grande soma de relevantes serviços.

Filho daquela legendaria cidade, bem joven ainda partiu para o Estado da Bahia, onde, com grande brilho, fez o seu curso juridico. Regressando ao Espirito Santo abriu imediatamente a sua banca de advocacia e dentro de curto espaço de tempo, conseguiu fazer nome e adquirir prestigio.

Foi deputado estadual, prefeito da capital, juiz de direito de diversas comarcas do Estado, secretario do Interior no governo Nestor Gomes e, finalmente, desembargador do Tribunal Superior de Justiça.

— Deixa o desembargador Cassiano Castello viuva a exma. sra. d. Ottilia Freire Castelo e os seguintes filhos Ary, Alayr, Aldy, Aleida, Açú, Alcyr, Cassiano e Maria José Castello.

Desta capital seguiram para a cidade da Serra afim de tomar parte no cortejo fúnebre, o sr. dr. Fernando Duarte Rabello, Secretario do Interior e Justiça e representante do sr. Interventor Federal, o Secretario da Interventoria, os representantes dos demais secretarios do governo, o prefeito de Vitória, o presidente e demais membros do Tribunal Superior de Justiça, o sr. procurador geral do Estado, a officialidade do Regimento Policial, chefes das repartições federais, estaduais e municipais e inumeras pessoas outras das relações de amizade da familia Castello.

O sepultamento verificou-se ás 17 horas. Dentre as muitas grinaldas com sentidas dedicatorias colocadas sobre o feretro figuravam as oferecidas pelo Governo do Estado, pelos desembarcadores do Tribunal Superior de Justiça, pela Secretaria do Tribunal, pelos funcionarios da Secretaria do Interior, e pelo Regimento Policial Militar. Durante o sepultamento a banda de musica do Regimento Policia Militar executou uma sentida marcha.

O sr. dr. Fernando Duarte Rabello, em homenagem ao ilustre morto, mandou encerrar o expediente na sua Secretaria, ás 14 horas.

—No Tribunal Superior de Justiça não houve expediente, sendo ali hasteada, em funeral, a Bandeira Nacional.

—O sr. Secretario do Interior, em nome do sr. Interventor Federal, apresentou pesames ao Tribunal Superior de Justiça pelo falecimento do dr. Cassiano Castello.

(Do *Diario da Manhã*, de 26-1-1933)

DR. JERONIMO MONTEIRO

Foi a cidade, anteontem, sacudida na sua sensibilidade pela noticia da morte, no Rio de Janeiro, do dr. Jeronimo de Souza Monteiro. E, á tristeza amarga da nota trazida pelo telegrafo, as correntes politicas que no Estado se debatem ensarilharam armas por que juntas prestassem ao filho ilustrado do Espirito Santo suas homenagens ultimas de pesar e respeito. Jeronimo Monteiro teve sua vida assinalada por serviços de relevancia prestados ao Estado, quer na sua passagem pelo mais alto posto administrativo, quer como nosso representante no Senado Federal. Na sua longa carreira politica visava sempre o bem de sua terra e si, algumas vezes, colocado em extremos, encontrou opositores á sua ação, estes, entretanto, nunca lhe souberam negar os beneficios que prestou á administração do Espirito Santo. Afastado, desde 1928, da atividade politica, tinha agora retornado á liça a insistencias de seus amigos e antigos correligionarios, apresentando-se candidato á Assembléa Nacional Constituinte. Espirito de combate, afeito a lutas, havia de perecer, para sua honra, no acêso de uma campanha. E foi assim que a morte o veio, repentinamente, colher quando a apuração do pleito de 8 de outubro chegava á ultima fase, dando-lhe um logar na representação do nosso Estado.

O *Diario da Manhã* que, na primeira campanha eleitoral da nova Republica, esteve em campo oposto ao do illustre morto, esquece nesta hora o adversario de ontem para, refletindo os sentimentos do Espirito Santo, prestar homenagem ao filho desta terra, que desaparece sob pesar de todos que o apoiaram, nêle sempre reconhecendo uma expressão da nossa vida politica.

As cinzas do padre José de Anchieta

Escreve-nos o dr. Araujo Primo :

Havia eu lido, creio que em correspondencia para um dos grandes diarios do Rio, que o Instituto Historico de S. Paulo cogitava de saber onde se encontram os restos mortais do padre José de Anchieta, a quem essa importante região deve inolvidaveis serviços no seu despontar para a vida civilizada. E parece que ali ha duvida mesmo sobre o lugar em que morreu o venerando Apostolo do Novo Mundo e sobre o em que foi sepultado.

Poderia ter escrito ao illustre gremio, fornecendo alguns esclarecimentos, os poucos que conheço, constantes das cronicas deste Estado; todavia, pensei que a outrem com mais competencia caberia fazel-o, e conservei-me calado.

Mas o caso agora mudou de figura.

O meu distinto amigo sr. dr. Josias Soares, tendo recebido do sr. Escobar Filho um retalho de jornal, da prospera cidade sulista, em que, sobre o assunto, se acha publicada uma carta desse jornalista, filho de saudoso espirito-santense, dirigiu-me o pedido, ao qual não me pude esquivar, de dizer algo a proposito: «escrever um comunicado ao *Diario da Manhã* — expressões suas.

Certamente, s. exa. assim procedeu por não poder desviar a atenção dos afanosos negocios da Secretaria do Interior, que dignamente superintende; porquanto foi o brilhante orador official na solemidade da inauguração da erva erigida, ha pouco mais de um anno, em Benevente, ao insigne missionario e melhor do que eu está versado na materia.

Eis o teor da carta do sr. Escobar Filho, endereçada ao «Jornal do Comercio», de S. Paulo, edição de 12 de fevereiro ultimo :

«Sr. Redator—Ha dias li na *Folha da Noite* —e não sei si em outro jornal tambem saiu publicada—uma noticia naturalmente fornecida pela secretaria do Instituto Historico, e relativa á nomeação de um grupo de socios desse gremio científico, para se proceder ás pesquisas necessarias á determinação do «logar exacto, em Portugal, em que se encontram os despojos do padre José de Anchieta».

Preocupado com assuntos que nem sempre me deixam horas vagas para redação de uma simples carta, siquer, fui adiando até hoje a minha intenção de escrever-lhe esta, que tem por escopo chamar a atenção dos illustres comissionados, o tenente coronel Pedro Dias de Campos e os drs. Ernesto Goulart Penteado e Góes Nobre, para um fato que com certeza desconhecem e que se prende ao inolvidavel catequista.

E' o seguinte : O Instituto Historico do Estado do Espirito Santo assentou como verdadeira a versão de que Anchieta passara os ultimos anos de sua vida na cidade espiritosantense de Benevente — hoje Anchieta — e que foi enterrado em Vitoria, na antiga igreja dos jesuitas, anexa ao convento que foi transformado em Palacio do Governo.

Tanto assim que sendo demolida, em parte, a igreja, chamada de São Tiago, e adaptada para o funcionamento de repartições publicas, no andar superior e para a instalação da Imprensa Estadual e do *Diario da Manhã* no pavimento terreo, foi construido um jardinzinho no lugar em que ficava o altar mór e no centro dele colocada a urna em que devem estar os despojos do grande apostolo encimada por uma antiga lapide com inscrições elucidativas.

E todos os viajantes ilustres que aportam á capital espiritosantense são convidados para visitar o tumulo de Anchieta.

Por isso é que me causou espécie a noticia a que me referi.

E quis, assim, endereçando-lhe estas linhas, que espero encontrem acolhida no seu brilhante jornal, auxiliar de algum modo a missão dos illustres membros do Instituto Historico da nossa terra.

Com muito afeto, o seu amigo e conterraneo

ESCOBAR FILHO

(Do *Jornal do Comercio*, de 12 de fevereiro).

Não, ha necessidade de narrar, nesta despresticiosa missiva, a vida do eminente jesuita, a qual é bem conhecida. O que é fato é que passou ele os seus ultimos dias, e faleceu, na aldeia de Reritigbá, ou Reritiba, ou Iiritiba, da antiga capitania do Espirito Santo. E' o que affirmam historiadores, e atestam os fastos e tradições deste atual Estado da Federação Brasileira. Demonstral-o nesta ultima parte, é só o que me cumpre fazer, e assim, mesmo a pouco se reduzirá o meu trabalho, porque me falta lazer para um acurado estudo.

Bazilio Carvalho Dæmon na «Historia cronologica da Provincia do Espirito Santo», publicou:

«1597—Passa deste mundo á eternidade, a 9 de junho deste ano, na então Aldeia de (*) Reritiba, hoje vila de Benevente, o veneravel jesuita Padre José de Anchieta, com 64 annos de idade e 44 de residencia no Brasil. Tendo soffrido longa molestia, rodeado de muitos de seus amigos e irmãos que da Baia, Rio de Janeiro e outros lugares tinham vindo para vê-lo, depois de despedir-se de todos que o rodeavam, sobraçado com um crucifixo, expirou na mais santa paz do espirito.

Comquanto estivesse o Collegio rodeado dos moradores indigenas, ao saber-se de sua morte de toda a parte em redor vieram ao vê-lo os moradores, e estes mesmos, acompanhados dos Padres da Companhia, formaram uma grandiosa procissão afim de o conduzirem a esta então vila da Vitoria, onde chegaram no fim de dois dias.

Trezentos e tantos indigenas que ele convertera e doutrinára, revesando-se, carregaram seu corpo ás costas até o depositarem na Capela de S. Tiago ou dos Jesuitas nesta hoje capital, (**) e depois de lhe serem feitas solenes exequias, em que funcionou o proprio prelado Bartolomeu Simões Pereira e com uma concurrencia extraordinaria de povo foi seu corpo dado á sepultura. Mais tarde foram trasladados parte de seus ossos para a igreja do Collegio da Bahia e depositados junto ao altar-mór de S. Tiago, por assim o determinar o Geral da Ordem padre Aquaviva; dissemos parte, pois que muitos de seus ossos foram distribuidos, ficando aqui um osso tibia, que mais tarde foi depositado na Tesouraria da Fazenda desta hoje provincia, em uma urna de prata.»

(*) Derivado de *rery*, ostra, *tyba* lugar, explicou o mesmo autor.

(**) Vitoria, capital do Espirito Santo.

O Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo», organizado pelo dr. Cesar Marques, e que foi publicado em 1878, ao tratar da vila de Benevente, (**) diz o seguinte :

«Nesta localidade viveu o venerando José de Anchieta 32 anos sucessivos de trabalhos inauditos e de excursões nas matas.

Aqui faleceu ele, após longa molestia, unindo aos lábios o Crucifixo do Redentor, diz o Conselheiro Pereira da Silva, *Plutarco Brasileiro* —Rio de Janeiro.—1847, no dia 9 de junho de 1597.

Os índios carregaram ás costas o seu corpo até a vila do Espírito Santo, daqui distante 15 leguas, em longa e funebre procissão de mais de trezentos; depositaram-no na capela de S. Tiago da igreja dos Jesuitas, donde foi depois trasladado para a Baía, e sepultado no collegio da Companhia.

Sobre a lousa de seu antigo sepulcro lê-se o seguinte epitáfio gravado em letras capitais romanas :

*Hic jacint venerab 6. Josephes de Anchieta
Soc. Brasilæ Apost. et noviorb Novus Thau-
maturg obrit Beritibæ die.*

IX Jun. ann. MDXCVII.»

Na sessão do Instituto Histórico, Geográfico e Estatístico do Brasil, celebrada no dia 17 de agosto de 1853, foi apresentada pelos srs. Pereira Pinto e Joaquim Norberto uma proposta que foi aprovada, «afim de solicitar-se do governo a entrega de um fragmento dos despojos mortais deste Missionario, o qual é conservado numa caixa

(**) Atualmente cidade de Anchieta.

de lavor de prata no Tesouro Publico da Côrte ou da Provincia do Espirito Santo.

Não conseguiram o que desejavam, porque essa preciosa reliquia ainda está guardada em cofre de prata na tesouraria desta Provincia.■

Dando fim ás transcrições, vamos referir o que sabemos de conhecimento proprio.

Na antiga igreja de S. Tiago, que hoje é um proprio estadual, havia efetivamente, colocada perto do altar-mór, a lousa a que aludiu o sr. Cesar Marques, mas s. s. se enganou sobre alguns dos termos do epitafio, o qual é exatamente assim :

«Hic jacuit Venerab. 6. Josephes de Anchieta Soc. Brasilæ Apost. et novi Orb. novus thaumaturg.

Obrit Beritiba die IX jun. ann. MDXCVII.

Como se vê ha diferença no tempo do verbo fazer, que está empregado no preterito — donde se deve concluir que a inscrição foi feita depois de retirados os despojos.

Essa lápide, merecedora como é do maior respeito, tem sido sempre zelada — constando que o governo do Estado, quando adquiriu a velha igreja, assumira a obrigação de conserval-a no mesmo lugar, resguardada de modo condigno.

O que é certo é que, como informou o sr. Escobar Filho, construiu-se um custoso mausoléu em área ajardinadada, junto aos compartimentos da Imprensa Estadual, o qual foi inaugurado solenemente em 10 de setembro de 1922, pelo exmo. sr. presidente do Estado, e estando presentes o exmo. sr. Bispo Diocesano e membros da diretoria do Instituto Historico e Geografico Espiritosantense.

Encima o monumento a inscrição das datas

— 1533-1597 — e na base estão estas palavras : «Monumento civico erigido sob os auspícios da administração do exmo. sr. cel. Nestor Gomes e Inst. Hist. e Geog. do Espírito Santo — 7 de setembro de 1922».

A festejada revista *Vida Capichaba* não deixará demorar em publicar um «cliché» do monumento, convidando para ilustrar o grandioso tema um grandioso escritor capaz, como são, entre outros, os distintos espiritosantenses srs. drs. Antonio Athayde, presidente honorario e Alarico de Freitas, orador do Instituto Historico do Estado. Além de um belo serviço ás letras, será a defesa de uma das glorias deste abençoado torrão.

(Do *Diario da Manhã*, de 26-3-924.)

PATRIA E RELIGIÃO

DISCURSO OFFICIAL PRONUNCIADO
PELO PADRE LUIZ GONZAGA CABRAL, S.
J. NA INAUGURAÇÃO DA ESTATUA DO
VEN. PADRE JOSÉ DE ANCHIETA, NA CI-
DADE DE ANCHIETA (RERITIGBA, BENE-
VENTE), ESTADO DO ESPIRITO SANTO,
EM 17 DE DEZEMBRO DE 1922.

Exmo. e Revmo. Sr. Nuncio Apostolico,
Exmo. Sr. Presidente do Estado,
Exmos. e Revmos. Srs. Bispo Diocesano e
mais Dignissimos Prelados,
Illustres Representantes do Mundo Oficial e
Inteletual,
Minhas senhoras e meus senhores:

Ao peregrino da Historia, que, através do tempo e do espaço, vai contemplando os monumentos dessa cidade immensa, formada pelas nações civilizadas, não sei que força misteriosa o obriga a parar, estatico de admiração, ante um edificio de estranha arquitetura, harmoniosa mescla de Oriente e Ocidente, cujas alas gigantescas parecem alinhar-se ousadas, avassalando distancias, nas mais remotas latitudes, nos mais diversos climas.

Arranca uma das fachadas dos areais dourados, que o mar ocidental rasoira com suas la-

minas de *lapis-lazuli*, filigranadas a prata, fazendo-lhes espaldar o veludo verde de Cintra, ou a lhama nevada da Estrela.

Extende-se outra fachada, sob o toldo ceruleo, bordado a brilhantes pela Cruz do Sul, ajardinado em frente todo o lanço com os mais caprichosos exemplares da flora tropical, ora ondulando em gracioso vai-e-vem os leques das palmeiras, ora povoando-se as frondes das mangueiras com a côr de rosa e o oiro de seus frutos, ou com o matizado dos colibris e a sonora melancolia dos sabiás; sem contar mais duas alas, tostada uma pelo sol da Libia, irisada a outra nos mil cambiantes das pedrarias asiáticas.

Deslumbrantíssima construção!

Sobre a linha extrema do seu vasto peristilo campeam erguidas em seus acrotérios mil estatuas de heróis. Magico efeito! Ilusão deliciosa! O edificio que se alteia ante meus olhos é um paço de monarcas ou um templo da Divindade? As estátuas que o povoam são de guerreiros ou de santos? As espadas que empunham, são armas para o combate ou cruzes para o altar?

A luz que vem doirar-lhes as frentes a um tempo austeras e carinhosas afigura-se-me um nimbo! uma auréola!

Eu vejo, a reluzir-lhes sobre a cota ou o loudel, a este a cruz rubra de Cristo, áquele a cruz flôrdelizada de Santiago, a um a cruz verde de Avis, a outro a cruz floreteada dos Pereiras. E ondulando por sobre as cúpulas do monumento, como velário sagrado, primeiro a bandeira alvíssima das Quinas; depois, sobre a neve das suas dobras, um retalho de ceu a bipartir-lhe o escudo; mais tarde, por sobre um dos lanços—o mais dilatado de todos—quando já emancipado e autónomo nesse ano bendito de liberdade, cujo

centenario celebramos agora, o brilhante e simbolico pendão auri-verde.

Mas em todos esses velários queridos, ou de um modo, ou de outro, vejo sempre a Cruz, ou na disposição dos escudetes azuis besanteados de prata, ou detrás da esfera armilar entre o zodiaco estrelado, ou na constelação auspiciosa do Cruzeiro do Sul.

E' que, meus senhores, em toda a nossa historia, na trama dos sucessos e das instituições da nossa Patria, desdobrada hoje em duas nações irmãs, andaram sempre unidas a gloria com a piedade, a civilização com a fé, a espada com a Cruz, o patriotismo com a Religião.

Este dualismo perpetuo, que foi, Senhores, o segredo da nossa grandeza, talvez em nenhuma data festiva da nossa Historia tenha aparecido mais caracteristicamente vincado que neste ano da Independencia Brasileira.

Pela graciosa curva da Avenida Beira-Mar, esplendida moldura do espelho de cobalto que é a Guanabara, desenrolava-se ha pouco a Procissão Eucaristica, esse numero sobre todos brilhante das festas centenarias. Quem teve a ventura de tomar parte ativa nessa manifestação deslumbrantissima do espirito religioso do povo brasileiro, sabe que não ha encarecimento nessa preferencia dado ao triumpho eucaristico sobre todas as mais comemorações da nossa grande data nacional.

Mais de quatrocentas mil pessoas, das quaes para cima de cem mil formando as cinco mil associações religiosas do Rio e Estados, aclamaram o Salvador realmente presente debaixo das especies sacramentais. Trinta sagrados Antistites, quinhentos Sacerdotes, numerosissimas representações das altas autoridades, do Supremo Tribunal,

do Senado e da Camara, dos Institutos Científicos e literarios precediam o Côche triunfal do Santissimo, tirado por Officiaes do Exercito e da Marinha e ladeado por quinhentos cavalheiros da primeira sociedade, trajando casaca.

Os veus brancos das Filhas de Maria inundaram por tal fórma o panorama, que houve um momento em que a imensa Avenida pareceu invadida por uma onda gigantesca de neve.

A policromia dos incontaveis estandartes fazia crer a quem assistia á chuva de flôres despedida das janelas e balcões pelas mãos delicadas das senhoras, que essas petalas multicôres, discriminadas por dedos invisiveis, se iam juntar em canteiros ambulantes, uns de rosas nacaradas ou papoilas escarlates, outros de miosotis da côr do Ceu; estes de açucenas da côr do arminho, aquelles de botões de oiro de lhama cintilante.

E, sobrelevando a todos estes deslumbramentos, mais impressionante e comovedora que eles, a admiravel promiscuidade das classes, das culturas, das fortunas, dos trajés, baralhando-se em simpatico democratismo, pleiteando a honra de poderem, por alguns momentos ao menos, contribuir com seu esforço para o triunfo de Jesus Eucaristico.

Irmanavam-se ali, com as becas ondulantes dos Magistrados e as fardas reluzentes de oiro e consteledas de venéras, as blusas modestas dos operarios com as casacas de côrte impecavel, os ternos de brim dos humildes filhos do povo.

Não ha duvida: o esplendor e a universalidade dessas manifestações eucaristicas deram á nota religiosa o carater de nota por tal forma dominante no acôrde das festas centenarias que, aos olhos deslumbrados dos que assistiram, ocor-

ria perguntar : — Estamos presencendo o triunfo do Patriotismo ou o da Religião ?

Pois bem, senhores, não é outra a deliciosa incerteza que se experimenta na antiga Reritigbá, hoje Cidade de Anchieta, nesta festiva inauguração, que a vossa gratuita benevolencia me obriga a deslustrar com a pobreza da minha palavra.

Estou falando numa festa patriotica, ou numa cerimonia religiosa ? A figura historica, redi-viva neste bronze pelo magico cinzel de Rosada, é a figura de um herói ou de um santo ? O mar-more daquele plinto é pedestal para o Panteon Nacional, ou altar para o culto catolico ?

Senhores ! Grandeza bastante, pela estatura civica, e pela estatura hieratica, tem-na o Veneravel Padre José de Anchieta, para conquistar as palmas num e noutro campo ; e a ereção da sua estatua é ao mesmo tempo um triunfo do Patriotismo e da Religião :

I) do *Patriotismo*, porque a *Patria*, nas suas tres modalidades mais expressivas, a) o *territorio*, b) a *lingua*, c) a *nacionalidade*, reconhece a Anchieta por um dos seus mais indiscutíveis fundadores ;

II) da *Religião*, porque a Fé lhe circumda a fronte com a triplice auréola : a) de *santo*, b) de *apostolo* e c) de *taumaturgo*.

Exmo. e Revmo. Snr. Nuncio Apostolico,
Exmo. Sr. Presidente do Estado,
Exmos. e Revmos. Srs. Bispo Diocesano e
mais Dignissimos Prelados,
Illustres Representantes do Mundo Oficial e
Intellectual,
Minhas senhoras e meus senhores:

A propria natureza do ato, que estamos

presencendo, e as circunstancias que o revestem obrigam-me a ser breve. Terei, pois, de acenar apenas de relance estes titulos de Anchieta ás homenagens do Patriotismo e da Religião.

E em primeiro logar a *Patria*; e, na Patria, o seu primeiro elemento constitutivo: o *territorio*.

A) Ah senhores! o territorio! o berço da raça e o lar da grande familia nacional! o territorio é a paisagem que nos levou o primeiro amor áquella que o nosso olhar extasiado de criança scletrou no primeiro hausto de luz e de sombreado, de matiz e de relevo, e perspectivas e de horizontes; o territorio é a lingua natal dos nossos ouvidos ainda não afeitos ás articulações da linguagem falada; lingua ingenua e onomatopaica, da qual ouvimos, num prazer inocente, feito de inconsciencia e de instinto, o rumorejar da folhagem e os trinados do passarêdo, a voz solene das vagas e o gorgolejar da cascata e do ribeiro, o cicio da brisa perfumada e a orquestra complexa e sublime dos concertos da natureza; o territorio é o celeiro do nosso pão e a dispensa da nossa fruta; o territorio foi o berço da nossa meninice e é a urna funeraria dos nossos mortos queridos; o territorio é o mimoso das nossas predileções: *não hay tierra como mi tierra*, e desejo-vos que não seja para vós, com é para mim, desterrado, o alvo longinquo de pungentes saudades, *gosto amargo de infelizes*.

O territorio é tudo isto! E quando esse territorio é o Brasil, então o lar já não é o tugurio estreito, nem o casal remediado, nem o solar morgadô; o territorio é então, como disse admiravelmente Joaquim Nabuco — «*uma das tres ou quatro maiores casas da terra!*» (1)

(1) Joaquim Nabuco — Cent. Anch. — Paris, Aillaud, 1900, pag. 326.

Pois bem, senhores. Ponde os olhos nesse homem de fisionomia vigorosa e dôce, de faces cavadas pela austeridade, mas de olhar iluminado pelo carinho! Não lhe vereis abroquelado o peito pela couraça dos conquistadores, nem repuxado em tufo o corpete de setim ou a gabanela de veludos golpeados, que usavam então os que dispunham das terras demarcadas. Não! a roupêta humilde de algodão grosseiro tinto na lama, não tinha outros passamanes além dos remendos lançados por suas próprias mãos sobre os rasgões da longa caminhada.

E, comtudo, sem ele não terieis hoje o vosso dilatado território.

A ninguém melhor que a José de Anchieta são applicaveis as palavras de Nabuco sobre a ação da Companhia de Jesus, para a qual o distinto diplomata e estilista pedia ao Brasil o «tributo de devoção filial que as sociedades devem aos delineadores do seu traço perpetuo». Si não fosse ela, «acreditais que o Brasil seria o grande bloco de Continente que vai das Guianas do Amazonas ás Missões do Paraná? Acreditais que esse território não se teria pelo menos dividido em tres ou quatro imensos fragmentos, um huguenote, outro holandês, o terceiro espanhol, e apenas o quarto brasileiro» (1).

Não se teria por certo quebrado no Rio de Janeiro o poder aliado de franceses e tamoios, sem a tenacidade corajosa de Nobrega, que á objeção hesitante de Estacio de Sá:—«que conta darei a Deus e a El-Rei, si deitar a perder esta armada?—respondia tranquilamente:—«Eu darei conta a Deus de tudo e, si fôr necessario, irei diante de El-Rei responder por vós.»

(1) Idem, *ibid.*, p. 327.

Mais ruinoso, porém, á integridade territorial do Brasil seria o desmembramento vindo de dentro, que as conquistas parciais vindas de fóra. Ora a pacificação dos Tamoios por Anchieta foi o fato culminante dessa ação decisiva.

Quando em 1564, num rasgo de temeridade, José de Anchieta, ainda então simples escolástico sem ordens maiores, sacrificava a própria vida para levar ás tabas de Ubatûba as propostas de paz, era portador de uma missão, que, no dizer do dr. Brasílio Machado, «se antolhava irremissivelmente condenada.» Mas quando tudo exhalava o sopro quente das vinganças, «a caridade venceu», e Anchieta salvou a integridade territorial da Colonia. (2)

Nem foi só opondo-se ao seu violento fragmentar que Anchieta é benemerito do nosso territorio nacional. Com uma antevisão verdadeiramente de espirito organizador e pratico, ele soube escolher no territorio os pontos estrategicos, de colonização e aproveitamento do sólo, e cuidar de melhorar o mesmo sólo, com a introdução de culturas valorizadoras.

Os exemplos são sem conta; e não seria sem interesse estudar, em obra de folego, a ação direta ou indireta de Anchieta na formação dessas quatro celulas que João Ribeiro considera as celulas geneticas do tecido do Brasil: Baia, Pernambuco, S. Paulo e Rio.

De S. Paulo é que não póde haver duas opiniões: é obra sua!

Ora, fundar S. Paulo, diz judiciosamente o dr. Theodoro Sampaio, foi de fato levantar o primeiro baluarte para a conquista do Planato Brasileiro; e conquistar o planalto foi revelar ao

(2) Brasílio Machado, Op. cit., p. 89.

mundo um Brasil de ouro, mais rico do que o próprio Perú, tão vasto como a Europa, tão atraente e sedutor como a mesma Índia de Vasco da Gama !

B) Do território passemos á *língua*. Aqui, meus senhores, inclinemo-nos reverentes ante esse homem assombroso, que, embora estrangeiro pelo berço e loquela, soube compenetrar-se da legislação de Santo Inácio, o qual exige de seus filhos o amor, a adaptação e a sincera comunhão de idéas com a nação a cujo proveito consagram o seu zelo.

Anchieta, nascido nas Canárias, mas intelectualmente educado em Coimbra, cultivou entre nós com esmero as línguas portuguesa e tupi. Deixou-nos sobre esta última a *Arte de Gramática da língua mais usada na Costa do Brasil*, bem como em latim a *Ars Grammatica linguae brasilicae* e o *Dictionarium linguae brasilicae*. Com relação á língua portuguesa, por meio das numerosíssimas escolas de ler e escrever que abriu e dirigiu, generalizou entre os indígenas o traquejo da nossa língua, em época tão desprovida das facilidades hodiernas, que muita vez passou Anchieta noites inteiras a tirar cópias para os discípulos poderem, á falta de livros, estudar as lições.

Mas ha mais, e melhor. Anchieta foi no Brasil o creador da vossa literatura. A sua poesia duplamente inspirada, por ser o despretencioso reflexo das circumstancias locais, documenta os primórdios da vossa historia e entorna harmonias encantadoras no alvorecer da vossa nacionalidade.

Os *Autos* do P. José de Anchieta fazem dele, sem favor, o Gil Vicente das Terras de Santa Cruz, com a vantagem que, á levidão e graça do dizer vincentino, acrescentou doçura de verso indubitavelmente mais musical.

Sirvam de exemplo as estrofes a Santa Inês, na vinda da sua imagem, em deliciosos versos de cinco sílabas com predomínio da acentuação na terceira, esse verso tão predileto dos que trovavam nas épocas pre-quincentistas, e que Junqueiro resuscitou na sua versificação opulenta. Muito recentemente descobertas num códice manuscrito, e em boa parte autografo de Anchieta pelo meu ilustre irmão de hábito o revmo. P. Francisco Rodrigues, foram essas estrofes inseridas por ele na sua esplendida obra: «Formação intelectual do Jesuíta.»

Escutai, senhores, e dizei-me se ha encarecimento em afirmar que esses versos de Anchieta nada têm que invejar ás mais mimosas paginas d'«Os Simples»:

Cordeirinha linda,	Vossa fermosura
Como folga o povo,	Honra é do povo,
Porque a vossa vinda	Porque vossa vinda
Lhe dá lume novo.	Lhe dá lume novo.

Cordeirinha santa,	Virginal cabeça
De Jesus querida,	Pela fee cortada,
Vossa santa vida	Com vossa chegada
O diabo espanta.	Já ninguém pereça.

Por isso vos canta	Vinde mui depressa
Com prazer o povo,	Ajudar ao povo,
Porque vossa vinda	Pois com vossa vinda
Nos dá lume novo.	Lhe dão lume novo.

Nossa culpa escura	Vós sois cordeirinha
Fugirá depressa,	De Jesus fermoso,
Pois vossa cabeça	Mas o vosso esposo
Vem com luz tão pura.	Já vos fez rainha.

Tambem padeirinha	O pão que amassates
Sois do vosso povo,	Dentro em vosso peito,
Pois com vossa vinda	He o amor perfeito
Lhe dais trigo novo.	Com que a Deus amastes.

Não he dalentejo	Deste vos fartais,
Este vosso trigo,	Deste dais ao povo
Mas Jesus amigo	Porque deixe o velho
He vosso desejo.	Pelo trigo novo.

Morro porque vejo	Não se vende em praça
Que este vosso povo	Este pão de vida,
Não anda faminto	Porque he comida
Deste trigo novo.	Que se dá de graça.

Santa padeirinha	O' preciosa massa,
Morta com cutelo,	O' que pão tão novo,
Sem nenhum farelo	Que com vossa vinda
He vossa farinha.	Quer Deus dar ao povo!

Ela he menzinha	O' que doce bolo
Com que sara o povo	Que se chama graça!
Que com vossa vinda	Quem sem ela passa
Terá trigo novo.	He mui grande tolo.

Homem sem miolo,
Qualquer deste povo
Que não he faminto
Deste pão tão novo. (1)

C) Se o *territorio e a lingua* são modalidades expressivas da Patria, a *nacionalidade* essa então é exhaustivamente expressiva, pois, mais que nenhuma outra, é adequadamente a mesma Patria.

(1) Cfr. Francisco Rodrigues, S. F. — Formação intelectual do Jesuista — Porto, 1917; p. 228.

A nação é o povo, o povo com todas as características, com a feição própria que lhe dão os multiplos agentes étnicos, modificados pelas influencias mesologicas; a nação é o povo, mas o povo não disperso numa pulverização de interesses divergentes, senão conscientemente unido pela comunidade de laço que o estreita e de fim em que põe a mira.

Ora, senhores, si este ideal pede, em quem ha de conseguil-o, inteligencia forte, coração forte, braço forte, que diremos do caso especialissimo do nosso Brasil, quando esta fusão do povo para ser nação ha de efetuar-se pelo enlace de três raças, tão distanciadas pela origem, como diversas nos predicados?

Pois esse problema momentoso resolveu-o Anchieta.

Mais ainda que os seus Irmãos de habito, foi ele por excelencia o benemerito dessa aproximação das raças que havia de dar ao Brasil o o metodo de colonizar, a que Eduardo Prado chamou tão finamente:—o «metodo catolico»

Ufane-se embora de outras prerrogativas a grande republica Norte-Americana; vós, brasileiros, podeis e deveis ter o vosso orgulho: «o de serdes um povo que deve a sua existencia, não á trucidação de uma raça inteira, hecatombe que o protestantismo não impediria no sul, como não soube impedir noutras regiões; mas á fusão de raças opostas de origem e que o catolicismo, renovando o seu antigo prodigio de cristianização e de absorção dos barbaros, soube tambem na America ensinar e civilizar, abençoando a união fecunda das raças, de que deviam brotar tantas nações.» (1)

(1) Cfr. Ed. Prado, Cent. Anch., p. 45.

Só quem ignora o que foi a vida de Anchieta nas suas relações com os indígenas do Pindorama, só quem desconhece o que elle fez pela domesticação do indio, pela sua redução e aldeamento; só quem não leu as paginas admiraveis das suas cartas, nas quaes, como Nobrega, seu mestre, instava para que viessem ao Brasil orfãos, «ainda que fossem erradas» (delicada expressão que lhes sugeria a caridade do seu zelo); só esse pôde duvidar da ação preponderante do V. P. José de Anchieta na formação da nacionalidade brasileira.

E que direi da sua ação sobre os governantes, outro elemento decisivo na formação da nacionalidade? Quantas leis, cuja prudencia preparou a organização colonial, não tiveram a sua origem na moderação e solicitude do missionario em favor do indio, que havia de dar á nova raça o cunho da colorida imaginação e da insofrida independencia!

E porque não pôde ficar no olvido esse outro elemento capital da nova Patria, o Africano sofredor e meigo, robusto e operoso, o braço principal da colonia, como o portuguez era a intelligencia e a vontade e o indio a fantasia e o sentimento; deixai, senhores, que eu leia, reverentemente comovido, umas citas da ação preponderante do V. P. Anchieta de um inédito e autografo do grande civilizador:

«Outra causa, diz, porque Deus Nosso Senhor deixou de ir curar o filho de Régulo, e se ofereceu tão liberalmente para ir sarar o escravo, foi para condenar a negligencia de tantos no Brasil, que tão pouco caso fazem de seus escravos, que os deixam viver mal e morrer ás vezes sem batismo e sem confissão; e para que saibamos estimar as cousas segundo o seu valor, não

olhando no escravo o que tem de boçal, ou o ter-me custado o meu dinheiro; senão vendo nele representada a imagem de Cristo Nosso Senhor, que se fez escravo para salvar este escravo, e me serviu como escravo trinta e tres anos, por me salvar a mim.»

Senhores! estas palavras de Anchieta, que, fotografadas na sua própria letra, copiei tremulo de comoção, levam-me naturalmente a fixar neste momento os olhos, não já no herói nacional, gloria do Patriotismo, ao qual, em nome da Patria brasileira, erguemos hoje uma estatua, para honrar nele a sua elevadissima estatura civica; mas antes a fixar os olhos no homem de Deus, gloria da religião, ao qual, em nome da Igreja, tributamos tambem estes preitos, para honrar nele a sua gigantesca estatura sobrenatural.

II) Mas, senhores, este olhar só pôde ser de relance; que não quero abusar da paciencia benevola com que me tendes ouvido.

Naquela desfeita tormenta, desencadeada pelo odio de Pombal contra a Companhia, no seculo XVIII; quando o decreto real ordenava a expulsão de todos os Jesuitas dos dominios de Portugal—«golpe insensato, observa Eduardo Prado, que foi para o imperio ultramarino português um segundo Alcácer-Kibir»; quando, aplicada ao Brasil essa nefasta providencia, o heroico Arcebispo da Baia preferiu resignar a mitra, e, vitima da vingança pombalina, morrer pobre e esquecido e repousar na Penha, debaixo de uma lapide rasa; o Cabido, *sede vacante*, recebeu de Sebastião José ordens peremptorias sobre o inventario que devia fazer-se dos bens das vitimas.

Nesse documento, redigido pelo Ministro naquelle frasear enredado e colérico, tão bem caracterizado por Camillo Castello Branco com a

designação de—«estilo apopiético do Marquez de Pombal» — apareceu uma frase em que a pena, deixando de molhar-se em fel, pareceu abrir uma exceção de respeito e veneração para com um Jesuita.

Mandava-se aí, que fossem cuidadosamente recolhidos em um cofre e mandados para Lisbôa os ossos e duas túnicas do V. P. José de Anchieta, conservados na Igreja do Collegio de Jesus. Designavam-se no documento essas memorias com a clausula: *«estimaveis reliquias do veneravel padre.»*

Não me pertence julgar si essa clausula foi ou não mais uma hipocrisia de quem afinal fez desaparecer o cofre, depois de chegado a Lisbôa, como fizera desaparecer pelo fogo os documentos dos arquivos, que demonstravam a inocencia das vitimas.

Uma coisa, porém, fica assente, e vem a ser a opinião universal de virtude que se fazia de Anchieta. Tão venerada era a sua memoria, que aquele mesmo homem que ousou infamar a santidade do P. Gabriel Malagrida, e dar-lhe garrote comô a hereje, esse mesmo homem sentiu a necessidade de afetar veneração para com Anchieta, no mesmo documento em que afrontava seus inocentes irmãos.

E' que nada faltou ao 4º Provincial da Provincia do Brasil para que a Fé lhe circundasse a fronte com a triplice auréola de *santo*, de *apostolo* e de *taumaturgo*.

a) Desde a seriedade precoce e fervorosa piedade, de que, menino ainda, deu provas em S. Cristovam de Laguna, nas Canárias, quando vivia em casa de seus nobilissimos pais; desde o austero recolhimento e castidade angelical que soube guardar em meio do reboliço e mundani-

dade dos estudantes seus contemporaneos, em Coimbra; desde a gravissima enfermidade que lhe resultou, no santo noviciado, dos rigores da sua penitencia e do prolongado da sua oração, enfermidade da qual o restabeleceu miraculosamente um abraço de seu venerando Superior, o Padre Mestre Simão Rodrigues; bem podia ante- ver o psicologo criterioso os degraus de santi- dade que José de Anchieta disporia em seu co- ração, durante o curso todo da vida, para subir a mais elevada perfeição.

Quando em 13 de junho de 1553, com vinte anos apenas, desembarcou na Baía, após uma travessia em que dera exemplo das mais heroicas virtudes, abria-se-lhe neste Brasil o canteiro bem- dito onde cultivaria, até a morte, a flora peregri- na da vida sobrenatural.

O açucenal, que desde a infancia aprumava naquela alma as suas hastes indicadoras do ceu, e abrira nevasdas as pétalas de seus cálices per- fumados, pululou, nas plagas do novo mundo mais denso, mais imaculado, mais aromatico. Obrigado a permanecer tres meses em refens, no meio dos Tamoios, quando com eles se negociavam as pazes, Anchieta, em todo o viço da mocidade, separado do P. Nobrega, sózinho, sem sacramen- tos, rodeado de perigos e seduções, nada fiando de si mesmo, redobra de orações, multiplica jejuns e disciplinas, cinge-se de áspero cilicio e ocupa as horas de forçado lazer compondo aquele admi- ravel poema, no qual celebra as glorias da Vir- gem Maria, em mais de 6000 versos latinos, es- critos com aquela facilidade e virgiliana elegan- cia, que já em Coimbra lhe tinha valido entre os companheiros a alcunha de *canário*, graciosamente alusiva ás Canárias, sua pátria. Sem pena, sem papel, sem tinta, era vêl-o, o angelical man-

cebo, envolto na sua pobre roupeta, inclinado para a lamina espalmada da praia, pouco antes beijada pelas vagas, escrever com o seu bordão na areia os versos que depois confiava á prodigiosa memoria, até se armazenar nela o poema inteiro.

Novo Orfeu, deviam de inclinar-te suas franquas os arvoredos da redondeza, para escutar-te o canto inspirado, e as aves, que outras vezes a teu convite desferiam alegres trinos, deviam contel-os, como envergonhados de não encontrarem notas capazes de emparceirarem com as da tua lira virginal.

E ele, o cantor da Virgem, enlevado no meditar de novas melodias, erêto como a haste do lirio branco, com o rosto delicadamente alvo a sair da gola da roupeta, como um calice de açucena, simbolizava bem a castidade intemerata da sua alma purissima.

Outras vezes o verieis, dobrados os joelhos, as mãos postas, o rosto esbraseado, o olhar penetrando os céos, os labios amorosamente sorridentes, todo ele enlevado em Deus, não raro elevado dois ou mais covados da terra, no extase da oração, no arroubo do além, no abraço da Divindade.

Era o Santo ! Mas o Santo realizava em si a lição do Santo dos Santos, Cristo Jesus, *ego santifico meipsum pro eis*: santifico-me, mas para santificar os outros. Era o santo preparando o *Apostolo*.

b) Ah! Senhores! e onde encontrarei paleta, nem tintas, nem pincel, para esboçar sequer o retrato de Anchieta missionario? Anchieta convertido? Anchieta salvador?

Si me fôra dado, senhores, arripiar convosco estes quase quatro seculo que nos separam

dele, e postar-nos á espreita da sua passagem, quando «se internava á busca das nações bravias, curvado sob o aliás minguado peso das alfaias que conduzia para o sacrificio dos altares, arri-mado a um tôsko bordão, rôta a pobre roupeta, descalço, a magoar os pés nas pedras da estrada, afrontando as chuvas e os sóis, recebendo de mão esmolér o parco alimento com que subsistir, andando com tanta pressa pelas costas do mar, pelas montanhas fragosas, pelas brenhas e matos, que os mesmos brasis, curtidos por aquelas char-necas, acostumados a matejar, não podiam alcançal-o!...» (1)

Si eu pudesse mostrar-vol-o, ao chegar a qualquer casa da Companhia, ganhando o coração dos Irmãos, porteiro e enfermeiro, para obter deles a promessa de nunca o pouparem, quer de dia, quer de noite, sempre que se tratasse de socorrer um enfermo ou moribundo!...

Se pudessemos surpreendel-o tomando o repouso da noite, vestido, sobre um banco junto da porta da rua, para mais pronto acudir ao primeiro chamado!...

Se pudessemos contar as terras que evangelizou, os selvagens que amansou, os catecumenos que instruiu, os neofitos que batizou; se o vissemos ouvir as confissões de pessoas de todas as classes, desde os Prelados e Governadores, até aos andrajosos deitados sobre a terra solta de suas tabas!...

Ah! não é um vão titulo, por certo, essa gloriosa antonomásia de *apostolo do Brasil*, com que Anchieta é conhecido por todo o mundo catolico!

Mas o *santo*, e o *apostolo*, foi tambem o *tamaturgo*.

(1) Dr. Brazilio Machado — Conf. Anch., cit. p. 121.

Não sei que o houvesse mais assombroso na Igreja de Deus.

Jesus disséra a seus Apostolos que eles fariam obras ainda mais maravilhosas que as dele, seu Mestre Divino; e os Apostolos bem podiam prénunciar a mesma progressão aos que viessem depois deles.

Xavier nas Indias Orientais e Anchieta nas Ocidentais foram, pôde dizer-se, os superlativos do taumaturgo.

Tão numerosos e varios foram os prodígios realizados por Anchieta, que, na causa da sua beatificação, o Promotor da Fé invocou como objeção a propria multidão dos seus milagres.

Dir-se-ia que Deus o constituiria seu logar-tenente sobre a natureza neste vasto Brasil maravilhoso.

Renovaram-se aqui frequentissimas as cenas do *Poverelo* com as avezinhas, *suas irmãs*. Uma vez, chamadas para substituirem o toldo em pirogas que vogavam á torreira do sol, acodem numerosos os bandos, e, da asas estendidas e garrida plumagem, desdobram sobre a embarcação mais luzido esparavel do que o tiveram nunca as galeotas reais. Outras vezes, eram as feras e outros animais malfazejos, que depunham a ferocidade ou a astucia, submissos como se entendessem suas ingenuas repreensões.

Penetrando com o olhar as distancias, ou mergulhando-o no futuro, tornava-se-lhe presente o longinquo e o porvir.

Sobre as vagas do mar, ou ao léu das correntes nos rios, repetiam-se, á sua ordem, as pescas milagrosas de Tiberiades; e, ao imperio da sua voz espavoridas fugiam as enfermidades; e a propria morte, não raro, restituia a vida ás suas victimas.

Mas essas restituições á vida, eram, para os resuscitados de Anchieta, o prolongamento, por vezes efemero, de uma vida afinal transitoria; não eram a immortalidade! A immortalidade, essa é o apanagio dos Bemaventurados no ceu, e na terra dos que deixam na mesma terra a esteira luminosa de uma passagem excepcional.

Esses não morrem com o ultimo respirar dos proprios labios; não morrem com o secar das ultimas lagrimas nos olhos dos parentes e amigos; não morrem com o silencio dos ultimos panegiricos, que ressoam em comemorações anniversarias, si acaso congreguem ainda alguns admiradores, em derredor de um tumulo, onde murcharam goivos e saudades. Para esses a posteridade, lembrada que *mors etiam saxis nominibusque venit*: tambem as lapides se carcomem e as inscripções se apagam, escolheu o simbolismo dos bronzes, aos quais o roçar da aza dos seculos parece apenas tornar mais venerandas, imprimindo-lhes a tonalidade verde e oiro das suas penas. E contudo o Poeta Veauzino achou que alguma coisa havia mais immortal que os bronzes: eram os vôos da sua inspiração: *exegi monumentum aere perennius*.

Ah, senhores! Ha mais diuturna immortalidade que as das *obras belas*; é a immortalidade das *obras boas*; é a immortalidade dos que, com sua operosidade benefica, deram á Patria um concreador do seu *territorio*, da sua *lingua*, da sua *nacionalidade*, e á Igreja um realizador do ideal do *santo*, do *apostolo*, do *taumaturgo*!

Para estes, os seculos que decorrem sobre o seu passamento não adensam nuvens de olvido; aplanam a estrada do Capitólio, preparam os esplendores do triunfo, reverdecem as palmas da vitoria.

Bem-no entenderam assim os que inspiraram, organizaram e se associaram a esta esplendida comemoração.

Exmo. e revmo. sr. D. Helvecio, Arcebispo de Mariana, exmo. e revmo. sr. D. Manoel, Bispo eleito de Goiás: Irmãos pelo sangue, que herdastes de uma família tradicionalmente cristã, da qual sobrevive ainda vossa piedosa Mãe; Irmãos pelo habito, que é o daquele grande Francisco de Sales, patrono das obras do veneravel Dom Bosco; Irmãos pelo berço, pois nascestes nesta Reritigbá, nesta Benevente, que Anchieta santificou outr'ora com sua morte e honra hoje com o seu nome; Irmãos agora pelo Episcopado, ao qual o Vigário de Cristo entendeu dever elevar-vos; fostes vós, exmos e revmos. senhores, que mais uma vez vos fizestes irmãos pela iniciativa desta glorificação postuma de Anchieta. Grato me é, neste momento, dizer-vos que rejubilarão no ceu os filhos de Santo Inácio, que humilimo eu represento aqui, e os filhos de Dom Bosco, cujo superior hierarquico no Brasil aqui vejo tambem presente, por verem assim aliados nas homenagens ao Jesuita, iniciador das missões entre os Brasis, os Salesianos continuadores hoje da sua obra entre os Boróros do Mato Grosso e os indios do Rio Negro.

Exmo. e revmo. sr. D. Benedito, meritissimo Bispo Diocesano: o Estado do Espirito Santo e a vossa cidade Episcopal foram o teatro da ação missionaria de Anchieta, no ultimo periodo da sua vida e da de seus irmãos, os religiosos da Companhia no seu Colegio do Espirito Santo; o territorio da vossa diocese presenceou em 10 de Junho de 1597 esse prestito comovedor, em que 3.000 pessoas fizeram o percurso de Reritigbá a Cidade do Espirito Santo, transportando

para ela o corpo do santo Taumaturgo; sem duvida será para V. Excia. revma. consolação intima a desta presidencia de honra, para a qual a digna e benemerita Comissão, organizadora das festas, escolheu ao seu virtuoso e eloquente Prelado, merecendo por mais este titulo o elogio e o parabem, já tão devido pela atividade com que, sob a presidencia efetiva do zeloso Vigario da Cidade de Anchieta, o revmo. Padre João Harriague, se empenhou em levar a cabo esta brilhante homenagem.

E vós, ilustres representantes das Autoridades, que ainda hoje tendes no esplendido Palacio do Governo a recordação permanente do Colegio fundado por Anchieta, Colegio que os Filhos da Companhia consagraram ao Espirito Santo, originando assim, aqui como em S. Paulo, o nome de uma Cidade e mais tarde de um Estado, deixai-me que vos felicite tambem a vós, pela justiça com que oficialmente pagais, neste bronze artistico do laureado escultor Rosada, a divida que o Estado tinha em aberto com seu verdadeiro fundador.

Finalmente, exmo. e revmo. snr. Nuncio Apostolico, D. Henrique Gasparri, é justo que a ultima palavra seja para o Representante do Vigario de Jesus-Cristo. A presença de V. Excia. Rvma. nesta solenidade, é a supremo consagração que podiam desejar os que promovem esta homenagem. No dia em que Anchieta, já Reitor do Colegio de S. Vicente, pronunciou, nas mãos do P. Inácio de Tolosa, a sua Profissão Solenne de quatro votos, ligou-se pelo mais forte de todos os vinculos á pessoa sagrada do Vigario de Jesus Cristo. Hoje, nesta como apoteóse do humilde Religioso, o Vigario de Jesus-Cristo, pela benção do seu Representante no Brasil, associa-se ao

Espirito Santo paisagístico



O celebre e formoso pico do Itabira, atalaia insone da Princesa do Sul, que se mira nas aguas murmurossas do Ilapemirim e que constitue uma de nossas mais decantadas preciosidades naturais.

«Memorias de um capixaba»

O dr. Mario Freire é um dos mais eruditos e brilhantes investigadores do passado historico espirito-santense. Todos os pontos incertos, duvidosos ou obscuros de nossas cronicas têm sido motivo de esclarecimentos notaveis, prestigiados pelo seu nome ilustre.

Nesta edição da revista do Instituto, além de trabalhos valiosos de sua lavra, podemos publicar, por diligencia sua, as *Memorias para servir á Historia até o ano de 1817, e breve noticia estatistica da Capitania do Espirito Santo, porção integrante do Reino do Brasil, escritas em 1818, e publicadas em 1840 por Um Capixaba—Lisbôa—na Imprensa Nevesiana — 1840*. O original desse opusculo está na primeira seção da Biblioteca Nacional, catologado sob o nº III, 197, 3, 6, no Rio de Janeiro.

Estamos supondo que essa nossa publicação se faz com melhor cuidado do que a que houve na revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, tomo 19, no 2º trimestre de 1856, onde escaparam deploraveis erros de revisão.

Foi o comendador José Joaquim Machado de Oliveira, que administrou a provincia do Espirito Santo no seculo passado e que tambem era paciente e dedicado investigador de antiguidades historicas, quem a deu para aquele Instituto.

No parecer do dr. Eduardo Espinola, que está no livro — *Limites entre Baía e Espírito Santo*, do professor dr. Braz Amaral, sem data de edição, essas *Memorias* são discutidas, mostrando-se a infidelidade da publicação da Revista do Instituto, feita em 1856.

Tratar-se-á, com segurança, do mesmo memorial historico e estatistico, que, EM 25 DE JUNHO DE 1816, Francisco Alberto Rubim, governador da Capitania do Espírito Santo, apresentou oficialmente ao Conde da Barca? O *Capi-xaba* que lhe fez esse trabalho, guardaria copia e, 24 anos mais tarde, a teria divulgado, imprimindo-a na tipografia Nevesiana, como vimos?

Mas a sua afirmativa categorica de terem sido escritas as suas *Memorias em 1818*?

Essa cronica apogrifa tem, portanto, a nosso vêr, valor historico discutivel.

O que não se lhe nega é a sua importancia cronologica. Só isso. Basta verificar-se que o seu autor, criptônimo, copiando um erro do padre Jaboatão, afirma que Coutinho chegara ao Espírito Santo «no domingo do Espírito Santo do ano de 1525». Não se lembrou—ou não sabia—que o Brasil só se subdividiu em capitancias em 1534 e que Vasco Coutinho obteve a dele em 1º de junho desse ano!

E. P.

Bandeira que não existe

O sabonete *Eucalol*, exagerando os seus recursos de propaganda, tem espalhado numerosamente, por toda parte, uma serie de estampas, representando bandeiras estaduais do Brasil.

Aqui, neste órgão oficial da Casa do Espirito Santo, que é guarda zelosa e fiel de todo o seu patrimonio historico, opômos categorico desmentido á invenção leviana da bandeira, que se atribue ao nosso Estado. Não temos bandeira regional e as côres, que ha nas armas publicas do Espirito Santo, não têm absolutamente nenhuma semelhança com as do estandarte, que nos atribuem os reclamistas daquela saboaria.

E. P.

preito que a Cidade de Anchieta, o Estado do Espírito Santo e o Brasil inteiro tributam ao benemerito do Patriotismo, abençoando tambem em nome da Igreja, a quem foi ao mesmo tempo a mais lidima gloria da Religião: o Veneravel Padre José de Anchieta, da Companhia de Jesus, a quem o Brasil reconhece por co-fundador do seu *territorio*, da sua *literatura* e da sua *nacionalidade*, e a quem a Religião enaltece, como a *Santo*, como a *Apostolo*, como a *Taumaturgo* !

Disse.

INDICE

Assuntos e Autores

Páginas

<i>Bandeiras e bandeirantes no Espirito Santo</i> — Dr. Mario A. Freire	3
<i>Indios do rio Doce</i> — A. Estigarribia	12
<i>Trecho de um relatório, etc.</i> — A. Estigarribia	20
<i>Orografia espirito-santense</i> — Carlos Xavier.....	53
<i>O titânio na costa do Espirito Santo</i> — Archimimo Mattos	57
<i>O reconhecimento da terra capixaba</i> — Ceciliano de Almeida.....	62
<i>Nossas antiguidades</i> — Adolfo Fernandes R. de Oliveira.....	67
<i>José de Anchieta</i> — Redação.....	74
<i>Museu estadual</i> — Elpidio Pimentel...	76
<i>Associação de Professores do Estado</i> — Almir S. Gonçalves.....	80
<i>Entrando no Instituto etc.</i> — Desemb. Augusto Botelho.....	84
<i>Rev. Dr. Jorge Bertolaso Stella</i> — Redação.....	89
<i>Don Benedito Alves de Souza</i> — Notícia	91
<i>Memórias</i> — Um Capixaba.....	97
<i>Recepção da sra. Lardé de Venturini</i> — Notícia.....	128

Assuntos e Autores	Paginas
<i>Recepção do sr. Agustin Venturino—</i> Noticia.....	135
<i>José Candido de Vasconcellos—</i> Mario A. Freire.....	143
<i>Questão de Limites—</i> Carlos Xavier...	145
<i>Desemb. Ferreira Coelho—</i> Noticia....	158
<i>Um apelo ao Instituto —</i> Do «Correio do Sul».....	161
<i>Manifestação civica—</i> Antonio Athayde	164
<i>Premio ao merito —</i> (Desemb. Affonso Claudio)—Noticia.....	169
<i>Prof. Jorge Bahlis—</i> Almeida Cousin..	171
<i>As cinzas do padre Anchieta—</i> Antonio Athayde.....	175
<i>Excavações historicas —</i> D'«A Provin- cia», de 1887.....	184
<i>O Centenario do município de Cola- tina—</i> Xenocrates Calmon.....	187
<i>Por que não realizarmos? —</i> Elpidio Pimentel.....	196
<i>A ilha da Trindade—</i> Candido Costa..	201
<i>Viagem ao rio Dôce—</i> Verissimo Costa	203
<i>Companheiros mortos—</i> Noticias.....	234
<i>As cinzas do padre Anchieta—</i> Araujo Primo.....	
<i>Patria e religião—</i> padre Luis Gonzaga Cabral.....	245
<i>Bandeira que não existe —</i> Noticia.....	368
<i>Memorias de um capixaba.....</i>	269
<i>Nossos proximos numeros</i>	271
<i>Ultima pagina</i>	272
<i>Indice.....</i>	273

ERRATA

Na pagina 75, onde se lê: — *Morto, afinal,*
a 9 de junho de 1594... — leia-se — ... de
1597 ...

ULTIMA PAGINA

Este numero, por falta de tempo do seu coordenador, ressentir-se-á, por certo, de falhas e incorreções. Autores mais competentes e folgados poderiam tel-o feito melhor. Fique disso responsavel a respectiva comissão de publicidade, que escolheu mal o redator deste numero, julgando excessivamente bem de suas possibilidades.

Além disso, não houve algumas informações indispensaveis da secretaria do Instituto — cadastro dos socios atuais, por exemplo — as quais deixam de ser aqui estampadas.

Para tudo isso solicitamos excusas do leitor benevolente.

Vitoria—28—2—1934

E. P.

Nossos proximos numeros

Ainda neste ano — tão grande para o Espirito Santo — com os quatri-centenários do nascimento de Anchieta (19 de março de 1534); da carta d' doação hereditaria da Capitania, em 1º de junho de 1534, ao «capitão e governador» Vasco Fernandes Coutinho, por ato de D. João III; e do Foral ao mesmo donatario, em 7 de outubro daquele ano — o Instituto Historico e Geografico deste Estado publicará, comemorando essas datas maximas do seu calendario historico, volumosa edição, copiosamente ilustrada e colaborada pelos seus socios.

E, assim, nos prepararemos para a grandiosa edição com que, em 23 de maio de 1935, teremos de comemorar o quarto seculo de povoamento da Terra de Anchieta, que é o Estado do Espirito Santo.

Aqui ficam, desde já, os empenhos da Comissão de Publicidade a todos os socios —efetivos, correspondentes e honorarios— para que, desde já, colijam elementos e preparem seus trabalhos, sem o que as edições projetadas não lograrão o brilho, o prestigio e o valimento, que lhes desejamos dar.